ORGANIZADORES

Klever Paulo Leal Filpo

Mirel Legrá Fleitas

Rayssa De Souza Gargano

Rodrigo Grazinoli Garrido

Yeda Ferreira Pires

DIAGNÓSTICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UCP/2025

autografia

CONHECER, AVALIAR, APERFEIÇOAR

**DIAGNÓSTICO DO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO DA UCP/2025**

ORGANIZADORES

Klever Paulo Leal Filpo
Mirel Legrá Fleitas
Rayssa de Souza Gargano
Rodrigo Grazinoli Garrido
Yeda Ferreira Pires

**CONHECER, AVALIAR,
APERFEIÇOAR**

**DIAGNÓSTICO DO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO DA UCP/2025**

autografia

Rio de Janeiro, 2025

C749 Conhecer, Avaliar, Aperfeiçoar: Diagnóstico do Programa de Pós-Graduação em Direito da UCP/2025 / Klever Paulo Leal Filpo... et al. - Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2025.
214 p. : il. ; 16 x 23 cm

Inclui bibliografia
BN 978-85-518-7979-5

1. Ensino superior. 2. Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Católica de Petrópolis. 3. Direito - Brasil. I. Filpo, Klever Paulo Leal. II. Fleitas, Mirel Legrá. III. Gargano, Rayssa de Souza. IV. Garrido, Rodrigo Grazinoli. V. Pires, Yeda Ferreira.

CDD 378.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Agradecemos à FAPERJ e ao CNPq pelo fomento recebido que permitiu esta publicação por meio do Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil - Chamada FAPERJ/CNPq nr. 24/2022. À CAPES pelo estímulo à autoavaliação. À Reitoria da UCP, por intermédio do Reitor Padre Pedro Paulo de Carvalho Rosa e do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação Leandro Rodrigues, e à Direção do Centro de Ciências Jurídicas, na pessoa do Prof. Maurício Pires Guedes, pelo apoio incondicional ao PPGD.

Conhecer, Avaliar, Aperfeiçoar: Diagnóstico do Programa de Pós-Graduação em Direito da UCP/2025
FILPO, Klever Paulo Leal (org.)
FLEITAS, Mirel Legrá (org.)
GARGANO, Rayssa de Souza (org.)
GARRIDO, Rodrigo Grazinoli (org.)
PIRES, Yeda Ferreira (org.)

ISBN: 978-85-518-7979-5
1ª edição, junho de 2025.

CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Rodrigo Barboza

Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda.
Rua Mayrink Veiga, 6 – 10º andar, Centro
RIO DE JANEIRO, RJ – CEP: 20090-050
www.autografia.com.br

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização do autor e da Editora Autografia.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CAPÍTULO I – PROPOSTA DO PROGRAMA	11
1.1 Articulação, aderência e atualização da área de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento	11
Linha1 – Fundamentos da justiça e dos direitos humanos.....	17
Linha 2 – Processo e efetivação da justiça e dos Direitos Humanos.....	20
Projetos Integradores de Extensão.....	25
1.1.2 Consistência e coerência da proposta do Programa com o perfil do egresso que se pretende formar.....	27
1.1.3 Relação entre a estrutura curricular e a formação.....	29
1.1.4 Infraestrutura disponível	32
1.2 Perfil do corpo docente e sua compatibilidade e adequação à proposta do Programa	41
Professores alocados à linha 1	43
Professores alocados à linha 2.....	47
1.3 Planejamento estratégico do Programa.....	53
1.3.1 Instituição e manutenção de planejamento de curto, médio e longo prazos	53
1.3.2 Fixação e renovação do corpo docente	60
1.3.3 Acompanhamento de egressos.....	62
1.3.4 Planejamento para a adequação da infraestrutura	66
1.3.5 Vinculação entre o planejamento do Programa e o da instituição	68
1.3.6 Formulação de políticas de apoio aos discentes, visando à permanência e à conclusão do curso	71
1.4 Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do Programa, com foco na formação discente e produção intelectual	73

CAPÍTULO II – FORMAÇÃO	89
2.1 Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa..	89
2.2 Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos..	92
2.3 Destino, atuação e avaliação dos egressos do Programa em relação à formação recebida	96
2.4 Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no Programa	103
2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no Programa.....	116
CAPÍTULO III – PRODUÇÃO QUALIFICADA	125
3.1 Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do Programa.....	125
3.2 Impacto econômico, social e cultural do Programa.....	135
3.3 Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do Programa	141
CAPÍTULO IV – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	161
4.1 Histórico e contextualização do Programa	161
4.2 Políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade	166
4.3 Impacto da COVID-19 nas ações do Programa.....	172
4.4 Impacto da emergência climática no Rio Grande do Sul e de outros desastres no país.....	182
4.5 Ações do PPG voltadas para a recuperação no pós-tragédia ..	185
4.6 Outras informações	191
ANEXO: ficha de avaliação da Área 26 – Direito – CAPES.....	199

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Católica de Petrópolis possui, atualmente, um curso de Mestrado em Direito em funcionamento há mais de doze anos durante os quais já formou mais de 250 mestras e mestres em Direito. São profissionais altamente qualificados que contribuem, diuturnamente, para a formação de novos juristas nos mais diferentes estados do país e para o desenvolvimento de pesquisas e ações relevantes na área de concentração do Programa: Justiça, Processo e Direitos Humanos. Alguns desses ex-alunos deram seguimento às suas trajetórias acadêmicas e são doutorandas (os) ou doutoras (es) em instituições de renome no Brasil e no mundo ou profissionais destacados em suas áreas de atuação. Atualmente (em 2025), o curso é recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o conceito 4, que reflete uma boa inserção local e regional do Programa e perspectiva de crescimento. A equipe (professores, alunos, egressos, funcionários de apoio administrativo e estrutural da UCP) vem trabalhando incansavelmente para conquistar resultados ainda melhores nessa avaliação externa, assim como a possibilidade de oferta de um curso de Doutorado em Direito, e para expandir suas ações e alcance territorial em parceria com outras instituições do Brasil e do Exterior. No momento, o PPGD desenvolve um convênio com a Universidade de Buenos Aires, Argentina, e mantém diálogo e atuação junto

a entidades importantes na cidade, no estado do Rio e adjacências, algumas vezes com repercussão nacional.

A cada quatro anos a CAPES avalia todos os Programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) do Brasil. Um dos instrumentos utilizados nesse processo é o preenchimento do Coleta Capes, por meio da Plataforma Sucupira, em homenagem ao Professor e Filósofo Newton Lins Buarque Sucupira, relator do parecer que veio a constituir a base normativa para a estruturação desses cursos. Muita gente desconhece essa informação, mas eles são altamente regulamentados e têm o seu funcionamento acompanhado de perto pela CAPES.

Uma das demandas dessa avaliação externa é que o Programa deve desenvolver procedimentos de autoavaliação, de modo a conhecer as suas potencialidades e limitações. Para isso, o PPGD/UCP possui uma comissão de autoavaliação, que se ocupa da realização de eventos, aplicação de instrumentos avaliativos, acompanhamento dos egressos e produção de relatórios contendo diagnósticos que ajudam a definir ações de curto, médio e longo prazo. Trata-se de um processo contínuo que pode ser resumido em três verbos: CONHECER e AVALIAR, para APERFEIÇOAR.

Esses verbos foram escolhidos para o título deste livro que tem, sinteticamente, três objetivos: divulgar ao público interno e externo da Universidade e do Programa o Estado da Arte sobre a proposta atual do PPGD, tal qual apresentada no Relatório Coleta 2025; manter e publicizar um registro documental transparente das informações prestadas à CAPES; oportunizar aos professores, alunos e egressos do Programa uma visão clara sobre as conquistas já obtidas e aquilo em que se pode melhorar, pensando que se trata de uma equipe que precisa trabalhar de forma harmônica e coesa, em busca dos melhores resultados. O texto é resultado de incontáveis contribuições da equipe que atuou no PPGD desde a criação do curso de mestrado, devidamente atualizado com as conquistas e resultados recentes. Ele segue o roteiro da ficha de avaliação da área do Direito/CAPES vigente no ano de 2021 (Ver: Anexo, ao final do livro), para facilitar a compreensão do leitor.

São organizadores os atuais integrantes da comissão de autoavaliação do PPGD, incluindo os Professores Klever Filpo, coordenador do curso, e Rodrigo Garrido, atualmente encarregado do acompanhamento de egressos. Somaram-se a esse esforço a mestranda Rayssa Gargano e a egressa Yeda Ferreira Pires, respectivamente representando os atuais alunos e os que já concluíram o curso. Tal composição assegura que os diferentes seguimentos envolvidos tenham voz no processo de autoavaliação.

A publicação foi custeada pela FAPERJ e pelo CNPq com recursos obtidos no Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil, Chamada 24/2022, que contemplou com bolsa e auxílio financeiro a Profa. Dra. Mirel Legrá Fleitas, também organizadora desta publicação. Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD da Universidade Federal Fluminense e atualmente professora colaboradora do PPGD/UCP, essa docente vem sendo inserida e contribuindo com sucesso em diversas ações de ensino, pesquisa e extensão. A inserção da pós-doutora Mirel nesses esforços cria condições favoráveis para que possa prosseguir com suas atividades de pesquisa junto a grupos e redes de reconhecida excelência no Estado do Rio de Janeiro, sendo este um dos objetivos da FAPERJ e do CNPq nessa proposta.

Por meio desta publicação, convidamos as leitoras e os leitores para que venham conhecer e participar do PPGD/UCP. Muito mais do que produzir pesquisas de qualidade pretendemos que nossas ações tenham impacto real por uma sociedade mais justa e para o aperfeiçoamento das instituições que atuam no campo da Justiça, do Processo e dos Direitos Humanos.

Petrópolis, março de 2025.

Os Organizadores

CAPÍTULO I – PROPOSTA DO PROGRAMA

1.1 Articulação, aderência e atualização da área de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento

É necessário voltar um pouco às origens para explicitar o atual momento do Programa como resultado de um esforço consistente e ininterrupto que se iniciou quando do credenciamento, no ano de 2011, e que se estende até os dias atuais, configurando um macroprocesso que será a seguir explicitado.

A proposta de criação da Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito, na UCP, MESTRADO ACADÊMICO, centrou-se em três eixos temáticos constitutivos de uma área de concentração única: Justiça, Processo e Direitos Humanos. Buscou-se implementar uma formação integradora dos estudos jurídicos divididos em duas linhas de pesquisa que privilegiassem, respectivamente, perspectivas sobre a fundamentação e a efetivação da Justiça, dos Direitos Humanos e do Processo. Partiu-se da investigação proposta por Paul Ricoeur no texto intitulado “O justo entre o legal e o bom”, presente em Leituras 1: em torno ao político, definido como marco teórico organizador da proposta então apresentada.

O alicerce do projeto estava assentado no papel que a educação desempenha na formação de uma consciência jurídica apta ao exercício pleno da cidadania e da salvaguarda do Estado Democrático de Direito, calcada numa ética humanista e no aprimoramento de um juízo crítico-reflexivo. Os eixos temáticos propostos, com o aporte teórico utilizado, constituíram o caminho apropriado para modelar um estudo crítico e problematizador acerca de temas cruciais do Direito.

O itinerário seguido por Ricoeur serviu como instrumental teórico adequado para justificar a área de concentração, levando o estudioso do Direito a pensar de forma consistente sobre a Justiça e sua efetivação. Para esse autor, a ideia política de justiça como uma prática social não afasta o plano institucional do aparelho judiciário. Se a guerra é o tema do político, a paz é o da Filosofia do Direito. Dessa forma, o conflito dá ensejo à intervenção judiciária, que é definida pelo conjunto dos dispositivos por meio dos quais o conflito é elevado ao nível de processo. O processo, de sua vez, é centrado no debate de palavras. A realidade não é independente de palavras e é com a mediação das narrativas pessoais e institucionais que se estabelece a condição para o sujeito ser cidadão real de direitos humanos. Portanto, a prática institucional que produz o justo tem raízes nas expressões da linguagem: a hermenêutica do justo. O ato de julgar é o lugar da sociedade onde a palavra sobrepuja a violência. O conflito se encerra no plano da sabedoria prática, no julgamento em que o justo já não é o bom, nem o legal, mas o equitativo.

A partir dessa proposta, vem sendo feito um esforço conjunto e concentrado no sentido de construir um Programa de alto nível acadêmico, o que sinaliza invariavelmente para o desenvolvimento das bases acima delineadas em contornos cada vez mais sólidos. O esforço reverberou de forma positiva ao longo desses anos de funcionamento do Programa, como se pode depreender dos resultados da avaliação da CAPES (conceito 4) nos dois últimos ciclos avaliativos. Nesse período, o Programa tem buscado cumprir a sua missão, expressa no artigo 1º do seu Regimento: (i) contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico e social do país e da humanidade; e (ii) capacitar profissionais em geral e docentes em particular para

exercer atividades de pesquisa, altos estudos e magistério em nível superior, por meio da realização e manutenção de Programas de ensino e pesquisa que integram cursos de mestrado e doutorado. Missão esta articulada com a da UCP.

Em sua autoavaliação, o Programa percebe que houve um amadurecimento expressivo nestes 4 últimos anos (2021-2024), sobretudo, nas seguintes vertentes: robustecimento do corpo docente, em termos de diversidade, experiência, qualidade da produção e formação dos mestrandos; fortalecimento de parcerias locais e regionais, mas também internacionais; maior visibilidade; e maior interação entre os docentes e seus projetos de pesquisa o que fez, naturalmente, com que as linhas se aproximassem.

Para promover ou induzir essa aproximação, foram concebidos e implementados Projetos Integradores com caráter de pesquisa e/ou de extensão, que serão explicitados, assim como foram realizados eventos e publicados trabalhos que, necessariamente, integraram vários membros da equipe do PPGD, entre docentes, discentes, egressos e participantes externos. Um dos exemplos é a coletânea: Arquivos de Justiça, Processo e Direitos Humanos, publicada no ano de 2024, com recursos da CAPES e da FAPERJ, pela Editora Pembroke Collins, fruto de seminário internacional realizado em 2024.

No tocante às políticas de igualdade de gênero e diversidade, é digno de nota que, durante o quadriênio, o PPGD incorporou ao seu corpo docente três mulheres, a saber: a Profa. Dra. Diana Ramos (permanente 2022/2023 quando se retirou por conta de aprovação em concurso público); Profa. Dra. Deise Castro (colaboradora, vínculo celetista); e a Profa. Dra. Mirel Legrá (colaboradora, bolsista da FAPERJ/CNPq edital 24/2022). Tal iniciativa foi tomada porque o Programa percebeu uma presença majoritária de mulheres no corpo discente que não se refletia na composição do corpo docente.

Segundo o Relatório de Meio Termo (CAPES, 2023), o Direito é uma área muito masculina, é necessário refletir sobre isso e promover ações de modo a ampliar a participação feminina nos Programas, promovendo a igualdade de gênero, ao mesmo tempo um direito huma-

no e uma condição de justiça social. O PPGD assumiu e cumpriu esse compromisso e já vem colhendo frutos, que se refletem, por exemplo, nos produtos técnicos e bibliográficos resultantes, em particular, das pesquisas das Professoras Denise Salles e Deise Castro nessa seara da diversidade e da inclusão.

Os direitos dos grupos minorizados (mulheres, indígenas, negros, pobres, desabrigados, encarcerados, migrantes), dos vulneráveis, se fez mais presente nas nossas pesquisas. Ademais, em consonância com a Política Institucional de Inclusão, Diversidade e Ações Afirmativas, o PPGD incorporou aos seus editais de seleção regras próprias contemplando vagas para serem preenchidas preferencialmente por candidatas negras, indígenas e com algum grau de deficiência. O tema da diversidade também foi frequente, por exemplo, na pesquisa e atuação das Profa. Deise Castro e Diana Ramos com importantes trabalhos apresentados em eventos sobre racismo e branquitude. Pode-se dizer que o PPGD vem buscando incorporar a premissa de que não basta discutir os Direitos Humanos: é preciso dar-lhes efetividade.

Grande parte desses aperfeiçoamentos foi, e segue sendo, resultado do processo de autoavaliação que o PPGD vem buscando efetivar, e que, durante o quadriênio 2021/2024, foi desenvolvido por meio de alguns instrumentos que serão mais adiante descritos, com resultados. Essa autoavaliação privilegiou, inicialmente, o exame detido da ficha de avaliação de área e dos resultados das avaliações recebidas da CAPES nos últimos quadriênios. Elas representaram para o PPGD/UCP uma importante fonte de aprendizado que procuramos levar em consideração como um norte para nossos planos e ações cotidianas. Um exemplo disso foi a incorporação do Prof. Maurício Guedes, Mestre e Doutor em Direito, professor permanente desde fev/22, uma forma de responder à CAPES sobre a necessidade de ampliar o número de professores titulados em Direito no PPGD.

Outra resposta à avaliação da CAPES foi a tentativa de fazer com que as duas linhas do PPGD estejam em equilíbrio e que haja um maior diálogo e interação entre elas. Buscaremos demonstrar que isso efetivamente ocorreu e que o Programa, hoje, não é o mesmo que encer-

rou o quadriênio 2017/2020, embora ainda se possa avançar. Não se trata de alteração tão radical da Proposta do curso a ponto de desnaturar o modelo que foi recomendado quando de sua entrada no sistema, mas sim de aperfeiçoamentos naturais e necessários, que buscaram tornar a proposta mais consistente, equilibrada e atualizada.

Para além da maior integração entre as linhas de pesquisa e dos projetos dos docentes, outro aperfeiçoamento bastante sensível foi a sua crescente inserção local e regional. O PPGD envolveu-se em e/ou desenvolveu, inúmeras ações junto à comunidade, sob a forma de projetos de pesquisa e/ou de extensão, e participou de iniciativas diversas promovidas pelo poder público ou pela sociedade civil organizada. Parcerias e convênios foram firmados, por exemplo, com o Programa Petrópolis da Paz, com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com a Secretaria de Defesa dos Direitos da Mulher de Petrópolis com os quais o Programa contribuiu com palestras, relatórios e outras ações.

Um ponto alto desses esforços foi o forte envolvimento na resposta à tragédia socioambiental ocorrida na cidade de Petrópolis no ano de 2022 e a obtenção de fomento em muitos editais. Tudo isso reforça o protagonismo e deixa mais claro o papel que o Programa espera desempenhar na cidade de Petrópolis, no interior do estado do Rio de Janeiro e em regiões circunvizinhas, o que vem fazendo com algum sucesso. Esse sucesso se reflete em uma boa procura de alunos oriundos da Região Serrana fluminense e adjacências, mas também de diversos outros estados da federação, sobretudo de Minas Gerais.

O Programa concebeu, ofertou e concluiu uma turma de Mestrado Interinstitucional em parceria com a UNIVIÇOSA, situada em Viçosa, entre 2020 e 2022 com bons resultados que serão explicitados adiante. Parceria esta que se pretendeu replicar em novo PCI/MINTER submetido no ano de 2024, ora em fase de avaliação pela CAPES. São alguns exemplos que ilustram o já mencionado amadurecimento do Programa.

Por outro lado, também buscaremos evidenciar algumas dificuldades identificadas nesse percurso, com especial destaque para a tragédia socioambiental ocorrida em Petrópolis, no ano de 2022, de conheci-

mento público e notório. A tragédia impactou o Programa, por exemplo, sob a forma de uma redução do número de candidatos às vagas discentes a partir de 2022.2. Uma situação desafiadora que passou a ser considerada em seu planejamento estratégico. Por outro lado, o evento trágico foi transformado em uma oportunidade de contribuir para o desenvolvimento local e regional, em consonância com os reclamos mais elevados da Justiça, do Processo e dos Direitos Humanos dos grupos minorizados e grupos vulneráveis, sempre colocados em xeque no contexto das tragédias. Uma disciplina foi criada em 2024 (Direitos Humanos e Desastres) para contemplar essa discussão que vem se adensando no PPGD, conforme demanda local, dentre outras ações.

Ao reconhecer a sua vocação local/ regional e nacional, introduzida nos parágrafos anteriores, o PPGD também não se esqueceu de investir em um fortalecimento de suas parcerias internacionais. Aproveitando um edital de fomento aos PPGs fluminenses lançado pela FAPERJ no ano 2021, concebeu e desenvolveu o Projeto Interinstitucional “Reforço às Ações de Internacionalização do PPGD/UCP em um cenário de pandemia”. Projeto este que resultou em um convênio firmado com a Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires por intermédio da cátedra do Professor Raúl Gustavo Ferreyra. Essa e outras parcerias internacionais são evidências desse amadurecimento do Programa que gostaríamos de apresentar à CAPES como uma importante conquista do quadriênio.

A descrição a seguir é fruto desse amadurecimento, implicando um uma reflexão mais consistente sobre a área de concentração do mestrado, explorando questões atinentes a cada eixo temático, aprofundamento este que não fica limitado a uma abordagem exclusivamente teórica, mas também empírica, para compreender e, até mesmo, quando cabível, propor aperfeiçoamentos do sistema de justiça e dos meios processuais propensos à implementação da Justiça e dos Direitos Humanos.

Linha1 – Fundamentos da justiça e dos direitos humanos

As pesquisas realizadas no âmbito desta linha pretendem fornecer, através de uma pluralidade de métodos e perspectivas, subsídios para a fundamentação dos três eixos da área de concentração. Ela está permeada pela riqueza de possibilidades de análises que consideram, por certo, a perspectiva dogmática-jurídica, mas que não se limitam a ela, estabelecendo diálogo com a área filosófica, histórica, sociológica, das letras, da política, dentre outras possibilidades, em uma perspectiva que Tércio Ferraz Júnior chamou de zetética.

O Programa assume que, embora situado na área de avaliação do Direito, vem privilegiando uma perspectiva interdisciplinar, que se reflete especialmente na composição do seu corpo docente, como ficará claro nas linhas seguintes. Mas sem desconsiderar os limites e critérios de aderência estabelecidos pela área, porquanto todos os docentes do PPGD têm pesquisas conexas à área de concentração da proposta e/ou são titulados preponderantemente na área do Direito.

O projeto de pesquisa “Direito e Direitos Humanos em perspectiva” que o Prof. Dr. Daniel Machado Gomes coordena, parte da primazia dos direitos humanos na concepção atual do Direito para considerar aspectos filosóficos e históricos que auxiliem na compreensão ou superação dos desafios jurídicos contemporâneos. Acolhe análises de viés jusfilosófico, com vistas a explicar o sentido do Direito e/ou fundamentar os Direitos e os Direitos Humanos e, também, investigações que adotem o método histórico. Passou a receber contribuições de outros docentes do PPGD durante o quadriênio, especialmente o Prof. Carlos Frederico, da linha 1.

Os Direitos Humanos, por sua vez, são objeto de especial atenção no projeto “Direitos Humanos e Retórica na Era Secular”, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Frederico Calvet da Silveira. O docente trabalhou durante o quadriênio 2021/2024 com a seguinte proposta: dado que ao processo de secularização das sociedades modernas, seguiu-se uma nova forma de ciência demonstrativa que é assumida e desenvolvida pela filosofia cartesiana, e dada a falência deste tipo de argumentação no âmbito das ciências humanas, acentuada no século

XX, investiga-se se, num segundo momento, a retórica se tornou o instrumento da verdade nas sociedades democráticas atuais, representando uma potencial ameaça às conquistas obtidas no campo dos Direitos Humanos. Em seu projeto de pesquisa o Prof. Frederico trabalhou de forma articulada sobretudo com os professores Daniel Machado e Sérgio Salles, ambos da linha 1.

Ainda na linha 1, foco especial é dado ao caráter pedagógico, formador e transformador, das matrizes teóricas da Justiça e dos Direitos Humanos como forma de cultivar criticamente o repositório de ideias e conceitos jurídicos. Ponto de partida para uma formação aprofundada sobre o tema é a justificação das normas legitimadoras do agir humano em um painel de teorizações acerca da Justiça, passando por inúmeros pensadores. É aqui que se insere o projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Sérgio de Souza Salles, intitulado “Filosofia dos Direitos Humanos”, em que se busca estabelecer um lugar teórico de encontro entre a Filosofia do Direito e a justiça, a partir das discussões contemporâneas sobre os fundamentos dos direitos humanos. Prof. Sérgio, além de desenvolver a editoração de revistas científicas, especialmente a Revista Lex Humana vinculada ao PPGD (<https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana>), incrementou seu diálogo com outros professores da linha 1, sobretudo Profa. Denise Salles, Prof. Carlos Frederico e Prof. Maurício Pires Guedes, o que deu azo a vários produtos técnicos e bibliográficos.

Por outro lado, é essencial questionar em que medida o processo, diante das diversas fundamentações que o legitimam, tem condições de efetivar a justiça e os direitos humanos. Para isso é preciso voltar aos seus fundamentos. O especial elo entre a área de concentração e as linhas de pesquisa está exatamente nas investigações sobre o rendimento dos mecanismos para efetivação da justiça e dos direitos humanos.

Nesse sentido, o Prof. Dr. Antonio Eduardo Ramires Santoro conduziu, no quadriênio, projetos de investigação que, de forma inovadora para o PPGD/UCP, estão conectados a ambas as linhas, cumprindo uma função integradora. Desde 2023 o professor é responsável pelo Projeto de Pesquisa “As metarregras dos desenhos

processuais penais desumanizantes”, contemplado com uma bolsa de Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. A proposta da pesquisa é discutir como o fenômeno do processo se destaca da sua deontologia e os seus atravessamentos políticos, sociais, culturais. Tal proposta agrega contribuições de colegas da linha 1, como as Profas. Denise Salles e Deise Castro, para além das parcerias externas e internacionais firmadas pelo professor e o trabalho conjunto com seus alunos e egressos, por exemplo, o Mestre Kerston Benevides (dissertação premiada pelo IBCCRIM).

Exemplos de processos desumanizantes são aqueles que envolvem a violência contra Mulher, especial foco de interesse da Profa. Denise Mercedes N. N. Lopes Salles. Ela foi responsável pelo Projeto de Pesquisa “Democracia, Política e Direitos Humanos”. Inicialmente voltado para investigar a relação entre política e direitos humanos na América Latina, migração e inclusão, o projeto experimentou uma inflexão, para enfocar o tema do empoderamento feminino e a igualdade de gênero. A partir de 2023 tem ampliado sua interação com colegas das linhas 1 (Prof. Sérgio) e 2 (Felipe Asensi), inclusive com o compartilhamento de disciplinas e outras iniciativas.

Uma aquisição importante para a Linha 1 durante o quadriênio foi a Profa. Dra. Deise Ferreira Viana de Castro, colaboradora. Ela defendeu tese doutoral em Estudos da Linguagem na PUC/Rio no ano de 2023, com o título: “Não ficou demonstrada a imprescindibilidade da mãe no cuidado com as crianças: avaliações sobre gênero e maternidade em decisões judiciais a respeito da prisão domiciliar”, realizando análise do discurso jurídico que, por vezes, sustenta ou, em outras tantas, pode colocar em risco a direitos já conquistados. Aproximou-se naturalmente do projeto da Profa. Denise e ambas vêm produzindo conjuntamente, como ocorreu no III Seminário Internacional do PPGD/UCP – Justiça, Processo e Direitos Humanos – Integração e Conexões Acadêmicas em torno dos ODS/ONU, evento de integração realizado em dezembro de 2024.

Finalmente, a linha 1 do PPGD incorporou, desde fevereiro de 2022, a contribuição do Prof. Maurício Guedes como professor do quadro permanente, conduzindo o projeto de pesquisa “Teorias do

Estado e da Justiça”. Busca estabelecer um espaço teórico que propicie, ora o encontro, ora o confronto, entre a teoria do Estado e a filosofia da justiça. Além de coordenar importante Projeto de Extensão no PPGD (Minuto do Direito para educação em Direitos Humanos), o docente vem atuando com o Prof. Sérgio na lecionação de disciplinas e outros projetos.

Logo, a linha 1 tornou-se mais robusta e consistente durante o quadriênio 2021/2024 e vem contribuindo para a formação de docentes e pesquisadores com competência para conduzirem um ensino jurídico humanista e incorporarem práticas humanistas em seus fazeres profissionais, o que significa embasar solidamente o conhecimento teórico nos alicerces do pensamento jusfilosófico ocidental, e aproximar-se dos outros seres humanos numa relação de empatia e cooperação.

Linha 2 – Processo e efetivação da justiça e dos Direitos Humanos

A linha 2 do PPGD contempla as exigências contemporâneas de um debate aprofundado em torno da construção de meios adequados para a efetivação da Justiça. Tal efetivação demanda a existência de instrumentos propícios disponibilizados pelo Estado aos seus cidadãos para combater e reparar injustiças, para resolver conflitos e ver protegidos os Direitos Humanos, sobretudo dos vulneráveis. Assumiu-se que o processo, fundado num paradigma de garantias e promoção de direitos humanos, existe não só para impedir a vingança privada, mas também para frear o arbítrio estatal, assegurando a eficácia imediata e concreta dos direitos.

Para além do processo, contudo, pretende-se alargar o olhar acerca das diversas formas de efetivação da justiça e dos direitos humanos. No passar dos anos, as perspectivas da linha 2 se multiplicaram em três vieses: o que concebe o processo como mecanismo de efetivação da justiça e dos direitos humanos; mecanismos extraprocessuais (mediação e conciliação, sobretudo) como meios adequados de efetivar

a justiça e os direitos humanos; e o processo como mecanismo de eliminação da injustiça.

O projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo Pereira de Almeida, “Observatório das reformas processuais destinadas a proporcionar eficiência na prestação jurisdicional em causas seriais”, quer desenvolver uma análise crítica das reformas destinadas a proporcionar eficiência na prestação jurisdicional, principalmente com o emprego de precedentes judiciais. Mais recentemente a pesquisa teve uma inflexão para considerar os chamados processos estruturais, consensualidade e a introdução da inteligência artificial. O Professor Marcelo dialoga e produz com frequência com colegas como o Prof. Klever Filpo (linha 2), assim como a egressa Lilia Nunes Silva (Profa. UNESA e Doutoranda UFF) por exemplo.

Ainda na Linha 2 a proposta não ignora aqueles mecanismos que não exigem a intervenção estatal para serem implementados. A mediação extrajudicial e as práticas de Justiça restaurativa seriam exemplos. Durante o quadriênio, foram produzidas dissertações de qualidade sobre esses temas em ambas as linhas. Um exemplo foi a dissertação defendida por Marcelo Gouvea Martins, publicada no ano de 2022 pela editora Lumen Juris. Outro foi a dissertação de Claudia Maria Ferreira de Sousa, coordenadora geral do NUPEMEC/TJERJ orientada pelo Prof. Sérgio. Ela publicou em 2024 o E-book “Da violência à mimética dos símbolos da paz”, editora Essere nel Mondo.

Nesse campo o PPGD passou a atrair pesquisadores inclusive do exterior como a mestranda colombiana Camila Gomez de la Rosa que, durante o ano de 2024, foi selecionada como bolsista de mestrado no Edital Internacional Move la America da CAPES. A produção do PPGD nesse tema é forte e gerou parcerias e eventos conjuntos com o TJRJ por exemplo.

Na linha 2, os projetos conduzidos pelo Prof. Dr. Klever Filpo tiveram como especial foco os métodos consensuais, enxergados a partir de uma perspectiva empírica, crítica e reflexiva. A partir de 2023 o professor optou por reformular seu projeto. A proposta, agora intitulada “Acesso a Direitos e Superação de Desigualdades Sociais:

perspectivas empíricas e interdisciplinares” é fomentar pesquisas sociojurídicas de abordagem empírica para explicitar os desafios para a efetivação dos direitos humanos e as limitações dos mecanismos empregados para acessá-los, assim como problematizar as diferenças que limitam o acesso a direitos por determinadas pessoas e grupos vulneráveis, excluídas e/ou discriminadas por cor, sexo, gênero, idade, etc. Teve como principais interlocutoras no quadriênio as Profas. Diana Ramos e a Profa. Mirel Legrá, além do Prof. Marcelo.

Durante o quadriênio também se somou à linha 2 do PPGD a Profa. Dra. Mirel Legrá Fleitas, na qualidade de professora colaboradora. Isso ocorreu por conta de ter sido contemplada com bolsa e auxílio financeiro no Edital de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil FAPERJ/CNPq-2022. Na ocasião o PPGD/UCP firmou uma parceria com o PPGDIN/UFF propondo o projeto interinstitucional intitulado “Práticas de mediação realizadas por meio virtual no Rio de Janeiro: levantamento dos desafios e análise das contradições, dilemas e paradoxos entre discursos normativos e práticas judiciais”. O objetivo é pensar criticamente a mediação de conflitos em um mundo digital.

Também participou do quadro permanente do PPGD, entre 2022/2023, a Profa. Dra. Diana Ramos de Oliveira, a qual contribuiu para o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Acesso a Direitos e Superação das Desigualdades Sociais: perspectivas empíricas e interdisciplinares”, já descrito. A saída da professora deu-se de forma voluntária por aprovação em concurso público. Autodeclarada mulher preta, Diana liderou a organização de um evento anual internacional intitulado “Seminário de Estudos sobre Relações Étnico-Raciais e outros Marcadores Sociais da Diferença: diálogos interdisciplinares”, reunindo pesquisadores de diversos PPGs e instituições que teve sua quinta edição realizada em 2022, com muitos produtos, inclusive coletânea lançada em 2023 com recursos da FAPERJ, muito conectado à proposta inclusiva do PPGD.

Como visto acima, o processo judicial pode funcionar como promotor de direitos, um redutor de desigualdades, um instrumento de realização de justiça social e concretização de direitos humanos. Mas,

por vezes, também é capaz de acentuar desigualdades, como ocorre no caso de litigantes idosos, pobres e analfabetos, por exemplo, em suas disputas com grandes empresas ou pessoas jurídicas de Direito Público. Nem sempre estas questões são problematizadas, mas, nos processos judiciais em moldes tradicionais, ou nos espaços extrajudiciais e consensuais, trazem repercussões e geram obstáculos no acesso a direitos e distribuição da justiça.

Essas questões foram também percebidas, em outros contextos e contornos, pelo Prof. Dr. Antônio Eduardo Ramires Santoro, que desenvolveu investigação para compreender e problematizar, como já explicitado acima, os atravessamentos por aspectos políticos, sociais, culturais e etc., que fazem com que o processo, na prática, ganhe contornos desumanizantes, potencialmente violadores da ética e dos ideais de Justiça e dos Direitos Humanos. Nessa perspectiva, dentro da linha 2, o “processo” é colocado em xeque enquanto mecanismo de efetivação de justiça e direitos humanos, mediante uma análise de casos empíricos.

A partir de 2023, como um desdobramento natural das suas pesquisas, agora com bolsa de Cientista do Nosso Estado da FAPERJ, o Prof. Santoro passou a desenvolver o Projeto de Pesquisa “As metarregras dos desenhos processuais penais desumanizantes”, para discutir, em síntese, como o fenômeno do processo se destaca da sua deontologia, estabelecendo uma ligação entre ambas as linhas do PPGD para cumprir uma função integradora. Esse esforço gerou muitos produtos inclusive livros congregando Professores da UCP, como o Prof. Flávio Mirza, e da UBA, um deles com a participação do jurista Eugenio Zafaroni, dentre outros.

Seguindo adiante, também na linha 2 está situado o projeto de pesquisa “Aspectos Inovadores do Direito Probatório”, coordenado pelo Prof. Dr. Flavio Mirza. A proposta é desenvolver pesquisas acerca do Direito Probatório sob perspectiva crítica, trabalhando suas principais inovações e refletindo sobre o tema à luz da Justiça, do Processo e dos Direitos Humanos. Um dos seus objetos de interesse no quadriênio foi a chamada justiça consensual. O projeto está articulado com a trajetória de pesquisa e, também, técnica, do docente em

sua interação com colegas da linha 2, especialmente em diálogo com os Profs. Santoro e Rodrigo.

O tema das provas nos processos também é explorado, sob outras perspectivas, pelo Prof. Dr. Rodrigo Grazinoli Garrido ao lançar mão de uma abordagem empírica em seu projeto de pesquisa “Ciência forense e técnica processual”. Propõe pesquisa teórica e experimental nas diversas áreas da Ciência Forense, avaliando, sobretudo os processos de produção da prova técnica e sua aplicação processual, seus atores, instituições e usuários. Além de avaliar o desenvolvimento da legislação e normativas relacionadas com a perspectiva dos Direitos Humanos e garantia da justiça. O direito à saúde também foi explorado por ele no quadriênio. Aos poucos o Prof. Rodrigo tem lançado um olhar mais atento às ameaças aos Direitos Humanos no cenário internacional, aproximando-se, assim, de outros projetos em curso no Programa rumo à internacionalização.

A atuação das instituições jurídicas e judiciárias na promoção da Justiça e na efetivação dos direitos humanos, especialmente os Direitos Sociais, são objeto de atenção do Prof. Dr. Felipe Dutra Asensi, que coordena o projeto de pesquisa “Efetivação de Direitos e Instituições Jurídicas”. Busca investigar o impacto do Poder Judiciário no cotidiano das instituições públicas e privadas, especialmente através de demandas voltadas para a efetivação de direitos – a saúde, em especial. Vem atuando em parceria com a Profa. Denise em publicações e atividades docentes, assim como organizou eventos (CAED-JUS) e livros e publicou em coautoria com o Prof. Klever e outros colegas sobre variados temas.

Em boa parte do quadriênio, nesse mesmo projeto, a linha 2 do PPGD pôde contar com a colaboração do Prof. Dr. Rafael Pacheco Lanes. Ele colaborou na execução da turma MINTER realizada entre 2020 e 2022 e, já no ano de 2024, na submissão de projeto para uma nova turma (em resposta ao edital 25/2024/CAPES-PCI-MINTER). Egresso do PPGD/UCP e recém-doutor pela UCP, o colaborador é docente da UNIVIÇOSA-MG e sua situação de colaborador está em conformidade com a Port. 81/2016 da CAPES.

Finalmente, na linha 2 do PPGD está situado o Projeto de pesquisa desenvolvido pelo Prof. Dr. Eduardo Antônio Klausner, com o título “Direitos Humanos em Espécie”. Tem como objetivo pesquisar Temas Emergentes em matéria de Direitos Humanos na sociedade nacional e internacional e a ordem jurídica dedicada à proteção da pessoa humana, no intuito de identificar violações a Direitos Humanos e Fundamentais ou situações em que a pessoa humana ou grupos sociais são expostos a abuso. Essa proposta inclui forte interação com a Literatura. O docente ampliou seu diálogo com colegas na produção de eventos e coletâneas, sendo um dos organizadores da obra Arquivos de Justiça, Processo e Direitos Humanos, no ano de 2024, congregando contribuições de professores, alunos, egressos e colaborações externas.

Projetos Integradores de Extensão

Na percepção do PPGD, nenhum dos vieses mencionados nos parágrafos anteriores, referentes à Linha 2, pode ser investigado de forma estanque da perspectiva sobre seus fundamentos políticos, filosóficos, sociológicos, históricos e deontológicos, muito caros à linha 1, o que imbrica de forma essencial as duas linhas que compõem o Programa. O entrelaçamento dos eixos da área de concentração, nas duas linhas, conduz à construção de um projeto educacional crítico, solidário e transformador para o campo investigativo do Direito, estimulando também aproximações interdisciplinares.

Para atender as orientações da CAPES recebidas nos últimos ciclos avaliativos, buscamos construir, entre 2021/2024, uma maior interação entre as linhas. Ademais, todos os projetos em andamento no PPGD atualmente reúnem alguns professores, em atenção ao item 2.4.5 do documento de área (ver ficha de avaliação anexa). Ninguém está só. Há evidências de que o almejado entrelaçamento entre os eixos condutores da proposta efetivamente ocorreu como uma prática cotidiana da equipe refletindo-se em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Vislumbra-se que, para o futuro, os projetos poderão vir a ser ainda mais aglutinados e aglutinadores, o que, em uma perspectiva de autoavaliação, parece ser uma tendência que vem se edificando no PPGD. É um prognóstico possível quando se percebe, por exemplo, a afinidade que existe entre as propostas dos Profs. Santoro, Mirza e Rodrigo, em relação aos aspectos probatórios do processo penal. Ou entre as Profas. Denise e Deise, em relação ao empoderamento feminino e pautas correlatas.

O Programa encerra o quadriênio fortalecido como decorrência natural do trabalho que efetivamente realizou em torno de propostas integradoras. Por isso, optou por cadastrar e dar maior visibilidade, na Plataforma Sucupira, a três projetos que concretizam um compromisso de trabalhar de forma coesa para o desenvolvimento local, regional e nacional (vocação do PPGD), e ainda mantendo os olhos postos em uma crescente internacionalização. Eles aglutinam e articulam um conjunto de iniciativas que, durante o quadriênio, aproximaram e integraram atividades de ensino, pesquisa e extensão do Programa e as experiências de docentes, seus alunos e egressos para ampliar seus projetos de pesquisa e o caráter interdisciplinar das suas ações:

- **Minuto do Direito na Rádio UCP/FM: uma proposta de educação para a cidadania e os Direitos Humanos** – projeto de extensão, é coordenado pelo Prof. Maurício Guedes. É desenvolvido por professores e alunos do PPGD/UCP no âmbito do Centro de Ciências Jurídicas envolvendo também professores e alunos da graduação. Tem por objetivo veicular na Programação da Rádio UCP (106,3 FM) informações de conteúdo jurídico e esclarecer a população sobre os seus direitos, com ênfase nos Direitos Humanos. Aborda temas como: direito ambiental, liberdades individuais, direitos sociais e direitos das pessoas com deficiências. Um relatório técnico do projeto foi publicado na forma de artigo na Revista Expressa Extensão da Universidade Federal de Pelotas durante o quadriênio e há uma página web de divulgação (<https://ucp.br/minuto-do-direito/>).

• **Resposta às demandas de Justiça e Direitos Humanos em Petrópolis após a tragédia socioambiental ocorrida no verão de 2022.** Projeto de Extensão que fortalece a inserção local e regional do PPGD aglutinando as ações desenvolvidas em resposta às demandas de Justiça e Direitos Humanos em Petrópolis após a tragédia ocorrida no verão de 2022, em diálogo com outras entidades. Assistência social, moradia digna, eliminação da violência contra a mulher e processos estruturais foram alguns dos temas trabalhados. O principal financiador dessas ações foi a FAPERJ em diferentes editais, inclusive JCNE. Gerou produtos técnicos e bibliográficos diversos. Exemplo: <https://ucp.br/pesquisaaluguelsocial/>.

• **Reforço às Ações de Internacionalização do PPGD/UCP em um cenário de pandemia** – Projeto Interinstitucional de extensão. Tem por finalidade a busca de recursos junto à FAPERJ para reforçar a internacionalização do PPGD. Gerou muitos produtos, dentre eles a celebração de convênio formal com a Universidade de Buenos Aires, eventos e coletâneas. Um dos destaques foi o livro multilínguas com a participação do jurista Eugênio Zafaroni (<https://diariodepetropolis.com.br/integra/lawfare-e-democracia-e-tema-de-seminario-internacional-organizado-pela-universidade-catolica-de-petropolis-e-universidade-de-buenos-aires-4840>).

1.1.2 Consistência e coerência da proposta do Programa com o perfil do egresso que se pretende formar

O Programa fomenta uma política acadêmica de formação de professores e pesquisadores para cobrir a demanda por quadros de qualidade no ensino e na produção científica do país. Único PPGD na Serra Fluminense, atende à demanda não só de profissionais do município de Petrópolis e região, mas de todo o estado do Rio de Janeiro e área de influência, como a Zona da Mata de Minas Gerais, sendo certo que já contou com alunos de diversas unidades da federação. Isso é facilitado pela posição estratégica na cidade de Petrópolis, por onde passa a Rodovia BR-040. É uma das rodovias mais importantes do país e essa proximidade é uma potencialidade do PPGD.

O Programa acredita cumprir importante papel local, regional e nacional e que seus egressos fazem a diferença nesse contexto, como evidenciam, por exemplo, as trajetórias do egresso Rafael Lanes Ribeiro, já mencionado, e a de Lilia Nunes (Professora da UNESA). Almeja que os egressos estejam qualificados para realizarem pesquisas de alto nível aderentes à sua área de concentração e linhas de pesquisa, bem como sejam capazes de desenvolver uma cosmovisão humanista de defesa da justiça.

A sua visão para os egressos é que sejam: 1) qualificados para a pesquisa, para a produção acadêmica e sua correspondente divulgação em meios competentes e qualificados; 2) aptos à docência em nível de graduação e de especialização, voltado para a abordagem de temas e problemas relevantes no âmbito da justiça, do processo e dos direitos humanos; 3) qualificados para atuar, profissionalmente, na perspectiva de um compromisso com os direitos humanos, na conformidade do que foi projetado no PNEDH, especialmente em relação aos profissionais da justiça e da segurança; 4) capazes de avaliar e formular políticas em matéria de direitos humanos, reforçando o vínculo entre o Estado e a sociedade para a promoção e proteção destes mesmos direitos; 5) capazes de assessorar, tanto em âmbito privado quanto público, em questões de justiça e de direitos humanos a partir de uma perspectiva interdisciplinar; 6) capazes de contribuir para o estabelecimento de processos e mecanismos de cooperação e de intercâmbio, na área jurídica, entre instituições da região, do país e do exterior; 7) aptos a promover a reflexão crítica das estruturas fundamentais do Direito ao realizar pesquisas que contribuam efetivamente para o aprimoramento do processo jurídico, entendido como instrumento de efetivação da justiça e dos direitos humanos.

1.1.3 Relação entre a estrutura curricular e a formação

As disciplinas curriculares foram organizadas e divididas em três Núcleos. O primeiro, Núcleo Comum, é formado pelas disciplinas obrigatórias da área de concentração com a missão de preparar o aluno para a especificidade da pesquisa em direito e do ensino na pós-graduação. Além disso, a estrutura curricular abriga todas as demais disciplinas optativas do Programa em dois núcleos específicos, um para cada linha, cada qual constituído por disciplinas optativas, das quais o aluno deverá cursar pelo menos quatro, em entendimento com o seu orientador e seu plano de curso.

Considerando as necessárias interações entre as linhas, sem perder a identidade de cada uma, flexibiliza-se o currículo de forma que o aluno curse três disciplinas optativas de sua Linha e uma da outra Linha. As disciplinas obrigatórias do Núcleo Comum, de cunho jurídico e metodológico, fornecem a unidade inicial ao Programa, preparando o aluno à pesquisa de qualidade e aderente à área e a uma das linhas de pesquisa do Programa. Por sua vez, as disciplinas específicas, de caráter optativo, dos Núcleos Específicos, foram elaboradas em função das linhas de pesquisa do Programa para sustentarem, com a devida base teórica, a pesquisa e o plano de estudos de seus alunos.

A flexibilização curricular ocorre na medida em que todas as disciplinas dos Núcleos Específicos são optativas, cabendo ao aluno, sob a supervisão de seu orientador, escolher aquelas que mais se identificam e favorecem o seu plano de estudos e de pesquisa. Em cada um dos Núcleos Específicos das Linhas há disciplinas de Tópicos Especiais, com conteúdo de ementa e bibliografia variável de acordo com o professor e o plano acadêmico anual. Essas disciplinas, inicialmente vinculadas aos professores permanentes do Programa, podem ser ministradas por professores convidados e pelos colaboradores.

Cada um dos Núcleos Específicos das Linhas apresenta disciplinas que são ministradas pelos Professores vinculados à sua Linha. Mas há também um intercâmbio entre Professores de Linhas diversas que ministram conjuntamente disciplinas de Núcleo diferente de sua vinculação, tendo em vista a interação entre as Linhas.

Conforme Regimento Interno, cada mestrando deve cursar 12 créditos em disciplinas obrigatórias e 12 créditos em disciplinas optativas do Curso necessárias para a obtenção de vinte e quatro créditos (360 horas/aula). Além disso, o aluno deve realizar uma série de atividades acadêmicas, a pesquisa científica e a elaboração da dissertação. É estimulada a participação no grupo de pesquisa do Professor orientador e a realização de estágio docência sob supervisão. O prazo para a conclusão do curso é de 24 meses, conforme o Regimento no qual podem ser consultadas outras informações relevantes sobre o PPGD.

As atividades de orientação são acompanhadas permanentemente por cada professor orientador, especialmente nos seminários de Orientação de Dissertação, nos quais os alunos devem se matricular a partir do 2º período no curso. E, também, nas reuniões dos respectivos grupos de pesquisa.

A matriz curricular comporta disciplinas voltadas para habilitar os egressos para a pesquisa e a produção acadêmica, não apenas privilegiando referenciais e abordagens teóricas atualizadas e pertinentes, mas também conferindo grande importância para a metodologia da pesquisa e incorporando métodos Interdisciplinares e inovadores para abordagem adequada de seus objetos de interesse. Isso porque se trata de um MESTRADO ACADÊMICO em que a pesquisa científica ocupa papel central.

Durante o ano de 2024 houve a atualização de boa parte das disciplinas do curso de mestrado. A grade curricular do PPGD/UCP, revista, atualizada e aperfeiçoada em 2024, é assim composta, sendo todas as disciplinas com 3 créditos acadêmicos e os seminários de orientação com um crédito acadêmico cada.

I – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO NÚCLEO COMUM:

Teoria do Direito

Metodologia do Ensino e da Pesquisa Jurídica

Processo e Justiça

Orientação de Dissertação I, II, III (IV e V para caso de prorrogação).

II – DISCIPLINAS OPTATIVAS DO NÚCLEO ESPECÍFICO DA LINHA 1:

Bioética e Biodireito

Educação e Direitos Humanos

Fundamentos da Ética e da Política dos Direitos Humanos

Fundamentos Filosóficos dos Direitos Humanos

Hermenêutica Jurídica e Direitos Humanos

Justiça e Direitos Humanos

Teoria da Justiça

Teoria do Estado de Direito

Tópicos Especiais em Filosofia do Direito

Tópicos Especiais em Filosofia do Direito II

Fundamentos Filosóficos da Justiça (nova)

Literatura, Cinema e Direitos Humanos (nova)

III – DISCIPLINAS OPTATIVAS DO NÚCLEO ESPECÍFICO DA LINHA 2:

Acesso à Justiça

Devido Processo Legal e Sistemas de Justiça Criminal

Devido Processo Penal na Convenção Americana de Direitos Humanos

Direito Internacional dos Direitos Humanos

Direitos Sociais e Efetivação da Justiça

Jurisdição Civil, Garantias Processuais e Efetividade da Justiça

Temas Emergentes dos Direitos Humanos

Tópicos Especiais em Ciência Forense

Tópicos Especiais em Direito Processual

Tópicos Especiais em Direito Processual II (conteúdo reformulado)

Direitos Humanos e Desastres (nova)

Devido Processo Penal na Convenção Europeia de Direitos Humanos (nova)

1.1.4 Infraestrutura disponível

Laboratórios: o PPGD/UCP insere-se num ambiente universitário dotado da infraestrutura necessária. As atividades acadêmicas e administrativas são realizadas no campus Dom José Fernandes Velloso, localizado à Rua Benjamin Constant, 213, Centro, Petrópolis. Neste campus, além das estruturas administrativas superiores, encontram-se as coordenações de muitos cursos de graduação, Biblioteca Central, Rádio Universitária, Setor de Intercâmbios, auditórios, salão nobre, auditórios, salas de meios, salas de aula, além do PPG de Educação. O campus conta com amplo estacionamento, quadra de esportes, duas cantinas, refeitório, capela, um lindo jardim e espaços de convivência, dentre outros.

A infraestrutura específica do Programa está instalada no segundo pavimento do prédio CCJ, cuja área total equivale a 771 m². Nesse prédio, a direção do CCJ, a Coordenação da graduação em Direito e o Núcleo de Prática Jurídica, onde também há o Núcleo de Atendimento ao Idoso e Núcleo de Mediação, ambos com participação de alunos do mestrado e da graduação. Todo o prédio é monitorado por sistema de câmeras. Há instalações adequadas para uso de computadores pelos docentes e discentes e algumas máquinas disponíveis com esse objetivo. O prédio é arejado e dotado de boa acústica para a realização de aulas e palestras.

A proximidade com a coordenação da graduação tem permitido a congregação e maior relação com as atividades do curso de Direito e dos graduandos e o envolvimento destes nas atividades de pesquisa do PPGD, etc. Já a proximidade dos prédios possibilita contato entre os variados cursos, em uma convivência propriamente universitária. Isso se reflete na crescente interação entre Programas da UCP e na participação efetiva do Mestrado em Direito em diversas atividades e eventos institucionais tais o Seminário de Estudos sobre Relações Étnico-Raciais e Outros Marcadores Sociais da Diferença, já mencionado. Outro exemplo foi o seminário internacional realizado na UCP em 2023, envolvendo a UCP e professores da Universidade de Buenos Aires, fruto do convênio firmado entre as Instituições (<https://ucp>).

br/universidade-catolica-de-petropolis-e-universidade-debuenos-aires-promovem-seminario-de-internacionalizacao/).

Os portadores de necessidades especiais contam com plena acessibilidade ao estacionamento da Universidade e aos espaços e às estruturas comuns à vida acadêmica e administrativa da instituição, com o uso de elevadores e rampas adaptadas. Tais rampas contribuíram para a superação de uma dificuldade específica da UCP, sediada em prédios históricos em que não são admitidas mudanças estruturais significativas. Para os deficientes visuais, houve a instalação de pisos especiais, que permitem o seu deslocamento com conforto e segurança em boa parte do campus. Há também banheiros adaptados em todos os andares. No caso do PPGD, o acesso por meio de rampa leva até o atendimento geral no primeiro andar que faz a triagem e os contatos com a secretaria. Assim, todas as questões acadêmicas e administrativas são solucionadas no prédio principal do campus, enquanto as aulas, palestras, reuniões de grupos de pesquisa, etc., ocorrem sobretudo em prédio dotado de elevadores e rampas.

Para além dos esforços do PPGD para a promoção de uma maior acessibilidade, a UCP conta com um setor específico para monitorar e acompanhar o contínuo aperfeiçoamento dessas estruturas, qual seja, o Núcleo de Acessibilidade e Apoio Pedagógico (<https://ucp.br/nucleo-de-acessibilidade-e-apoio-pedagogico/>).

O Campus conta com um amplo laboratório de informática com acesso à internet cabeada que pode ser utilizado por todos os alunos e professores. A sala de professores, que pode ser utilizada por mestrandos em estágio docência, dispõe de 3 computadores e impressora/copiadora/scanner compartilhada, com apoio de secretaria e mecanografia.

De forma específica, a infraestrutura do PPGD pode ser descrita da seguinte forma:

- a) 06 (seis) salas com mobiliário adequado aos gabinetes para todos os docentes permanentes e colaboradores do mestrado.

do, equipadas com computadores (desktops e/ou notebooks) e acesso sem fio e cabeado à internet, assim organizadas: Sala 03 com 9,10 m²; Sala 05 com 9,10 m²; Sala 07 com 8,82 m²; Sala 09 com 8,82 m²; Sala 11 com 8,53 m²; Sala 13 com 8,59 m².

- b) 01 (uma) sala específica com 10,08 m² para as atividades acadêmicas e administrativas da coordenação e vice-coordenação do mestrado em direito. Tal sala é equipada com um notebook e um computador desktop, uma impressora conectada em rede wireless, secretaria e mobiliário adequado ao recebimento dos alunos e dos interessados em informações sobre o Programa;
- c) 01 (uma) sala de uso da secretaria do mestrado com 9,32 m², equipada com um desktop, telefone sem fio, uma impressora laser multifuncional e mobiliário adequado à recepção dos alunos e interessados em informações sobre o Programa, atendidos por um funcionário técnico administrativo;
- d) 01 (uma) sala de orientação e estudo com 8,53 m², equipado com mobiliário e acesso à internet sem fio ou cabeada para as atividades discentes e docentes no âmbito dos grupos de pesquisa. O PPGD dispõe de notebooks para uso nesta sala.
- e) 01 (uma) sala de reuniões com 11,94 m² com mobiliário próprio para este fim. Permite acesso à internet através de dispositivos móveis e notebooks. Durante o ano de 2024, utilizando recursos do Edital Jovem cientista do Nosso Estado da FAPERJ, essa sala e uma de apoio foram reunidas para dar lugar a uma sala de videoconferências específica para o PPGD, com cerca de 16 metros quadrados, de modo a permitir a participação de docentes e discentes em bancas, reuniões e outras atividades em que especiais condições acústicas e de acesso à internet se façam necessárias.
- f) 01 (um) auditório com área total de 69,19 m² com bancadas e cadeiras, mesa com 04 (quatro) cadeiras para disposição do

apresentador ou banca, quadro branco para pincel, um aparelho de televisão com 50' com as necessárias instalações para uso em apresentações.

- g) 02 (duas) salas de arquivo que podem ser usadas para a guarda de documentos, livros e outros materiais para divulgação do PPGD. Todas as salas do PPGD/UCP possuem acesso à internet sem fio, o que permite a utilização não só da internet banda larga, mas também das bases online de dados nos computadores e dispositivos pessoais de acesso à internet (celular, tablets, notebooks, etc.). Essas dependências também são equipadas com bebedouros, ventiladores, quadros murais, estantes, prateleiras, arquivos, etc., perfazendo uma estrutura bastante adequada para o desenvolvimento de todas as atividades do curso com significativo conforto.

Além das instalações exclusivas do PPGD, alunos e professores podem utilizar toda a infraestrutura da UCP, a qual pode ser compreendida com maior detalhamento no PDI atualizado da instituição, em sua página de TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL, disponível no link: <https://ucp.br/transparencia/#:~:text=PDI,objetcivos%20planejados%20em%20nossa%20institui%C3%A7%C3%A3o>. Anotando que a IES passou por recentíssimo processo de credenciamento pelo MEC o que atesta a adequação para o desempenho adequado de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Recursos de Informática – A Universidade faz parte do Projeto de Conectividade da RNP, chamado de RMP – Rede Metropolitana de Petrópolis. Trata-se de uma infraestrutura óptica para interligação das principais instituições de ensino e pesquisa da cidade, com acesso à Internet em alta velocidade (1GBps). Desde 2013, seguindo até o ano de 2025, a Universidade participa desse projeto integrado com a CEFET, Fiocruz, PMP, LNCC e Museu Imperial. Encontra-se conectada ao backbone ipê, através do LNCC, tendo obtido permissão da Rede Rio de computadores para usar a infraestrutura de fibras ópticas a fim de acessar o ponto de presença da Rede Rio em Petrópolis.

Desde 2014, dando continuidade ao processo de atualização de sua infraestrutura de rede, foram adquiridos novos servidores para acesso à internet, condizentes com o aumento da capacidade do link RNP/RedeRio. Há consistente infraestrutura wireless no campus Benjamin Constant, onde está localizado o mestrado em direito, com instalação de rádios na biblioteca, laboratórios de informática e áreas de convivência. Deve-se ainda destacar a ampliação do parque de servidores no datacenter da UCP, permitindo novas aplicações em EAD, notadamente a hospedagem das novas versões do ambiente de ensino e aprendizagem virtual (Moodle).

Nesse esforço, nos anos que se seguiram e durante este quadriênio, continuou-se a substituição de antigos equipamentos de rede por novos equipamentos, com portas ópticas e maior velocidade de acesso, além da necessária troca de computadores em salas de coordenação e apoio acadêmico, em consonância com os projetos de modernização dos computadores dos laboratórios. Foram adquiridos equipamentos para melhoria da acessibilidade de alunos portadores de deficiências visuais (Scanners Fujitsu, estações de digitalização e Programas de leitura de tela).

O prédio principal do campus Dom Veloso é todo equipado com infraestrutura wireless, e, para melhor qualidade de sinal, existe rede cabeada do Núcleo de Pesquisas e Publicações Jurídicas do CCJ, mesmo prédio do mestrado em Direito. A UCP também dispõe de um sistema de “digital signage” (sinalização eletrônica). O sistema permite transmissão, em tempo real, de avisos para os alunos da graduação e da pós através de TVs localizadas nos campi da universidade.

No que diz respeito aos recursos de informática de uso exclusivo, o PPGD está bem equipado, graças ao investimento de recursos da própria instituição ou provenientes da aprovação em sucessivos editais de fomentos, podendo ser ressaltados, como exemplos no decorrer dos anos: FAPERJ – Projeto E-26/110.789/2010, intitulado Direitos Humanos e Mediação, sob a coordenação da Profa. Hilda Bentes, destinando R\$ 46.510,05 para a modernização dos recursos de informática, havendo a renovação e manutenção permanente desse acervo pela instituição, ao longo dos anos, inclusive no qua-

drênio 2021/2024. CNPq – Projeto contemplado no Edital Universal, 2016, coordenado pelo Prof. Klever Filpo, com a aquisição de notebook e uma câmera de videoconferências. FAPERJ – Projeto contemplado com bolsa de Jovem Cientista do Nosso Estado, em 2023, pelo Prof. Klever que viabilizou a compra de uma TV grande de tela plana com suporte profissional, para aparelhar a sala de videoconferências, e a contratação de serviços destinados à manutenção e atualização dos equipamentos de informática do PPGD, serviços que estão sendo executados desde 2024. Projeto que contemplou a Profa. Mirel Legrá (CNPq e FAPERJ) como bolsista de pós-doutorado com auxílio financeiro que vem auxiliando o Programa no reforço à sua estrutura dentre outros.

De forma resumida, trata-se de 5 computadores, sendo 2 (dois) computadores Dell Desktop e 03 (três) computadores Optiplex 390 DT – BRH3390; 04 (quatro) laptops DELL VOSTRO 1014 Pentium (R) Dual Core 2.0 GHz; 04 (quatro) notebooks Dell com processadores Intel® Pentium® T4400 (dual core, 2.2 GHz, 1 MB L2 cache, 800 MHz FSB), sendo um deles colocado à disposição da coordenação do curso. Todos, contendo os softwares necessários para atender as necessidades dos Professores e Coordenação do PPGD, inclusive videoconferências, etc.

Há também 03 (três) impressoras HP Laserjet Pro P1102W e 01 (uma) impressora HP Color LaserJet CP2025 com scanner e função de reprografia (xerox), com sistema de conexão cabeada à intranet, que permite a impressão aos computadores conectados à rede do mestrado em direito; 2 (dois) projetores multimídia, um da marca View Sonic (DLP Texas Instruments), modelo PJD5112, e outro da marca EPSON, modelo H283A. Bem como outros aparelhos como gravadores, filmadoras, duas TVs de tela plana e câmera de videoconferência, e outros equipamentos para pesquisa de campo, tais como gravadores de pequeno porte.

Outros Recursos – Durante o quadriênio, a UCP seguiu ofertando os recursos da Sala Central de Videoconferências, disponível mediante agendamento prévio. Ela está equipada com link dedica-

do ADSL de 10MBps, TV LCD de 47" e sistema de videoconferência Policom. A sala possui cobertura WIFI e oferece notebooks para gerenciamento do sistema de videoconferência. Também possui projetor multimídia e quadro branco, além de isolamento acústico profissional.

Além dessa sala, como já explicado, o PPGD organizou a sua sala própria de videoconferências durante o quadriênio, embora em condições mais modestas. Há também uma sala multimídia disponível no segundo andar do prédio principal do campus, onde podem ser ministrados workshops, cursos e realizadas reuniões de trabalho, como, por exemplo, reuniões destinadas à atividade dos grupos de atualização das disciplinas do mestrado, dentre outras, dispondo de recursos de informática, TVs, acesso à internet, bancadas e cadeiras para o trabalho em equipes e coworking.

Ainda durante o quadriênio, a Universidade seguiu investindo na manutenção e aperfeiçoamento da infraestrutura do PPGD não apenas na manutenção do prédio e do mobiliário, etc., mas também na manutenção e ampliação da infraestrutura de informática. A esse esforço institucional somaram-se os docentes na captação de recursos junto aos órgãos de fomento. Por exemplo, aqueles recebidos pela Profa. Mirel Legrá no edital de apoio à fixação de Jovens Doutores no Brasil, que permitiu a utilização de parte da verba de custeio para manutenção dos equipamentos de informática, serviços estes agora em fase de execução e, também, para fazer frente a despesas de custeio da pesquisa em curso.

O Programa também vem utilizando parte dos recursos do PNPD Capes para a realização de serviços importantes ao aperfeiçoamento de sua estrutura, observando rigorosamente as regras dessa modalidade de fomento. Outrossim, a instituição coloca à disposição do PPGD toda uma estrutura de apoio, contando com um setor de eventos, um setor de comunicação institucional e um setor de recursos audiovisuais. Eles são aparelhados com pessoal e material necessário a apoiar todo tipo de evento, como pode se verificar em diversos vídeos disponíveis na TV UCP – Canal da UCP no YouTube. Para citar um exemplo em que o setor de eventos e o setor de comunicação

trabalharam juntos, em prol do PPGD, pode-se mencionar: https://www.youtube.com/watch?v=8Kzlu_HJdjo. Ver também anexos do relatório.

Com o advento da Pandemia, seus desdobramentos e a necessária manutenção das atividades acadêmicas de forma remota, foram desenvolvidos esforços institucionais no sentido de aprimorar o parque de servidores no datacenter da UCP, bem como a estrutura do EAD e foi estabelecido convênio com a Google para uso do GSuite. Tais aperfeiçoamentos foram mantidos pela Universidade após o período pandêmico e seguiram disponíveis durante o quadriênio 2021/2024.

Biblioteca – A UCP adota um sistema integrado de bibliotecas, permitindo amplo acesso de seus estudantes ao acervo. As bibliotecas encontram-se assim distribuídas: 1) Biblioteca Central, localizada na Rua Benjamin Constant, 213, com 650 m²; 2) Biblioteca Auxiliar, localizada na Rua Barão do Amazonas, com 600 m². O acervo total corresponde aproximadamente a 85 mil volumes e 62.685 títulos, sendo 48.823 na BC e 13.862 na BA. Os periódicos correspondem a 1.443 títulos, distribuídos entre a BC com 961 títulos e a BA com 482 títulos. De modo mais específico, o número total do acervo de livros da área de direito corresponde a 7.609 títulos, enquanto o número total do acervo de periódicos da área de direito perfaz 218 títulos.

Os mestrandos de direito têm acesso às duas bibliotecas, ainda que a mais utilizada seja a do Campus Dom Veloso, em razão de ser o mesmo campus do mestrado em direito. Nesse local há um setor destinado especificamente ao PPGD. Além dos livros e periódicos, há dicionários e normas técnicas da ABNT por área. O acervo das bibliotecas da UCP está informatizado. Os computadores das bibliotecas possibilitam o acesso ao catálogo do acervo, permitindo verificar a disponibilidade do material desejado ou reservá-lo, caso esteja emprestado. O catálogo das bibliotecas pode ser acessado via Internet de qualquer lugar por meio do site da UCP. Há ainda dois salões para estudo individual, sendo um na BC com 72 assentos e outro na BA com 92 assentos.

A Biblioteca oferece serviço de permuta com outras bibliotecas, orientação ao usuário, empréstimo domiciliar, renovação e reserva por via da Internet. Como participante do sistema COMUT, administrado pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, pode-se acessar materiais bibliográficos que se encontram em bibliotecas de todo o território nacional.

Os alunos e professores do Mestrado em Direito da UCP têm acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, inclusive o acesso remoto ao conteúdo das bases online de acesso restrito do Portal disponível para a instituição, por se tratar de uma Universidade comunitária e beneficente, isto é, sem fins lucrativos.

A biblioteca da UCP conta ainda com Coleções Especiais. A primeira pertence à Biblioteca e Arquivos do Prof. J. Mattoso Câmara Jr e a segunda consiste na Biblioteca Setor Petrópolis, composta por 1000 documentos sobre a história da Cidade de Petrópolis, em todos os seus aspectos. Os acervos estão abertos ao público e totalmente informatizados pelo Sistema Informa, que forma as bases de dados cadastrais. As bibliotecas estão interconectadas com os computadores da rede interna da universidade e diretamente conectadas à Internet.

Em uma postura proativa do PPGD, os projetos dos professores submetidos a agências de fomento passaram a contar com aquisição de livros e outros projetos em editais de apoio à aquisição de acervos bibliográficos. Assim, foram comprados mais livros e periódicos, inclusive durante este quadriênio, o que enriqueceu o atual acervo disponível ao PPGD/UCP. No momento, em janeiro de 2025, o PPGD está em fase de contratação para retomar a assinatura do acervo online da Revista dos Tribunais.

Além do acesso físico, pode-se acessar os computadores na Biblioteca que permitem acessar periódicos digitais, e todos os membros do PPGD têm acesso às bases de dados que integram o Portal de Periódicos da CAPES, além de poderem fazer uso de bibliotecas virtuais com acervo significativo na área do direito, como é o caso da “Minha Biblioteca” e da Biblioteca Pearson. Para isso basta que o aluno ou professor esteja logado com perfil e senha no sistema Lyceum.

1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à proposta do Programa

O corpo docente permanente do PPGD/UCP é composto atualmente por 12 (doze) doutores com formação adequada para o atendimento das necessidades acadêmicas do curso de mestrado descrito na proposta. Se considerarmos os anos de 2022 e 2023 o corpo docente permanente do PPGD chegou a ter 13 (treze) docentes permanentes. A Profa. Diana Ramos deixou o Programa por conta de aprovação em concurso público (UFRRJ). Os demais permanecem.

É um corpo docente experiente e bastante estável considerando que alguns docentes são os mesmos desde a proposta original, por exemplo, os Profs. Sérgio Salles e Carlos Frederico. Outros têm mais de 10 anos de Programa, como o Prof. Klever e o Prof. Mirza. Mas também há recém-chegados assegurando a possibilidade de renovação desses quadros, inclusive pela aplicação dos critérios de credenciamento e recredenciamento já explicitados. Também houve renovação com o ingresso de um doutor no quadro permanente e de três doutores colaboradores.

Cada um possui trajetória intelectual compatível com os projetos de pesquisa e extensão que desenvolvem e as disciplinas que lecionam. Anotando-se que todos os professores permanentes estão bem envolvidos e comprometidos com a Universidade e a proposta do Programa, lecionam ao menos uma disciplina na graduação e orientam TCCs de bolsistas PIBIC, o que contribui para incrementar os laços entre mestrado e graduação, mantém grupos de pesquisa, participam, em geral, de editais de fomento e outras chamadas públicas e, também, possuem inserção social, participando de associações científicas e profissionais, de conselhos municipais, da OAB, da construção de propostas legislativas, em conexão com instituições públicas, privadas, e a sociedade civil organizada.

O Programa conta também, no momento, com 3 (três) professores colaboradores, somando um total de 15 (quinze) professores doutores no corpo docente cujo percurso acadêmico evidencia aderência à área de concentração e à respectiva linha, conforme se comprova

pelos projetos de pesquisa de cada docente, já descritos anteriormente (item 1.1), sempre pensando na perspectiva interdisciplinar que tem sido uma tônica no Programa, dentro dos limites admitidos pela área do Direito.

De modo a atender o item 1.2.1 da ficha de avaliação da CAPES, esclarecemos que, na última avaliação quadrienal, a CAPES sinalizou que o corpo de professores do Programa era enxuto, contando com o número mínimo de professores exigível pelas regras vigentes e apenas um colaborador. Por isso, durante o quadriênio 2021/2024, a Universidade fez esforços no sentido de reforçar o quadro de professores, confirmando o seu compromisso em atender as indicações da CAPES rumo ao reforço da estrutura e à crescente qualidade do curso de Mestrado e, também, para corresponder às suas propostas de expansão que serão explicadas mais adiante. O acréscimo do Prof. Maurício Guedes, Doutor em Direito, em 2022, é um exemplo disso.

Como já explicado, o esforço também foi voltado para ampliar a representatividade feminina no Programa. No quadriênio anterior havia uma professora apenas. Durante o quadriênio 2021/2024 quatro mulheres participaram do corpo docente do PPGD (Profa. Denise Salles, Profa. Diana Ramos; Profa. Deise Castro e Profa. Mirel Legrá). O Programa demonstra, assim, que está atento ao item 3.6.2 do documento de área no sentido de contribuir para superar os desafios da Área quanto à redução das assimetrias de gênero, étnico-racial (em relação à Profa. Diana Ramos, por exemplo, autodeclarada mulher preta) e à inclusão de jovens doutores/as egressos da área. Igualmente o PPGD está atento a um cenário mais amplo de desenvolvimento sustentável e, nesse caso, a ampliação da participação feminina no PPGD vem ao encontro dos ODS ONU 05 e 10.

À exceção dos colaboradores Profa. Mirel Legrá (Bolsista FAPERJ/CNPq) e o Prof. Rafael Lanes (convênio com Univiçosa), todos os docentes são contratados pela UCP no regime celetista observando-se a legislação trabalhista em vigor e, também, a normativa da CAPES em relação aos professores colaboradores. Predominantemente (exceto situações em que o docente solicitou a redução de sua carga horária), os professores do quadro permanente possuem regime de 40 horas

semanais, assegurando carga horária para a dedicação à pesquisa, ao ensino e à extensão, observando o Regimento do PPGD. Todos os critérios do item 1.2.3 da ficha de avaliação estão atendidos sobejamente.

No contexto do quadriênio deve-se considerar que os docentes Denise Salles, Carlos Frederico Gurgel, Daniel Machado, Sérgio Salles, Rodrigo Garrido, Maurício Guedes, e Eduardo Klausner em um total de 7 docentes, estavam vinculados apenas ao Programa de Pós-graduação em Direito da UCP, ou seja, não estavam duplicados. Os demais, por conta de entendimentos firmados durante o quadriênio, participam ou participaram de outro Programa ou proposta, ficando bem atendido o item 3.3 do documento orientador da Área e assegurada a sua participação adequada nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do PPGD, inclusive de forma compatível com a carga horária de cada qual. Anotando que, no momento, há um quantitativo de docentes permanentes, superior ao exigido na ficha de avaliação.

Por fim, em consonância com o item 3.5 do documento de área, esclarece que a titulação e a experiência acadêmica dos docentes são pertinentes à área do curso e aos seus projetos de pesquisa e que, embora a interdisciplinaridade seja uma característica da proposta, há uma prevalência de doutores versados em Direito e que produzem na área do Direito, em consonância com o item 3.5.3 do documento de área, especialmente com o ingresso e permanência do Prof. Maurício Guedes (Mestre e Doutor em Direito) no quadro permanente desde o início do quadriênio 2021/2024.

Professores alocados à linha 1

Nessa linha, dedicada aos Fundamentos da Justiça e dos Direitos Humanos, no início de 2025 atuam seis professores permanentes e uma docente colaboradora.

Dentre os membros do quadro de permanentes, o professor Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira é Pós-doutor em Filosofia pela Universitat Autònoma de Barcelona sobre o pensamento retórico de

Francesc Eiximenis, sob a orientação do medievalista Dr. Alexander Fidora, do ICREA, Departament de Ciències de l'Antiguitat i de l'Edat Mitjana. É doutor e mestre em Filosofia pela Pontificia Università San Tommaso, de Roma (1987, 1997, respectivamente); tem bacharelado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia João Paulo II (1983). Líder do Grupo de Pesquisa Secularismo e Direitos Humanos. Publica com frequência livros e artigos aderentes ao seu projeto de pesquisa no PPGD e mantém interessante proposta extensionista, a Filosofia na Praia, que atrai grande público interessando.

O professor Daniel Machado Gomes tem pós-doutorado em História do Direito pelo IHGB (2019); é doutor em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais IFCS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015); mestre em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Universidade de Coimbra, Portugal (2003); bacharel em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (1999). É líder do grupo de pesquisa Lei, Justiça e Direitos Humanos. O professor Daniel Machado Gomes participa de associações científicas com o CONPEDI e o CAE-D-JUS e de laboratórios e redes de pesquisa de renome internacional, por exemplo, o LERen: Laboratório de Estudos Renascentistas em parceria com diversas instituições nacionais e internacionais de ensino e pesquisa, notadamente a École Normale Supérieure de Lyon. E a Rede Brasileira de Direito e Literatura – RDL. Mantém importantes pesquisas no campo da história do Direito até mesmo em atuação conjunta com o Museu Imperial de Petrópolis. Orienta mestrandos e, também, graduandos com bolsas de iniciação científica do CNPq. Coordenou o PPGD no início do quadriênio desenvolvendo o importante trabalho de dar continuidade ao seu planejamento estratégico.

Também integra a linha 1 como permanente a professora Denise Mercedes Nuñez Nascimento Lopes Salles. Ela é doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ (2012), mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ – UCAM (2003), bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2000). Líder do Grupo de Pesquisa Democracia e Direitos Humanos, desenvolve o projeto de pesquisa Democracia, Política e Direitos Huma-

nos. Essa professora tem se firmado como uma liderança no Programa e atraído discentes do PPGD e da graduação, interessados nas suas pesquisas e inserção social crescente no tema do combate à violência contra a mulher. A professora participa regularmente de eventos nacionais e internacionais, inclusive do CONPEDI e outros organizados pela sociedade civil, e conquistou bolsas da FAPERJ para seus alunos.

O professor Sérgio de Souza Salles é docente permanente da linha 1 do PPGD, é doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2005); mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2000); bacharel e licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998). Lidera o grupo Filosofia dos Direitos Humanos e desenvolve o projeto de pesquisa Filosofia dos Direitos Humanos. No quadriênio o professor investiu em sua liderança como editor de revistas científicas, obtendo grande êxito na ampliação da visibilidade da revista *Lex Humana*, vinculada ao PPGD/UCP. No Qualis Periódicos 2017-2020 da CAPES, *Lex Humana* alcançou sua melhor classificação histórica, sendo avaliada como B1, demonstrando seu impacto crescente na produção científica da área jurídica, fruto do trabalho desse professor que também mantém orientações no mestrado e na graduação em Direito e em Filosofia da UCP.

Ainda no quadro permanente da linha 1 do PPGD, o Prof. Maurício Pires Guedes possui graduação em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2002) e pós-graduação em Direito Público e Privado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (2007). É mestre em Direito pela Universidade Gama Filho – UGF e doutor em Direito pela Universidade Veiga de Almeida – UVA. É professor da graduação e tem larga experiência na advocacia. É Diretor do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Católica de Petrópolis, coordenando o Curso de Direito. No PPGD desenvolve o projeto de Pesquisa Teorias do Estado e da Justiça e colabora com o Prof. Sérgio Salles no grupo de pesquisa Filosofia dos Direitos Humanos. O professor Maurício atuou fortemente, durante o quadriênio, para ampliar a visibilidade e inserção social do PPGD, coordenando o projeto de extensão *Minuto do Direito*, dentre outros, e firmando parcerias,

por exemplo, com o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o que culminou na organização e participação de eventos que envolveram os professores do PPGD e magistrados, tal como ocorreu no 4º encontro e mediadores em Petrópolis, 2023.

A linha 1 veio a ser reforçada durante o quadriênio com a inclusão do Prof. Antonio Eduardo Ramires Santoro, com sólida formação no campo da filosofia, além do direito. Esse professor tem pós-doutorado em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra (2019) e, também, pós-doutorado em Direito Penal e Garantias Constitucionais pela Universidade de La Matanza – Argentina (2013); é doutor em Filosofia pela UFRJ (2010); mestre em Direito Penal Internacional pela Universidad de Granada – Espanha (2009), mestre em Filosofia pela UFRJ (2005); bacharel em Direito pela UERJ (1999). Líder do Grupo de Pesquisa O Sistema Penal sob Olhar Crítico, desenvolve o projeto de pesquisa “As metarregras dos desenhos processuais penais desumanizantes”, que cumpre uma função integradora já explicitada na proposta.

A linha 1 também conta com uma colaboradora, que é a Profa. Dra. Deise Ferreira Viana de Castro. A professora vem colaborando com o Programa em uma série de atividades de ensino, pesquisa e extensão, dialogando com seus colegas em projetos de pesquisa e participando de eventos com apresentação de trabalhos, etc. Doutora em Letras – Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PPGEL – PUC/Rio, mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PIPGLA – UFRJ) e graduada em Letras (Português-Inglês) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pesquisadora do grupo NAVIS (Narrativa e Interação Social – PUC-Rio), coordenado pelas professoras Liliana Bastos e Liana Biar, vinculado à linha de pesquisa Discurso, Vida Social e Práticas Profissionais do PPGEL – PUC/Rio. É professora concursada da Educação Básica (Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, e realiza, no PPGD, pesquisas baseadas na análise do discurso

jurídico, dialogando com o Prof. Klausner e com a Profa. Denise em temas de direitos das mulheres e direito e literatura.

Professores alocados à linha 2

Na linha 2, Processo e Efetivação da Justiça e dos Direitos Humanos, o PPGD fechou o quadriênio 2021/2024 com sete professores do quadro permanente e dois colaboradores.

O professor Eduardo Antônio Klausner é doutor em Direito Internacional e da Integração Econômica pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2010); mestre em Direito Internacional e da Integração Econômica (2004); bacharel em Direito (1987) pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos em Espécie, no qual desenvolve projeto de pesquisa homônimo. O professor Klausner desenvolve pesquisas de nível pós-doutoral na PUC-Rio na linha de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Ordem Internacional, em diálogo com o grupo de pesquisa interinstitucional liderado pela professora Nádia de Araújo, “Observatório da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado” (PUC Rio); bem como o grupo do professor Bruno Polido, “Direito Internacional Privado nos Foros Internacionais” (UFMG) que conta com a participação da professora Cláudia Lima Marques (UFRGS); do professor Marcelo de Nardi (UNISINOS) e com colaboração da ASADIP – Asociación Americana de Derecho Internacional Privado e do Comitê Jurídico Interamericano da OEA. O professor Eduardo Klausner é membro do Instituto dos Magistrados Brasileiros e Vice-Presidente do Forum Direito e Educação; da União dos Juristas Católicos da Arquidiocese do Rio de Janeiro e participante dos Grupos de Trabalho “Defesa da Vida e Bioética” e “Relações institucionais entre Igreja-Estado”; da Academia Fluminense de Letras e Diretor do Acervo Documental e Bibliográfico; da Asociación Americana de Derecho Internacional Privado; da American Society of International Law e membro honorário da Academia Petropolitana de Educação.

O professor Felipe Dutra Asensi, na qualidade de docente permanente, possui pós-doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014); é doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012); mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (2008); bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro do Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (2008). É líder do Grupo de Pesquisa Efetivação de Direitos e Instituições Jurídicas, no qual desenvolve o projeto de pesquisa homônimo. O Prof. Felipe Asensi participa nas seguintes redes acadêmicas e profissionais no Brasil: Membro Efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Membro Benemérito do Instituto Latino-Americano de Argumentação Jurídica (ILAAJ), Membro do Comitê Consultivo Nacional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-Integralidade), Membro do Conselho Curador do PenseSUS (Fiocruz), Membro da OAB/RJ em várias comissões. O professor Felipe participa nas seguintes redes acadêmicas e profissionais no exterior: Membro Efetivo do Conselho Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus), Senior Member da Inter-American Bar Association (IABA), Membro titular da Red Iberoamericana de Derecho Sanitário (RIDS), Membro da Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), Membro vitalício da Academia Luso-Brasileira de Ciências Jurídicas (Ocupa a Cadeira 23 da ALBCJ). Além disso, o professor Asensi é presidente do Conselho Científico do Congresso Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus) e em Educação (CAEduca). Vem estreitando o seu diálogo com Universidades estrangeiras e intensificando a sua atuação como editor de livros e periódicos científicos. Os eventos por sua equipe adotam formato inovador privilegiando recursos tecnológicos que ampliam a possibilidade de participação dos pesquisadores, até mesmo de lugares distantes, contribuindo para a redução de assimetrias regionais.

Já o professor Flávio Mirza Maduro, possui pós-doutorado em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra (2016); é doutor em Direito pela UGF (2007); mestre em Direito pela UGF (2002); bacharel em Direito pela UERJ (1999). Lidera o grupo de pesquisa Garantismo Penal, Processo e Direitos Fundamentais,

desenvolvendo o projeto de pesquisa Aspectos inovadores do direito probatório. O docente participa de grupos que congregam instituições nacionais e internacionais. No Brasil, participam a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. No plano internacional, além da Universidade de Coimbra, onde concluiu seu Pós-Doutorado, participam membros da Universidade Católica Portuguesa e, nos EUA, pesquisadores da University of Connecticut e, mais recentemente, de Comumbia, onde realizou período de estudos em 2022. O professor Flávio Mirza integra o Conselho Editorial das Revistas Lex Humana e Eletrônica de Direito Processual. É membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e outras instituições de ensino e pesquisa e redes nacionais e internacionais, sendo um palestrante requisitado no meio acadêmico e em eventos diversos.

O professor Klever Paulo Leal Filpo também integra a linha 2 como docente permanente. Ele possui pós-doutorado pelo IMS/UERJ (2020); é doutor em Direito pela Universidade Gama Filho (2014); mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (2005); bacharel em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (1999). Lidera o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Empírica sobre Administração de Conflitos. Desde o ano de 2010, durante o seu Doutorado em Direito, estendendo-se ao longo do tempo e inclusive durante o quadriênio 2021/2024, o Professor Klever mantém a sua participação como pesquisador do INCT/InEAC, que tem sede na Universidade Federal Fluminense. O Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos é uma rede nacional e internacional que integra Programas de pós-graduação, grupos de pesquisa e pesquisadores associados, de vários estados do Brasil e de outros países. É um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, vinculado diretamente ao CNPq e recebendo desse órgão de fomento, e da FAPERJ, recursos que mantêm o funcionamento do Instituto. Maiores informações em <<http://www.ineac.uff.br/index.php>>.

O Prof. Klever também é Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ desde o ano de 2023 e tem obtido importantes conquistas na participação em editais de fomento que contemplam alunos do mes-

trado e graduação. Supervisiona pós-doutoranda no Edital FAPERJ/CNPq 2022 de apoio à fixação de Jovens Doutores no Brasil e coorienta bolsista no Edital Move la America da CAPES. Orienta bolsistas de iniciação científica e Jovens Talentos da FAPERJ com bolsas obtidas em editais próprios.

O professor Marcelo Pereira de Almeida é docente permanente contratado em regime de 20 h e com 20 h de dedicação ao PPGD, ele possui pós-doutorado em Direito Processual pela UERJ (2018) e, durante o quadriênio, concluiu e publicou sobre pesquisa de pós-doutoramento em Direito pela Universidade de Burgos (Espanha) (2019). O professor Marcelo é doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2013); mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2007); pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade Estácio de Sá (2002) e pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Estácio de Sá (2004). O professor Marcelo é líder do grupo de pesquisa Observatório das Reformas Processuais Destinadas a Proporcionar Eficiência na Prestação Jurisdicional em Causas Seriais, no qual desenvolve o projeto homônimo. Atualmente, o professor Marcelo realiza estágio pós-doutoral na Universidade de Burgos, sob a supervisão da Professora Nuria Belloso Matín, desenvolvendo pesquisa comparada sobre a legitimidade da construção das decisões judiciais no Brasil e na Espanha.

O professor Marcelo participa do Observatório Internacional de Mediação e da Justiça Restaurativa coordenado pelo Professor Humberto Dalla Bernadina de Pinho, que agrega professores e pesquisadores de várias instituições nacionais e estrangeiras, tais como UERJ, UNESA, UFF, UFRJ, Novo Leon (México), Colima (México), Burgos (Espanha), entre outras. Tem organizado anualmente o SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL E INTERNACIONAL SOBRE A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA CONTEMPORANEIDADE, com participação intensa dos docentes e discentes do PPGD da UCP e outras instituições do Brasil e do Exterior, com publicação de Anais e coletâneas.

O professor Rodrigo Grazinoli Garrido, por sua vez, tem uma formação multifacetada. Possui pós-doutorado em Genética Forense

pela UFRJ (2008); é doutor em Ciências pela UFRRJ (2007); mestre em Ciências pela UFRJ (2001); bacharel Biomedicina pela UNIRIO (1999); licenciado em Biologia pela UCAM (2005); graduado em Segurança Pública pela UFF (2016) e, também, graduado em Direito. O professor Garrido lidera o grupo de pesquisa Ciência Forense, no qual desenvolve o projeto de pesquisa Ciência Forense e Técnica Processual. Esse docente já coordenou o PPGD com excelentes resultados e segue participando da gestão do Programa, mais recentemente no acompanhamento de egressos. Sua produção interdisciplinar, que toca também no campo da saúde, gerou produtos importantes durante o quadriênio, destacando-se que esse docente possui grande visibilidade e um número de citações elevado (índice h 15 no Google Acadêmico), sendo um dos docentes mais citados do PPGD, com vasta e intensa produção, tendo vasta experiência em pesquisas inclusive fomentadas pelo CNPq e FAPERJ, por exemplo, no Programa Jovem Cientista do Nosso Estado.

O Professor Antônio Santoro também é aderente à linha 2 porque coordena projeto de pesquisa que integra ambas as linhas e já foi apresentado na relação de professores da Linha 1. Em complemento, vale ressaltar que Santoro tem se tornado uma referência no Brasil e na América Latina no que toca os seus estudos sobre o Lawfare político, em que explora os fundamentos deontológicos do processo e os seus atravessamentos, tema sobre o qual tem publicado em livros e artigos. Esteve à frente de importantes projetos do PPGD no quadriênio, sobretudo o convênio internacional firmado com a Universidade de Buenos Aires e uma rede internacional que envolve a UCP, a UBA, a UFRJ e a UnB, contando com recursos captados da FAPERJ que será alhures explicado. Publicou trabalhos relevantes durante o quadriênio inclusive com autores internacionais como os argentinos Eugenio Zaffaroni e Raúl Gustavo Ferreyra, conhecidos processualista e constitucionalista da América Latina. Importante destacar que o Prof. Santoro iniciou o quadriênio como Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ e, desde 2023, é Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. São alguns dos editais mais importantes de apoio à pesquisa no estado do Rio e, em ambos os casos, os projetos contemplados foram desenvolvidos no PPGD, envolvendo colegas e alunos.

Deve, também, ser mencionada a Profa. Diana Ramos de Oliveira, que integrou a linha 2 do PPGD entre 2022 e 2023. Possui Doutorado em Psicologia Social pela Universidad del Pais Vasco, Espanha, Pós-Doutorado na Universidade de Harvard, U.S.A. e Pós-Doutorado pela Universidade Blaise Pascal, França. Mestrado em Estudos Avançados em Psicologia Social: Relações Grupais pela Universidade do País Vasco, Espanha. Psicóloga e Pedagoga. Membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) no GT Juventude, Resiliência e Vulnerabilidade. Pesquisa especialmente nos seguintes temas: Cognição Social, Identidade social/ étnica, Estereótipos, Preconceito, Relações intergrupais, Saúde mental em grupos étnicos e minoritários, em articulação com o tema dos Direitos Humanos. No PPGD a professora, autodeclarada mulher preta, contribuiu com o projeto de pesquisa Acesso a Direitos e Superação das Desigualdades Sociais: Aspectos Empíricos e Interdisciplinares, do Prof. Klever e ambos produziram conjuntamente na organização de eventos e publicação de livros, especialmente o Seminário Internacional de Estudos sobre Relações Étnico-Raciais e outros marcadores sociais da diferença, que também oportunizou a publicação de livros e artigos.

Finalmente, o PPGD incorporou à Linha 2, durante o quadriênio, os Professores Doutores Mirel Legrá Fleitas e Rafael Pacheco Lanes, na qualidade de colaboradores.

A Profa. Mirel é Bolsista de Pós-doutorado no Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil 2022 (FAPERJ/CNPq/UCP) na Universidade Católica de Petrópolis, conforme termo de concessão FAPERJ/CNPq. Mediadora Extrajudicial formada pelo Cs Views Mediação e Arbitragem e. Mediadora Familiar formada pelo Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal (IMAP). Doutora em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2020). Mestrado em Direito Civil (2014) e graduada em Bacharelado em Direito pela Universidad de La Habana (2005). É professora do Curso de formação de Mediadores de ODR-Ecuador. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa sobre Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM) da UFRJ. Pesquisadora no Núcleo Permanen-

te de Métodos Consensuais de solução de conflitos (NUPEMEC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora (Local Researcher – Cuba) no projeto de pesquisa mundial sobre Acesso a Justiça (Global Access to Justice Project – <http://globalaccesstojustice.com/>). Anteriormente em Cuba, atuou como Advogada Chefe na Organización Nacionales de Bufettes Colectivos, (ONBC), como Juiz Professional Permanente do Tribunal Municipal de Arroyo Naranjo e como professora assistente na Faculdade de Direito da Universidad de La Habana e na Facultad de Tecnología de la Salud (ISCMH). Participa da rede internacional INCT/InEAC e no âmbito dessa rede publicou, com o Prof. Klever, artigo referente às suas pesquisas sobre mediação de conflitos e processo eletrônico.

O Prof. Rafael Pacheco Lanes, com dedicação à UCP formalizada por meio de convênio interinstitucional, é atual Coordenador do curso de Direito na UNIVIÇOSA e advogado com especialização nas áreas civilista e empresarial. Possui Doutorado em Educação e Mestrado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis e especializações em Direito Processual e Direito Ambiental. Auxiliou na coordenação do projeto MINTER entre a UCP e a Univiçosa entre 2020 e 2022 e na proposição de uma nova turma, em 2024. Tem publicado, ministrado palestras e participado de projetos do PPGD. Foi professor substituto na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Membro do corpo editorial da UNIJuris, revista jurídica do Centro Universitário de Viçosa, e revisor dos periódicos JURIS (FURG) e LEX HUMANA (UCP). Trata-se do primeiro egresso do PPGD que veio a integrar o corpo docente do PPGD.

1.3 Planejamento estratégico do Programa

1.3.1 Instituição e manutenção de planejamento de curto, médio e longo prazos

Em consonância com o PDI da UCP, o planejamento do PPGD tem como principais diretrizes no ensino: 1) Buscar permanentemente a excelência no ensino; 2) Contribuir para o desenvolvimen-

to regional e nacional; 3) Promover a construção do conhecimento, inclusive em parceria com instituições nacionais e internacionais; 4) Buscar permanente diálogo e integração com a pesquisa e a extensão.

Já no campo da pesquisa o mesmo PDI aponta como diretrizes: 1) Fortalecer e ampliar os Programas e cursos *stricto sensu*; 2) Fortalecer e estimular a produção científica; 3) Incentivar pesquisas inspiradas nos princípios filosóficos; 4) Buscar permanentemente a integração com o ensino e a extensão.

Como evidenciado no item anterior, o PPGD vem buscando observar e seguir essas diretrizes que alimentam o seu planejamento e as suas ações. O planejamento apresentado nas linhas seguintes leva em conta dados obtidos na autoavaliação e no acompanhamento de egressos. Um PPG é sempre uma projeção para o futuro. Faremos a seguir um balanço de como o PPG buscou executar o planejamento anterior de 2021 para, depois, falar dos planos de futuro, entendendo que tudo faz parte de um processo contínuo envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão em diversas frentes e que a experiência vai aperfeiçoando os nossos saberes e fazeres.

Em 2021, como objetivos de curto prazo o Programa se propôs a fortalecer e estimular a produção científica; incentivar pesquisas inspiradas nos princípios filosóficos da UCP; investir em processos de ensino e pesquisa associados a recursos tecnológicos de informática. Também se propôs a aumentar a integração do ensino com a extensão, investir na Iniciação Científica e consolidar o acompanhando de egressos. Esses objetivos foram atingidos de forma bastante satisfatória no quadriênio.

No estímulo à pesquisa científica e à obtenção de bolsas, vale mencionar a participação de docentes em editais PIBIC/CNPq/UCP e da FAPERJ, especialmente o edital Emergencial surgido após as chuvas de 2022 em Petrópolis e que contemplou alunos da graduação (exemplo: Fabio Santos, Claudio Mariano Junior e Bernardo Amaral) e do mestrado (Vinícius Amaral e Gabriela Monteiro) envolvendo os professores Antonio Santoro, Marcelo Pereira, Klever Filpo e Denise Salles. Já as bolsas PIBIC-CNPq foram solicitadas e contemplaram

alunos da graduação orientados pelos professores Carlos Frederico Gurgel, Daniel Machado, Sérgio Salles, Denise Salles, Marcelo Pereira, Deise Castro e Klever Filpo.

Sobre a utilização de recursos de informática, o curso de Mestrado em Direito é presencial, mas muitos recursos tecnológicos foram introduzidos e reforçados especialmente a partir de 2020/2021, durante a pandemia. Hoje o PPGD conta com uma sala de videoconferências própria, conquista do quadriênio por meio de editais da FAPERJ. Ademais os discentes e docentes do PPGD têm acesso ao Portal de Periódicos Capes. Outrossim a trajetória de egressos passou a ser acompanhada pelo Professor Rodrigo que introduziu novos instrumentos para isso, descritos posteriormente.

No médio prazo, naquele plano de 2021, o PPGD colocou como metas ampliar o investimento à qualificação do corpo docente e das parcerias e intercâmbios; promover a mobilidade de professores e alunos; incrementar a interdisciplinaridade criando maior intercâmbio entre as linhas 1 e 2. Havia também uma proposta de ampliar a acessibilidade, garantindo a inclusão de todos nos espaços acadêmicos.

Muitos passos foram dados nesse sentido, tanto que o PPGD, lançando mão de recursos obtidos da FAPERJ, firmou um convênio com a Universidade de Buenos Aires que tem proporcionado a mobilidade docente e discente. Em 2023 e 2024 quatro docentes da UCP estiveram na UBA e três docentes da UBA vieram à UCP para participarem de visitas técnicas, eventos e publicações. Antes ainda, atentando para a vocação local/regional e nacional do PPGD, fortaleceram-se parcerias com a Administração municipal por meio do Programa Petrópolis da Paz e com o TJRJ envolvendo alunos da graduação e do mestrado, em consonância com as pesquisas aqui realizadas no tema das soluções consensuais para os conflitos explorado, por exemplo, pelo Prof. Sérgio Salles. O convênio com a UNIVIÇOSA para oferta de um MINTER foi renovado e foi proposta à CAPES uma nova turma, incorporando-se o Prof. Rafael Lanes, ex-aluno do PPGD, como colaborador. Ademais foram realizadas ações importantes de extensão e transferência de conhecimento no Município e adjacências por meio de parcerias com a OAB, secretarias municipais, dentre outros,

que resultaram em palestras, orientação à população, Programa de Rádio, dentre outros. Em um desses trabalhos o Prof. Daniel Machado ampliou sua colaboração com publicações de interesse do Museu Imperial de Petrópolis, de forma conexa com suas pesquisas sobre Direitos Humanos e História do Direito.

No aspecto nacional, há se destacar algumas realizações importantes como a participação do Prof. Marcelo Pereira na Comissão de Juristas que contribuiu para o Projeto de Lei nº 03/2025, sobre os processos estruturais; a participação do Prof. Klever na I Jornada Jurídica de Prevenção e Gerenciamento de Crises Ambientais do Conselho da Justiça Federal que culminou na aprovação de enunciados com orientações para Juízes de todo o Brasil; e a produção intelectual do Prof. Santoro sobre o Lawfare político e os processos desumanizantes em que vem se tornando uma referência, dentre outras.

Também houve um maior envolvimento entre as linhas costurado por meio de uma série de iniciativas como a introdução de projetos integradores, de pesquisa e de extensão, que ainda pode ser aperfeiçoado para o futuro. Ainda, no quadriênio, houve a atualização de boa parte das disciplinas que compõem a matriz curricular (anexo) e a criação de novas.

Já no longo prazo, no plano de 2021, o Programa pretendeu promover um avanço qualitativo desenvolvendo projetos de pesquisa capazes de contemplar perspectivas inovadoras do Direito, respondendo aos desafios contemporâneos. As imbricações entre Direitos Humanos e Desastres (Prof. Rodrigo e Prof. Klever, na linha 2, conexa à tragédia de Petrópolis 2022) e entre Literatura, Cinema e Direitos Humanos (Prof. Santoro, Profa. Denise e Profa. Deise, na linha 1), agora contemplados em disciplinas optativas do Programa, são exemplos dessa inovação social.

A expansão das atividades do PPGD também foi colocada entre as metas de médio prazo. Na oportunidade isso se materializava no projeto do doutorado submetido e na intenção de concluir a turma Minter, então em execução, e no objetivo de propor uma nova turma. Essas propostas expansionistas precisam ser destacadas. Desde o final

do quadriênio anterior e entre 2021/2024 o PPGD concebeu, propôs e acompanhou a proposta de doutorado que, hoje, encontra-se ainda pendente de exame em grau de recurso nas instâncias superiores da CAPES. É a segunda proposta de Doutorado que o PPGD aplica observando sempre as normas vigentes.

Ainda, em termos de expansão, o PPGD executou e concluiu a turma de Minter e propôs uma nova turma em parceria com a UNIVIÇOSA. O relatório da turma anterior foi homologado pela CAPES em 2024 sem nenhuma recomendação ou exigência. O PPGD aguarda com serenidade as decisões finais que serão dadas pela CAPES nesses processos e, se necessário, vai se organizar para fazer novas submissões.

Com relação ao incremento da inserção social, em 2021, as metas do PPGD estavam voltadas para o curto e médio prazo através, sobretudo, do estímulo ao desenvolvimento de atividades de extensão; ampliação do uso de mídias que sejam destinadas ao público em geral. Propôs-se também manter e ampliar a participação dos membros do PPGD em audiências públicas e no assessoramento de discussões sobre reformas legislativas de impacto local, regional e nacional.

Houve significativos avanços nesse campo e o PPGD incrementou a sua proposta extensionista, dando a ela mais visibilidade e sentido entendendo os projetos de extensão como meio para integrar as diferentes linhas, projetos e professores com seus alunos. Um desses projetos é o Minuto do Direito, uma ação de educação em direitos humanos e cidadania por meio da Rádio UCP. O PPGD também está no Instagram com a pós-graduação da UCP, e no Spotify, etc.

Há, também, que se destacar o projeto que, a partir de 2022, passou a abrigar iniciativas diversas do PPGD em resposta à tragédia que se abateu sobre Petrópolis naquele ano. Por outro lado, os integrantes do PPGD estão inseridos em entidades como o Conselho Municipal de Segurança (prof. Maurício Guedes), a OAB (prof. Klever e Marcelo), a Secretaria de Direitos da Mulher do Município (Profa. Denise e mestrandas Thais Gomes), a EMERJ (Prof. Marcelo) etc. Professor Frederico mantém seu projeto de extensão Filosofia na Praia, e o Prof. Rodrigo ministra cursos e palestras para várias entidades, como

a PMRJ, contribuindo para a formação de quadros. Tudo isso amplia a inserção social e visibilidade do PPGD para além da forte atuação acadêmica.

Foi também mantida, no quadriênio, a interação com a educação básica. Foram bolsistas de ensino médio Jovens Talentos da FAPERJ junto ao PPGD no quadriênio Kaike Laurindo e Bernardo Assis da escola estadual Ruy Barbosa; e bolsistas PIBIC/EM/CNPq Recillery Voigt e Giovanna Kronemberger, do Colégio de Aplicação da UCP, dentre outros. Também os professores Cientistas e Jovens Cientistas do Nosso Estado da FAPERJ (Santoro e Klever, neste quadriênio 2021/2024) têm o compromisso de realizar uma atividade científica em escola pública por ano de projeto, o que ocorreu por exemplo em palestra no Liceu Municipal em 2024.

Em relação à trajetória rumo à internacionalização, o Programa pretendeu fortalecer as parcerias já existentes e construiu novas pontes com Universidades internacionais, com uma atenção especial à formalização documental. Isso foi feito especialmente em relação à Universidade de Buenos Aires. O convênio está devidamente documentado e houve eventos em Buenos Aires, na UBA, e em Petrópolis, na UCP, como evidenciam os diferentes produtos bibliográficos. Essa iniciativa não inibiu, contudo, outras pontes que estão sendo lançadas por docentes do PPGD rumo a uma maior internacionalização, por exemplo, pelo Prof. Flavio Mirza – Universidade de Columbia, EUA; e Prof. Marcelo – Universidade de Burgos, Espanha.

Ainda na internacionalização, realizamos/participamos de eventos internacionais e atraímos bolsistas estrangeiros, como Camila Gomez de La Rosa – edital Move la America da CAPES, ao qual o PPGD concorreu e foi contemplado em 2024.

Tudo isso, demonstra que o PPGD conseguiu demonstrar a capacidade de seguir aquele plano que foi apresentado em 2021, com bons resultados. No que toca ao médio e longo prazo, as metas estabelecidas em 2021 seguirão sendo perseguidas entre 2025-2028, dando seguimento às iniciativas em curso. Na internacionalização, reforçaremos o uso do idioma espanhol em disciplinas etc., o que já ocorre.

Contudo, em relação ao planejamento de curto prazo, o PPGD tem uma preocupação especial que decorre do seguinte fato: desde 2022 o curso de mestrado passou a receber poucos inscritos para os seus processos seletivos. De forma geral, no Brasil, tem sido percebida uma menor procura pelos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. De outro lado, o Programa compreende que a tragédia ocorrida em Petrópolis em 2022 afastou candidatos vindos de outras cidades e estados.

Em vista disso, foram realizadas diferentes ações de divulgação do Programa, ofertados editais para o preenchimento de vagas remanescentes, estabelecidas políticas de descontos para os alunos do mestrado e ampliada a oferta de bolsas e auxílio financeiro, por parte da Fundação D. Cintra.

Esse aspecto é preocupante, sobretudo, porque a UCP é uma instituição de Ensino Superior particular e comunitária. A ausência de alunos pode ser uma ameaça à sustentabilidade também do ponto de vista acadêmico, deixando professores sem orientandos, impactando na produção e inserção social. Outro aspecto percebido é que os alunos, no pós-pandemia, têm encontrado mais dificuldades para concluir o curso no prazo regulamentar dentro das metas de qualidade, esperadas e propostas pelo Programa. A prorrogação do curso por mais 6 meses é prevista no nosso Regimento Interno e foi concedida com maior frequência. Também houve desistências.

Diante disso, mostra-se necessário reforçar o processo seletivo atraindo mais candidatos para selecionar sempre aqueles com perfil mais ajustado à proposta do curso de mestrado e à sua missão, e apoiar mais os discentes durante o curso.

Por isso, o planejamento de curto prazo do PPGD para 2025/2028, priorizará: (1) ampliação das ações de inserção social e da visibilidade incrementando ainda mais sua interação com o setor público, a sociedade civil organizada e instituições com a OAB e o MP firmando parcerias e convênios; (2) ampliação da oferta de bolsas aos alunos do mestrado inclusive por meio da participação em editais; (3) executar as iniciativas de expansão do curso tão logo haja autorização da CA-

PES (Doutorado e/ou PCI/Minter) ou, se for o caso, submeter novas propostas, talvez em formas associativas; (4) reforçar a divulgação do curso por várias mídias especialmente atualização permanente de sua página web; (5) reforçar a assistência e orientação aos discentes com dificuldades por meio de oficinas etc.

Em relação aos planos de médio e longo prazo serão mantidas as metas estabelecidas no quadriênio anterior dando continuidade às ações já iniciadas. Seguiremos trabalhando para uma maior integração no PPG. Para isso daremos seguimento às rodadas de autoavaliação e, em 2025, será proposta a aglutinação entre projetos de pesquisa “afins”, aproveitando o aprendizado obtido durante o quadriênio. Na composição do corpo docente, se necessário, serão priorizadas contratações de mulheres e negros.

1.3.2 Fixação e renovação do corpo docente

Segundo o seu Plano de Desenvolvimento Institucional atualizado (p. 56), a UCP reconhece como um dos fatores relevantes para a melhoria da qualidade de seus cursos a capacitação docente. O corpo docente é incentivado a consolidar a cultura de pesquisa na instituição por meio da criação de grupos de pesquisa. Há também uma constante preocupação com a valorização das produções acadêmicas e o incentivo à apresentação de trabalhos científicos em eventos, promovendo a divulgação dos resultados nos meios de comunicação institucionais.

A este propósito foi previsto na Resolução CONSUN 41/2000 no seu artigo 30: “Aos professores que forem admitidos em Programas de doutorado, mestrado ou pós-graduação *lato sensu*, devidamente credenciados pelos órgãos competentes, o Diretor da respectiva Unidade Universitária poderá conceder, verificado o interesse da instituição, ajuda de custo para o seu aperfeiçoamento acadêmico.” A participação em cursos e eventos, no Brasil e no exterior foi uma constante no quadriênio.

A UCP reconhece também a necessidade de políticas de qualificação continuada e atualização do corpo docente para sua devida adequação aos desafios da atualidade especialmente através do Fundo Celso da Rocha Miranda – Fundação D. Cintra, e convênios com outras Instituições congêneres. Há um Programa de bolsas de iniciação científica, custeadas pela Fundação, além do PIBIC/CNPq, privilegiando, como orientadores, professores do PPGD. No ano de 2024, renovado no início de 2025, a Fundação retomou a oferta de auxílio financeiro a mestrandos por meio de edital próprio ao qual podem concorrer.

A Universidade vinha optando por uma expansão horizontal do quadro de docentes do PPGD, investindo no aumento de carga horária dos professores e de sua dedicação ao Programa, ampliando, assim, o número de docentes de tempo integral. Isso ocorreu quando do ingresso dos Prof. Maurício Pires Guedes e Diana Ramos de Oliveira no ano de 2022. Mas também houve uma expansão vertical neste quadriênio 2021/2024 com o ingresso de três colaboradores no corpo docente do Programa, o que abre a possibilidade, no próximo quadriênio, de eles virem a ser incorporados no quadro permanente como parte da política de credenciamento e reconhecimento docente que será a seguir explicitada, oportunizando uma renovação dos quadros.

De acordo com art. 27, do regimento do PPGD (anexo) o órgão superior responsável pelo credenciamento, reconhecimento e descredenciamento dos docentes do Programa é a reitoria da Universidade. A política para o credenciamento de novos docentes no PPGD estabelece procedimento simplificado, assim depende de ofício dirigido ao Centro de Ciências Jurídicas, através do coordenador do Programa, acompanhado das seguintes informações: I. Identificação da área de concentração e da linha de pesquisa em que pretende ser inserido o interessado; II. Descrição do projeto de pesquisa e das condições necessárias ao seu desenvolvimento, incluindo a viabilidade de captação de recursos externos; III. Ementa e bibliografia, básica e complementar, de uma disciplina ou plano de aula relativo a uma disciplina já existente. Neste último caso, o plano deverá contar com o aval do professor responsável na ocasião pela disciplina; IV. Cópia

atualizada do Currículo Lattes, destacando, sobretudo, a produção bibliográfica dos últimos três anos.

Toda solicitação de credenciamento é analisada em reunião ordinária do Colegiado do PPGD, com parecer *ad referendum* da Reitoria da Universidade. Uma comissão de credenciamento é formada no PPGD. A política de credenciamento dos docentes do PPGD é fixada pelo art. 29 do regimento, e se dá através de processo avaliativo interno, correspondente a cada período de avaliação do Programa pela CAPES, levando-se em consideração: I. Os critérios de avaliação da atividade docente, adotados pela CAPES, em particular aqueles relativos à produção científica nos últimos três anos; II. O comprometimento docente com a ministração de aulas na pós-graduação e na graduação; III. O número de orientações concluídas e o comprometimento com a orientação em andamento de pelo menos um aluno; IV. O comprometimento docente com a aprovação de projetos junto às agências de fomento no período. Na política institucional de descredenciamento do PPGD ficam automaticamente descredenciados os docentes quando não estiverem atuando na orientação ou no ensino de pós-graduação em direito ou não atenderem às exigências de produção estabelecidas pela CAPES para a inserção docente em Programa de pós-graduação na área de direito.

No quadriênio 2021/2024, o PPGD apoiou e estimulou a formação de parcerias e a orientação aos docentes que tiveram maiores dificuldades no atendimento dos critérios acima. Esse posicionamento se deu também em função da redução do número de alunos ingressantes que se observou a partir do ano de 2022, dificultando a orientação e produção científica por alguns docentes, o que será trabalhado em termos de planejamento estratégico.

1.3.3 Acompanhamento de egressos

No tocante ao acompanhamento de egressos, durante o quadriênio, o PPGD desenvolveu muitas iniciativas que foram operacionalizadas de forma articulada com as atividades de autoavaliação do Pro-

grama. A proposta do PPGD é que o acompanhamento de egressos siga sendo dirigido pela Comissão de Autoavaliação, integrada por docentes, discentes e técnicos ligados ao PPGD, e egressos, em diálogo permanente com a Comissão Própria de Avaliação da UCP. Maiores informações a respeito serão incluídas no item “autoavaliação do Programa”. Mas, no ano de 2024, a comissão recebeu o reforço do Prof. Rodrigo Garrido que, junto ao funcionário técnico-administrativo Marlon Flamel, muito contribuiu para o levantamento do destino dos egressos.

Ao preencher o relatório referente ao quadriênio 2017/2020, o PPGD informou ter passado a dar “maior atenção ao acompanhamento de egressos, considerando-o como uma atividade específica e nomeando a comissão de autoavaliação que passou a centralizar, também, esse acompanhamento”. Também estabeleceu como meta “concluir o quadriênio (2021/2024) apresentando, dentro do que estiver ao alcance do Programa, dados atualizados de destino e atuação profissional de todos os egressos do PPGD/UCP, contabilizados até o final de 2024”.

Foram feitos esforços para cumprir essa meta e bons resultados foram obtidos, embora não tenha sido possível atingir a totalidade dos egressos até mesmo em vista das limitações inerentes aos métodos empregados para o pretendido levantamento. Mas as metas estabelecidas pela CAPES para este ciclo foram atendidas como se verá abaixo.

Como PPGD/UCP iniciou suas atividades no ano de 2012, sendo as primeiras dissertações defendidas no ano de 2014, o seu conjunto de egressos inclui mestres e mestradas de 2014 até 2024, com a seguinte distribuição: 2014:13 egressos; 2015: 23 egressos; 2016: 35 egressos; 2017: 29 egressos; 2018: 36 egressos; 2019: 30 egressos; 2020: 26 egressos; 2021: 17 egressos; 2022: 19 egressos; 2023: 24 egressos e 2024: 8 egressos. Totalizando 260 concluintes com aproveitamento.

Para o presente quadriênio, considerando as fichas de avaliação para a Área do Direito na CAPES, o PPGD priorizou o acompanhamento de egressos que concluíram o curso entre 2020 e 2024 (cinco

anos anteriores a 2025), de modo a permitir a confecção da planilha exigida pela CAPES e que seguiu anexa ao relatório qualitativo. Nessa planilha foram reunidas informações relativas ao destino de 153 egressos o que corresponde a 60% do total geral de egressos do Programa.

Considerando-se esse grupo de análise, o PPGD conseguiu reunir informações pertinentes a 100% (cem por cento) dos mesmos. No aspecto quantitativo, é um percentual que cumpre a exigência da área. No aspecto qualitativo, a metodologia empregada, a seguir descrita, não pode ser considerada isenta de falhas e imprecisões. Logo, embora a amostra seja representativa no grau máximo, o aspecto qualidade das informações pode ser colocado sob discussão.

Por exemplo, durante o levantamento foram encontrados seis casos de egressos que não atualizam o seu currículo desde a conclusão do curso – por sinal, algo que está sendo levado em consideração no planejamento estratégico do PPGD. A meta futura é aumentar a exatidão dos novos dados a serem coletados. Quanto aos procedimentos, de forma sintética, o Programa lançou mão de abordagens quantitativas e qualitativas para realizar tal acompanhamento. Do ponto de vista quantitativo, a comissão atuou revisando os currículos Lattes de todos os egressos do período considerado para dali extrair informações e dados numéricos sobre o seu destino e atuação. Informações desatualizadas forma supridas por pesquisa em outras fontes (LinkedIn, etc.). Essas informações foram lançadas na planilha que seguiu anexa ao relatório observando os limites temporais estabelecidos pela CAPES.

Ao mesmo tempo, produtos resultantes/correlatos às linhas de pesquisa do PPGD, em parceria com docentes e discentes ou na própria instituição, foram inseridos como produção de egressos na Plataforma Sucupira. Os egressos foram convidados por diferentes meios de comunicação eletrônica para atualizarem os seus currículos Lattes e para preencherem instrumentos de avaliação específicos disponibilizados por meio do aplicativo Google Forms, o que ocorreu em 2021 e em 2024. Contribuindo, assim, para o levantamento dos dados incluídos na planilha. Essa é, aliás, uma prática recorrente do PPGD e da própria instituição, que mantém armazenados os dados de

contato de todos os seus ex-alunos, o que permite divulgar eventos, cursos, etc. Dos egressos do PPGD entre 2020 e 2024 (94 no total), 14 tiveram ou mantêm alguma atuação como docentes ou pesquisadores em IES públicas e privadas; 05 tiveram inserção em Programas de pós-graduação em Direito – curso já concluído para uma minoria; 11 desempenham carreiras jurídicas no serviço público e 14 são servidores públicos em carreiras não jurídicas. Por fim, 47 são advogados atuantes, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, enquanto 3 ostentam alguma atuação junto à sociedade civil organizada, sobretudo as organizações destinadas à efetivação dos Direitos Humanos (entidades que apoiam mulheres vítimas de violência, idosos, consumidores, etc.).

Nos casos em que um mesmo egresso poderia ser inserido em mais de uma categoria disponível na planilha, optou-se por inseri-lo no grupo correspondente à sua função predominante no meio acadêmico, assim, por exemplo, uma egressa é servidora pública estadual, mas cursa atualmente o doutorado, sendo cadastrado, então, o seu vínculo com a pós-graduação, atentando-se para a vocação e missão do PPGD.

Durante o quadriênio 2021/2024, o Programa estabeleceu uma discussão mais ampla desses dados com o colegiado e corpo discente, em reuniões específicas, uma vez que eles dizem muito sobre o perfil dos alunos e dos egressos do PPGD. Por exemplo, daqueles que seguiram a carreira docente, a grande maioria ocupa postos em entidades privadas. Entre os que desempenham carreiras no serviço público, quase a metade está nas carreiras da Defensoria Pública, Ministério Público e Advocacia Pública, especialmente municipal. São dados que podem alimentar a tomada de decisões relevantes sobre os rumos do PPGD em seu planejamento de médio e longo prazo.

Tais levantamentos e discussões foram, sobretudo, realizados nas “Rodadas de Autoavaliação do Mestrado em Direito da UCP”, evento anual que tem por objetivo consolidar um espaço permanente de discussão e de sensibilização do corpo docente e discente sobre a avaliação do Programa. Metodologicamente, cada rodada consistiu em reunir, em uma determinada semana do ano letivo, mesas de dis-

cussão, palestras, reuniões e a aplicação de instrumentos de avaliação para identificar as conquistas obtidas e os pontos em que é preciso melhorar. Parte das atividades foram gravadas e estão disponíveis na TV-UCP, canal da UCP no YouTube.

Também é digno de destaque que, dentre os egressos do PPGD, o hoje Doutor Rafael Lanes atualmente integra o PPGD na qualidade de professor colaborador. Por outro lado, o PPGD também lança mão de abordagens qualitativas para acompanhar os egressos. Uma delas são os relatos dos professores que, mantendo contato com os ex-alunos, da forma já descrita linhas acima, promovem um acompanhamento contínuo de alguns ex-alunos que seguiram participando de seus grupos e/ou redes, que seguiram carreiras acadêmicas nas mesmas Universidades etc. Esse relato será apresentado no item próprio.

Durante o quadriênio 2021/2024 o PPGD também seguiu realizando os “Percurso Acadêmicos: encontros com os ex-alunos do Mestrado em Direito da UCP”. Esse evento, com periodicidade semestral, consiste em convidar alguns ex-alunos e professores para falarem sobre as suas experiências durante e após o mestrado, oportunidades aproveitadas e trajetórias acadêmicas. É uma forma de dar visibilidade e prestigiar os egressos, incentivá-los e de aprender com eles. Durante o quadriênio participaram desses encontros vários egressos, a maioria deles agora professores de instituições públicas e privadas de Ensino Superior, por exemplo, Vanessa Velasco Reis; Marcelo Chaves, Alessandra Bentes e Frederico Gazolla (ver <https://www.youtube.com/watch?v=QZUvPFk9fjA>), Maria Barbosa Prevot (https://www.youtube.com/watch?v=8Kzlu_HJdjo) e Carlos Marcel Ferrari Fernandes.

1.3.4 Planejamento para a adequação da infraestrutura

Atualmente, os principais desafios de infraestrutura do PPGD se referem ao acesso de novas tecnologias que ampliam e facilitam os processos pedagógicos. Nesse sentido, ações e estratégias para a modernização da infraestrutura do Programa tem conferido ênfase na política

de democratização do conhecimento e da informação. No presente momento, todas as bibliotecas da UCP encontram-se informatizadas pelo sistema “Informa”, gerando bases de dados cadastrais, tais como: controle de livros e títulos de periódicos, entre outros. A contínua e crescente informatização destes dados é uma das metas do PPGD, visando ampliar o acesso à informação de discentes e docentes.

No que tange à política institucional para atualização de acervo, a meta do PPGD vem se mostrando operante. A aquisição de novas obras pelo PPGD é realizada mediante solicitação da Coordenação à Pró-reitoria Acadêmica ou de Pesquisa e Pós-graduação, que conta com o suporte da Fundação Cultural Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra. Ela foi instituída para apoiar a UCP, conforme se percebe nos termos do seu estatuto, por isso destina verba para a aquisição, expansão, atualização ou renovação do acervo bibliográfico dos cursos da instituição, entre os quais se encontra o mestrado do PPGD.

Ainda, no que concerne a acervo bibliográfico, vale ressaltar que o PPGD dispõe também de acesso ao portal de periódicos Capes – Ofício nº 4/2012 – CGPP/DPB/CAPES e Bibliotecas Virtuais, além de possuir a consulta informatizada ao acervo.

Em termos de recursos de informática, a UCP conta, neste momento, com uma boa estrutura, já descrita no item próprio. Contudo, existe a pretensão de atualizar o acervo de computadores do PPGD. Por isso, os Programas *stricto sensu* da UCP, incluindo o PPGD, conduzidos pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, estão participando do edital pró-equipamentos CAPES/2024, com um consistente projeto.

Além dessa perspectiva há também o incentivo aos professores do PPGD para que participem de outros editais de fomento, especialmente da FAPERJ, para o reforço às estruturas de computadores e bibliográfica do Programa. Em 2021/2022 o PPGD obteve sucesso nesse edital de reforço da FAPERJ e investiu em sua internacionalização rumo à UBA.

A política estratégica do PPGD para a infraestrutura estabelece como meta contínua a substituição de antigos equipamentos de rede por novos equipamentos, com portas ópticas e maior velocidade de acesso, além da necessária troca de computadores em salas de coordenação e apoio acadêmico, em consonância com os projetos de modernização dos computadores dos laboratórios acadêmicos. Isso é feito por demanda ao setor de informática da UCP (Prof. Paulo Cerqueira). Outras informações sobre infraestrutura disponível do PPGD foram prestadas no campo da proposta do Programa.

1.3.5 Vinculação entre o planejamento do Programa e o da instituição

Todo o planejamento estratégico do PPGD está vinculado ao PDI da UCP, documento que contribuiu para o recredenciamento da IES pelo MEC em 2024. No caso do PDI atualmente em vigor, compreendendo o quinquênio 2021-2025, a IES enfrentou um desafio porque a sua atualização ocorreu justamente no período em que o mundo e o Brasil foram duramente afetados pela pandemia. Mesmo assim o PDI foi elaborado em consonância com a legislação vigente e sistematiza o planejamento da Instituição para o quinquênio 2021-2025, encontrando-se conforme as orientações do Ministério da Educação e a lei em vigor. Disponível em: <https://ucp.br/wp-content/uploads/2024/05/PDI-2021-2025-atualizado.pdf>.

Em seu PDI, a UCP afirma ter por MISSÃO: “Promover a Formação Integral da Pessoa Humana e o Bem da Sociedade, diante dos desafios atuais, por meio da excelência no Ensino, Pesquisa e Extensão, inspirados pela Mensagem Cristã e apoiados pelos Princípios da Responsabilidade Socioambiental”.

A VISÃO de futuro da UCP consiste em “Ser reconhecida como referência de Universidade Comunitária, em âmbito nacional, oferecendo excelência nos diversos níveis de ensino, nas modalidades presencial e a distância, expandindo sua atuação geográfica e acadêmica, com sustentabilidade, consolidando alianças, inclusive interna-

cionais”. O PPGD está alinhado com essa missão e essa visão (exceto por se tratar de um curso exclusivamente presencial).

O Programa contribuiu para que a UCP possa cumprir o seu papel institucional em várias frentes. O primeiro vínculo explícito do PDI com o plano estratégico do PPGD pode ser identificado nos princípios filosóficos gerais da UCP, a saber: (1) Justiça e Direitos Humanos; (2) Desenvolvimento Integral Sustentável; (3) Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; (4) Interculturalidade. Percebe-se que a área de concentração do PPGD está profundamente conectada ao PDI, visto que o primeiro princípio reitor do documento aponta para a importância dada ao estudo, pesquisa, defesa e promoção dos direitos humanos, tema que integra a área de concentração do PPGD.

O desenvolvimento integral sustentável e a interculturalidade também estão presentes em pesquisas e ações do PPGD/UCP. Pode-se citar como um exemplo o evento realizado há anos pelos professores Diana e Klever do PPGD com o tema “Relações étnico raciais e marcadores Sociais da Diferença”, com publicações correlatas e participação da comunidade interna e externa. Ressalte-se que os princípios do PDI da UCP foram definidos em conformidade com o documento *Ex Corde Ecclesiae*, de João Paulo II, segundo o qual, a Universidade Católica é “comunidade acadêmica que, de modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e desenvolvimento da igualdade e dignidade humana e para a herança cultural mediante a pesquisa, o ensino e os diversos serviços prestados às comunidades locais, nacionais e internacionais” (nº 12).

Assim, as ações institucionais pedagógicas são orientadas por um conjunto de valores que se desdobram na afirmação da dignidade da pessoa humana promovendo sua formação integral para o bem da sociedade. A área de concentração do PPGD – justiça, processo e direitos humanos – concretiza o compromisso da UCP com a temática dos direitos humanos, entendidos como um eixo orientador, transversal e interdisciplinar, que anima suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, junto aos outros cursos. Esse compromisso está alinhado ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e as Diretrizes Nacionais sobre a Educação em Direitos Humanos, que

assumem importância crescente no âmbito das políticas públicas de promoção e concretização desses direitos na sociedade brasileira. A UCP assume a corresponsabilidade nessa construção.

Um dos exemplos que bem ilustra a forma como o PPGD vem contribuindo para fazer frente às aspirações da UCP pela promoção de uma justiça social foram as ações desenvolvidas no quadriênio no sentido de tornar o Programa mais inclusivo e atento às minorias, incorporando mais mulheres ao seu corpo docente. Algumas dessas pesquisadoras têm ganhado destaque no tema do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher (Profa. Denise) e no combate à discriminação racial (Profas. Diana e Deise) com vários produtos. Em outro exemplo, o professor Maurício Guedes é conselheiro no Conselho Municipal de Segurança Pública de Petrópolis, o que também reafirma o protagonismo da instituição no cenário local especialmente na definição de políticas públicas ligadas à questão da justiça e dos direitos humanos.

Assim como o PNEDH representa o compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos, o PDI procura ser parte integrante desse plano nacional em seu âmbito de atuação própria. O PDI UCP incorpora em seus princípios e missão a reconhecida vocação institucional para a defesa e promoção dos mesmos direitos, pensando em um cenário local, regional e até mais amplo, dada a visibilidade crescente que os professores e sua produção vêm angariando, especialmente entre 2021 e 2024.

O alinhamento do PPGD com a UCP se evidencia por meio do planejamento e execução de uma produção consistente, de qualidade, utilizando recursos inovadores que ampliam o seu alcance por todo o território nacional, como é exemplo o evento CAED-JUS, desenvolvido pelo Prof. Felipe, de grande impacto. Assim também muitos produtos dos professores do PPGD discutem temas de interesse nacional, ou mesmo influenciam a tomada de decisões em âmbito nacional, como tem sido o caso da produção dos professores Antonio Santoro e Flávio Mirza acerca do chamado “lawfare político” e do Prof. Marcelo a respeito dos processos estruturais. São ações que evidenciam o encontro e conexões entre o planejamento da UCP e o

planejamento estratégico do Programa que vem sendo implementado inclusive no quadriênio 2021-2024.

1.3.6 Formulação de políticas de apoio aos discentes, visando à permanência e à conclusão do curso

A Universidade Católica é uma instituição de Ensino Superior privada, sem fins lucrativos, e que tem o título de Instituição Comunitária de Educação Superior (portaria MEC/SERES nº 633 de 30 de outubro de 2014), isto é, uma IES comprometida com a melhoria da qualidade de vida da comunidade que a cerca.

Em seu PDI, no que toca a política de extensão, a Universidade afirma que (p. 54) “o seu propósito consiste em desenvolver ações que busquem aprimoramento de sua função social, reduzindo a distância entre a atividade acadêmica e os interesses da comunidade”. As ações, a seguir, relacionadas estão, portanto, em consonância com essa perspectiva e projeto de desenvolvimento institucional.

Como principal política de cunho pecuniário para o apoio aos discentes visando à inclusão, à permanência e à conclusão do curso, o PPGD oferece atualmente 08 bolsas PROSUC/CAPES que tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento e a manutenção de padrões de excelência e eficiência na formação de recursos humanos de alto nível, nos termos da Portaria Capes nº 149/2017. Na sua qualidade de IES comunitária a UCP participa desse Programa e atende todos os requisitos necessários para tanto. Tais bolsas contemplam atualmente discentes do PPGD UCP a partir de normas claras e transparentes e mediante edital próprio, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo atingir o limite de 24 (vinte e quatro) meses para o mestrado, a depender: i. Do prazo regimental de conclusão regular do mestrado; ii. Da persistência das condições pessoais do beneficiário, que ensejaram o cadastramento do benefício; iii. Da disponibilidade orçamentária da CAPES.

Podem ser contemplados alunos regularmente matriculados e devidamente inscritos em disciplinas no semestre letivo no Curso de

Mestrado em Direito do PPGD/UCP com base na ordem classificatória resultante do edital. A classificação se dá pelo somatório das notas atribuídas a atividades acadêmicas com pertinência temática ao Direito segundo o barema de pontuação, no qual são estabelecidos critérios meritocráticos e isonômicos de concorrência, publicados junto ao edital. Em caso de empate, considera-se a qualificação das atividades e de seus produtos pelo último Qualis CAPES (até 2024).

Os docentes do PPGD também são estimulados a participar e efetivamente participam de variados editais lançados pelos órgãos de fomento com o objetivo de conceder bolsas aos seus alunos. No caso específico do mestrado em direito, durante o quadriênio, alunos do PPGD foram contemplados no Edital Emergencial da FAPERJ 16/2002 – Apoio Emergencial aos estudantes de graduação e pós-graduação em instituições de Ensino Superior do município de Petrópolis que sofreram as consequências das enchentes (Vinícius Amaral e Gabriela Monteiro, por exemplo).

A UCP também possui uma política de descontos para beneficiar egressos da graduação que ingressam no curso de mestrado em Direito, com percentuais diferenciados.

O PPGD conta também com outras medidas de apoio ao corpo docente, de natureza não pecuniária, tais como a possibilidade de prorrogação do prazo de integralização por seis meses e de trancamento por um período letivo, conforme regimento interno disponível no *site* do Programa.

Há, também, estágio docência regulamentado no PPGD, em consonância com a Portaria Capes nº 181 de 18/12/2012 e com base no Regulamento do Estágio de Docência dos PPGS da UCP. O mestrando que realiza o estágio participa de aulas com professor supervisor que orienta acerca de metodologias de ensino e de avaliação, elaboração de cursos, desenvolvimento de planos de aula, mercado de trabalho docente etc.

Há, por fim, o Núcleo de Acessibilidade para apoiar com equipe multidisciplinar, alunos com deficiências e dificuldade de aprendiza-

do, completando esse arcabouço de apoio voltado a que os discentes consigam terminar com êxito o curso de mestrado.

1.4 Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do Programa, com foco na formação discente e produção intelectual

Durante o quadriênio o PPGD/UCP deu passos significativos em seu processo permanente de autoavaliação, buscando atender as diretrizes e normativas pertinentes. Aqui, serão relatados os principais instrumentos utilizados com registro de alguns resultados obtidos, sendo certo que se trata de um processo contínuo e que aos poucos vem permeando cada uma das ações de ensino, pesquisa e extensão do Programa.

É importante registrar, inicialmente, que a Universidade Católica de Petrópolis que abriga o PPGD tem uma tradição bastante consolidada no tocante a processos e procedimentos de avaliação institucional, sendo necessário contextualizar a autoavaliação do PPGD dentro desse cenário mais amplo, de avaliação institucional, pois são aspectos indissociáveis.

Nos termos do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), toda Instituição de Ensino Superior deve constituir uma CPA ou Comissão Própria de Avaliação. A CPA tem a responsabilidade de conduzir e coordenar os processos de avaliação interna da instituição, bem como sistematizar e prestar as informações solicitadas pelos órgãos e instâncias competentes. A atuação é autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. No caso da UCP, a constituição da CPA é formalizada por membros nomeados pelo Reitor, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e uma representação da sociedade civil organizada, sendo vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

A CPA da Universidade Católica de Petrópolis foi criada pela Portaria do Reitor nº 029/2004, de 23 de julho de 2004, e a ouvidoria da Universidade, no âmbito da CPA, em 04 de abril de 2007 (Res. CONSUN 01/07). Composta por 10 membros (Res. CONSUN 09/04) representantes de todos os segmentos da Universidade e um representante da sociedade civil organizada, nomeados pelo Reitor, a CPA possui Regimento próprio.

A CPA divulga com periodicidade os resultados de seu trabalho (relatórios disponíveis em: <https://ucp.br/cpa/>) e, mais recentemente, a UCP incluiu em seu site uma página de TRANSPARÊNCIA, que, ao mesmo tempo, é resultado de demandas surgidas no processo de avaliação e, também, oportuniza mais acesso às informações, contribuindo para alimentar e fomentar a avaliação institucional, incluindo o PPGD. (<https://ucp.br/transparencia/#:-:text=PDI,objtivos%20planejados%20em%20nossa%20institu%C3%A7%C3%A3o.>). Dados particularizados dos professores são a estes divulgados pelo sistema Lyceum Virtual Professor (por exemplo, sugestões e críticas recebidas dos alunos no processo de avaliação).

Ao longo desses mais de 20 anos de existência, a Comissão vem desenvolvendo o seu trabalho de avaliação institucional procurando identificar as condições de ensino, pesquisa e extensão e, também, da gestão em constante dialógica com todos os atores envolvidos nos diversos segmentos que envolvem a Universidade e a comunidade. Os resultados das pesquisas efetuadas são consolidados em relatórios divulgados para a comunidade acadêmica e externa. O objetivo principal é fornecer dados quantitativos e qualitativos para que a própria UCP possa estar em constante processo de melhoria da qualidade dos seus cursos de graduação, de pós-graduação e de todas as suas ações. O PPGD/UCP está inserido nesse contexto.

Na página institucional da UCP, na web, qualquer pessoa pode ter acesso ao resultado direto do trabalho da CPA, no link: <<https://www4.ucp.br/cpa/>>. É possível acessar: informações gerais sobre a CPA; indicação dos membros atuais da CPA; Relatório Geral de avaliação do último ciclo avaliativo; relatório de avaliação dos cursos;

avaliação de disciplinas; avaliação de infraestrutura; acompanhamento da execução do PDI e outros relatórios.

No caso específico do Mestrado em Direito, desde o início das suas atividades e durante todo o quadriênio 2021/2024, a CPA da UCP coletou e disponibilizou à coordenação do PPGD e à respectiva comissão de autoavaliação (desde 2018), informações importantes sobre variados aspectos relacionados à oferta do curso, informações estas obtidas por meio de instrumentos específicos de avaliação. Por exemplo, ao início de cada semestre letivo, ao realizar a matrícula nas disciplinas que deseja cursar (podendo ocorrer em outros momentos do semestre mediante convocação) o mestrando é convidado a preencher um formulário online, contendo quesitos aos quais deve atribuir notas de 0 a 5, sendo a nota 5, equivalente ao desempenho excelente naquele quesito.

A avaliação assim realizada diz respeito às disciplinas cursadas e demais atividades realizadas pelo discente durante o semestre anterior, inclusive os seminários de Orientação de Dissertação. Os quesitos atualmente contidos no instrumento são: “Apresentação com clareza dos objetivos, metodologia, conteúdos e critérios de avaliação, no início do período letivo. Domínio do conteúdo, planejamento e organização das aulas da disciplina pelo docente responsável. Utilização de metodologia adequada à aprendizagem, despertando reflexão e pensamento crítico. Coerência entre o conteúdo das aulas e a avaliação. Relação entre conteúdo teórico da disciplina e a área de concentração do Mestrado ou Doutorado. Pontualidade e assiduidade. Disponibilidade para atender o estudante.” São quesitos destinados a avaliar a percepção dos estudantes quanto ao desenvolvimento das disciplinas, seminários de orientação e outras atividades correlatas.

Além desses quesitos há também um espaço em que se pode tecer considerações complementares de cunho subjetivo sobre a disciplina/atividade sob avaliação, comportando, inclusive, comentários destinados a aperfeiçoar o próprio instrumento para propor outros aspectos a serem objeto de avaliação, para fazer elogios e críticas etc. Anote-se que o instrumento está sempre sujeito a atualizações e aper-

feições, sendo esse o formato utilizado durante o quadriênio 2021/2024.

Outro ponto importante a ser ressaltado nesse processo é que os professores também são chamados a avaliar as suas próprias disciplinas/desempenho, utilizando o mesmo formulário, sendo possível realizar posteriormente uma comparação entre as avaliações feitas pelos alunos e pelos docentes. O processamento dos dados junto ao setor de informática da instituição permite gerar relatórios, gráficos e tabelas.

Durante o processo de aplicação de questionários, que se dá de forma eletrônica, já explicada, os coordenadores dos cursos recebem relatórios periódicos que lhes permitem conhecer o andamento do processo (quantos já participaram e quantos não). Assim, é possível realizar ações destinadas a sensibilizar docentes e discentes para que participem também da avaliação, já que ela é do interesse de todos.

Vale registrar que sempre é observada uma não adesão aos processos de autoavaliação em determinado percentual, sobretudo, entre os alunos e egressos, a despeito do envio de mensagens eletrônicas e outras formas de divulgação. Diante disso a coordenação promove regularmente reuniões de sensibilização, incluindo a representação discente que, no quadriênio, foi exercida pela discente Edna Tepe-dino e, atualmente, pelo discente Gabriel de Jesus. O representante discente é eleito pelos seus pares por meio de um processo eleitoral simplificado que se repete quando o representante conclui o curso e, assim, sucessivamente.

Concluído o ciclo avaliativo, os professores têm acesso aos resultados por meio do sistema virtual-professor (Lyceum, acessível por meio de login e senha na página da UCP), o que lhes dá a oportunidade de identificar pontos fortes e aperfeiçoar pontos frágeis das suas ações. Já a comunidade acadêmica e externa tem acesso aos relatórios da CPA, incluindo os relatórios da pós-graduação *stricto sensu*, por meio da página da CPA na UCP. Os resultados e relatórios da comissão de autoavaliação do PPGD são disponibilizados na página do curso.

Em termos de RESULTADOS, no relatório da CPA realizado ao longo do ciclo avaliativo 2021/2024, constou que a participação dos docentes do PPGD no preenchimento dos instrumentos de avaliação (questionários) atingiu 100% de respondentes, considerado excelente. E, também, foi constatado que os docentes avaliam de forma altamente positiva o PPGD. Como um aspecto digno de registro, de forma recorrente entre os docentes, foi registrada no campo destinado a respostas subjetivas o bom desempenho nas aulas síncronas realizadas entre 2021/2022, com bom retorno também dos alunos que se mostravam satisfeitos com a possibilidade de darem seguimento aos seus projetos acadêmicos mesmo no contexto da pandemia. Já no caso da turma de MINTER, especificamente, os resultados não foram os mesmos e os alunos que se desligaram ou não conseguiram concluir o curso (6 em uma turma de 10) apontaram como uma das dificuldades a oferta remota associadas às dificuldades inerentes ao período pandêmico (doença, problemas financeiros, desemprego). Para esse grupo a distância física também foi um fator que os desestimulou. Esses resultados foram informados à CAPES no relatório final da Turma Minter, já homologado em 2024.

Esse aspecto, revelado pelo processo de avaliação institucional, resultou em iniciativa da coordenação em solicitar maior apoio ao setor encarregado do Ensino à Distância (NEAD/UCP), em suporte aos professores e alunos que estivessem encontrando dificuldades no ensino remoto. A cada ano, na semana de integração (destinada à integração e atualização dos docentes) passou a ser ofertado um curso aos docentes para treinamento no uso dos recursos digitais. Esse é apenas um exemplo de como o PPGD/UCP tem buscado, de forma crescente, utilizar os elementos colhidos por meio da avaliação institucional para aperfeiçoar o curso, otimizando as condições de oferta, etc.

Um dos RESULTADOS que aponta como tem sido profícuo esse entrosamento entre a CPA/UCP e a comissão de autoavaliação do PPGD, foi o dado compartilhado ao final do ciclo avaliativo de 2021/2024: dentre os discentes do PPGD/UCP, a média dos que responderam aos instrumentos de avaliação em 2024 foi de 55,17%. Esse percentual, embora expressivo, na ótica da Comissão de autoavalia-

ção do PPGD, sugere a necessidade de maior sensibilização e mobilização dos discentes quanto à importância de participarem, de forma ativa, do processo avaliativo. Notou-se uma menor participação discente quando comparada ao resultado obtido em 2021, referente ao ano de 2020 (68,55% de resposta do corpo discente). De todo modo, considerando os respondentes, os discentes avaliaram como MUITO BOM o PPGD/UCP, situando-se as médias gerais nos intervalos acima de 4,5, para os quesitos já apontados linhas acima.

Quanto à página do Programa, esta se encontra disponível para acesso no endereço: <http://pos.ucp.br/index.php/stricto-sensu/mestrado-em-direito>, contendo muitas informações sobre o PPGD, processos seletivos, estrutura, corpo docente, dentre outros. A página está em constante atualização e, na medida do amadurecimento de seus processos, passou a incluir um link que dá acesso a informações sobre o processo de autoavaliação específico do PPGD, complementando, naquilo que é próprio do Mestrado, as informações gerais já disponibilizadas e publicizadas atualmente no site da instituição. Tais informações estão disponíveis em: www.ucp.br, na aba “sobre o curso” (<https://pos.ucp.br/mestrado-em-direito-sobre-o-curso/>), junto ao regimento interno e outros documentos pertinentes.

Considerando essa rica experiência e trajetória institucional pretérita, no tocante à avaliação institucional, em 2018, quando a coordenação do curso de Mestrado em Direito era desenvolvida pelo Prof. Flávio Mirza Maduro, foi pela primeira vez portaria da comissão de autoavaliação do PPGD, então presidida pelo Coordenador do Curso e integrada pelo Prof. Klever Filpo, pelo então Mestrando Frederico Gazolla, advogado, e pela egressa Mestra Fernanda Fernandes, Delegada de Polícia no Rio de Janeiro. Assim, a constituição da comissão, neste primeiro momento da sua implantação, buscou contemplar diferentes segmentos envolvidos, a saber: docentes; discentes e comunidade. Posteriormente a comissão foi atualizada no quadriênio em avaliação, e portaria do reitor, incluindo os professores Klever Filpo, Daniel Machado, a aluna Yeda Ferreira Pires na qualidade de representante discente e a egressa Vitoria Delacorti como representante dos ex-alunos. Ademais houve a participação da funcionária técni-

co-administrativa Camila Fortuna que, em 2024, foi substituída pelo funcionário técnico administrativo Marlon Flamel. No que toca o acompanhamento dos egressos, a comissão conta desde 2024 com a participação do Prof. Rodrigo Garrido. Em 2025, está prevista a atualização da comissão por nova portaria do Reitor.

A comissão também conta com a funcionária técnico-administrativa Tatiana Benaion Coelho, representante da CPA, externa ao PPGD e ao Centro de Ciências Jurídicas, que o Programa mantém como uma observadora para os processos de autoavaliação. Para além disso, nas Rodadas de Autoavaliação (evento anual que corresponde a uma semana de dedicação ao processo avaliativo, com mesas, palestras, aplicação de instrumentos avaliativos, etc., que será explicada mais adiante) o Programa convidou como palestrantes diferentes pesquisadores de renome no meio jurídico e no campo da educação, como os professores Drs. Rafael Mario Iorio Filho (UFF/UVA e FAPERJ), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ e FAPERJ) e Marcelo Mocarzel (UNESA e FAPERJ) para se manifestarem sobre diferentes aspectos da avaliação dos Programas, sob a forma de palestras, podendo ser considerados colaboradores externos desse processo de autoavaliação.

Tais eventos estão documentados na TV UCP, Canal da UCP no YouTube, e podem ser acessados por quaisquer pessoas, configurando um registro/acervo de grande valor para ser consultado nas ações futuras de avaliação e de planejamento do Programa. A grande contribuição desses professores externos foi trazer um olhar de fora em relação aos nossos fazeres, enquanto Programa, ajudando também a compreender melhor as demandas que nos chegam da CAPES, o que também tem sido facilitado pela Área do direito ao divulgar na sua página muitas informações e diretrizes sobre o processo de avaliação, as quais buscamos acompanhar e implementar da melhor forma possível, durante o quadriênio, na expectativa de atender o que nos é solicitado.

Outro importante instrumento de autoavaliação que se fortaleceu durante o quadriênio foi a Ouvidoria da UCP, órgão de natureza mediadora, sem caráter administrativo deliberativo, executivo ou judicativo, que exerce suas funções de ouvir, encaminhar e acompanhar

críticas e sugestões para os departamentos administrativos e acadêmicos institucionais, com o objetivo de atender à comunidade interna e externa. Por meio dela, após triagem feita na CPA, a comissão de autoavaliação do PPGD pode receber denúncias, reclamações, sugestões ou elogios que são entendidos como uma forma de aperfeiçoar as nossas rotinas e o atendimento às demandas dos mestrandos e etc. Maiores informações em <https://ucp.br/ouvidoria/>.

A comunicação com a ouvidoria ocorre mediante preenchimento de um formulário no site da UCP com a seguinte introdução: “OUVIDORIA: (...) exerce suas funções de ouvir, encaminhar e acompanhar críticas e sugestões para os departamentos administrativos e acadêmicos institucionais, com o objetivo de atender à comunidade interna e externa. Sua comunicação é exclusivamente digital e as manifestações encaminhadas são acompanhadas com isenção, ética e independência”. A essa introdução se seguem os campos para preenchimento do endereço eletrônico de contato e o espaço para registro da reclamação/sugestão.

Quanto aos RESULTADOS do trabalho realizado via ouvidoria, pode-se registrar que a maior quantidade de reclamações recebidas durante o quadriênio relacionou-se a dificuldades pontuais de acesso à internet no campus, reclamação gerada por instabilidades na rede Rio à qual a UCP é conveniada e que já foram sanadas. Outras reclamações pontuais disseram respeito a dificuldades administrativas que foram encaminhadas e sanadas junto aos setores competentes (financeiro, secretaria geral dos cursos, tesouraria, etc.).

Outro instrumento de autoavaliação que o PPGD tem utilizado desde 2022 é o questionário destinado ao preenchimento pelos candidatos a ingresso no corpo discente do Mestrado. Tal questionário é aplicado aos candidatos que comparecem para a realização da prova escrita/dissertativa. Seu preenchimento não é obrigatório, trata-se de um convite. Inicialmente, após as informações de praxe sobre a universidade e o Programa (cabeçalho), consta uma saudação ao candidato em um texto assim: “A Comissão de Autoavaliação do PPGD/UCP, dando seguimento às suas ações permanentes de autoavaliação, com os olhos postos em um aperfeiçoamento contínuo do curso, em todas

as suas dimensões, solicita a sua colaboração no sentido de responder este questionário de forma bastante objetiva. Agradecemos desde já!”. Após, há seis perguntas para serem respondidas, as cinco primeiras mais objetivas e a última concedendo a oportunidade de uma manifestação qualitativa mais extensa por parte do candidato.

Em geral, os questionários foram respondidos em não mais do que quatro minutos. As perguntas que constam do questionário são as seguintes: (1) De que forma você tomou conhecimento do presente processo seletivo para discentes do PPGD? (2) Conseguiu localizar com facilidade, no site da UCP, as informações relativas ao curso e ao processo seletivo? (3) O edital do processo seletivo foi inteligível para você? (4) Fez a leitura completa e análise dos textos sugeridos na bibliografia? (5) Encontrou dificuldades para concluir a inscrição e participar deste processo seletivo? (6) Utilize o espaço abaixo e, se necessário, o verso da folha, para fazer comentários, críticas e sugestões, visando ao aperfeiçoamento do processo seletivo.

Pensando em RESULTADOS, de forma sintética, a utilização desse questionário nos últimos processos seletivos (2023 e 2024) revelou que: predominantemente os candidatos tomam conhecimento do processo seletivo por meio do site da instituição (95% dos candidatos) e, em um menor número de vezes, a informação é repassada por um egresso ou obtida no Instagram e outras redes (5%). Percebeu-se também que as informações sobre o curso e o processo seletivo são encontradas com facilidade no site da instituição (100% dos candidatos) e que o edital do processo seletivo é inteligível (100% dos candidatos).

Sobre o processo de inscrições no processo seletivo, especialmente no primeiro semestre do ano de 2025, foi notada uma recorrência de candidatos que encontram dificuldades no uso do sistema alocado para efetivar a inscrição. Nesse processo seletivo específico (2025.1) 100% dos candidatos apontaram a ocorrência de falhas no sistema que somente puderam ser contornadas com a ajuda da equipe de secretaria do Programa, por telefone ou presencialmente e da equipe de TI da UCP. Nos anos anteriores as ocorrências semelhantes, quando ocorreram, foram em números insignificantes. Foi aberto um cha-

mado junto ao helpdesk e a equipe responsável pelo sistema (empresa contratada), os problemas foram identificados e, a princípio, sanados.

Em uma perspectiva qualitativa, chamou atenção o fato de a maior parte dos candidatos ter tomado conhecimento do curso e do edital por meio do site, pois a instituição realizou uma campanha de divulgação por outros meios, inclusive redes sociais e inserções pagas e gratuitas em diferentes veículos midiáticos e publicitários. Por essa razão e, também, para atender as exigências específicas da ficha de avaliação nesse particular, o Programa segue investindo na atualização permanente do site utilizando os serviços do setor de comunicação social.

Outro instrumento empregado durante o quadriênio 2021/2024 para realizar a sua autoavaliação foram as “Rodadas de Autoavaliação do Mestrado em Direito da UCP”, evento que tem por objetivo central consolidar um espaço permanente de discussão e de sensibilização do corpo docente e discentes. Metodologicamente, cada rodada consistiu em reunir, em uma determinada semana do ano letivo, mesas de discussão, palestras, reuniões e a aplicação de instrumentos de avaliação na expectativa de identificar as potencialidades e desafios, ou, em outros termos, as conquistas obtidas e os pontos em que ainda é preciso melhorar (https://www.youtube.com/watch?v=GFp_x9Uxovs).

Também recebemos convidados externos (todos cientistas ou Jovens Cientistas do Nosso Estado da FAPERJ) para comunicações orais e prestar orientação sobre o processo de autoavaliação e planejamento do Programa. As rodadas, portanto, tiveram periodicidade anual e marcaram esse compromisso do PPGD com o processo de autoavaliação. Parte das atividades foram gravadas e estão disponíveis na TV-UCP, canal da UCP no YouTube, sendo também uma forma de o Programa prestar contas à comunidade externa sobre as suas ações.

Em termos de RESULTADOS, essa ação de autoavaliação contribuiu para sensibilizar o público interno e externo em relação à importância do processo autoavaliativo ao mesmo tempo em que apontou algumas conquistas de desafios do Programa. Por exemplo, a necessidade de concentrar esforços e priorizar as publicações em

periódicos científicos e o necessário investimento na qualidade desses produtos bibliográficos. Logo as Rodadas de Autoavaliação são apontadas como método e como resultado do processo de autoavaliação.

Uma das atividades realizadas nesse contexto foi a análise coletiva das avaliações recebidas da CAPES nos últimos dois quadriênios (previamente compartilhadas com o corpo docente e discente) evidenciando, por exemplo, uma necessidade de articular maior interação entre as linhas da área de concentração; uma atualização curricular e de investir na vocação local e regional do PPGD, que parece não ter ficado tão clara para a CAPES na última avaliação.

Muitas ações foram desenvolvidas pelo Programa para aperfeiçoar esses aspectos entre 2021 e 2024, tanto que foi apresentada, ao início deste relatório, a estrutura curricular atualizada e uma descrição de como os projetos se aproximaram nesse período, com bons resultados em termos qualitativos e quantitativos. Também estão disponíveis e arquivados no PPGD alguns instrumentos formais de convênios firmados com o TJERJ, com o Programa Petrópolis da Paz, com o PPGDIN/UFF, com o Museu Imperial, com a UNIVICOSA, dentre outros. Por fim foram explicitados no item 1.1 projetos de extensão que vinculam, de forma ainda mais evidente, as ações do PPGD às demandas locais, regionais e nacionais.

Todo esse relato evidencia que, durante o quadriênio, houve preocupação em avançar e, ao mesmo tempo, corresponder ao processo de autoavaliação. Simultaneamente, buscou-se compartilhar com o corpo docente e discente e, também, egressos, de forma pública e transparente, todos os passos dados e decisões tomadas, recebendo importantes feedbacks que tornaram o processo mais democrático e participativo. Os vídeos das rodadas de autoavaliação estão disponíveis na TV UCP, Canal da UCP no YouTube. Os relatórios estão no site: www.ucp.br.

Em relação aos egressos a comissão trabalhou com a aplicação de questionários por meio do aplicativo Google Forms, enviados aos endereços eletrônicos cadastrados. Esse questionário foi concebido e aplicado em 2021 com auxílio da mestranda/egressa e bolsista

PROSUC CAPES Stephane Rocha, por intermédio dos Formulários Google, contendo indagações sobre realizações recentes, projetos, produtos, dentre outros. Depois, já em 2024, o questionário foi aperfeiçoado e novamente aplicado em um formato mais simples, direto e objetivo, agora como um trabalho do prof. Rodrigo Garrido e equipe.

Em uma avaliação dos RESULTADOS obtidos por meio desse instrumento, percebeu-se que ele foi respondido em 2021 por aproximadamente 15% dos egressos, o que foi considerado um percentual razoável, tendo em conta a quantidade de questões, com tempo de duração aproximado de 30 minutos, o que foi considerado demasiado. Em 2024, o questionário aplicado foi mais enxuto e recebemos 48 respostas aos e-mails enviados para a totalidade dos contatos disponíveis, ou seja, uma taxa de responsividade de 18,4%. Esse dado revela o quanto a Comissão de Autoavaliação tem buscado, pouco a pouco, aperfeiçoar os seus saberes e fazeres, não raro por meio de um processo que envolve tentativa e erro.

Com relação ao questionário aplicado aos egressos em 2024, foram formuladas as seguintes questões objetivas. A saber: 1. marcar categoria do “destino profissional” dentre as opções disponíveis; 2. O grau de mestre contribuiu para que alcançasse ou progredisse/promovesse no cargo ou função que exerce atualmente? (70,8% afirmaram que sim e 29,2% afirmaram que não); 3. Você teve alguma produção acadêmica relacionada à dissertação após concluir o curso? (52,1% afirmaram que sim e 47,9% afirmaram que não). 4. Como você classifica o corpo docente do curso de mestrado do PPGD/UCP? (com a possibilidade de marcar conceitos de 0 a 5, sendo 5 a melhor nota, 87,5% atribuíram conceito 5; 10,4% o conceito 4 e 2,1% o conceito 3); 5. Como você classifica a orientação que recebeu durante o curso de mestrado no PPGD/UCP? (com a possibilidade de marcar conceitos de 0 a 5, sendo 5 a melhor nota, 89,6% atribuíram conceito 5; 10,4% o conceito 4); 6. Como você classifica a proposta do PPGD/UCP? com a possibilidade de marcar conceitos de 0 a 5, sendo 5 a melhor nota, 87,5% atribuíram conceito 5; 10,4% o conceito 4 e 2,1% o conceito 3).

Em termos de RESULTADOS desse instrumento e considerando uma gradação de 1 a 5 equivalendo aos conceitos Ruim (1); Regular

(2); Bom (3); Muito Bom (4) e Excelente (5), observou-se uma predominância de conceito Excelente nos itens avaliados, com ênfase para uma percepção muito positiva em relação à orientação recebida e, de modo geral, uma percepção positiva em relação aos demais aspectos. Também merece destaque a informação de que mais de 70% dos respondentes consideraram que o título de mestre contribuiu para que progredissem ou obtivessem promoções em sua atuação profissional.

Anote-se que a Comissão de Autoavaliação dispõe, reunidos na secretaria do PPGD, das informações de contato de 100% dos egressos do PPGD, e que compartilha informações periódicas sobre oportunidades acadêmicas (cursos, processos seletivos, etc.), o que também é feito por meio do setor de Comunicação Institucional. A despeito disso, alguns egressos manifestaram o desejo de receberem mais informações sobre oportunidades acadêmicas; informações sobre cursos ministrados na UCP (um dos temas sugeridos foi o preenchimento do Currículo Lattes) e sobre as perspectivas para a abertura de um curso de Doutorado na instituição. Nesse ponto, merece ser destacada a expectativa que muitos ex-alunos têm, de retornar à casa para cursarem o doutorado em Direito (o PPGD tem uma proposta sendo analisada na CAPES em grau recursal).

Por fim, também como resultado desse feedback obtido dos egressos, e ainda com os olhos voltados para o aspecto da Formação Discente, durante todo o quadriênio o PPGD manteve em sua agenda de eventos permanentes os chamados “Percurso Acadêmicos: encontro com os ex-alunos do Mestrado em Direito da UCP”, com periodicidade semestral. Esses encontros, atualmente realizados de forma virtual ou presencial, são mais uma maneira encontrada pelo Programa para realizar a avaliação de desempenho e acompanhamento dos egressos.

Os encontros pretendem dar visibilidade à produção e trajetórias acadêmicas e profissionais dos egressos durante e após a conclusão do curso, e ainda propiciam uma interação e compartilhamento de experiências envolvendo discentes, docentes e egressos. Para os alunos, tem funcionado como um fator de motivação ao perceberem que o mestrado traz bons frutos para os egressos. Tais eventos são abertos também para a graduação. A última edição ocorreu em agosto de

2024. Os vídeos estão disponíveis na TV UCP, Canal da Universidade no YouTube.

Logo, no tocante ao quesito formação, a Comissão de Autoavaliação tratou de dar especial atenção, no período considerado, a uma maior aproximação e acompanhamento dos alunos atuais e egressos, por meio das estratégias e instrumentos acima apontados.

Por fim, vale registrar que, ao final do quadriênio, em dezembro de 2024, o PPGD planejou e executou o seu III Seminário Internacional Justiça, Processo e Direitos Humanos, focalizando e trazendo para o centro da discussão a integração entre as linhas e projetos do Programa, tendo como tema aglutinador os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Foram organizadas mesas compostas por docentes, discentes, egressos e participantes externos, inclusive do exterior (Leandro Martinez, UBA e Camila Gomez, Colômbia, Prof. Danilo Lobato UFRRJ, outros) para discutir os impactos e possíveis contribuições do Programa para o atingimento desses ODS.

O evento está registrado e disponível na TV UCP que é o canal da UCP no YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=8Kzlu_HJd-jo) e foi publicada uma coletânea com o título Arquivos de Justiça, Processo e Direitos Humanos, contendo artigos que resultaram das discussões havidas durante o evento. A coletânea foi publicada pela editora Pembroke Collins com recursos da FAPERJ e da CAPES. Teve como organizadores os Professores Eduardo Klausner, Denise Salles, Klever Filpo e Mirel Legrá, e como autores professores, alunos, egressos e participantes externos (UNESA; UFRRJ; PUC-Rio) ao Programa que acolheram a chamada pública, alargando nosso diálogo para fora do Programa e fugindo à endogenia.

Tal evento foi uma oportunidade de refletir sobre conquistas e propostas de futuro do Programa no ano em que comemoramos 12 anos de funcionamento, tendo formado mais de 250 mestras e mestres em direito. Esses feitos são aqui relacionados porque se prestaram a uma reflexão sobre a trajetória pregressa do PPGD e o que ainda está por vir, uma estratégia para fazer com que uma verdadeira cultura da autoavaliação (e não apenas a fria aplicação de instrumen-

tos) faça parte de nosso cotidiano nas mais diversas frentes do ensino, pesquisa e extensão em Justiça, Processo e Direitos Humanos, presente, portanto, em cada uma de nossas ações.

CAPÍTULO II – FORMAÇÃO

2.1 Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa

O quadriênio 2021-2024 foi intenso e produtivo para o PPGD/UCP no tocante à produção de dissertações de qualidade, articuladas com os Projetos de Pesquisa dos orientadores e vinculadas às respectivas linhas de pesquisa. Neste item apresentaremos uma visão panorâmica o percurso percorrido pelos mestrandos do ingresso até a defesa da dissertação. Os destaques foram indicados para análise individual, na plataforma, observando as instruções da área contidas na ficha de avaliação.

Compreendemos da ficha de avaliação que a qualidade das dissertações será aferida por meio de destaques a serem apontados na fase de destaques, sendo 3 trabalhos para este PPGD da UCP, pois tem menos do que 20 docentes permanentes. Por isso, neste item, buscaremos descrever, em uma perspectiva qualitativa, o processo de elaboração das dissertações pelos alunos.

O PPGD compreende que este é um processo que engloba várias etapas desde o processo seletivo para alunos do Programa, até a entrega da dissertação, ao final do percurso que, em geral, deve ser

concluído em 24 meses, segundo regimento do PPGD e cumprindo as exigências nele contidas.

O PPGD oferece aos candidatos um curso ou palestra para prestar informações sobre o processo seletivo e sobre a carreira acadêmica, aberto a toda a comunidade interna e externa. Essa etapa é importante para esclarecer os futuros alunos sobre o que o Programa espera deles. Desse evento participam professores de ambas as linhas que apresentam as respectivas propostas, esclarecendo os interessados sobre o que podem esperar do mestrado, como se organizar para o processo seletivo, etc. Também são fornecidas informações sobre bolsas PROSUC/CAPES e outras modalidades de incentivo aos discentes.

Nos primeiros anos do quadriênio, houve muita procura pelas vagas do curso de mestrado. Mas, como já explicado, houve uma redução significativa da demanda a partir de 2022, e isso precisa ser levado em conta na avaliação do PPGD, que atribui essa queda do número de ingressantes especialmente à tragédia ocorrida em 2022, em Petrópolis, já comentada em outros campos.

Dito isso, e seguindo adiante, o trabalho relativo à dissertação é depois retomado na disciplina de Metodologia do Ensino e da Pesquisa Jurídica, que vem sendo ministrada por diferentes professores, tanto da linha 1 como da linha 2. Nessa disciplina são fornecidos elementos epistemológicos, metodológicos, formais e de toda ordem para permitir o início das pesquisas pelo aluno que, logo depois, terá um orientador definido e que, salvo situações excepcionais, irá acompanhá-lo até a defesa da dissertação.

Ao final do primeiro período do curso, o mestrando precisa apresentar um projeto de pesquisa consistente e, associado a isso, um orientador definido. O projeto é apresentado aos pares e professores na última sessão do semestre, recebendo sugestões diversas. Também nessa disciplina e em outras atividades (eventos organizados, participação em eventos, participação nos grupos de pesquisa, oficinas de inserção acadêmica, nos “percursos acadêmicos”, etc.) os alunos são socializados nos saberes e fazeres do meio acadêmico, por exemplo, sendo estimulados a assistirem as bancas dos seus colegas, já que as

defesas são públicas. Entendemos que nessas atividades os alunos estão sendo preparados para as suas trajetórias acadêmicas que incluem a defesa da dissertação, e muito mais.

Já a orientação propriamente dita ocorre nas turmas de Orientação de Dissertação, no contato direto entre professores e seus orientandos. Como meta, no 3º semestre, ocorrem as bancas de qualificação, nos termos do regimento do PPGD. E, quando o trabalho está maduro, após o “aprovo” do orientador e da coordenação (em relação à verificação do cumprimento de todos os requisitos regulamentares, por exemplo, cumprimento de todos os créditos de disciplinas), a banca de defesa é marcada, sempre com antecedência, contando, necessariamente, com três membros: o orientador, um professor interno ao Programa e um professor externo ao Programa, pelo menos. O resultado pode ser: Aprovado, Reprovado, ou Aprovado com restrições, caso em que o candidato terá 30 dias para fazer os ajustes determinados pela banca, observando, no mais, as regras do regimento.

Os alunos são veementemente estimulados a publicarem os seus trabalhos na forma de livros e/ou artigos e os professores os orientam também nessa etapa, indicando as melhores estratégias e opções. Quando houve fomento, isso é informado expressamente nas publicações derivadas. Vários egressos publicaram livros resultantes de suas dissertações no quadriênio, por exemplo, Raphael Rosalvos Barcellos publicou, pela editora Dialética, o livro “Quando dizer é poder: a liberdade de expressão na democracia”, fruto de sua dissertação orientada pelo Prof. Sérgio Salles na linha 1, correspondendo ao projeto de Pesquisa Filosofia dos Direitos Humanos em que esse professor atua conjuntamente ao Prof. Carlos Frederico e outros colegas.

Todo esse processo, ao nosso sentir, é que confere qualidade às dissertações do PPGD. Nos destaques que serão apresentados à Área buscamos indicar trabalhos que atendam os requisitos da ficha de avaliação (2.1), anotando-se que se trata de um curso de mestrado (O PPGD/UCP não tem doutorado no momento).

2.2 Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos

O estímulo à produção de qualidade, bibliográfica e técnica, correlata às dissertações e outros trabalhos desenvolvidos pelos discentes foi uma constante no PPGD no período sob avaliação, especialmente por conta de deliberações colegiadas e de autoavaliação que, desde o final do último quadriênio, apontavam a necessidade de estimular, cada vez mais, essa produção. Especialmente quando desenvolvida de forma conjunta, em coautoria com os orientadores, vinculando-se aos respectivos projetos e linhas de pesquisa e à área de concentração do PPGD, mas sem deixar de incentivar produtos individuais dos alunos, em busca de uma autonomia que é importante para um pesquisador.

Contemplando o cenário de produção discente ao final do quadriênio, em um contexto de autoavaliação, o PPGD constata que esse esforço surtiu bons e consistentes resultados. Contudo, essa autoavaliação está sendo realizada do ponto de vista qualitativo, que é a tendência da Área do Direito na CAPES, segundo consta do relatório de Meio Termo 2023, privilegiando a qualidade em detrimento da quantidade.

Logo, estimulamos os alunos e os egressos a seguirem publicando com os seus orientadores, de forma vinculada à proposta/projeto deles no PPGD, o que, assim compreendemos, qualifica esses produtos, contribuindo também para boas dissertações vinculadas à área de concentração do PPGD, observando o impacto dos veículos escolhidos para essas publicações, em consonância com as orientações recebidas da área.

Também se percebeu que o reforço das ações de extensão contribuiu para que as dissertações, livros, artigos e trabalhos apresentados em eventos repercutissem os ganhos do PPGD na conexão entre as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma conexa às questões de interesse local, regional e nacional.

Considerando os critérios eleitos pela área para o quesito 2.2 o Programa compreendeu que o volume da produção será medido utilizando as informações de produção lançadas na plataforma durante o quadriênio, e que a qualidade será aferida por meio dos destaques dos melhores produtos, que serão lançados na fase de destaques.

Aproveitaremos, portanto, este espaço para evidenciar a qualidade da produção intelectual dos alunos e egressos mediante a apresentação e descrição de dois produtos, que serão explicitados e contextualizados, de modo a dar conta do item 2.2 = QUALIDADE da produção intelectual de discentes e de egressos.

Na escolha desses dois destaques (sem prejuízo de outros que existem e foram apontados na fase de destaques), privilegiaremos, aqui, produtos de pesquisadoras (mulheres), de forma coerente com a introdução deste relatório e com o relatório do seminário de meio termo de 2023, pois é preciso fortalecer e qualificar ainda mais a presença feminina dos PPGs da área do direito.

PRIMEIRO PRODUTO: No ano de 2022, a então mestranda Cláudia Maria Ferreira de Souza publicou, juntamente ao seu orientador, Prof. Dr. Sérgio de Souza Salles, o artigo científico “ACESSO À JUSTIÇA EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE TRATAMENTO DE CONFLITOS DO TJRJ” na Revista Conhecimento e Diversidade, Qualis CAPES B1. A então mestranda, na qualidade de orientanda do Prof. Sérgio, participava com ele do projeto de pesquisa Filosofia dos Direitos Humanos, ligado à linha 1 do PPGD.

Com o advento da pandemia e das consequentes medidas e protocolos de saúde adotados para a proteção da população, todo o sistema de justiça que vinha avançando ao longo dos anos na implementação de medidas para romper as barreiras de acesso à justiça foi fortemente impactado, conforme se depreende do Relatório CNJ Justiça em Números 2021 e das estatísticas do NUPEMEC TJRJ. O artigo em questão pretendeu contribuir para a análise do referido Relatório e dos dados do NUPEMEC TJRJ, demonstrando a rápida adequação das atividades do judiciário mediante a implementação de trabalho

remoto e disponibilização de plataforma de videoconferência para realização de audiências e sessões de mediação/conciliação propiciou a continuidade da prestação jurisdicional. Ao mesmo tempo, refletiu-se sobre os limites do acesso à justiça em tempos de pandemia em função das desigualdades e restrições de uso e acesso aos meios tecnológicos para a resolução online de controvérsias (ODR). (https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/10190).

O trabalho também se conecta com a atividade exercida pela então mestranda no NUPEMEC do TJERJ, na qualidade de coordenadora geral, sendo servidora desse tribunal com o qual o PPGD mantém convênio, já juntado aos anexos. Posteriormente, depois de defender sua dissertação, ela foi publicada sob a forma de um livro que está disponível para download gratuito na página da editora Essere nel Mondo. No Livro “Da violência Mimética aos Símbolos da Paz”, com prefácio também subscrito pelo seu orientador, a agora mestra Claudia Maria trabalhou com o tema da justiça restaurativa. Diante do agravamento dos conflitos em contexto escolar a propositura pelo CNJ de um ano especialmente dedicado à Justiça Restaurativa na Educação, oportunizou a atuação colaborativa do judiciário com a educação, tendo como escopo a Resolução CNJ 225/2016, integrando mecanismos da justiça e da educação em uma perspectiva preventiva e de resolução pacífica de conflitos nas escolas, especialmente no enfrentamento ao bullying, pois combater o assédio é agir onde nasce o ódio que alimenta o espírito de vingança, que está no cerne dos ataques violentos contra as escolas. Assim, o livro pretende contribuir para a reflexão acerca da restauração da dignidade da escola, de cada um dos seus sujeitos e de suas práticas a partir dos aportes da Justiça Restaurativa, com ênfase no diálogo, na reparação e na inclusão, voltada para práticas de resolução pacífica dos conflitos e formação de uma cultura de paz. Tanto o artigo como o livro supramencionado são bons exemplos da qualidade dos produtos dos nossos alunos.

SEGUNDO PRODUTO: Entre as egressas destacaremos aqui Natalia Lucero Frias Tavares, que concluiu o mestrado em direito na UCP no ano de 2018, com bolsa PROSUC/CAPES. Ela foi orientanda do Prof.

Santoro, à época Jovem Cientista do Nosso Estado, em pesquisa sobre o Lawfare político e os maxiprocessos, tema sobre o qual segue dialogando com esse professor. Atualmente, em 2025, Natália é Professora Substituta de Direito Penal e Criminologia na UFRJ e Doutoranda em Direito na mesma Universidade, onde tem bolsa de Doutorado nota 10 da FAPERJ. UFRJ. É graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2011).

No ano de 2021 Natalia publicou, em coautoria com o Prof. Antônio Santoro e com o Prof. Rodrigo Garrido, também da linha 2 do PPGD, o artigo científico “PROVA GENÉTICA VESTIGIAL: A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE REGRAS ESPECÍFICAS PARA SALVAGUARDA DA FIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES E EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA”, na Revista Brasileira de ciências Criminais do IBCCRIM, periódico classificado no estrato Qualis CAPES A2. (<https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/article/view/1687>). O paper tem como objeto central de análise a realização e utilização do exame de DNA de toque extraído de vestígio de crime – touch DNA – para fins criminais. Pretende-se apontar alguns dos possíveis riscos de falha tanto na produção quanto valoração dos resultados do exame de touch DNA. Buscando assegurar efetivo exercício do direito de defesa, bem como reduzir as chances de falha de análise (tanto pericial, quanto judicial), serão oferecidas alternativas para: (i) adaptação das regras gerais do art. 158-B a 158-F do Código de Processo Penal para que melhor se adaptem às particularidades deste meio de prova; (ii) inclusão de itens básicos nos relatórios periciais para oferecimento de informações que permitam melhor verificar a efetiva confiabilidade dos resultados. O trabalho tem grande aderência às propostas desses professores no Programa e serve para evidenciar, também, a qualidade e a riqueza das trajetórias profissionais de muitos de nossos egressos em consonância com a formação recebida no PPGD.

2.3 Destino, atuação e avaliação dos egressos do Programa em relação à formação recebida

O Programa de Pós-graduação da UCP vem implementando de forma gradual e crescente uma série de iniciativas voltadas para manter contato permanente e criar oportunidades acadêmicas e profissionais de que os egressos possam se beneficiar, e vice-versa. Neste espaço, vamos apresentar alguns indícios dessas iniciativas.

A primeira delas reflete uma interessante e rica integração entre a graduação em Direito e o mestrado em Direito da UCP. Nesse curso de graduação há a exigência de que os graduandos elaborem os seus TCCs (monografias) e os defendam, perante uma banca examinadora formada por três professores, sendo um externo à casa. Há muitos anos, desde o início das atividades do mestrado, os mestrandos e egressos são chamados para participarem dessas bancas, contribuindo na formação de novos Bacharéis ao mesmo tempo em que ganham experiência e enriquecem suas trajetórias acadêmicas.

Ainda nessa relação entre o mestrado e a graduação em Direito da UCP, pode-se destacar a participação dos mestrandos e dos egressos em diversificadas atividades, tais como, por exemplo: palestras e minicursos ministrados na tradicional Semana Jurídica do Curso de Direito da UCP e a contratação de egressos como professores (RPA) para ministrarem oficinas de Prática Jurídica, aproveitando a experiência desses egressos nas mais variadas profissões jurídicas para incrementarem a formação dos graduandos.

Uma das egressas que se destacou nessa atividade foi contratada como professora da casa: a Mestra em 2018, Vanessa Velasco Brito, que hoje leciona na UCP cadeiras de Direito Processual Civil. Ao passo em que o egresso, Mestre em 2018, Rafael Pacheco Lanes Ribeiro, que é professor da UNIVIÇOSA-MG, funcionou como elemento de ligação entre a UCP e aquela instituição Mineira para que pudesse ser viabilizado o Minter. Atualmente tal egresso, após ter concluído o seu doutorado, passou a ser colaborador do PPGD.

A par disso, é veementemente estimulado que os egressos sigam participando das atividades dos grupos de Pesquisa dos Professores do PPGD, o que pode ser exemplificado pelo caso da egressa (de 2018) Natália Lucero Frias Tavares, que segue interagindo e publicando com o Prof Antônio Santoro a partir da atividade de seu grupo de pesquisa na UCP, dentre outros.

Por outro lado, a partir do momento em que se instituiu a Comissão de Autoavaliação do PPGD (cuja atuação será mais bem descrita no campo próprio) – e sabedores da importância crescente que a CAPES vem dando ao acompanhamento de egressos – a referida Comissão tem tomado iniciativas para ampliar a aproximação entre o Programa e seus ex-alunos. Dentre estas, duas merecem ser destacadas.

A primeira foi a aplicação de questionários por intermédio da ferramenta Google Forms, destinados aos egressos, contendo perguntas que, além de auxiliar no preenchimento das informações demandadas pela Plataforma Sucupira, também permitiram conhecer alguns dados interessantes. Revelando, por exemplo, que alguns ex-alunos têm a expectativa de que um curso de Doutorado em Direito poderá vir a ser oportunizado da UCP, e gostariam de retornar à casa como doutorandos. E ainda que muitos sentem falta de oportunidades de incrementar a atividade acadêmica por meio de cursos de atualização, etc. Um dos cursos sugeridos foi o curso de atualização no preenchimento do Currículo Lattes.

A outra iniciativa a ser mencionada é o evento que se tornou integrante da agenda do PPGD, denominado “Percurso Acadêmicos: encontro com os ex-alunos do PPGD/UCP”, de periodicidade semestral que, desde 2019, vem oportunizando o retorno à Universidade de ex-alunos. Formando uma mesa de debates, geralmente acompanhados dos respectivos orientadores, eles têm a oportunidade de relatar para o público a sua experiência no Programa e as realizações obtidas desde então, por exemplo, o lançamento de um livro, o ingresso no doutorado, etc. Temos percebido como retorno dessa iniciativa uma maior motivação dos atuais alunos para seguirem investindo nas suas carreiras acadêmicas, aproveitando também para conhecerem novas oportunidades e caminhos profissionais, etc.

Importante destacar, outrossim, que o trabalho da Comissão de autoavaliação nessas iniciativas foi muito importante, porque o Programa dispõe de muitas informações sobre os egressos, até mesmo para o envio periódico de malas diretas, etc. Esse trabalho em particular foi em muito facilitado por conta de a UCP já ter uma tradição e funcionamento de uma Comissão Própria de Avaliação, a qual, mesmo antes que se consolidasse a exigência correspondente por parte da CAPES, já mantinha um consistente banco de informações reunidas por meio da aplicação de diversificados instrumentos aplicados a alunos, professores, colaboradores e ex-alunos.

Além desses registros, também parece oportuno destacar alguns egressos específicos. O critério de seleção dos casos abaixo foi a percepção de que as trajetórias desses egressos abaixo destacados guardam afinidade com o perfil do egresso que o PPGD pretende formar. É importante destacar que o PPGD/UCP já aplicou duas propostas de doutorado, mas não obteve aprovação da CAPES, e há uma proposta de curso de doutorado sendo avaliada em instância recursal, na CAPES. Por essa razão, os egressos do curso de mestrado, quando desejam cursar o doutorado, precisam fazer isso em outras IES públicas e privadas. Razão pela qual o pretendido acompanhamento de egressos tem seu alcance limitado por essa circunstância.

Lucas Baffi Ferreira Pinto, mestre em 2016, é Doutor em Direito pela Universidade Veiga de Almeida-RJ. Atua profissionalmente como advogado (área trabalhista e cível) e academicamente como professor e coordenador do curso de direito do UNIFESO – Centro Universitário Serra dos Órgãos – Teresópolis-RJ e das Faculdades Hélio Alonso – FACHA, além de ser professor convidado da UCP – Universidade Católica de Petrópolis-RJ.

Carla Sendon Ameijeiras Veloso é mestra em 2016. cursou e concluiu doutorado no PPGD/UVA em 2020. Atualmente é Coordenadora Adjunta do Curso de Direito da Universidade Veiga de Almeida, professora da graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida. É professora da pós-graduação em cursos presenciais e online (EAD), sendo, também, conteudista dos módulos para ensino a distância.

Patrícia Esteves de Mendonça, com mestrado concluído em 2017, tornou-se professora substituta na UFRJ entre 2017 e 2019, atuando ainda como professora da Universidade Estácio de Sá até 2017. Professora da graduação em Direito da Universidade de Vassouras Campus Maricá. Lecionou na Faculdade Internacional Signorelli. Doutoranda em BIOÉTICA pelo PPGBIOS (curso em associação entre UFRJ, Fiocruz, UERJ e UFF).

Geovana Faza da Silveira Fernandes, com mestrado concluído em 2018, atua como diretora do Centro Judiciário de Conciliação e Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania da Justiça Federal – Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG. É instrutora de Mediação e Conciliação, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal, atuando, ainda, no Ensino Superior, como docente da PUC-MG, dentre outras. Atua também como mediadora voluntária e facilitadora de Círculos restaurativos conflitivos e não conflitivos. Instrutora voluntária das formações de conciliadores e mediadores do TRF1. Está para concluir o doutorado em Sociologia e Direito da UFF. Visiting Schollar na Governors State University (Chicago-Ill) (2022-). Bolsista da CAPES no Programa de Doutorado Sanduíche em andamento na Governors State University.

Natália Lucero Frias Tavares é doutoranda na UFRJ, com bolsa de doutorado Nota 10 da FAPERJ. É professora da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst), assessora do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e foi Professora substituta na UFRJ entre 2018 e 2019. Segue publicando com o Prof. Santoro que foi seu orientador no PPGD.

Thiago Frederico Martins de Oliveira, mestre em 2019, é Professor da Universidade Estácio de Sá, da UNISUAM, do Curso de Formação de Agente de Inspeção de Controle Urbano e do Curso de Formação de Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária. É servidor público do Estado do Rio de Janeiro no cargo de Inspetor de Segurança e Administração Penitenciária. Cursa Doutorado em Direito na UNESA.

O egresso Marcelo Pinto Chaves, mestre em 2019, concluiu o seu Doutorado no PPGD da UNESA, em 2024. Atualmente é professor da Universidade Estácio de Sá e Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sendo Assessor de Órgão Julgador. Membro do Conselho Editorial da Editora Lumen Juris e autor de livros e artigos jurídicos.

Mônica Faria Baptista Faria, mestre em Direito pelo PPGD da UCP em 2017, é atualmente doutoranda em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal. Ademais, participou no Erasmus Trainee Program na qualidade de pesquisadora doutoranda em l’Institut de Droit de l’Environnement de Lyon (Université Lyon III – Jean Moulin) – França, no período de março a junho de 2020 com bolsa do Programa Erasmus+; com intercâmbio em cooperação científica no Mestrado Científico em Direitos Fundamentais na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

Fernanda Santos Fernandes, mestra em 2018, encaminhou-se para o Doutorado na área de Direito, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É a Delegada Titular da DEAM- Caxias, no estado do Rio de Janeiro, e protagoniza forte atuação como defensora dos Direitos das Mulheres.

Lorena Braga Raposo, mestra de 2020, continua a lecionar e a publicar e leciona em instituições do interior do estado do Rio, por exemplo, no Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira (FA-MIPE), onde exerce a coordenação do curso.

Seguindo a vocação do PPGD de formar quadros que empregam alta formação em direitos humanos e processo no serviço público e na iniciativa privada, ressalta-se a atuação de egressos do quadriênio que se destacaram na docência do Ensino Superior, como, por exemplo, Frederico Jacinto Cardoso Gazolla, que leciona na Universidade Estácio de Sá – UNESA e Alexsander Carreiro da Silva, que leciona na Universidade Iguazu – UNIG.

Na magistratura, ressalta-se a atuação de egressos que escreveram sobre justiça e sobre direitos sociais, caso de Laíne Tavares Miranda,

juíza de direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e de Filipe Bernardo da Silva, juiz do trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 1 Região.

Dentre os registradores e tabeliães, destacaram-se Rosani Leite Carvalho, que escreveu sobre justiça social, e Rodrigo da Silva Trigueiro cuja dissertação tratou da regularização fundiária, respondendo a desafios encontrados por ele na serventia em que atua.

Por fim, vale lembrar a trajetória de Livia Maria de Almeida Pinto, funcionária da ANCINE, que se dedicou ao estudo dos direitos culturais e da liberdade de expressão, tema diretamente vinculado com as necessidades do cargo que ela exerce na agência governamental.

Ainda nas carreiras públicas, Bernardo Bichara Faria Coelho é Procurador do Estado do Rio de Janeiro; Vanessa Velasco Hernandez Brito Reis é Procuradora do município de Petrópolis-RJ, Professora Substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora da UCP e Delegada da Associação Nacional dos Procuradores Municipais. Miguel Barreto foi procurador do município de Petrópolis até 2024 e Rodrigo Garcia Veraldo, mestre em 2018, é procurador do Município de Nova Iguaçu – RJ.

O mestre Luiz Augusto Castello Branco de Lacerda Marca da Rocha (Mestre em 2017), cursou doutorado na Universidade Veiga de Almeida e segue lecionando na UNISUAM, enquanto Carmen Caroline Ferreira do Carmo e Rodrigo Marra são professores da Universidade Iguaçu onde exercem cargos de coordenação e lecionação. Especialmente o egresso Rodrigo Marra se mantém ativo no tocante à pesquisa e à produção científica com livros e artigos publicados durante o quadriênio.

O egresso Carlos Marcel Ferrari Lima Fernandes, Mestre em 2021, é Professor Adjunto do Centro Universitário Unifaminas, em Muriaé. Professor do Pré Concursos (preparatório para concursos). Advogado, foi Juiz Leigo no TJMG. Participou em 2024 de evento internacional do PPGD, em mesa com os Professores Daniel Macha-

do e Carlos Frederico para discutir o tema das ameaças à democracia, vinculado com o projeto de pesquisa desses professores.

Já no campo da advocacia e a atuação em órgãos destinados à defesa dos Direitos Humanos podem ser mencionados vários exemplos de egressos bem-sucedidos e que incorporam os conhecimentos adquiridos no mestrado aos seus fazeres profissionais. Um dos exemplos é a egressa Yeda Ferreira Pires que, moradora de Porciúncula, RJ, veio cursar o mestrado na UCP, em Petrópolis. Depois do mestrado foi aprovada em processo seletivo (1º lugar, 2024) para o Centro Especializado de Atendimento às Mulheres vítimas de violências na região. Yeda publicou em 2024, juntamente ao Prof. Klever e o Prof. Danilo Lobato da UFRRJ artigo vinculado à sua dissertação de mestrado, em que pretendeu estabelecer ligações entre o racismo estrutural no Brasil e a tragédia ocorrida em Petrópolis no ano de 2022.

Outra egressa que pode ser destacada é a Profa. Lilia Nunes Silva que, além de advogada, está concluindo o Doutorado no PPGDIN da UFF. Atualmente é professora na UNESA em Juiz de Fora, onde coordena o NPJ, realizando um interessante projeto de introdução dos alunos às práticas de conciliação e mediação. Anote-se que o NPJ é destinado ao atendimento de pessoas pobres e outros grupos vulneráveis, o que adere à proposta do PPGD. Foi professora substituta na UFRRJ e segue produzindo e publicando com o Prof. Marcelo Pereira. Tanto no caso de Lilia como de Yeda, elas atribuem suas atuais posições profissionais à formação recebida no PPGD e ao título de mestras em direito.

Lilia tem se destacado na participação em eventos internacionais, sobretudo na Espanha. Juntamente à egressa Cláudia Maria Ferreira de Sousa, estiveram no PPGD em 2024, durante a semana jurídica do curso de direito, para ministrarem palestras sobre as suas trajetórias acadêmicas no evento Percursos Acadêmicos: encontro com os ex-alunos do Mestrado em Direito da UCP. A egressa Claudia Maria Ferreira é atualmente doutoranda em Direito na UNESA e segue publicando sobre o tema da mediação em que foi orientada, no PPGD, pelo Prof. Sergio Salles. Cláudia é coordenadora do NUPEMEC TJERJ.

Todos esses são egressos a evidenciar que o PPGD mantém um bom controle do destino dos ex-alunos (ver nesse sentido o material anexo) e, também, que a sua atuação profissional após o mestrado, de forma geral, está bem ajustada ao perfil que o PPGD pretendeu formar.

2.4 Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no Programa

Neste campo vamos relacionar os professores, os projetos que estruturam atualmente as linhas de pesquisa do PPGD e algumas produções de destaque, de natureza bibliográfica ou técnica, na intenção de demonstrar a qualidade e o envolvimento dos docentes na produção do Programa durante o quadriênio 2021-2024.

Esses produtos são resultados diretos dos projetos desenvolvidos durante o quadriênio, explicitando também alguns macroprocessos dos quais esses produtos resultaram, servindo para qualificá-los pois fica claro o envolvimento dos docentes na produção, cada qual dando a sua contribuição para o todo. É importante notar que tais produtos contam com a coautoria de docentes, discentes, egressos e participantes externos o que também os qualifica como bons produtos intelectuais, para além do fomento recebido e a integração entre as linhas e com a área de concentração.

Iniciando pela Linha 1 o envolvimento dos docentes na produção tem resultado na formação de docentes/pesquisadores com competência para conduzirem um ensino jurídico humanista, e profissionais que incorporam práticas humanistas em seus fazeres. Os trabalhos produzidos nessa linha contribuíram, durante o quadriênio, para embasar solidamente o conhecimento teórico nos alicerces do pensamento jusfilosófico ocidental, e aproximar-se dos outros seres humanos numa relação de empatia e cooperação – base fundamental que alicerça a ideia de Direitos Humanos.

O Prof. Dr. Daniel Machado Gomes coordenou no quadriênio o projeto de pesquisa “Direito e direitos humanos em perspectiva”.

Um dos produtos que melhor refletiram a proposta do Prof. Daniel durante o quadriênio 2021/2024 foi o artigo científico “Antigos Argumentos, novos desafios: políticas públicas e o movimento anti-vacina”, publicado na revista Research, Society And Development (2525-3409), Qualis Capes A3 (conferir: file:///C:/Users/Klever/Downloads/22476-Article-270614-1-10-20211114.pdf) produto que também tem como coautores ex-alunos da UCP e o Prof. Rodrigo Garrido, da linha 2 do Programa. Igualmente, durante o quadriênio 2021/2024 consolidou-se a parceria entre o Prof. Daniel e o Prof. Carlos Frederico, ambos da linha 1, com muitos resultados entre eventos organizados e palestras ministradas, dentre outros. Por exemplo: <https://www.youtube.com/watch?v=W5oO4UhgHUM&t=2s>.

No projeto de pesquisa “Direitos Humanos e Retórica na Era Secular”, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Frederico Calvet da Silveira, um dos produtos que melhor refletiram a proposta durante o quadriênio 2021/2024 foi o artigo científico “Dignity is said in many ways: a re-reading based on Thomas Aquinas”, publicado na Revista Científica Conhecimento e Diversidade, Qualis Capes B1, que pode ser acessado em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/10483. Esse produto, explorando a dignidade da pessoa humana enquanto um Direito Humano fundamental, caracteriza um esforço de integração no âmbito do Programa por conta da coautoria com o Prof. Sérgio Salles, da linha 1 e, também, de conexão internacional em vista da coautoria do professor italiano Gianfranco Longo.

Com relação ao projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Sérgio de Souza Salles, intitulado “Filosofia dos Direitos Humanos”, há que se destacar as atividades docentes e de editoração de revistas científicas que serão reportadas mais adiante, especialmente a Revista Lex Humana vinculada ao PPGD (<https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana>). Também no quadriênio esse docente incrementou seu diálogo com outros professores da linha 1, sobretudo a Profa. Denise Salles, Prof. Carlos Frederico e Prof. Maurício Pires Guedes, o que deu azo a vários produtos técnicos e bibliográficos. Um dos produtos que refletiram a proposta do Prof. Sérgio durante o quadriênio

2021/2024 foi a organização, em conjunto com a Profa. Denise Salles, de um dossiê temático publicado na Revista Telos, com o tema: “Horizontes entrelazados: ciencias sociales, derechos humanos y literatura”, que pode ser visualizado em: <https://ojs.urbe.edu/index.php/telos/article/view/2246>.

O Prof. Dr. Antonio Eduardo Ramires Santoro coordenou, no quadriênio, projetos de investigação que, de forma inovadora para o PPGD/UCP, estão conectados a ambas as linhas, cumprindo uma função integradora, aspecto ao qual voltaremos mais adiante. No que toca a linha 1, desde 2023 o professor é responsável pelo Projeto de Pesquisa “As metarregras dos desenhos processuais penais desumanizantes”, contemplado com uma bolsa de Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Um dos produtos que refletiram essa proposta do Prof. Antonio Santoro durante o quadriênio 2021/2024, dentro da linha 1, foi o artigo científico “Prognósticos iniciais para uma concepção contemporânea de Processo Penal a partir da Teoria Crítica dos Direitos Humanos”, publicado em 2024 na revista Brasileira de Ciências Criminais (1415-5400), de acesso fechado. Nesse contexto, deve ser destacado o trabalho conjunto com seus alunos e egressos, como, por exemplo, o Mestre Kerston Benevides cuja dissertação foi premiada na 27ª Edição do Concurso de Monografias do IBCCRIM.

Cumprindo essa função integradora já descrita no campo de proposta do Programa, o projeto coordenado pelo Prof. Santoro e vinculado a ambas as linhas deu margem à formação de uma rede que integra professores da UCP, da UFRJ, da UnB e da Universidade de Buenos Aires. Essa rede será mais bem descrita no item que trata da visibilidade, internacionalização e inserção social do PPGD. Por hora um exemplo de como esse projeto tem contribuído para a produção do Programa é a coletânea publicada pela Pembroke Collins com ISBN do ano de 2024, com o título *Lawfare e Democracia: encontro da rede internacional de pesquisa Justiça, Processo e Direitos Humanos*, justamente o nome da área de concentração do PPGD, para evidenciar a conexão entre a rede e o Programa. Essa obra contou com a participação dos professores argentinos Eugenio Zaffaroni e Raúl Gustavo Ferreyra.

Seguindo adiante, a Profa. Denise Mercedes Nuñez Nascimento Lopes Salle foi responsável, entre 2021 e 2024, pelo Projeto de Pesquisa “Democracia, Política e Direitos Humanos”. Um dos produtos que refletiram a proposta da Profa. Denise durante o quadriênio 2021/2024 foi o artigo científico “Políticas Públicas de enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher: a Reeducação dos Agressores na Literatura Acadêmica (2017-2023)”, publicado na Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica (2526-0251), fruto de trabalho apresentado no CONPEDI em coautoria com a egressa Flavianne da Silva Assompção. Também com essa egressa a professora participou de eventos do CONPEDI e uma mesa no III Seminário Internacional Justiça, Processo e Direitos Humanos realizados pela equipe do PPGD em 2024.

Já a Profa. Deise Ferreira Viana de Castro, na qualidade de colaboradora, aproximou-se de vários projetos de pesquisa em curso (por ex. Prof. Santoro), contribuindo para incrementar a formação dos mestres e a produção. Com o tempo, houve uma natural aproximação ao projeto coordenador pela Profa. Denise e ambas vêm produzindo conjuntamente, como ocorreu, por exemplo, na mesa 3 do III Seminário Internacional do PPGD/UCP – Justiça, Processo e Direitos Humanos – Integração e Conexões Acadêmicas em torno dos ODS/ONU (<https://www.youtube.com/watch?v=rnYicG1GobM&t=4s>). Um dos produtos que refletiram a proposta da Profa. Deise durante o quadriênio 2021/2024, junto à Profa. Denise, foi a apresentação de trabalho no I Congresso de Investigadores Afro-latino-americanos e do Caribe, 2024, com o título: Liberdade de Expressão, Racismo Recreativo e a Justiça Brasileira: quando a branquitude fala mais alto! A participação da Profa. Nesse evento contou com recursos do PNPd CAPES (<https://www.even3.com.br/anais/1cinalc-e-v-coloquio-raca-e-interseccionalidades-387936/786728-liberdade-de-expressao-racismo-recreativo-e-a-justica-brasileira--quando-a-branquitude-fala-mais-alto/>).

Fechando a linha 1, desde fevereiro de 2022 o Prof. Maurício Pires Guedes é responsável pelo projeto “Teorias do Estado e da Justiça”. Além de coordenar importante Projeto de Extensão no PPGD (Minu-

to do Direito) e de encabeçar a parceria estabelecida entre o PPGD e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por exemplo, o docente vem atuando em parceria com o Prof. Sérgio Salles na lecionação de disciplinas e outros projetos. Um dos produtos que refletiram a proposta do Prof. Maurício durante o quadriênio foi a organização/coordenação de um dossiê temático na Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos (2357-7738), uma publicação do Observatório da Educação em Direitos Humanos da UNESP (<https://doi.org/10.5016/ridh.v11i1.237>).

Já em relação à linha 2 destacaremos, abaixo, produtos que vem ao encontro ou refletem sobre as exigências contemporâneas de um debate aprofundado em torno da construção de meios adequados para a efetivação da Justiça, tema nuclear da área de concentração. Tal efetivação demanda a existência de instrumentos propícios disponibilizados pelo Estado aos seus cidadãos para combater e reparar injustiças, para resolver conflitos, para ver protegidos os Direitos Humanos, sobretudo dos mais vulneráveis. Como já explicado, essa linha tem no processo o seu especial objeto de interesse, mas considera as diversas formas de efetivação da justiça e dos direitos humanos.

Nessa linha, o Prof. Dr. Marcelo Pereira de Almeida coordenou o projeto, “Observatório das reformas processuais destinadas a proporcionar eficiência na prestação jurisdicional em causas seriais”. Esse professor é membro da Associação Brasileira de Direito Processual e, no âmbito dessa rede, tem publicado em revistas de destaque e participado de eventos. Participou de audiência pública no Senado Federal na comissão de juristas que está discutindo o projeto de lei dos processos estruturais, objeto de pesquisa que se tornou especial para esse docente durante o quadriênio e que deu azo às dissertações de Vinícius Amaral, por exemplo. Um dos produtos que representam a produção do Prof. Marcelo durante o quadriênio foi o artigo, escrito em coautoria com a egressa Lilia Nunes Silva, “Os poderes instrutórios do Juiz nos modelos processuais contemporâneos e as limitações impostas pela garantia do Devido Processo Legal”, publicado em 2023, na Revista Conhecimento e Diversidade (2237-8049), (<https://doi.org/10.18316/rcd.v15i37.10878>).

O Prof. Dr. Klever Paulo Leal Filpo encerrou o quadriênio ordenando o projeto de pesquisa “Acesso a Direitos e Superação de Desigualdades Sociais: perspectivas empíricas e interdisciplinares” mantendo o propósito de fomentar pesquisas sociojurídicas que se proponham a uma abordagem empírica, especialmente de natureza qualitativa. Um produto que pode representar a proposta do professor Klever durante o quadriênio é o artigo científico: “Câmara de Resolução de Litígios de Saúde no Rio de Janeiro: reflexões e perplexidades a partir de uma aproximação empírica”, com coautoria do Prof. Felipe Asensi, publicado na Revista Juris Poiesis (2448-0517), no ano de 2021, resultado do estágio doutoral que esse docente desenvolveu na UERJ: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/jurispoiesis/article/view/9654>. Desde 2023 o Prof. Klever é contemplado com uma Bolsa de Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ com projeto que será posteriormente explicitado. Junto ao Prof. Marcelo o Prof. Klever publicou artigo de opinião tocando no tema dos Direitos Humanos e tragédias ambientais no Jornal GGN – O Jornal de todos os Brasis, com o título “problematizando o novo pacto sobre a tragédia de Mariana”, de ampla repercussão, vinculado às preocupações e ações do PPGD em torno dos desastres. Voltaremos a esse ponto adiante.

Também participou do quadro permanente do PPGD, entre 2022 e 2023, a Profa. Dra. Diana Ramos de Oliveira, a qual contribuiu para o desenvolvimento do projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Klever, já acima descrito. Klever e Diana atuaram de forma bastante integrada e por isso, desde 2018, a UCP realiza um evento integrando grupos de pesquisa, intitulado “Seminário de Estudos sobre Relações Étnico-Raciais e outros Marcadores Sociais da Diferença: diálogos interdisciplinares”, reunindo pesquisadores de diversos Programas e instituições. A representatividade da Profa. Diana, autodeclarada mulher preta, sua competência e liderança foram cruciais para que esse projeto e os produtos correlatos fossem uma constante durante o quadriênio. O evento passou a integrar o calendário anual da instituição tendo sua quinta edição realizada em 2022 (<https://ucp.br/ucp-realiza-quinta-edicao-do-seminario-de-estudos-sobre-relacoes-etnico-raciais-e-outras-marcadores-sociais-da-diferenca/>), com publicação

dos resultados na forma de um livro financiado pela FAPERJ: (<https://www.amazon.com.br/Rela%C3%A7%C3%B5es-%C3%A9tnico-raciais-marcadores-sociais-Desigualdade/dp/6588791259>). Tratou-se, assim, de uma importante contribuição da Profa. Diana para a Linha 2 do PPGD, até o seu desligamento voluntário por aprovação em concurso público.

Durante o quadriênio também estive na linha 2 do PPGD a Profa. Dra. Mirel Legrá Fleitas, na qualidade de professora colaboradora. O ingresso da pesquisadora ocorreu por conta de ter sido contemplada com bolsa e auxílio financeiro no Edital de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil (FAPERJ/CNPq-2022). Um dos produtos capazes de refletir a contribuição da Profa. Mirel no quadriênio foi o capítulo de livro “El Desafío de la Escucha Activa em la Mediación de Conflictos em Línea”, em coautoria com o Prof. Klever, que integrou a coletânea Mediação de Conflitos em Contextos Latino-americanos: experiências, perspectivas e desafios em Extensão Universitária (ISBN: 9788551870310) publicado pela Editora Autografia em 2024, com recursos da FAPERJ e do CNPq e organização de professores Brasileiros e Argentinos que integram o INCT/InEAC, do qual a Profa. Mirel e o Prof. Klever são pesquisadores, há tempos enfrentando o tema das soluções adequadas para os conflitos conforme resolução 125 do CNJ. Sendo importante destacar que também na linha 1, o Prof. Sérgio Salles orientou alunos interessados e envolvidos com o tema a exemplo da hoje egressa Cláudia Maria Ferreira, que, além de mestra pelo PPGD, também ocupa importante papel no meio jurídico como coordenadora do NUPMEC do TJERJ.

O Prof. Dr. Antônio Eduardo Ramires Santoro coordenou, ao longo do quadriênio, projetos de investigação que buscam compreender e problematizar, como já explicitado acima, os atravessamentos por aspectos políticos, sociais, culturais e etc., que fazem com que o processo, na prática, ganhe contornos desumanizantes, potencialmente violadores dos ideais de Justiça e dos Direitos Humanos. Na perspectiva da linha 2, aqui considerada, pode ser representativa da produção do Prof. Santoro durante o quadriênio o evento realizado no Brasil, em 2022, e depois em Buenos Aires, no ano de 2023, com

participação de docentes e discentes de ambas as IES, consolidando a parceria entre o PPGD e aquela instituição, com maiores informações em: <https://ucp.br/universidade-catolica-de-petropolis-e-universidade-de-buenos-aires-promovem-seminario-de-internacionalizacao/> e <http://www.derecho.uba.ar/institucional/deinteres/2023/seminario-internacional-de-integracion-academica-uba-ucp-4-anos-de-democracia-constitucional-en-argentina-y-35-anos-de-la-constitucion-de-brasil>. Em suas atividades na Argentina o Prof. Santoro não esteve isolado porque nas duas oportunidades em que houve a mobilidade de docentes para aquele país, na UBA, também participaram os professores Klever Filpo, Daniel Machado e Flávio Mirza, contando com recursos da FAPERJ no edital de apoio aos Programas de pós-graduação que suscitou, no PPGD, a propositura do Projeto Interinstitucional de extensão e pesquisa Reforço às Ações de Internacionalização do PPGD/UCP em um cenário pandêmico. Que gerou muitos frutos e será explicitado adiante.

Já o projeto de pesquisa “Aspectos Inovadores do Direito Probatório” é coordenado pelo Prof. Dr. Flavio Mirza Maduro. Juntamente ao Prof. Santoro esteve na Argentina, no ano de 2024, para discutir o tema Lawfare e Democracia (<https://ucp.br/lawfare-e-democracia-e-tema-de-seminario-internacional-organizado-pela-ucp-e-uba/>), sendo este, um produto que bem ilustra a sua contribuição durante o quadriênio para além de artigos e livros publicados e inúmeras palestras ministradas dentro e fora do meio acadêmico. Ainda no campo da internacionalização o Prof. Mirza abriu portas para o PPGD, por exemplo, trazendo para uma visita técnica no Programa um representante da Universidade de Columbia, ofertando a possibilidade de estudos por docentes e discentes naquela IES. O Prof. Flávio esteve naquela Universidade em 2022 em Nova Iorque, nos Estados Unidos, como visitante da instituição realizando um período de estudos e pesquisas sobre o Processo Penal e os Direitos Humanos, temas relacionados às suas pesquisas no PPGD/UCP. Esse estágio gerou publicações e palestras, dando continuidade às reflexões que esse professor desenvolveu, por exemplo, no artigo “Criminalidade econômico-financeira complexa, presunção de inocência e standard de prova”, em coautoria com Diogo Malan, publicado na Revista Brasileira de Ci-

ências Criminais do RBCCRIM na edição nº 185 de 2021, sendo um importante produto do quadriênio.

É importante voltar a pontuar aqui, o que já foi explicitado na descrição da proposta do Programa, no campo próprio: durante o quadriênio foi sendo amadurecida uma interação muito maior entre os professores e seus projetos de pesquisa com resultados conjuntos, como exemplificam os produtos aqui mencionados com exemplos. Mas pode-se mencionar, como destaque, o artigo publicado em 2024 em coautoria pelos professores Klever Filpo, Marcelo Pereira, Flávio Mirza e pelo aluno Vinícius Amaral (titulado em 2024) na Revista de Direito da Cidade da UERJ (Qualis CAPES A1), com o título: Cidade e processos estruturais: reflexões a partir da tragédia socioambiental de Petrópolis – 2022. Nesse produto as contribuições e reflexões desses docentes e discente acerca dos processos estruturais e suas imbricações com a tragédia de Petrópolis e os Direitos Humanos foram exploradas, sendo um exemplo de como os projetos de pesquisa em andamento no PPGD vêm se aproximando e trazendo repercussões com bons produtos.

O Prof. Dr. Rodrigo Grazinoli Garrido lançou mão de uma abordagem empírica sobre o tema da prova no processo em seu projeto de pesquisa “Ciência forense e técnica processual”. No aspecto bibliográfico, um trabalho que ilustra bem a proposta do Prof. Rodrigo durante o quadriênio é o artigo científico “A regulamentação da Reprodução Humana no Brasil: uma análise bioética e jurídica do grau de vinculatividade das normas deontológicas”, publicado em 2024 na Revista Brasileira de Direitos Humanos (2238-8249) (<https://www.lex.com.br/produto/revista-brasileira-de-direitos-humanos/>). Já no aspecto da produção técnica merece destaque o evento que o docente vem organizando juntamente aos seus alunos, o Simpósio de Tendências em Ciência Forense que, no ano de 2024, atingiu a sua 4ª edição (<https://ucp.br/iv-simposio-tendencias-em-ciencia-forense-da-ucp-fala-sobre-investigacao-de-feminicidios/>), atraindo participações externas da academia e da sociedade civil e ampliando a visibilidade do Programa. Outro produto importante do Prof. Rodrigo durante o quadriênio foi a proposição, com o Prof. Klever, de uma nova disciplina

para a linha 2 do PPGD, Direitos Humanos e Desastres, já inserida na Plataforma Sucupira e ver também anexos, em conexão com as ações desenvolvidas pelo PPGD em resposta à tragédia que afetou Petrópolis no ano de 2022.

O Prof. Dr. Felipe Dutra Asensi, por sua vez, coordena o projeto de pesquisa “Efetivação de Direitos e Instituições Jurídicas”. Sua expertise em pesquisas quali-quantitativas tem dado azo a vários produtos relevantes, podendo ser mencionado o artigo: “Pesquisa Empírica sobre a qualidade de vida no Trabalho de Magistrados Trabalhistas”, publicado no ano de 2022 na Revista de Estudos Empíricos em Direito (2319-0817), link: <https://reedrevista.org/reed/article/view/598>. Um dos produtos mais relevantes do Professor que amplia a visibilidade do Programa é o evento CAED-JUS organizado por ele e seu grupo de pesquisa há anos, evento totalmente virtual, resultando em um importante espaço de discussão acadêmica com publicação de anais na forma de livros. Vários professores do PPGD participaram dessas iniciativas ao longo do quadriênio como organizadores, palestrantes e autores, e ela também cumpriu uma função integradora entre as linhas. Destaque-se que o evento e as publicações contam com o financiamento por órgãos de fomento como a FAPERJ. Pode-se citar com um exemplo a obra “Olhares Jurídicos sobre Direitos Humanos e Fundamentais”, publicado pela Editora Pembroke Collins em 2022, sendo organizadores os Professores Sérgio Salles e Denise Salles, ambos do PPGD (<https://www.pembrokecollins.com/loja/olhares-juridicos-sobre-direitos-humanos-e-fundamentais/>).

Ainda na linha 2 do PPGD está situado o Projeto de pesquisa desenvolvido pelo Prof. Dr. Eduardo Antônio Klausner, com o título “Direitos Humanos em Espécie”. Juntamente a outros professores do PPGD, organizou a coletânea “Arquivos de Justiça, Processo e Direitos Humanos”, publicada no ano de 2024 pela Editora Pembroke Collins, que inclui trabalhos de professores, alunos, egressos e participantes externos ao Programa, evidenciando o esforço de integração desenvolvido no quadriênio. Nessa coletânea o docente publicou um capítulo com o egresso Paulo Victor Pinheiro Alves Habib, com o título A precária proteção dos Direitos Humanos dos Povos Indí-

genas da Volta Grande do Xingu afetados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o Brasil na contramão dos objetivos de desenvolvimento sustentável?

Finalmente, em boa parte do quadriênio a linha 1 do PPGD pôde contar com a colaboração do Prof. Dr. Rafael Pacheco Lanes, participando especialmente da condução da turma de MINTER realizada entre 2020 e 2022 e mais tarde, já no ano de 2024, na concepção e submissão de projeto para uma nova turma similar, em resposta ao edital 25/2024 da CAPES. Pode ser mencionada como uma produção que reflete a sua colaboração no quadriênio o artigo científico: “Deveres e Direitos dos Apoiadores na Tomada de Decisão Apoiada para pessoas com deficiência sob a Lei nº 13.146/2015”, publicada em 2024 na revista *Civilística.com* (2316-8374), link: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/997>. É o primeiro egresso que retorna para participar da composição do corpo docente, lembrando que o Programa ainda não obteve recomendação da CAPES para a sua proposta de curso de Doutorado em Direito. Essa inserção do Prof. Rafael no Programa é uma evidência do compromisso do Programa para com os seus egressos.

No tocante aos projetos integradores de natureza extensionista e interinstitucional já mencionados, podem ser apontados como bons produtos os listados abaixo:

O Projeto Minuto do Direito na Rádio UCP/FM: uma proposta de educação para a cidadania e os Direitos Humanos está inserido na plataforma Sucupira como um projeto de extensão, é coordenado pelo Prof. Maurício Guedes. É desenvolvido por professores e alunos do PPGD/UCP no âmbito do Centro de Ciências Jurídicas envolvendo também professores e alunos da graduação. Tem por objetivo veicular na Programação da Rádio UCP (106,3 FM) informações de conteúdo jurídico destinadas a esclarecer a população sobre os seus direitos, com ênfase nos Direitos Humanos. As informações são disponibilizadas na forma de spots distribuídos na Programação da Rádio, tratando de temas tais como: direito ambiental, liberdades individuais, direitos sociais e direitos das pessoas com deficiências, dentre outros. <https://ucp.br/minuto-do-direito/#:~:text=Esse%20>

projeto%20%C3%A9%20desenvolvido%20pelo,popula%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20seus%20direitos. Vários professores do PPGD participaram direta ou indiretamente da execução do projeto durante o quadriênio, inclusive trabalhando com mestrandos e graduandos para a pesquisa, produção e execução da atividade. Inclusive ela obteve reconhecimento público sendo pré-selecionada para o Prêmio Innovare e, também, recebeu uma homenagem da administração pública municipal em 2024. Foi objeto de um artigo científico na revista Expressa Extensão da Universidade Federal de Pelotas no ano de 2023. Conferir: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/26958>.

Também é importante mencionar os impactos do Projeto de Extensão Resposta às demandas de Justiça e Direitos Humanos em Petrópolis após a tragédia socioambiental ocorrida no verão de 2022 na produção do PPGD. Cadastrado na Plataforma Sucupira como projeto de Extensão. O projeto fortalece a inserção local e regional do PPGD aglutinando as ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Programa em resposta às demandas de Justiça e Direitos Humanos em Petrópolis após a grave tragédia ocorrida no verão de 2022, em diálogo com outras entidades envolvidas, como a Defensoria Pública e a administração Municipal, por exemplo. Assistência social, moradia digna, eliminação da violência contra a mulher e processos estruturais foram alguns dos temas trabalhados.

O principal financiador dessas ações foi a FAPERJ em diferentes editais, inclusive JCNE. Gerou produtos técnicos e bibliográficos diversos. Um dos eventos realizados como resultado desse projeto foi: <https://www.youtube.com/watch?v=BT4uWXZM3rQ>. O projeto permitiu que professores do PPGD organizassem suas ações para obterem, bolsas IC e de mestrado no Edital emergencial que a FAPERJ lançou para apoiar estudantes da cidade após a tragédia. Envolveram-se nesse esforço vários docentes dentre eles Denise Salles, Antonio Santoro, Marcelo Pereira e Klever Filpo, sendo contemplados com bolsas, por exemplo, os mestrandos Vinícius Amaral e Gabriela Monteiro.

Outrossim, de forma conexa, o Prof. Klever submeteu projeto à FAPERJ que lhe rendeu bolsa de Jovem Cientista do Nosso estado que

está sendo desenvolvida desde 2023. No bojo desse projeto o professor Klever publicou artigo em revista no estrato A, referente a questões jurídicas da tragédia, juntamente à egressa Yeda Ferreira Pires, o bolsista IC Fábio Santos (UCP) e o participante externo Professor da UFRRJ José Danilo Lobato na Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, 12(1), 2024, com o título Desastres naturais, omissões do poder público e judicialização: reflexões a partir do caso cidade de Petrópolis-2022. Prof. Klever também publicou com a aluna Rayssa Gargano artigo no CONPEDI Uruguai 2024 abordando a problemática dos moradores de rua em Petrópolis no pós-tragédia.

Finalmente, o Projeto de Pesquisa Reforço às Ações de Internacionalização do PPGD/UCP em um cenário de pandemia – Consta da Plataforma Sucupira como um Projeto Interinstitucional de extensão. Tem por finalidade a busca de recursos junto à principal agência de fomento do Estado do Rio de Janeiro para reforçar as ações de internacionalização do PPGD/UCP, especialmente tendo em vista do cenário de pandemia (presente, no momento em que foi proposto e implementado) e levando em consideração as dificuldades de um futuro pós-pandêmico que então se aproximava. O projeto recebeu fomento da FAPERJ e gerou muitos produtos, dentre eles a celebração de convênio formal com a Universidade de Buenos Aires, um importante produto do quadriênio. Nos anos de 2022 e 2023 foram realizados eventos e outras atividades de integração. Um dos produtos de destaque desse projeto, durante o quadriênio, é: <https://diariodepetropolis.com.br/integra/lawfare-e-democracia-e-tema-de-seminario-internacional-organizado-pela-universidade-catolica-de-petropolis-e-universidade-de-buenos-aires-4840>.

Ao final do quadriênio, foi produzida uma coletânea pela editora Pembroke Collins, reunindo professores da Universidade de Buenos Aires, da UCP e de outras IES, com textos em português e espanhol, com o título 40 anos de democracia constitucional na Argentina e 35 anos da democracia constitucional no Brasil: resultados do convênio de internacionalização da UBA-UCP, refletindo todo o esforço realizado durante o quadriênio nesse desiderato.

Esse relato acima se fez necessário para mostrar que o corpo docente do PPGD está todo ele envolvido na produção do Programa e essa produção, para além da boa avaliação das revistas e livros acima referidos e da importância e visibilidade dos eventos, é resultado de um movimento sinérgico, estimulante e favorável para a produção dos docentes, discentes e egressos. O relato também reflete a preocupação do PPGD em explicitar os macroprocessos dos quais resultaram os diferentes produtos do quadriênio, envolvendo até mesmo a obtenção de recursos nos órgãos de fomento.

Dessa forma buscamos demonstrar que a produção do PPGD tem se qualificado pela aderência às linhas de pesquisa e área de concentração, por uma maior interlocução e parcerias entre os docentes, os financiamentos obtidos especialmente da FAPERJ e, também, pelas publicações em veículos de impacto com envolvimento de discentes e egressos.

2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no Programa

Como explicado nos campos acima o percurso formativo proposto pelo PPGD engloba uma série de componentes curriculares entre disciplinas obrigatórias e optativas, o desenvolvimento de uma pesquisa de nível de mestrado com qualidade, sob orientação, e a defesa dessa dissertação perante uma banca examinadora composta por membros externos e internos, que podem atribuir ao candidato o resultado APROVADO, APROVADO COM RESTRIÇÕES OU REPROVADO, nos termos do regimento interno do PPGD (anexo).

Nesse percurso, que dura 24 meses, podendo haver uma prorrogação de até 6 meses (além das situações excepcionais de trancamento previstas no regimento), há outras atividades que são esperadas dos alunos, em particular um grande e efetivo envolvimento com a proposta do Programa, de modo que o mestrando e a mestranda precisam participar de grupos de pesquisa (preferencialmente do orientador); assistir bancas de qualificação e de defesa dos seus colegas; participar

dos eventos do PPGD e externos com apresentação de trabalhos (observando, sempre que possível, as conexões e redes de que participa o orientador); produzir os artigos e realizar as atividades avaliativas de cada disciplina buscando que possam ser publicadas em eventos, livros e periódicos; participar do processo de autoavaliação do PPGD; participar e compreender como funcionam os editais de fomento à pesquisa, as bolsas e auxílios e as formas de obtê-las junto aos órgãos de fomento, dentre outros.

Logo, a proposta formativa engloba e privilegia o que denominamos de socialização acadêmica, pensando que o meio acadêmico tem os seus fazeres e saberes próprios e que não são os mesmos saberes e fazeres do ambiente jurídico/judiciário com os quais a maioria dos alunos já estão familiarizados. Essa percepção do PPGD guarda relação com o perfil que se pretende formar, sobretudo na formação de egressos para a docência nos cursos de nível superior em direito e afins, e a pesquisa, por se tratar de um mestrado acadêmico. Em resumo, a proposta formativa implica em um envolvimento dos alunos com o Programa e, obviamente, isso se operacionaliza pela participação dos professores em todas essas atividades.

Trata-se de um mestrado acadêmico na modalidade presencial, em que se valoriza a pesquisa científica. Apenas de forma complementar, algumas atividades são realizadas remotamente, como, por exemplo, algumas reuniões de orientação, quando necessário; alguns eventos, em geral, híbridos, algumas reuniões, etc. A tecnologia tem sido utilizada de forma interessante pelo PPGD, mas o curso segue funcionando de forma presencial, exceção feita apenas às atividades que desenvolvemos durante o período pandêmico, em emergência sanitária, para evitar a propagação da COVID-19.

Nesse contexto, é bem de ver que todos os professores do quadro permanente do PPGD estão envolvidos na ministração de disciplinas (mestrado, sobretudo, e na graduação); orientação das dissertações; participação em bancas de qualificação e de defesa das dissertações; organização e participação em eventos; além do que publicam regularmente artigos em periódicos, livros, coletâneas, etc., e participam de outras iniciativas de divulgação do conhecimento científico. Todos

os professores fazem parte de associações científicas como o CONPE-DI, a RBCCRIM, a REED, e muitas outras. A maioria também leciona na graduação em direito da UCP e orienta trabalhos de conclusão de curso, de forma compatível com sua carga horária, alguns deles para alunos que são bolsistas de iniciação científica da FAPERJ, do CNPq e da Fundação Dom Cintra, sendo certo que, para concorrer a essas bolsas, o aluno deve ter um orientador Doutor do PPGD, prioritariamente, e defender TCC que tenha evidente conexão com o projeto que lhe concedeu a bolsa.

Essas bolsas são concedidas por meio de editais públicos, transparentes e com regras claras, sendo uma forma de apoiar o desenvolvimento das pesquisas pelos docentes do PPGD. Por fim, grande parte dos professores faz a proposição regular de projetos de pesquisa em editais lançados pela FAPERJ, pela CAPES, pelo CNPq e congêneres, e, nessa qualidade, fazem a gestão dos recursos e respondem pela prestação das contas em face das exigências editalícias e legais aplicáveis.

Os financiadores do PPGD estão listados na plataforma Sucupira e devidamente vinculados aos projetos em curso no Programa, sendo que todos os projetos atualmente são contemplados com alguma forma de fomento (bolsas e/ou auxílio financeiro). No momento (final de 2024), estão na gestão de recursos financeiros de fomento os professores Daniel Machado, Antônio Santoro, Klever Filpo e Mirel Legrá, em relação aos fomentos recebidos e em prazo de vigência. No momento o Prof. Santoro e o Prof. Klever são, respectivamente, Cientista e Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ e a Profa. Mirel é bolsista de Pós-doutorado Júnior FAPERJ/CNPq, dentre outros.

Logo, em resumo, todos são professores envolvidos com a proposta do PPGD, obviamente observando que os professores com menor carga horária, por vezes não desempenham algumas dessas atividades, por exemplo, as aulas na graduação e a propositura de projetos em editais, de forma consonante com suas cargas horárias, e nesse caso privilegiam as atividades do mestrado.

Todo esse relato quer significar, reiteramos, que o corpo docente do PPGD está profundamente envolvido com a proposta, havendo

sempre a preocupação em manter um equilíbrio na distribuição das tarefas. Exemplo disso é que a coordenação do curso vem sendo realizada em um regime de revezamento, em que um coordenador permanece na função por dois ou três anos, contando com um coordenador adjunto, e, na sequência, o adjunto, preferencialmente, assume a coordenação, e assim sucessivamente. Esse regime, embora não seja algo rígido, vem permitindo um arejamento no tocante à gestão do curso, sempre ouvido o colegiado e com decisão final da Reitoria.

Sobre o item 2.5.a.1 da ficha de avaliação: no tocante às atividades de orientação, já foi relatado que o PPGD vem encontrando dificuldades em relação à incorporação de novos alunos no mestrado desde 2022, acredita-se que muito em função da grave tragédia ocorrida em Petrópolis naquele ano, o que ficará mais claro no campo próprio deste relatório. Por isso, há professores que orientaram menos durante o quadriênio, partir de 2022/2023, quando comparados com seus colegas, destoando da situação encontrada em quadriênios anteriores quando isso não foi /era um problema. Em alguns momentos do quadriênio, e no seu fechamento, observou-se algum desequilíbrio nesse particular. O tema tem sido discutido frequentemente nas reuniões de autoavaliação e de colegiado e, para o momento, fixou-se uma deliberação da coordenação em restringir novas orientações para professores que já estão orientando pelo menos dois alunos, de modo a dar-se preferência aos professores que estão com poucos orientandos, sempre que possível.

Outro aspecto observado foi que a pesquisa da Profa. Denise, com colaboração da Profa. Deise, passou a atrair muitas alunas interessadas no mestrado e na graduação, o que gerou uma concentração de orientações nessa professora no quadriênio, o que vem sendo administrado com o apoio da colaboradora Profa. Deise, sendo, contudo, uma situação pontual justificada pelo contexto acima explicitado. Em 2025.1 tivemos o ingresso de sete novos alunos no processo seletivo, o que parece apontar para uma melhora do quadro, que deve se acentuar na medida em que o PPGD seguir colocando em prática as medidas previstas em seu planejamento estratégico de curto prazo (ver campo próprio) no sentido de ampliar a visibilidade e inserção

social do PPGD. Em geral, pensando no início do quadriênio, antes da situação excepcional da tragédia de 2022, pode-se afirmar que as orientações estiveram bem equilibradas.

Sobre o item 2.5.a.2 da ficha de avaliação: a oferta de disciplinas pelos professores é igualmente equilibrada porque, a cada semestre, um professor oferece uma disciplina do curso de mestrado (dentre as obrigatórias ou optativas), podendo fazer isso em conjunto com um colega. É o que tem ocorrido, por exemplo, na parceria dos professores Sérgio e Maurício, em torno da disciplina Justiça e Direitos Humanos, conexa ao projeto de pesquisa Filosofia dos Direitos Humanos em que ambos atuam conjuntamente. Ou entre os professores Felipe e Denise que, a despeito de estarem vinculados a linhas diferentes, dividiram a ministração de disciplinas, como Metodologia do Ensino e da pesquisa Jurídica, entre 2021 e 2024, dentre outras atividades.

A coordenação acompanha de perto essa oferta para assegurar que os alunos do mestrado encontrem, com certa facilidade, a possibilidade de integralizarem os créditos exigidos. A idéia é não prejudicar os seus planos individuais de estudos e pesquisas e a defesa final da dissertação no prazo previsto. A matriz de horários é divulgada com antecedência em relação ao início do semestre e o calendário acadêmico está disponível em www.ucp.br.

Em geral, os professores colaboradores, ou mesmo os visitantes que estiveram conosco durante o quadriênio (por exemplo Prof. Thiago Cabrera a pós-doutoranda Mirel Legrá) não atuam sozinhos na lecionação ou na orientação, atividades realizadas pelos docentes permanentes, sobretudo, os quais podem contar com a colaboração desses quadros em regime de duplas /parcerias e /ou coorientação das dissertações. Essa estratégia foi um dos fatores que oportunizou uma maior aproximação entre os projetos e linhas durante o quadriênio pois o diálogo mantido durante os seminários, aulas, palestras, reuniões, etc., aproximaram variados focos, perspectivas, métodos e interesses de pesquisa, culminando com interessantes produtos.

E, mais ainda, é preciso dizer que o PPGD estimula veementemente que os alunos do mestrado sejam coautores, com seus orien-

tadores e outros colegas, em artigos, capítulos, participações em eventos, etc., porém, sobretudo, percebe-se que se trata de uma construção que ainda demanda maior investimento na sensibilização dos alunos. Ademais os professores permanentes levam a efeito turmas de Orientação de Dissertação nas quais são matriculados os seus respectivos orientandos, formando esse importante vínculo que é central no PPGD, entre o orientador e o orientando.

Sobre o item 2.5.a.3 da ficha de avaliação: A oferta das disciplinas e demais componentes sempre guarda relação com os projetos de pesquisa dos professores. Cada professor permanente coordena um projeto de pesquisa e a ele estão associados um ou dois colegas. O PPGD ainda está se familiarizando com essa exigência da CAPES/Área do Direito, buscou atender ao que foi solicitado e está receptivo às sugestões que retornarem do processo avaliativo nesse particular, para aperfeiçoar as suas ações. Mas, em uma perspectiva de autoavaliação, compreende que há uma boa distribuição dos projetos estruturantes de pesquisa entre os docentes, o que já foi objeto de maiores explicações no item 1.1 do relatório.

Ressalta que foram feitos aperfeiçoamentos durante o quadriênio que proporcionaram maior equilíbrio nesse particular. Ver descrição do item 1.1. Há também projetos de extensão (3) igualmente lançados na plataforma e explicados no item 1.1

Sobre o item 2.5.2 da ficha de avaliação sobre a estabilidade do corpo docente – Tudo isso é fruto também de uma experiência acumulada pelo PPGD ao longo dos anos, sendo certo que já está em funcionamento há 12 anos e formou mais de 250 mestras e mestras. Nesse percurso pôde contar com professores permanentes que estão vinculados ao Programa desde a sua proposta original. Não há registro de professores do PPGD que tenham sido demitidos nesse percurso (seguramente não ocorreu no quadriênio) mas sim de professores que tenham deixado a Universidade de forma voluntária, para se dedicarem a outras IES, por motivo de aposentadoria etc.

Por outro lado, em 2022, o Prof. Mauricio Guedes, doutor em direito, que já era contratado pela UCP em regime celetista, teve o ajus-

te de sua carga horária e foi credenciado ao quadro permanente do PPGD; além do que a Profa. Deise Castro, igualmente contratada em regime celetista, passou a atuar no Programa como colaboradora desde 2023. Esses e outros casos já explicitados no item 1.1 demonstram que, a despeito de ser um corpo docente maduro e estável, também há abertura para o arejamento e renovação necessárias, como previsto no regimento em relação às regras de credenciamento e reconhecimento de docentes.

Anote-se que, por se tratar de entidade privada, confessional e comunitária, a contratação dos docentes permanentes se dá em observância às regras da CLT, convenções e acordos coletivos da categoria, por exemplo, na UCP cada professor tem um reajuste de um 1% no salário-base para cada ano de casa a título de anuênio, previsto em acordo coletivo, o que serve como um incentivo à estabilidade do corpo docente, dentre outros.

Sobre o item 2.5.3 da ficha de avaliação: No tocante à orientação de monografias na graduação, cada docente orienta cerca de dois alunos da graduação por semestre, em média, e leciona pelo menos uma disciplina na graduação, o que é imprescindível para firmar o vínculo entre o PPGD e a graduação em direito. Essa regra pode ser relativizada, por exemplo, quando o docente realiza as funções de coordenador ou se encontra em viagem de estudos e pesquisas, dentre outras hipóteses. As disciplinas ministradas na graduação têm necessária aderência à proposta do Professor no PPGD. Assim, por exemplo, o Prof. Marcelo leciona cadeiras de processo civil na graduação; o Prof. Carlos Frederico de filosofia e direito, o Prof. Sérgio leciona Ética, e assim sucessivamente.

Sobre o item 2.5.4 da ficha de avaliação: No tocante às orientações concluídas, observou-se, sobretudo, durante o quadriênio, a maior dificuldade de alguns alunos em defender suas dissertações no prazo de 24 meses, situação que se agravou no retorno do período pandêmico. Foram deferidos pedidos de prorrogação do curso pelo prazo regimental de 6 meses, além dos 24 meses, e, mesmo assim, alguns alunos não conseguiram concluir o curso. O PPGD vê com preocupação esse cenário e passou a implementar um regime de acompanhamento

dos alunos em dificuldade, para além da orientação que já é feita pelo orientador, vinculada às turmas de Orientação de Dissertação (ver matriz curricular).

Esse trabalho vem sendo feito pela coordenação e pode incluir a realização de oficinas de reforço à orientação, além de reuniões periódicas com o corpo discente, realizadas de forma presencial e online. Uma das iniciativas utilizadas para responder a essa situação são os Percursos Acadêmicos: encontro com os ex-alunos do mestrado em Direito da UCP, eventos em que os egressos retornam para relatar as suas experiências, o que tem servido como fator motivador para os atuais alunos, somado a outras iniciativas como a participação em eventos e nos grupos de pesquisa.

Sobre o item 2.5.5 da ficha de avaliação, relacionada à capacidade de atração de discentes: é preciso lembrar que o PPGD da UCP funciona apenas com um curso de mestrado, no momento, e tem uma proposta de curso de doutorado aplicada e que ainda aguarda decisão final nas instâncias superiores da CAPES. Logo, não forma doutores neste momento. Ainda assim, acredita ser interessante pontuar que atraiu uma pós-doutora, que é Mirel Legrá, com bolsa de pós-doutorado Júnior no PPGD, paga pela FAPERJ e pelo CNPq, com auxílio financeiro para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Ademais, também atraiu a bolsista Move la America CAPES, no processo seletivo realizado ao longo de 2024. A bolsista Colombiana Camila Gomez de la Rosa, que cursa o seu mestrado na Argentina, percebeu que o PPGD/UCP seria um Programa adequado para desenvolver o seu mestrado sanduíche, dada a produção pregressa do Programa no campo da mediação e da justiça restaurativa, sobre a qual recaem os seus interesses de pesquisa.

Talvez possa ser entendida como uma experiência de nucleação o fato de o PPGD ter ofertado e realizado uma turma MINTER com a UNIVIÇOSA, lançando mão dos laços acadêmicos e expertise do egresso Rafael Lanes, e que, de tão bem-sucedida, acabou dando margem à proposição de uma nova turma, pedido de 2024, que ainda aguarda decisão final da avaliação pela CAPES. Diante de todo esse

relato, que buscou contemplar os subitens do quesito 2.5 da ficha de avaliação, o Programa acredita estar em condições de sustentar a qualidade e o envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação do PPGD, contando, também, com as informações preenchidas nos campos anteriores e produtos lançados na plataforma.

O PPGD acredita cumprir importante papel local, regional e nacional, e está atento a que os seus egressos possam fazer diferença nesse contexto, o que já se evidencia na trajetória dos ex-alunos acompanhados pelo Programa, ver anexos e informações acima. Vem investindo na internacionalização.

Já foi explicado que, em relação aos egressos, o PPGD/UCP almeja que estejam qualificados para realizarem pesquisas de alto nível aderentes à sua área de concentração e linhas de pesquisa, bem como sejam capazes de desenvolver uma cosmovisão humanista de defesa da justiça, do processo e dos direitos humanos para fundar suas atuações enquanto profissionais envolvidos com os serviços de administração da justiça e da segurança pública na cidade, no estado e em regiões circunvizinhas. Esse objetivo bem sendo satisfatoriamente atingido por meio das estratégias formativas acima, com a participação de todo o corpo docente do PPGD, incluindo permanentes e colaboradores.

CAPÍTULO III – PRODUÇÃO QUALIFICADA

3.1 Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do Programa

Neste campo, será feita uma descrição qualitativa buscando apontar evidências de que o PPGD vem angariando maior impacto na sua produção intelectual técnica e bibliográfica, e inovando em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Isso será feito listando professores, alunos e egressos e associando a eles produções que podem atender aos critérios de impacto e caráter inovador exigidos neste campo, fazendo a descrição dos macroprocessos dos quais esses produtos resultaram.

Os Profs. Maurício Guedes e Sergio Salles conquistaram, em articulação com os editores da Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UNESP – Universidade Estadual Paulista, a oportunidade de organizarem do dossiê “Filosofia da Dignidade Humana e dos Direitos Humanos” (v. 11, n. 1 de 2023), <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/237>, cuja publicação reuniu artigos de professores, mestrandos e egressos do PPGD/UCP e de outras instituições nacionais. Esse produto decorreu em particular do fato de os professores envolvidos (Sérgio e Maurício) terem atuado conjuntamente, durante o quadriênio, no projeto de pesquisa Filosofia dos Direitos Humanos, conexo à linha 1 do PPGD, em articulação

com pesquisadores e professores de outras universidades (PPGD/UNIPÊ; PUC-Rio; UFMA; Università degli Studi di Bari Aldo Moro; etc.), bem como estudantes da UCP e egressos do PPGD/UCP, hoje doutorandos em outras universidades (p.ex., UFF e UNESA). A organização e publicação do dossiê deu projeção e reforçou a liderança desses docentes em sua área de investigação, tratando-se de periódico ligado a importante Universidade Brasileira, dedicado à pesquisa em Direitos Humanos, um dos eixos da área de concentração do PPGD.

Também, em 2023, os Profs. Sergio e Denise Salles desenvolveram o projeto de organização do dossiê “Derechos humanos y literatura”, aprovado pelos editores da Revista Telos da Universidade Privada, Dr. Rafael Belloso Chacín (ISSN 2343-5763), sediada em Maracaibo, na Venezuela. O dossiê reuniu artigos de autores brasileiros e estrangeiros a publicados no v. 26 n.1 de 2024, incluindo a participação de mestrandos e egressos do PPGD/UCP nessa publicação internacional. Além de aumentar o impacto e dar visibilidade a esses docentes, essa iniciativa reforçou o papel de ambos no desempenho de atividades técnicas de editoração de periódicos científicos.

Os esforços e reflexões da Profa. Denise envolvendo Direito e Literatura (exemplo acima) e o seu envolvimento também no Projeto de pesquisa integrador coordenado pelo Prof. Santoro (as metarregras dos desenhos processuais desumanizantes) fez com que Denise e Santoro apresentassem a proposta da disciplina Literatura, Cinema e Direitos Humanos, para incrementar a estrutura curricular do curso de mestrado, que foi aprovada seguindo os trâmites internos e incorporada recentemente à matriz curricular do curso de mestrado, como já explicado no campo proposta (ver também anexo estrutura curricular). Esse pode ser um exemplo de inovação articulada com as trajetórias de pesquisas dos docentes e seu impacto na formação dos mestres, fugindo, no caso, de uma perspectiva engessada do Direito e privilegiando a interdisciplinaridade resultante da integração entre as duas linhas de pesquisa incrementada durante o quadriênio. Pelo menos duas mestrandas orientadas pela Profa. Denise aproveitaram essa conexão com a literatura e produziram boas dissertações durante o quadriênio.

Ademais, a Profa. Denise Salles atuou durante o quadriênio como editora da Revista Conhecimento & Diversidade (ISSN: 2237-8049) e como parecerista dos seguintes periódicos acadêmicos externos: Opinião Pública (ISSN: 1807-0191), Revista da Mobilidade Humana – REMHU (ISSN: 1980-8585), Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais – RPPI (ISSN: 2525-5584); atividades nas quais mantém liderança e frequente intercâmbio com professores vinculados a diversas instituições nacionais e internacionais, como se pode comprovar pela diversidade geográfica e institucional dos artigos publicados nas referidas revistas. Ampliou, assim, o impacto e visibilidade de suas ações.

Já o Professor Sérgio é editor, dentre outras, da revista *Lex Humana*. Ela foi fundada em 2009 e, desde então, conserva sua periodicidade e crescimento orgânico. Desde 2012, vincula-se ao Programa de Pós-graduação em Direito da UCP. No Qualis Periódicos 2017-2020 da CAPES, *Lex Humana* alcançou sua melhor classificação histórica, sendo avaliada como B1, demonstrando seu impacto crescente na produção científica da área jurídica. No atual quadriênio (2020-2024), *Lex Humana* permaneceu indexada no Emerging Sources Citation Index (ESCI) da Web of Science, sendo parte do seletivo grupo de revistas jurídicas brasileiras no mesmo índice internacional. Ademais, *Lex Humana* segue fortalecida e amplamente indexada em importantes bases e repositórios, como EBSCO (Legal Source e Legal Collection), ProQuest, Miguilim, etc. Essa presença diversificada garante a continuidade da sua missão de promover e disseminar pesquisas jurídicas de alto impacto em nível nacional e internacional.

O Prof. Sérgio também, desde 2012, participa como “article editor” da Sage Open Editorial Office. Desde 2023, atua também como membro da Comissão Científica do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta de Portugal (CEG-UAb). Em 2023, tornou-se Membro do Conselho Consultivo do “*Studia Poinotiana*” da Universidade de Coimbra, para pesquisas internacionais sobre o pensamento de João de Poinot. Todo esse cenário é indicativo do impacto da produção desse docente durante o quadriênio.

Já o Prof. Flávio Mirza, dada a sua visibilidade e liderança na área, seja como professor e pesquisador, seja como advogado criminalista, foi convidado a participar de comissões julgadoras de concursos públicos, como, por exemplo, para ingresso na pós-graduação *stricto sensu* da UERJ e no Concurso para Delegado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (examinador), durante o quadriênio. Também palestrou em diversos eventos, nacionais e internacionais. Na seara nacional, merece menção sua palestra na XIII Jornadas Brasileiras de Direito Processual, em setembro de 2021, e no evento Combate à fraude fiscal e recuperação de créditos públicos, com palestra sobre o tema Crimes contra a ordem tributária e lavagem de dinheiro, em março de 2021. Em conjunto com outros professores externos, como o Dr. Diogo Malan (UERJ), Mirza publicou artigos em jornais, como, por exemplo; (i) o “CPI do 8 de janeiro: a comissão potencialmente inquisitorial. Consultor Jurídico, São Paulo, 04 set. 2023”, (ii) em livros, como, por exemplo, “A DISCOVERY E SUA (IN) APLICAÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO. In: BARBOZA, Heloisa Helena; MELLO, Cleyson de Moraes; SIQUEIRA, Gustavo Silveira (Org.). **Direito Processual** – o futuro do Direito. Rio de Janeiro: Processo, 2022, v. 1, p. 201-218”. E, também, organizou livros, como, por exemplo, “SANTORO, Antonio Eduardo Ramires; SILVA, Flavio Mirza da; GUEDES, Maurício Pires; SILVA, Rogerio Borba da. **Reflexões sobre Direito e Sociedade**. Rio De Janeiro: Pembroke Collins, 2022. v. 1. 534p.

O Prof. Santoro iniciou o quadriênio com a perspectiva de que o ano de 2021 seria o último ano do Projeto de Pesquisa de Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ por ele conduzido, a respeito do Lawfare político e os Maxiprocessos, razão pela qual em conjunto com seus orientandos e egressos do PPGD/UCP (em especial a Doutoranda UFRJ Natália Lucero), publicou seus resultados de pesquisa em um livro sobre Lawfare e Maxiprocessos, tema muito pouco explorado no Brasil, podendo ser considerado inovador. Inobstante, a FAPERJ prorrogou o Projeto para os anos de 2022 e 2023, pelo que o Professor Santoro pode realizar visita de pesquisa à Universidade de Buenos Aires em 2023 para organização de Seminário Internacional sobre Lawfare e Democracia realizado em 2024, no qual pesquisado-

res da América Latina debateram textos de sua autoria sobre o tema. Com efeito, esse docente vem se notabilizando no Brasil e no Exterior no tema do Lawfare, sobre o qual tem publicado inclusive com alunos e egressos do PPGD. Um dos assuntos atuais do direito brasileiro, que tocam a pesquisa do professor, foi a Operação Lava Jato e seus desdobramentos, com forte impacto midiático e institucional.

Na sequência, o Prof. Santoro participou de novo edital da FAPERJ e desde 2023 é Cientista do Nosso Estado da FAPERJ com o projeto de pesquisa que o vincula a ambas as linhas do PPGD, qual seja, as Metarregras dos Desenhos Processuais Desumanizantes, que vem gerando muitos frutos, dentre eles, a formação de uma rede de pesquisa que integra professores da UFRJ (Carolina Cyrillo e Siddartha Legalle), da UnB, da UBA (Raúl Ferreyra e Leandro Martinez) e da UCP (Santoro e Flavio Mirza), o que confere visibilidade não apenas ao projeto de pesquisa desse professor mas também ao PPGD, ao alinhar-se com Universidades de grande renome no Brasil e no mundo para uma pesquisa de ponta desenvolvida em rede, cuja proposta surgiu na UCP.

No âmbito do mesmo projeto o Professor Santoro orientou a dissertação de mestrado do egresso PPGD/UCP Kerston Benevides que foi premiada pelo IBCCRIM (27º Concurso de Monografias do IBCCRIM – 2023 – 2ª colocação) sendo um aspecto a apontar a qualidade das dissertações e das pesquisas desenvolvidas no PPGD/UCP, com grande visibilidade, posto se tratar de um instituto de impacto nacional.

Nesse contexto favorável oportunizado pelas pesquisas e conexões do Prof. Santoro surgiu uma oportunidade que o Programa soube aproveitar, quando ainda coordenado pelo Prof. Daniel Machado ao início do quadriênio. A FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro lançou em 2021 um edital de apoio aos PPGS fluminenses (Edital E_20/2021) e, em resposta, o Programa deliberou por fazer a submissão do projeto “REFORÇO ÀS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UCP EM UM CENÁRIO DE PANDEMIA” (Processo nº E-26/210.941/2021). Com

o fomento recebido, o PPGD conseguiu dar os passos necessários e firmou convênio com a Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires por meio da cátedra do Prof. Raúl Gustavo Ferreyra. Desde então o PPGD /UCP e a UBA realizaram dois eventos internacionais no Brasil e em Buenos Aires e publicaram duas coletâneas com a participação de docentes e alunos de ambas as IES, havendo mobilidade de docentes nos dois sentidos, com os recursos da FAPERJ.

Sem dúvida, uma ação complexa que envolveu várias etapas, culminando em produtos que ampliam o impacto das ações do PPGD, todos devidamente cadastrados na Plataforma Sucupira, por exemplo, a coletânea *Lawfare e Democracia* que conta com contribuições de pesquisadores de IES brasileiras (UCP, UFRJ, UnB, UERJ) e argentinas (Eugenio Zaffaroni e Raúl Gustavo Ferreyra).

Antes ainda, no âmbito local e regional (vocação do PPGD), o Programa tem angariado cada vez maior visibilidade e impacto. Por exemplo, a Profa. Denise iniciou em fevereiro de 2022, depois com colaboração da Profa. Deise, a partir de 2023, o projeto intitulado “O Enfrentamento da Violência Contra a Mulher no Município de Petrópolis: Mapeamento das Formas de Violência e Análise das Políticas Públicas” e recebeu verba da FAPERJ na forma de bolsas PIBIC para as graduandas de Direito Ana Caroline Ventura, Gabrielle Lamela e Caroline Silva, além de 1 bolsa de mestrado para Flaviane Assompção. Tudo isso no Edital FAPERJ de Apoio Emergencial aos estudantes de Petrópolis que sofreram as consequências da tragédia de 2022.

Com os resultados dessas pesquisas, houve a participação do grupo nas jornadas de iniciação científica da UCP e em quatro eventos acadêmicos externos. Em 2024, a Profa. Denise Salles foi organizadora e avaliadora da Jornada de Iniciação Científica na Semana Jurídica da UCP. Ademais, a professora coordenou a publicação dos Anais com os resumos das pesquisas científicas realizadas com alunos da graduação, bolsistas do CNPq e da Fundação Cultural Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra, apresentados nas Jornadas de Iniciação Científica de 2021 e 2022. A professora contribuiu ainda com os organizadores de eventos externos com o mesmo propósito de integração da graduação com pós-graduação.

Nesse sentido, destacam-se a participação no Comitê Científico e na coordenação de Grupo de Trabalho no III, IV e V Seminário Interinstitucional e Internacional para a Efetivação dos Direitos Humanos na Contemporaneidade, realizado na UniLaSalle-RJ com a participação da UCP, da UFF, da UNESA, da Universidade de Burgos, da EMERJ e outras Entidades. A professora também participou de várias edições dos encontros Nacionais e Internacionais do CONPEDI, o último em Brasília, em 2024.

Como conferencista, Denise ministrou duas palestras na UCP em 2022 e o Minicurso: “O Judiciário e a Perspectiva de Gênero: diretrizes da ONU e do CNJ para investigar, processar e julgar as mortes violentas de mulheres no Brasil” em agosto de 2024 e participou da 7ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para as mulheres. Todas estas atividades foram frutos da pesquisa “O Enfrentamento da Violência Contra a Mulher no Município de Petrópolis: Mapeamento das Formas de Violência e Análise das Políticas Públicas”, desenvolvida entre 2022 e 2024, por meio da qual a docente ampliou muito o impacto das suas ações, passando a atrair muitos discentes e orientandos.

A Profa. Deise Castro, desde a defesa de sua tese na PUC/Rio, desenvolve uma análise envolvendo gênero, feminismo, maternidade e maternagem em relação ao encarceramento feminino. É uma pesquisa que tem inovação porquanto essa docente se propõe a uma análise do discurso jurídico. Sua visibilidade tem aumentado de forma crescente mediante sua participação nos congressos abaixo que trouxeram muitas contribuições para suas pesquisas. Essas experiências fazem com que seja possível contribuir de forma diferenciada para um Programa de pós-graduação como o PPGD/ UCP. Congressos: The 12th biennial conference of the International Gender and Language Association (IGALA12), 4-6 July 2023. Participante: Título do trabalho: Women and prison – evaluations and moralities regarding female behavior and motherhood in relation to incarceration (<https://igala12.business.uq.edu.au>). XV Congreso Internacional ALED “Los discursos entiempos de (post)pandemia: Nuevos horizontes de sentido”. Participante – 2023 (www.comunidadeled.org). Título do trabalho: A MULHER E O CÁRCERE – AVALIAÇÕES E MORALI-

DADES A RESPEITO DO COMPORTAMENTO FEMININO E DA MATERNIDADE EM RELAÇÃO AO ENCARCERAMENTO. Além de outras dezenas de eventos nacionais e internacionais em que teve oportunidade de alargar suas discussões com pesquisadores do Brasil e outros países. Em algumas dessas participações contou com recursos do PROAP CAPES que contempla o PPGD.

Também, a Profa. Mirel Legrá está desenvolvendo pesquisa que pode ser considerada inovadora, ao buscar compreender os impactos do processo digital sobre as práticas de mediação, as quais se propõem a facilitar o diálogo e um encontro entre os litigantes, mas que sofrem interferências quando as audiências/sessões são virtuais. Tal pesquisa é fomentada pela FAPERJ e pelo CNPq com bolsa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil, desenvolvida por Mirel desde 2023, no PPGD. Aliás, vale dizer que todos esses editais aqui mencionados são muito disputados e, felizmente, o PPGD vem sendo agraciado em muitos deles, o que pode ser um critério a apontar que se trata de propostas de impacto e inovadoras, já que esse é um requisito usual para que um projeto possa ser contemplado em tais editais.

Nessa linha, vale destacar que todas as iniciativas do PPGD relacionadas à tragédia de 2022 em Petrópolis, algumas já acima citadas, foram abrigadas sob o projeto integrador de natureza extensionista “Resposta às demandas de Justiça e Direitos Humanos em Petrópolis após a tragédia socioambiental ocorrida no verão de 2022”, devidamente cadastrado na Plataforma Sucupira como um projeto de extensão e que contou com recursos da FAPERJ durante o quadriênio. Assim o Programa pretendeu corresponder com medidas inovadoras às expectativas da sociedade Petropolitana por meio de suas pesquisas e ações de extensão, esperando que essas ações tenham impacto na retomada paulatina da cidade.

A preocupação do PPGD é justificada pela percepção de que, na ocorrência de tragédias, os direitos humanos, sobretudo de grupos vulneráveis e marginalizados, estão em risco. Por isso, vem se adensando uma produção nacional e internacional em todo do chamado Direito dos Desastres. Essa linha de investigação inspirou a criação de uma disciplina proposta pelo Prof. Rodrigo e pelo Prof. Klever sobre

os Direitos Humanos e Desastres, já incorporada à Matriz Curricular, sem dúvida um aspecto inovador da formação que o PPGD quer ofertar aos seus alunos em consonância com as pesquisas aqui realizadas e as demandas locais e regionais. Um tema que tem interessado o Prof. Rodrigo é a proteção jurídica que precisa ser destinada aos deslocados ambientais, tema por ele explorado em artigo escrito com o Prof. Klever, mas ainda no prelo. É um exemplo de como existe organicidade na produção do PPGD.

Por sinal, a Região Serrana do Rio de Janeiro é frequentemente atingida por tragédias e é preciso dar uma resposta a esse fenômeno também no campo da Justiça, do Processo e dos Direitos Humanos. Nessa toada as ações do PPGD estão conectadas ao ODS 11 da ONU, Cidades e comunidades sustentáveis, que pretende tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Também relacionadas a essa busca de soluções inovadoras para o problema ocorrido em Petrópolis e região os professores Marcelo e Klever responderam com projetos de pesquisa que obtiveram grande impacto e visibilidade. O Prof. Marcelo vem pesquisando processos estruturais, algo que pode ser considerado inovador no campo do Direito. Após a tragédia fez uma inflexão em suas pesquisas para considerar os processos coletivos (ACPs) em andamento versando sobre as suas consequências e a necessidade de reestruturar a cidade no pós-tragédia. Essa iniciativa gerou vários frutos envolvendo os seus alunos (Vinícius Amaral e Rayssa Gargano) e egressos (Lilia Nunes) permitindo que aprofundasse as suas investigações com o exame de casos concretos. Um dos achados dessa pesquisa foi a percepção de que há poucos espaços para a participação da sociedade civil organizada nesses processos a despeito de todo o seu impacto.

Esse achado foi explorado pelo professor Marcelo em sua intervenção em audiência pública no Senado Federal, em 2024, junto à comissão de juristas que discute o projeto de Lei do Processo Estrutural, propondo caminhos e aperfeiçoamentos. Sem dúvida um indício a apontar o impacto regional e nacional das pesquisas do Prof. Marcelo no campo do processo civil em geral e dos processos estruturais em particular, conectando-se ao seu projeto de pesquisa que envolve

mestrandos, egressos e graduandos. No quadriênio a pesquisa contou com recursos do Edital Emergencial da FAPERJ 2022 contemplando um mestrando (Vinícius Amaral) que defendeu dissertação sobre os processos estruturais.

Esse impacto do Prof. Marcelo também é devido à sua participação em eventos de relevo e em associações científicas no Brasil e no Exterior. Ele faz parte do Instituto Carioca de Processo Civil, com os principais nomes da Escola Carioca de Processo Civil. No ano de 2021, o professor Marcelo Pereira de Almeida organizou o III Congresso do Instituto Carioca de Processo Civil, juntamente aos professores Alexandre Freitas Câmara e Larissa Clare Pochmann da Silva. Em 2024, o professor Marcelo participou das XVII Jornadas de Direito Processual Civil do IBDP, evento realizado em homenagem aos professores Luiz Guilherme Marinoni e Teresa Arruda Alvim, atuando como palestrante na mesa de discussão sobre precedentes e inteligência artificial, dentre outros.

Também em uma ação de resposta à tragédia, o Prof. Klever, inovou propondo à FAPERJ o projeto de pesquisa Estudo de Caso sobre o Benefício do Aluguel Social em Petrópolis após a tragédia climática ocorrida no verão de 2022, que lhe rendeu uma Bolsa de Bancada para Projetos no edital Jovem Cientista do Nosso Estado, que esse professor vem desenvolvendo desde 2023. Associado a isso o Professor obteve 3 bolsas de iniciação científica para 3 alunos da graduação do seu grupo de pesquisa, no edital emergencial que a FAPERJ lançou em 2022 em resposta à tragédia. A inovação dessa pesquisa está na proposta de apresentar, ao final, críticas e sugestões de aperfeiçoamento à política pública do aluguel social, importa política para fazer frente às necessidades das famílias desabrigadas por enchentes, deslizamentos, etc. Por conta dessa pesquisa, o professor e seus alunos participaram, durante o quadriênio, de importantes eventos e publicações, com grande impacto. A sua orientanda, agora Mestra Yeda Ferreira Pires, por exemplo, defendeu sua dissertação relacionando os impactos da tragédia ao racismo estrutural. Isso mostra como a pesquisa vem gerando resultados na formação dos discentes.

Também foi apresentado um trabalho em Seminário Internacional sobre o aluguel social realizado pelo LABCIDADE DA USP com a Prefeitura de São Paulo, posteriormente incluído nos anais desse evento de grande repercussão nacional e internacional (<https://www.labcidade.fau.usp.br/seminario-aluguel-2024/>). Título “Aluguel social para vítimas de desastres: o que se pode aprender com o case Petrópolis – 2022?”. Autoria: Prof. Klever Filpo, mestrando Vinícius Amaral, egressa do PPGD Maria Prevot e dois alunos da graduação com bolsa FAPERJ.

São exemplos contundentes do impacto e inovação das pesquisas e outras ações desenvolvidas no PPGD.

3.2 Impacto econômico, social e cultural do Programa

No relatório solicitado pela Área, o PPGD buscou relacionar cinco atividades realizadas durante o quadriênio que sinalizam o impacto do Programa em ações de transferência de conhecimento. Essas ações serão aqui retomadas com um pouco mais de detalhamento em relação à descrição dos processos dos quais resultaram. E, também, serão complementadas com mais alguns exemplos de como o PPGD vem buscando influenciar no desenvolvimento local e regional.

1. Minuto do Direito na Rádio UCP/FM: uma proposta de educação para a cidadania e os Direitos Humanos: Projeto extensionista coordenado pelo Prof. Maurício Guedes envolvendo professores e alunos. Tem por objetivo veicular na Programação da Rádio UCP (106,3 FM) informações de conteúdo jurídico, frutos de nossas pesquisas, destinadas a esclarecer a população sobre os seus direitos. As informações são disponibilizadas na forma de spots distribuídos na Programação da Rádio, em linguagem simples tratando de diversificados temas tais como: direito ambiental, liberdades individuais, direitos sociais e direitos das pessoas com deficiências, acesso a benefícios, dentre outros, com uma proposta de educação em Direitos Humanos e Cidadania. CONECTA-SE AOS ODS/ONU 04 E 16. Por ocasião da tragédia que se abateu sobre a cidade de Petrópolis no iní-

cio do ano de 2022 a equipe se concentrou em organizar e difundir, em tempo oportuno, informações úteis para as famílias e cidadãos afetados, incluindo aquelas necessárias para acessar direitos como o aluguel social e os auxílios emergenciais, por exemplo.

Uma característica fundamental desse projeto é que professores do CCJ e os alunos da Graduação e do Mestrado em Direito (PPGD/UCP) estão envolvidos em todas as etapas de planejamento e execução, desde a escolha dos temas a serem trabalhados, passando pela pesquisa, discussão dirigida e redação dos textos (spots) que, depois de revisados pelos professores, são gravados na Rádio UCP, tendo esses mesmos alunos como locutores.

É nesse momento da gravação e inserção dos spots na Programação que entra em cena a equipe da Rádio UCP. A parceria com a Rádio foi um importante diferencial, pois permitiu que o Centro de Ciências Jurídicas desse prosseguimento às atividades de extensão mesmo em tempos de pandemia, prestando um serviço à comunidade sem expor a equipe a riscos. A experiência foi tão bem-sucedida que o Minuto do Direito se tornou um projeto permanente no cardápio das atividades de extensão do CCJ.

Para o Mestrado em Direito, a inspiração para o desenvolvimento desse projeto foram as diretrizes da CAPES para Programas de pós-graduação (Mestrados e Doutorados). Essa entidade considera no documento de área do Direito que existe, na população em geral, um déficit de informações sobre direitos e sobre o funcionamento das instituições. Assim, ao se aproximar das escolas e da comunidade por meio de projetos como o Minuto do Direito, o curso está disseminando informações acessíveis e provocando discussões, o que pode conduzir os cidadãos a um exercício mais consciente da cidadania. Há uma página web do projeto e os spots podem também ser ouvidos nas principais plataformas de áudio (mais informações em: <https://ucp.br/minuto-do-direito/#:~:text=Esse%20projeto%20%C3%A9%20desenvolvido%20pelo,popula%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20seus%20direitos.>)

2. Organização e execução do Seminário de Estudos sobre Relações Ético-Raciais e Outros Marcadores Sociais da Diferença e

livro correlato: Trata-se de evento consolidado e anual liderado pela Profa. Diana Ramos, desde o ano de 2018, envolvendo professores do PPGD, da UCP e de outras IES do Brasil e do Exterior, ganhando contornos internacionais no quadriênio. Os marcadores sociais da diferença são um tema transversal unindo várias áreas e setores da sociedade e das instituições, o que explica a pertinência do evento que se conecta fortemente ao tema dos Direitos Humanos e da inclusão. A parceria resultou em vários produtos dentre eles livros, artigos e eventos, por exemplo, a coletânea *Relações étnico-raciais e marcadores sociais: Desigualdade em foco*, publicada em 2023 pela Ed. Lamparina custeada pela FAPERJ (edital APQ3). CONECTA-SE AOS ODS/ONU 05, 10 E 11.

O evento, aberto ao público, ao abrir espaço e colocar em evidência a discussão sobre os marcadores da diferença social, contribui para que a cidade e região enfrentem o debate sobre as desigualdades e as formas de superá-las. Há estreita relação entre o evento e a proposta do PPGD no eixo norteador dos Direitos Humanos. O livro publicado em 2023 que tem os Profs. Diana e Klever como organizadores, pode ser encontrado aqui: <https://www.amazon.com.br/Rela%C3%A7%C3%B5es-%C3%A9tnico-raciais-marcadores-sociais-Desigualdade/dp/6588791259>. Vale notar que a iniciativa surgiu de um encontro entre professor do PPGD, do PPGPSi e do PPGE da UCP, em 2018, marcado, portanto, pela interdisciplinaridade que é uma característica do Programa, vindo a se tornar um evento permanente desde então. As edições do quadriênio estão disponíveis na TV-UCP o que aumenta o alcance dessa ação (ver: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLKZvwM-SzXYV6uO5OIPScMU7h0M4PM8wX>). Recebemos participações de palestrantes internacionais da Espanha (universidade de Vigo e da Universidad del Pais Vasco e, também, de Moçambique em edições realizadas durante o quadriênio, para enfrentar temas conexos à Justiça e aos direitos humanos.

3. Participação de docente e discentes na 7ª Conferência Municipal de Direitos e Políticas Públicas para as Mulheres: O produto teve por proposta apresentar resultados de pesquisa realizada no PPGD, liderada pela Profa. Denise, mestrandas e graduandos, apresentando dados acerca da violência contra a mulher. Principal evento regional sobre o tema, as comunicações orais foram seguidas de eleição de representantes da sociedade para o conselho municipal dos direitos da mulher. A pesquisa da Profa. Denise é custeada pela FAPERJ e por bolsas PIBIC/CNPq, e envolve professores, mestrandos, graduandos e egressos. (<https://ucp.br/pesquisadoras-da-ucp-participam-da-7a-conferencia-municipal-de-politicas-para-as-mulheres/>). CONECTA-SE AOS ODS/ONU 05 E 16. Um diferencial das pesquisas realizadas pela Profa. Denise no quadriênio foi a oportunidade de acessar dados estatísticos do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) Petrópolis, mediante sua interlocução com a mestranda Thais Justen que veio a se tornar mestranda no PPGD. Por meio dessa ponte, os dados foram disponibilizados e passaram a ser objeto de exames e reflexões pela professora e equipe com muitos resultados entre artigos publicados e apresentações de trabalhos em eventos, por exemplo, o CONPEDI. Mediante o edital emergencial da FAPERJ de 2022 a professora conquistou 3 bolsas IC e 1 bolsa de mestrado para que suas alunas pudessem apoiá-la na pesquisa, com muito bons resultados.

4. Há de mencionar que, durante o quadriênio, **os professores do PPGD participaram de inúmeros editais de fomento que resultaram em bolsas de mestrado (PROSUC-CAPES E FAPERJ), de iniciação científica (PIBIC CNPq, Fundação Dom Cintra e FAPERJ), de jovens talentos do ensino médio (FAPERJ pré-IC) e de PIBIC-EM (CNPq).** Alguns bolsistas orientados pelo Prof. Klever participaram das Jornadas de Jovens Talentos da FAPERJ com apresentação de trabalhos, abrindo importantes horizontes para esses jovens no campo da pesquisa e da vivência e socialização acadêmica, jornadas estas que sempre ocorrem em escolas públicas do Rio, organizadas pelo Prof. Jorge Belizario, da FAPERJ. Todas essas iniciativas são importantes para a cidade pois o pagamento de tais bolsas permite que os estudantes deem prosseguimento aos seus cursos com digni-

dade, havendo aqui um aporte econômico indireto promovido por parte do PPGD, sem mencionar as Bolsas de Bancada para Projetos e similares que são recebidas por professores como Santoro e Klever que permitem a contratação de serviços a compra de equipamentos e livros em empresas locais, contribuindo para o aquecimento da economia local, uma das metas colimadas pelos órgãos de fomento nesses editais.

5. Outro produto de impacto foi o **Pronunciamento em Audiência Pública realizada no Senado Federal como representante da Associação Brasileira de Direito Processual** para contribuir com Projeto de Lei referente aos Processos Estruturais: Resultado das pesquisas realizadas pelo Prof. Marcelo no PPGD, no campo do processo civil em geral e dos processos estruturais em particular, conectando-se ao seu projeto de pesquisa que envolve mestrandos, egressos (por exemplo Lília Nunes) e graduandos. No quadriênio a pesquisa contou com recursos do Edital Emergencial da FAPERJ 2022 contemplando um mestrando (Vinícius Amaral) que defendeu dissertação sobre os processos estruturais. CONECTA-SE AO ODS/ONU 16. No PPGD, o projeto de pesquisa do docente toca justamente nas reformas e avanços no campo do processo. O professor tem pesquisado as ações coletivas que, em Petrópolis, são uma resposta do MP e do Judiciário à tragédia de 2022 com vista à reestruturação da cidade e região. Logo há uma evidente conexão entre a pesquisa, o contexto local e, ainda, uma repercussão nacional do trabalho desse professor no espaço de fala que ocupou no Senado Federal nessa oportunidade. (<https://ucp.br/professor-do-ppgd-participa-de-debate-no-senado-federal-sobre-projeto-de-lei-para-regular-o-denominado-processo-estrutural/>).

6. Outra evidência de impacto foi a **Participação na I Jornada Jurídica de Prevenção e Gerenciamento de Crises Ambientais do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e Aprovação de Propostas de Enunciados – CJF – BRASÍLIA (DF)**: O produto se conecta ao projeto de extensão do PPGD, comum a ambas as linhas, que concentra as ações do Programa em resposta à tragédia de Petrópolis 2022. A equipe representada pelo Prof. Klever participou da I Jornada Jurídica de Prevenção e Gerenciamento de Crises

Ambientais, Conselho da Justiça Federal, Brasília, 2024. O evento reuniu especialistas e autoridades para análise e delineamento de posições interpretativas sobre a prevenção e o gerenciamento de crises ambientais, adequando-as às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais. Prof. Klever é bolsista JCNE FAPERJ com pesquisa conexa e os recursos dessa bolsa, mais a contrapartida da IES, custearam essa participação. Além de participar das discussões a equipe teve aprovada uma proposta de enunciado, baseada na pesquisa desenvolvida no PPGD com bolsa de bancada para projetos da FAPERJ. Esse enunciado servirá para nortear o entendimento de juízes federais na aplicação da matéria. CONECTA-SE AOS ODS 11, 13 E 16. (<https://ucp.br/grupo-de-pesquisa-da-ucp-tem-proposta-de-enunciado-aprovada-na-jornada-juridica-no-conselho-da-justica-federal/>).

7. Por fim, pode-se mencionar que, na qualidade de único Programa de pós-graduação em direito da região, o PPGD contribui para a **formação de pessoal de alto nível para a docência e a pesquisa no campo jurídico**, assim como de profissionais do direito atentos aos seus compromissos com a causa dos Direitos Humanos, o que promete trazer resultados benéficos a médio e longo prazo para a cidade e região com impactos educacionais, sociais, econômicos, do melhor funcionamento das instituições, na disseminação de uma cultura de paz, na eliminação de todas as formas de discriminação, e outras frentes com os quais o PPGD se identifica, por proposta. Anote-se que muitos egressos do PPGD são professores em universidades da região como o egresso Lucas Baffi (coordenador do curso de Direito da UNIFESO Teresópolis) e o egresso Frederico Gazolla (professor da UNESA em Caxias), dentre outros. Além de desempenharem funções de destaque na administração pública e na iniciativa privada. Para alargar o seu alcance e contribuir com a formação de mestres em lugares mais distantes o PPGD ofertou uma turma Minter com a UNIVIÇOSA entre 2020 e 2022, com sucesso, e, em 2024, propôs a oferta de uma nova turma, o que pode ser entendido como outra contribuição do PPGD para impactar de forma positiva no seu campo de atuação: formação de recursos humanos.

3.3 Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do Programa

O PPGD/UCP, em um contexto de autoavaliação e considerando os retornos recebidos da CAPES no processo de avaliação dos últimos ciclos avaliativos, compreende que tem vocação para uma inserção local, regional e nacional. Logo, nos parágrafos seguintes buscará contextualizar, explicitar e apontar alguns resultados e produtos que são representativos dessa inserção, durante o quadriênio.

Contudo, isso foi realizado pelo Programa sem perder de vista que pretende, aos poucos, consolidar uma presença internacional, por meio de parcerias e convênios consistentes, com pelo menos um já formalizado e em curso (Universidade de Buenos Aires), não apenas como fruto das iniciativas individuais dos professores (que são meritórias), mas especialmente como uma proposta do Programa.

Isso porque de fato o PPGD quer continuar progredindo e obtendo conceitos cada vez mais elevados junto à CAPES e a aumentar a sua importância como Programa, como contemplado em seu planejamento estratégico. Serão destacados aqui alguns produtos que ilustram essa inserção em diferentes níveis e depois os consistentes avanços obtidos na internacionalização, durante o quadriênio.

(A) NO ÂMBITO LOCAL/REGIONAL. Segundo esclarecimentos prestados na reunião de meio termo em 2023, a nota 4 obtida pelo PPGD nos dois últimos ciclos avaliativos denota que, no entendimento da CAPES, o PPGD/UCP demonstra uma boa inserção local e regional. No quadriênio 2021/2024, o Programa seguiu investindo e realizando uma série de iniciativas destinadas a reforçar esse protagonismo na cidade de Petrópolis e o seu entorno. Seguem algumas evidências.

1) Alguns professores do PPGD envolveram em iniciativas do Poder Judiciário local em relação aos mutirões chamados “Limpa Nomes”, geralmente frutos de parcerias entre o Poder Judiciário e entidades como o Serasa e o setor empresarial, a fim de negociar dívidas dos consumidores superendividados. O PPGD/UCP tem convênio firma-

do com o TJERJ envolvendo atividades de mediação e conciliação. No quadriênio em avaliação, o Prof. Klever participou das edições 2023 e 2024 do Feirão Limpa Nomes da cidade de Três Rios, vizinha a Petrópolis, com seus alunos. Já o Prof. Maurício Guedes articulou, com o juiz diretor do fórum local, a participação do CCJ (mestrado e graduação) no Feirão Limpa Nomes realizado em Petrópolis em 2023. Nas duas oportunidades os professores e alunos do PPGD envolveram-se na orientação aos consumidores, especialmente idosos, auxiliando na celebração de acordos que colocaram fim a essas dívidas em um bom número de casos. O exemplo é impactante porque o problema do Superendividamento engloba aspectos jurídicos, econômicos e sociais relevantes que vêm sendo enfrentados em várias instâncias, inclusive de forma incipiente no meio acadêmico, em busca de soluções. Tanto que a egressa Livia Chalhub Figueiredo defendeu sua dissertação em torno dessa temática e seguiu repercutindo os resultados das suas pesquisas em eventos e cursos nos anos que se seguiram, durante o quadriênio. Também o professor Klever, de forma conexa ao seu projeto de Pesquisa no PPGD, percebeu a vulnerabilidade dos superendividados, especialmente idosos, e passou desenvolver pesquisa empírica sobre o tema. Um dos resultados dessa pesquisa, ainda em andamento, foi a palestra Ministrada por esse professor na Escola da Magistratura do TJERJ, no ano de 2024, disponível no repositório da EMERJ no YouTube para consulta pública. Nesse evento, o professor problematizou a questão da fragilização de direitos dos vulneráveis nos espaços de mediação e conciliação, tema bastante explorado em seu projeto de pesquisa durante o quadriênio (Acesso a Direitos e Superação das Desigualdades Sociais: perspectivas empíricas e interdisciplinares), tendo por base a sua experiência e observações empíricas nos Feirões. Tanto que propôs à FAPERJ e ao CNPq, em resposta ao Edital de apoio à fixação de Jovens doutores no Brasil, a proposta de pesquisa que veio a conceder bolsa de Pós-doutorado Júnior à professora Mirel Legrá, hoje colaboradora no PPGD, justamente sobre o tema da Mediação de Conflitos digital/virtual, no contexto do juízo 100% digital. Então a participação nos feirões e as repercussões dela advindas na pesquisa, ensino e extensão, configura um macroprocesso que merece ser destacado no tocante à inserção social local e re-

gional do PPGD, para focar a parceria existente entre o Programa e o Tribunal de Justiça do Rio, com convênio firmado que consta dos anexos, sobretudo para a oferta conjunta de serviços de mediação e conciliação, mas que tiveram os desdobramentos acima referidos durante o quadriênio, alargando a inserção social do Programa.

2) Mais além, o Programa também pretendeu dar respostas às demandas por Justiça e Direitos Humanos existentes na cidade de Petrópolis após a tragédia socioambiental de 2022, que vitimou muitas pessoas e deixou a cidade arrasada. Por isso, o PPGD articulou projeto de extensão específico para contemplar e abrigar, no PPGD, as iniciativas de resposta à tragédia nas mais diferentes frentes do ensino, pesquisa e extensão. Esse projeto e alguns dos seus resultados já foram, outrora, explicitados, mas, aqui, podem e devem ser entendidos como amostra da inserção social local e regional do Programa, posto que as tragédias dessa natureza são comuns na Região Serrana fluminense. O PPGD, dentro do que cabe à sua proposta e área de concentração, vem buscando envolver-se nesse grave problema e desenvolver várias ações como, por exemplo, as bolsas que foram conquistadas por professores do PPGD no Edital Emergencial da FAPERJ 2022 voltado para IES de Petrópolis; a realização de pesquisas conexas, como aquela que outorgou bolsa de Jovem Cientista do Nosso Estado ao Prof. Klever e aquela realizada pela Profa. Denise sobre a ampliação dos casos de violência contra a mulher naquele período pós-tragédia. Ademais os professores vêm publicando sobre essas experiências em pesquisas em diversos veículos, por exemplo, artigo publicado pelos Profs. Mirza, Marcelo, Klever e pelo mestrando Vinícius, em 2024, na importante Revista de Direito da Cidade, Qualis CAPES A1, com o título: Cidade e processos estruturais: reflexões a partir da tragédia socioambiental de Petrópolis – 2022. Note-se que o tema dos processos estruturais é objeto de pesquisa no Projeto desenvolvido pelo prof. Marcelo no PPGD também em articulação com o Prof. Mirza, de modo que o produto é representativo da produção de qualidade do Programa e aderente às demandas locais, como aponta o próprio título. Ainda em relação ao tema da tragédia que muito marcou a cidade e a região, o PPGD, por meio do Prof. Maurício, articulou um evento

conjunto entre a EMERJ e a UCP (principal Universidade sediada na cidade e a única com PPGs) para analisarem as “Repercussões jurídicas da tragédia ocorrida em Petrópolis”. O evento foi transmitido pelo canal da EMERJ no YouTube e está salvo para consultas futuras. Essa aproximação entre os professores do PPGD e a EMERJ é bastante ilustrativa dessa inserção local e regional. <https://ucp.br/ucp-e-emerj-debatem-sobre-repercussoes-juridicas-da-tragedia-de-petropolis/>.

3) Ainda no aspecto da inserção local/regional, deve-se mencionar que os professores do PPGD foram palestrantes e conferencistas em vários eventos, alguns deles ministrados na Escola da Magistratura Estadual, e na Escola Superior da Advocacia – OAB Rio e na OAB Petrópolis, dentre outros espaços de formação e atualização de juristas e profissionais do Direito. Sem mencionar as inúmeras palestras e eventos que eles realizam na UCP, sempre contando com participantes externos como ocorreu no III Seminário Internacional do PPGD/UCP Justiça, Processo e Direitos Humanos, realizado em 2024, com pesquisadores da UCP, da UFRRJ, da Argentina e da Colômbia, da UNIFAMINAS, dentre outros. Outro exemplo foi a palestra ministrada na OAB Petrópolis em 2023, pelo professor Rodrigo, pertinente à produção da prova técnica e sua relação com a advocacia no Tribunal do Júri. Também os Professores Sérgio, Daniel e Carlos Frederico foram palestrantes em muitos eventos pertinentes às suas pesquisas, conforme registros na plataforma. Todo esse cenário faz com o PPGD em particular, e a UCP em geral sejam entidades de grande visibilidade e inserção na cidade de Petrópolis e na região circunvizinha, inclusive cidades de Minas Gerais como Juiz de Fora e outras da região da Zona da Mata mineira, etc.

4) Tanto é assim, que o PPGD propôs e realizou uma turma MIN-TER entre 2020 e 2022 e, em 2024, propôs a realização de uma nova turma já que a sua inserção na cidade e região acaba despertando o interesse de muitas pessoas em cursarem o mestrado em direito na UCP. Esse aspecto também fica evidente na análise do destino dos egressos percebendo-se que muitos mestres aqui formados atuam em

muitas universidades e faculdades de direito no Rio e em outros estados (por exemplo, Lucas Consulmagno e Marcelo Gouveia foram professores substitutos na UFJF e Rafael Lanes é docente na UNIVICOSA) bem como seguiram para cursar o doutorado em outras instituições (por exemplo, Patricia Filomena Amaral e Lilia Nunes Silva, na UFF, Natália Lucero, na UFRJ, Cláudia Ferreira, na UNESA e Luiz Augusto Castelo Branco de Lacerda no PPGD/UVA). No momento, como não teve aprovada sua proposta de curso de doutorado até o momento (processo pendente de decisão final na CAPES), o PPGD UCP tem servido como um celeiro de produção de excelentes mestras e mestras que têm ocupado posições de destaque como professores, como profissionais gabaritados e, também, como doutorandos de outras instituições de ensino e pesquisa no Rio e outros estados. Esse é um aspecto que chama atenção porque dá provas da qualidade dos pesquisadores aqui formados e que conseguem conquistar vagas em disputados cursos de doutorado, por exemplo, na UFRJ, na UERJ, na UFF, na UVA, dentre outras.

5) A UCP/PPGD possui convênio com o TJERJ para realização conjunta de atividades de Mediação e Conciliação, tema de pesquisa muito caro para o PPGD que já deu azo a muitas dissertações, como, por exemplo, de Patricia Filomena Amaral e Cristiane Dutra, dentre outros. O termo de convênio foi anexado como evidência de inserção local do PPGD, também oportunizando benefícios aos servidores do tribunal que cursem o mestrado na UCP. O PPGD também recebeu outros eventos de tribunais como, por exemplo, o 4º Seminário Regional da Região Serrana do TRT da 1ª Região, realizado no Campus Dom Veloso, contando com a presença de juízes e desembargadores desse Tribunal, bem como advogados e o público em geral, em participação articulada e coordenada pelo Prof. Maurício Guedes, que também palestrou no evento com seus alunos. São indícios que ajudam a demonstrar o protagonismo local e regional do PPGD.

6) Pode-se mencionar, ainda, a PARCERIA firmada com o PPGDIN da UFF, a fim de que ambos pudessem participar do edital 24/2022 FAPERJ CPNq, Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores

no Brasil, com a intenção de receber a Pós-doutoranda Mirel Legrá Fleitas e desenvolver a pesquisa “PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO REALIZADAS POR MEIO VIRTUAL NO RIO DE JANEIRO: LEVANTAMENTO DOS DESAFIOS E ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES, DILEMAS E PARADOXOS ENTRE DISCURSOS NORMATIVOS E PRÁTICAS JUDICIÁRIAS”. A pesquisa tem relação com o PPGD no projeto de pesquisa Acesso a Direitos e Superação das Desigualdades Sociais, vinculado à linha 2. E, também, tem relação com o PPGDIN-UFF que, dentre outras perspectivas, pretende examinar formas de resolução de conflitos pelas instituições constitucionalmente encarregadas dessa tarefa, como os Tribunais, em uma perspectiva crítica. Essa parceria está evidenciada nos documentos anexos devendo ser entendido como um convênio que projeta o PPGD de forma regional, no âmbito do estado do Rio. A parceria tem resultado em muitos produtos especialmente a participação de docentes e discentes do PPGD no evento Seminário Internacional sobre Direitos Humanos Fundamentais com publicação de trabalhos nos anais do evento. Professores do PPGDIN participam de bancas no PPGD/UCP e vice-versa, dentre outras repercussões.

7) Ainda, no âmbito regional, pontue-se que, neste momento, dois professores do PPGD/UCP são bolsistas Cientista do Nosso Estado (Prof. Santoro) e Jovem Cientista do Nosso Estado (prof. Klever), e que, nos anos anteriores, também foram contemplados nesses editais o Prof. Rodrigo Garrido e o Prof. Felipe Asensi. Então o corpo docente do PPGD tem experiência em pesquisas de alto nível reconhecidas em âmbito estadual pela maior agência de fomento do Rio de Janeiro, a FAPERJ. São editais disputadíssimos e as conquistas do PPGD, também por isso, projetam o Programa de forma positiva no cenário regional.

8) Também merece destaque o protagonismo do Prof. Eduardo Klausner no cenário cultural do Rio de Janeiro, incluindo as cidades de Petrópolis, sede do PPGD, Niterói e na capital. A literatura é um aspecto explorado no projeto de pesquisa desse professor, no PPGD. Conexo a isso, em 2023, o Professor passou a integrar o Cenáculo Fluminense

de História e Letras, que completou 100 anos de fundação. O docente agora ocupa a cadeira nº 31, do patrono Joaquim Nabuco, na centenária instituição cultural dedicada a preservar a história e a cultura fluminense. A posse aconteceu em novembro/23, na sede da Academia Fluminense de Letras e da Biblioteca Parque de Niterói, com a presença de acadêmicos, familiares e autoridades. O professor é Desembargador do TJERJ de grande visibilidade e prestígio.

(B) NO ÂMBITO NACIONAL. Segundo esclarecimentos prestados na reunião de meio termo em 2023, os PPGS que almejam obter a nota 5 precisam demonstrar, no processo de avaliação, além dos demais requisitos, evidências de sua repercussão nacional. De fato, o PPGD tem almejado obter a nota cinco e, animado por essa perspectiva, fez investimentos, reforçou a sua estrutura e deu muitos passos rumo ao amadurecimento de sua proposta, como descrito no campo 1.1 deste relatório/coleta, com atualização de disciplinas, reorganização de projetos/linhas de pesquisa, incorporação de professores dentre outros.

1) No âmbito nacional, inicialmente, o Programa quer destacar que tem recebido alunos de vários estados da federação, o que evidencia que tem se tornado conhecido também fora de Petrópolis e do estado do Rio. Dois exemplos são o egresso Kerston Benevides, servidor público, e a mestrandia Cristiana Maria Baptista Teixeira Conceição, defensora pública, ambos oriundos do estado de Goiás. O egresso Kerston teve sua dissertação, orientada pelo prof. Santoro, premiada pelo IBCCRIM e a mestrandia Cristiana, juntamente ao mestrando João Pedro Fráguas, bolsista PROSUC/CAPES, publicaram na revista da Defensoria Pública da União interessante artigo científico em que discutem Estratégias da Defensoria Pública de Goiás para a expansão do acesso à justiça. O artigo foi elaborado tendo como base a bibliografia sugerida em disciplina que ambos cursaram no PPGD, sendo uma contribuição do Programa para pensar e otimizar o trabalho da Defensoria em outro estado, no caso, Goiás, terra natal desses dois

alunos. De fato, um produto a denotar a inserção nacional que o Programa vem obtendo.

2) Com efeito, a produção do PPGD vem tocando em pesquisas de interesse e repercussão para todo o país. Um exemplo disso pode ser o artigo publicado em 2022 na Revista da AGU pelo Prof. Klever e sua orientanda, hoje, egressa Débora Giotti, com o tema SOLUÇÕES CONSENSUAIS NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO: AVANÇOS RECENTES E INICIATIVAS INSPIRADORAS, em que os autores exploram possibilidades atuais e perspectivas de emprego de soluções consensuais no campo da tributação, no Brasil, sem dúvida um tema novo e desafiador. Anote-se que a revista em foco é muito bem avaliada no Qualis Capes e um veículo de grande visibilidade nacional. A mesma pesquisa resultou na publicação de um livro de autoria de Débora, com o título: Desafios Culturais na Implementação dos Meios Alternativos de Solução de Conflitos no Âmbito Tributário, publicado pela Lumen Juris e lançado em 2021 na UCP.

3) Ainda no cenário nacional, destaque-se a iniciativa dos Profs. Maurício Guedes e Sergio Salles que conquistaram a oportunidade de coordenar um dossiê na Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos da UNESP (v. 11, n. 1 de 2023), com o tema “Filosofia da Dignidade Humana e dos Direitos Humanos”, cuja publicação reuniu contribuições de muitos autores do Brasil e do exterior sobre o tema. A RIDH – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos é uma publicação acadêmica semestral do Departamento de Ciências Humanas, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, campus de Bauru-SP, que publica textos inéditos nos idiomas português, espanhol e inglês, sob forma de artigo acadêmico de qualquer das áreas do conhecimento científico, com intersecção intencional com os direitos humanos.

4) Outrossim, professores do PPGD têm se destacado no cenário nacional nas atividades de editoração de livros e periódicos científicos, como, por exemplo, o trabalho realizado pelo Prof. Felipe envolvido nos eventos do CAED-JUS e CAEDUCA, eventos virtuais em que

há a publicação de coletâneas resultantes dos grupos de trabalho, especialmente no campo das políticas públicas e dos direitos humanos. Ainda no campo dos serviços editoriais, deve ser destacado o trabalho feito pelos professores Sérgio e Denise Salles. Em 2024, o primeiro contribuiu como editor gerente para a regularização da periodicidade e publicação dos números de 2021 a 2024 da Revista Fundamento vinculada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Filosofia, da Universidade Federal de Ouro Preto, um importante trabalho técnico que favoreceu essa Universidade Federal. Isso foi feito sem que o professor deixasse de se dedicar à editoração da Revista Lex Humana do PPGD/UCP, que atualmente tem Qualis B1 e está indexada em importantes bases nacionais e internacionais. No mesmo ano, assumiu como conselheiro da Revista Peletron, composta por conteúdos voltados para editores de revistas científicas e acadêmicas. Já a Profa. Denise atuou como editora da Revista Conhecimento & Diversidade (ISSN: 2237-8049) e como parecerista dos seguintes periódicos acadêmicos externos: Opinião Pública (ISSN: 1807-0191), Revista da Mobilidade Humana – REMHU (ISSN: 1980-8585), Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais – RPPI (ISSN: 2525-5584); atividades nas quais mantém frequente intercâmbio com professores vinculados a diversas instituições nacionais e internacionais, como se pode comprovar pela diversidade geográfica e institucional dos artigos publicados nas referidas revistas. Outros professores do PPGD atuam como pareceristas e revisores, além de autores, de importantes revistas, dentre elas a RBCCRIM (Prof. Santoro) e REPRO (Prof. Marcelo). Tudo isso contribui para projetar de forma positiva o PPGD no cenário nacional.

5) Outro produto de impacto nacional foi o Pronunciamento em Audiência Pública realizada no Senado Federal pelo Prof. Marcelo Pereira como representante da Associação Brasileira de Direito Processual para contribuir com Projeto de Lei referente aos Processos Estruturais: Resultado das pesquisas realizadas pelo Prof. Marcelo no PPGD, no campo do processo civil em geral e dos processos estruturais em particular, conectando-se ao seu projeto de pesquisa que envolve mestrands, egressos (por exemplo, Lilia Nunes) e graduandos. No

quadrênio a pesquisa contou com recursos do Edital Emergencial da FAPERJ 2022 contemplando um mestrando (Vinícius Amaral) que defendeu dissertação sobre os processos estruturais. No PPGD o projeto de pesquisa do docente toca justamente nas reformas e avanços no campo do processo. O professor tem pesquisado as ações coletivas que, em Petrópolis, são uma resposta do MP e do Judiciário à tragédia de 2022 com vista à reestruturação da cidade e região. Logo há uma evidente conexão entre a pesquisa e essa repercussão nacional do trabalho desse professor no espaço de fala que ocupou no Senado Federal nessa oportunidade.

6) Outra evidência de inserção social diz respeito ao convênio que existe entre o Museu Imperial e a Universidade Católica de Petrópolis e que permite o acesso de pesquisadores à Biblioteca e ao arquivo do Museu. No ano de 2022, o professor Daniel Machado Gomes publicou artigo intitulado Governo misto e liberdade política no projeto de construção monárquica de Frei Sampaio, no Anuário do Museu Imperial, publicação periódica que foi retomada depois de décadas sem ser editada. Tal artigo foi resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido no contexto do convênio firmado entre a UCP e o Museu, que visa, entre outros objetivos, facilitar o acesso ao acervo do Museu para fins de pesquisas acadêmicas. A artigo se valeu de fontes primárias, documentos históricos sobre o constitucionalismo brasileiro no Império que se integram o arquivo do Museu Imperial, e teve coautoria do ex-orientando do professor Daniel, Tiago da Silva Cicilio, que é bolsista da Capes no doutorado em Direito da PUC-RJ. A pesquisa foi desenvolvida, portanto, pela triangulação Museu Imperial – UCP – PUC/Rio, num esforço conjunto que levou ao reconhecimento pela direção do Museu da excelência do trabalho desenvolvido, razão pela qual, o professor Daniel e o doutorando Tiago foram convidados a expor o artigo, palestrando no lançamento do Anuário que ocorreu no Salão Nobre da UCP. O evento contou com a participação de alunos do curso de História e do curso de Direito, além de membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico de Petrópolis. Consideramos que o impacto é nacional porque o Museu Imperial é ligado ao Ministério da Cultura enquanto o IHGB é

é a mais antiga e tradicional entidade de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil, fundado em 2 de outubro de 1838, o que qualifica os esforços do Prof. Daniel no seu projeto de pesquisa que também engloba uma pesquisa histórica do direito.

7) Outra evidência de impacto nacional do PPGD foi a participação na I Jornada Jurídica de Prevenção e Gerenciamento de Crises Ambientais do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e Aprovação de Propostas de Enunciados – CJF – BRASÍLIA (DF): O produto se conecta ao projeto de extensão do PPGD, comum a ambas as linhas, que concentra as ações do Programa em resposta à tragédia de Petrópolis 2022. A equipe representada pelo Prof. Klever participou da I Jornada Jurídica de Prevenção e Gerenciamento de Crises Ambientais, Conselho da Justiça Federal, Brasília, 2024. O evento reuniu especialistas e autoridades para análise e delineamento de posições interpretativas sobre a prevenção e o gerenciamento de crises ambientais, adequando-as às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais. Prof. Klever é bolsista JCNE FAPERJ com pesquisa conexa. Além de participar das discussões a equipe teve aprovada uma proposta de enunciado, baseada na pesquisa desenvolvida no PPGD com bolsa de bancada para projetos da FAPERJ. Esse enunciado servirá para nortear o entendimento de juízes federais na aplicação da matéria dali por diante, sendo um produto de evidente impacto nacional.

8) Vale ressaltar, por fim, parcerias e convênios para a implementação de soluções consensuais para os conflitos de interesse: o Programa firmou, ou deu continuidade, no quadriênio, a ações que pretendem difundir, na cidade, na região e no país, a utilização dos métodos consensuais (mediação e conciliação) para resolver conflitos, em consonância com a Política Judiciária Nacional de solução adequada dos conflitos de interesse (Res. 125 do CNJ). Por isso, o PPGD tem convênio com o TJERJ para a manutenção de um polo avançado de mediação no prédio do Mestrado, onde também funciona o NPJ da IES, e com o Programa Petrópolis da Paz que, em Petrópolis, existe por

conta de lei municipal para disponibilizar serviços de mediação gratuita à população. Ver anexos. Mestrandos do PPGD participam dessa iniciativa seja como conciliadores, seja como pesquisadores ou em outras frentes. Essas parcerias estão documentadas e guardam relação com as pesquisas sobre mediação de conflitos e consensualidade que se tornaram recorrentes no PPGD, sobretudo pelos orientandos do Prof. Klever e do Prof. Sérgio. Inclusive o PPGD participou do 4o encontro de mediadores que aconteceu em Petrópolis no ano de 2023, com a apresentação de um trabalho, a organização de um estande e a distribuição de livros, envolvendo alunos, professores e egressos, tudo em convênio com o NUPEMEC TJERJ.

(C) NO ÂMBITO INTERNACIONAL. Neste relatório o Programa quer destacar que, a despeito de reconhecer a sua vocação local, regional e, também, nacional, evidenciada nos itens anteriores, deu passos concretos para posicionar-se no cenário nacional, especialmente rumo a outros países da América Latina.

1) No quadriênio surgiu uma oportunidade que o Programa soube aproveitar, quando ainda coordenado pelo Prof. Daniel Machado ao início do quadriênio. A FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro lançou em 2021 um edital de apoio aos PPGS fluminenses (Edital E_20/2021) e, em resposta, o Programa deliberou por fazer a submissão do projeto “REFORÇO ÀS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UCP EM UM CENÁRIO DE PANDEMIA”, apresentado pelo Professor Santoro na condição de representante do PPGD (Processo nº E-26/210.941/2021). Com o fomento recebido o PPGD conseguiu dar os passos necessários e firmou convênio com a Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires por meio da cátedra do Prof. Raúl Gustavo Ferreyra, sendo que o instrumento desse convênio está anexo. Desde então o PPGD / UCP e a UBA realizaram dois eventos internacionais no Brasil e em Buenos Aires e publicaram duas coletâneas com a participação de docentes e alunos de ambas as IES, havendo mobilidade de docentes

nos dois sentidos, com os recursos da FAPERJ. Sem dúvida uma ação complexa que envolveu várias etapas, culminando em produtos que ampliam o impacto das ações do PPGD, todos devidamente cadastrados na Plataforma Sucupira. O primeiro evento correlato, vinculado ao convênio, aconteceu em Petrópolis, na UCP, com o título Seminário de Internacionalização UCP/UBA (<https://ucp.br/universidade-catolica-de-petropolis-e-universidade-de-buenos-aires-promovem-seminario-de-internacionalizacao/>). Nessa ocasião estiveram no Brasil três professores da UBA, dentre eles o Prof. Raul Gustavo Ferreyra, além de participantes de várias IES do Brasil, dentre elas a UFF, a UFRJ, a UNESA, a UFJF e outros, com apresentação de palestras e trabalhos em Gts. Depois, ainda no mesmo ano, os Professores Daniel Machado, Klever Filpo e Antonio Santoro estiveram em Buenos Aires para visita técnica e evento organizado naquela instituição, com o título “Seminario internacional de integración académica UBA – UCP” (<http://www.derecho.uba.ar/noticias/2023/seminario-internacional-de-integracion-academica-uba-ucp>). Posteriormente, em junho de 2024, os Profs. Flavio Mirza e Antonio Santoro foram novamente à UBA para o evento Lawfare e Democracia, (<https://ucp.br/lawfare-e-democracia-e-tema-de-seminario-internacional-organizado-pela-ucp-e-uba/>). Esse evento selou, inclusive, a formação de uma rede de pesquisadores internacional da qual participam a UCP, a Unb, a UFRJ e a UBA em torno desse tema. No caso, além de se tratar de um produto de internacionalização, a rede assim estabelecida deve ser entendida também como uma repercussão nacional de grande impacto dada a relevância das instituições de Ensino Superior, às quais a UCP se associou nessa empreitada, que compreendeu uma série de etapas e envolveu muitos esforços e atores, inclusive com o fomento da FAPERJ. Para o futuro, incrementaremos a mobilidade de pesquisadores, cf. planejamento estratégico. Como produtos bibliográficos resultantes foram lançados, em 2024, duas coletâneas que reúnem os trabalhos apresentados nos eventos acima referidos, com trabalhos em português e/ou espanhol. Ambas foram publicadas no ano de 2024 com ISBN pela editora Pembroke Collins, a saber: ISBN 979-8-88670-093-0 LAWFARE E DEMOCRACIA, e ISBN: 979-8-88670-092-3, 40 ANOS DE DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL

NA ARGENTINA E 35 ANOS DE DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL DO BRASIL. Tais coletâneas foram devidamente inseridas na plataforma Sucupira e poderão ser oportunamente destacadas.

2) Outra consistente iniciativa do PPGD no campo da internacionalização foi a participação no edital do Programa MOVE LA AMERICA lançado no ano de 2024, para o qual o PPGD ofertou uma vaga de estágio sanduíche para aluno/a de mestrado domiciliado na América Latina. Após seguir todos os trâmites o PPGD logrou ser contemplado com a aprovação do estágio e bolsa para a Colombiana Camila Gomez de la Rosa. Todo esse processo ocorreu durante o ano de 2024, evidenciando os esforços de internacionalização do PPGD. Na página do Programa a CAPES explica os objetivos desse Programa assim: “O Programa Move La América tem como objetivo complementar os esforços de internacionalização das Instituições brasileiras de Ensino Superior por meio da atração de discentes vinculados a instituições de ensino e pesquisa estrangeiras da América Latina e Caribe, permitindo-se o fortalecimento dos Programas de Pós-graduação (PPG) e a criação de um ambiente institucional internacional. O Programa concederá bolsas para estudantes de Mestrado ou Doutorado vinculados a instituições de ensino e pesquisa estrangeiras da América Latina e Caribe, nas modalidades mestrado e doutorado sanduíche no Brasil com vistas a realizarem estágio, pesquisas, atividades de extensão e, eventualmente, cursarem disciplinas em Programas de Pós-graduação (PPG) de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, Institutos Federais ou Institutos de Pesquisa, sempre em áreas relacionadas à sua área de atuação”. Logo o PPGD está alinhado aos esforços de internacionalização da CAPES e vem tomando iniciativas de mobilização de docentes e discentes. Vale ressaltar, por fim, que Camila aplicou para desenvolver aqui no PPGD/UCP pesquisas sobre justiça restaurativa e mediação, um tema muito desenvolvido no PPGD, o que ilustra a visibilidade que o Programa, aos poucos, vem conquistando.

3) por outro lado, essas consistentes conquistas coletivas do PPGD não apagam nem diminuem e importância de outras iniciativas individuais no sentido da internacionalização. O Projeto Interinstitucional de

Reforço às Ações de Internacionalização está mantido e abriga as iniciativas dos docentes do PPGD nesse objetivo de projetar as nossas pesquisas e ações para além dos limites territoriais do Brasil. Vamos citar aqui alguns exemplos nesse sentido: Em 2023, os Profs. Sérgio e Denise Salles desenvolveram o projeto de organização do dossiê “Derechos humanos y literatura”, aprovado pelos editores da Revista Telos da Universidad Privada Dr. Rafael Bellosó Chacín, da Venezuela (ISSN: 2343-5763). O dossiê reúne artigos de autores brasileiros e estrangeiros, publicados no v. 26 n.1 de 2024, incluindo a participação de mestrandos e egressos do PPGD/UCP em publicação internacional. O Prof. Sérgio, desde 2012, participa como “article editor” da Sage Open Editorial Office. Desde 2023, atua também como membro da Comissão Científica do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta de Portugal (CEG-UAb). Em 2023, tornou-se Membro do Conselho Consultivo do “Studia Poinsotiana” da Universidade de Coimbra, para pesquisas internacionais sobre o pensamento de João de Poinsot. Já em 2024 o mesmo professor foi o responsável pela parceria de cooperação entre os organizadores do ‘Congres International des Sciences de la Communication’ da Université Abdelmalek Essaâdi, Marrocos, com a editora de “Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade – CETS” (Brazilian Journal of Education, Technology and Society – BRAJETS) para divulgação dos trabalhos selecionados pelo duplo parecer às cegas no referido evento internacional. Fruto dessa parceria, consta a publicação do editorial em que são entrelaçados os artigos com a perspectiva ética-jurídica de Paul Ricoeur, objeto da atual pesquisa do docente Prof. Sérgio. No mesmo ano, esse docente colaborou como assistente da Interacción y Perspectiva, revista da Universidad del Zulia, Venezuela, promovendo uma rica troca de experiências editoriais com editores da universidade venezuelana para indexação de revistas em bases de dados internacionais como Web of Science e Scopus, uso de sistemas antiplágio, desafios das novas tecnologias, sobretudo, o uso de modelos LLM/IA.

4) Ainda no campo da internacionalização pode-se mencionar a participação do Prof. Klever Filpo como pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos –

INCT/InEAC/UFF que tem como missão promover um Programa de Pesquisa e Formação, nas áreas de Ciências Humanas e de Ciências Sociais, sobre a diversidade das formas institucionais de administração de conflitos nos diferentes âmbitos dos sistemas de Segurança Pública e de Justiça Criminal, em uma perspectiva comparada, recebendo regularmente recursos do CNPq e da FAPERJ, sendo um dos INCTs mais bem avaliados na avaliação realizada e publicada em 2025. O INEAC congrega pesquisadores de vários estados e países. No âmbito desse INCT, o professor Klever participa de dois subprojetos que dialogam com a sua proposta no PPGD, tanto que, em 2024, publicou, com a Profa. Mirel Legrá, um artigo em coletânea organizada por professores desse instituto, inclusive professores argentinos, sobre o tema da mediação de conflitos online, conexo à pesquisa pós-doutoral da Profa. Mirel.

5) Outrossim a Profa. Deise Castro participou de importantes eventos internacionais no quadriênio, por exemplo, “The 12th biennial conference of the International Gender and Language Association” (IGALA12) 4-6 July 2023, como Participante com o trabalho Women and prison – evaluations and moralities regarding female behavior and motherhood in relation to incarceration (<https://igala12.business.uq.edu.au>) e no XV Congresso Internacional ALED “Los discursos en tiempos de (post)pandemia: Nuevos horizontes de sentido”. Participante – 2023. (www.comunidadealed.org), com o trabalho A MULHER E O CÁRCERE – AVALIAÇÕES E MORALIDADES A RESPEITO DO COMPORTAMENTO FEMININO E DA MATERNIDADE EM RELAÇÃO AO ENCARCERAMENTO.

6) Já o Prof. Daniel Machado participou, no ano de 2024, do X Seminário Internacional de Direitos Humanos Fundamentais: Novas Tecnologias & Vulnerabilidades, promovido pelo PPGDIN da UFF em parceria com a Universidade de Vigo e outras, no qual apresentou trabalho intitulado Secularismo, pós-secularismo e democracia, que foi desenvolvido a partir de leituras e discussões que se relacionam ao seu projeto de pesquisa no PPGD.

7) O professor Marcelo Pereira de Almeida concluiu, no ano de 2023, estágio pós-doutoral na Universidade de Burgos, na Espanha, sob a orientação da professora Nuria Beloso Martin e, representa um marco significativo para sua trajetória acadêmica e a inserção internacional do professor, contribuindo de forma significativa para os estudos contemporâneos sobre a Teoria da Decisão Judicial. A pesquisa desenvolvida teve como objetivo principal identificar e analisar os vetores contemporâneos que influenciam de maneira relevante a Teoria da Decisão Judicial, considerando os desafios epistemológicos e os novos paradigmas que permeiam o campo jurídico processual na atualidade. O trabalho do professor Marcelo destacou-se por sua abordagem crítica e inovadora, contribuindo para o aprofundamento teórico e prático do tema no cenário jurídico internacional. Como resultado da pesquisa, foram realizadas importantes publicações acadêmicas, especialmente capítulos de livros, que evidenciam a solidez e a relevância do estudo. Dentre as publicações, merece destaque o capítulo do livro intitulado “A Justiça e o Direito”, cujo tema – “Diálogos judiciais, intercâmbio entre tribunais e precedentes vinculantes: indicadores que afetam as bases epistemológicas da teoria da decisão judicial na contemporaneidade” – oferece uma análise aprofundada sobre o papel dos diálogos interjurisdicionais e da circulação de precedentes no redesenho dos fundamentos da decisão judicial no contexto atual. A conclusão desse estágio pós-doutoral não apenas reforça o compromisso do professor Marcelo Pereira de Almeida com a pesquisa jurídica de excelência, como também amplia as possibilidades de intercâmbio acadêmico internacional e de disseminação do conhecimento crítico no campo do Direito, sobretudo, do Direito Processual. Vale dizer que o Prof. Marcelo seguiu dialogando e publicando com a Profa. Nuria.

8) O PPGD também seguiu sendo um dos organizadores do Seminário Interinstitucional e Internacional para a Efetivação dos Direitos Humanos na Contemporaneidade que, em 2024, completou sua VII Edição, sendo uma parceria entre a UCP, a UNILASALLE, a UFF, a UNESA, a Universidade de Burgos, a EMERJ e outras, com apresen-

tação de trabalhos e publicação de anais, sendo um evento internacional consolidado, encabeçado pelo Prof. Marcelo Pereira.

9) Professores e alunos do PPGD participaram também de eventos internacionais do CONPEDI, inclusive no Uruguai, com apresentação de trabalhos, dentre outros. Por exemplo, no CONPEDI realizado na Universidade da República, Uruguai, em 2024, Prof. Klever e a mestranda Rayssa Gargano apresentaram trabalho conexo ao projeto de pesquisa que o professor desenvolve no PPGD explorando acesso a direitos e superação das desigualdades. O trabalho foi publicado nos anais do evento na forma de capítulo de livro.

10) Para deixar ainda mais claro o movimento que o PPGD tem feito no sentido de uma internacionalização, deve ser registrada a ampliação do uso do idioma espanhol em nossas atividades. Essa escolha se justifica porque a opção do PPGD foi por uma internalização pela via da América Latina, especialmente rumo à Argentina, como explicitado no projeto Reforço às Ações de Internacionalização do PPGD em um contexto de (pós-?) pandemia que vinculou recursos da FAPERJ a essa iniciativa. Desde então o espanhol vem fazendo cada vez mais parte de nossas rotinas, com as seguintes evidências: a página do PPGD pode ser acessada em uma versão em espanhol, além do português e do inglês; a vaga aberta no PPGD para o edital Move la America da CAPES explicitou que o estágio sanduíche seria feito na língua espanhola, pela bolsista selecionada (foi selecionada Camila Gomez – Colômbia); os seminários realizados entre a UBA e a UCP utilizaram o português mas, sobretudo, o espanhol, inclusive as etapas realizadas no Brasil; os livros resultantes dessa parceria apresentam os textos em português e espanhol; muitos professores, por exemplo Denise, Sérgio, Mirel e Klever organizaram dossiês e publicaram trabalhos em língua espanhola. No seminário Internacional Justiça, processo e direitos humanos, realizado em dezembro de 2024, três participantes/expositores são “hispanoablantes”, e assim por diante. Ademais, a Profa. Mirel, que é cubana, em parceria com outros docentes, vem introduzindo aulas em espanhol nos Programas semestrais das disciplinas, de modo a acostumar a equipe e, de forma

crescente, ampliar a utilização desse idioma o que vem ao encontro da proposta de internacionalização do PPGD no atual momento.

11) Por fim, o PPGD conta com o Núcleo de Intercâmbio Internacional e Cooperação Científica – NIICC, estrutura criada para fomentar o desenvolvimento acadêmico e profissional de seus alunos, docentes, pesquisadores e colaboradores por meio de ações realizadas em parceria com instituições. Sem embargo das iniciativas já relatadas nas linhas acima, mas de forma articulada com elas, cabe ao NIICC estimular a participação em projetos de intercâmbio e pesquisas propostos por entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que beneficiem a formação profissional dos mestrandos. Geovana Faza e Rayssa GArgano, no PPGD, foram contempladas em viagem de pesquisa e eventos internacionais

CAPÍTULO IV – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 Histórico e contextualização do Programa

Aprovado pela CAPES em 2011, o Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) iniciou suas atividades acadêmicas em 2012, sendo o único Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito, na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, o que contribuiu para a interiorização da pós-graduação neste estado. O quadriênio (2013-2016) foi especialmente marcante para a história do PPGD/UCP em razão da realização das primeiras defesas de dissertação, com a conseqüente formação de seus primeiros mestres, e pelo fato de ter ocorrido a consolidação de seu corpo docente permanente. O ano de 2017 foi, igualmente, especial, pois, dentre outras conquistas, o PPGD/UCP teve sua nota majorada, alcançando o grau 4 (quatro).

Antes de avançar, para uma melhor compreensão do histórico e da contextualização do PPGD/UCP, é preciso rememorar, brevemente, sua trajetória institucional. A UCP desenvolveu o seu projeto institucional para a criação e consolidação do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito com área de concentração única em “Justiça, Processo e Direitos Humanos”. Tal se deu como parte integrante de sua vocação comunitária e institucional para a oferta e a promoção da educação em direitos humanos, procurando atender, ao

mesmo tempo, as metas previstas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, aos princípios norteadores de seu Projeto Pedagógico Institucional, às regras estabelecidas pela CAPES para os Programas de pós-graduação *stricto sensu* e às propostas relevantes para a pós-graduação, constantes no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Sobretudo, a proposta de realizar pesquisas de alto nível, pertinentes à sua área de concentração e formar novos pesquisadores, alinhados com os grandes desafios da pesquisa em Direito. O projeto do Programa de Pós-graduação em Direito nasceu, assim, do coração da Universidade Católica de Petrópolis, da liderança efetiva da Direção do Centro de Ciências Jurídicas e do trabalho colegiado dos seus docentes Doutores que almejavam o reconhecimento da CAPES para a criação de um mestrado pioneiro em Petrópolis com vistas à excelência.

O processo de elaboração do Projeto de Mestrado em Direito da UCP (PPGD/UCP) teve início em 2008, com a formação de uma equipe de professores, oriundos, integralmente, da própria instituição e comprometidos com a graduação em Direito. Com efeito, fruto de um trabalho colegiado, o Projeto do PPGD/UCP, apresentado à CAPES por ocasião do APCN 2009 e 2010, ganhou densidade acadêmica e institucional a partir da integração dos docentes da graduação em Direito, doutores líderes em seus grupos de pesquisa, com outros professores pesquisadores contratados a partir de 2010, todos com produção acadêmica e experiência no ensino de pós-graduação em outros Programas *lato sensu* e *stricto sensu*.

Em tempo recorde para a efetiva implantação do curso de mestrado em Direito, entre 2009 e 2010, os professores integrantes do então projeto do PPGD/UCP obtiveram êxito na captação de recursos para pesquisa e estruturação acadêmica e administrativa do futuro mestrado em Direito, cujas atividades se iniciaram efetivamente em 2012. Desde então, o corpo docente do PPGD/UCP procura desenvolver projetos e submetê-los à apreciação da FAPERJ, do CNPq, da CAPES e outros órgãos de fomento. Com efeito, desde 2009, a aprovação contínua de projetos, somados aos recursos obtidos, demonstra o reconhecimento, pelas agências de fomento à pesquisa, do

comprometimento da UCP e de seu corpo docente com a criação e a consolidação do PPGD/UCP.

Ainda reflexo do reconhecimento do PPGD, institucionalmente e no meio acadêmico, aprovamos projeto no edital de Apoio Emergencial ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*. Esse projeto visava, prioritariamente, a busca de recursos para a consolidação e a internacionalização das atividades de ensino e pesquisa no âmbito do PPGD, em consonância com os critérios estabelecidos pela CAPES. Isso permitiu, conforme mencionado, a proposição do primeiro Doutorado em Direito do interior do Estado do Rio de Janeiro. Tal proposta também foi alvo de ações da reitoria da UCP na melhoria de nossa infraestrutura e na contratação de novos docentes.

Nos anos que se seguiram, as atividades acima mencionadas foram sendo aprimoradas e, para além disso, houve aumento da produção qualificada, ou seja, nos extratos A e B do Qualis. A submissão de projetos de pesquisa aos órgãos de fomento, conquistando bolsas e auxílio financeiro passou a ser bastante expressiva entre os quadros deste PPGD, destacando-se, por exemplo, a presença de três professores que já foram ou são atualmente contemplados com bolsas de Jovens Cientistas do Nosso Estado pela FAPERJ (Profs. Antonio Santoro, Rodrigo Garrido e Felipe Asensi); a obtenção de bolsas de iniciação científica para alunos da graduação (CNPq, FAPERJ e Fundação Dom Cintra) além de outros editais, como a Chamada Universal 2016, do CNPq e a Chamada Ciências Humanas e Sociais de 2014 (Prof. Klever Filpo), ambas com obtenção de fomento que propiciou diárias, passagens e aquisição de materiais de consumo e permanentes para pesquisas em curso ou já concluídas no PPGD.

Cumpramos destacar que, no ano de 2018, tendo obtido grau 4 em seu mestrado, a UCP entabulou diálogos para a elaboração de mestrado, na modalidade MINTER, com algumas instituições fluminenses e mineiras, vindo a se consolidar em 2019 a proposta do MINTER na UNIVIÇOSA, destacada instituição de ensino do Estado de Minas Gerais. A turma Minter foi ofertada e concluída em 2022, sofrendo, em parte, os impactos da pandemia, mas com bons resultados. Tanto que teve o relatório aprovado pela CAPES em 2024.

No quadriênio 2017/2020 o PPGD trabalhou para implementar um processo de autoavaliação e de acompanhamento de egressos. Também buscou reforçar a produção docente e discente e trabalhar, de forma mais orgânica, com o planejamento estratégico. Seguiu nesses esforços até o fim do quadriênio, então coordenado pelo Prof. Daniel Machado. Àquela altura foi desafiador lidar com o advento e os efeitos da pandemia, mas, ao mesmo tempo, a oferta das atividades remotas (durante a pandemia) atraiu muitos em bons alunos de outras localidades, que apresentaram boas dissertações. Foi um período produtivo para o PPGD. Esse aspecto será explorado no item 10 (impacto da COVID-19 nas ações do Programa).

Em 2021, foi apresentado o relatório do quadriênio e, após todos os trâmites, o PPGD conseguiu manter a nota 4. Seguiu funcionando normalmente e ofertou a turma MINTER até o seu desfecho e trabalhou ainda mais na sua expansão, apresentando uma proposta de curso de doutorado que, em 2025, ainda está pendente de avaliação em grau recursal na CAPES. No retorno da pandemia percebeu-se maior dificuldade dos alunos para concluírem as suas dissertações no prazo de 24 meses, havendo muitos casos de prorrogação. Em 2022 houve uma tragédia socioambiental em Petrópolis, que também impactou o Programa. Em diferentes momentos as ações do Programa entrelaçaram-se às ações desenvolvidas na cidade e na região, em várias frentes, para responder àquela grave tragédia. No caso do PPGD, a resposta ocorreu no campo da pesquisa, da extensão, na obtenção de bolsas para auxiliar nossos alunos, dentre outros.

No ano de 2023, assumiu a coordenação do PPGD, o Prof Flávio Mirza, em substituição ao Prof. Daniel, mas por curto período em função de questões pessoais. Assumiu então o Prof. Klever Filpo, que vinha exercendo a vice-coordenação do curso desde o quadriênio anterior, para dar continuidade à coordenação do curso e a execução de seu planejamento estratégico, inclusive na confecção do presente relatório quadrienal à CAPES.

É certo que não se tratou de um trabalho isolado, mas sim de coordenação dos esforços de toda a equipe do PPGD, com destaque para a secretaria do Programa, onde há um funcionário com parte da carga

horária dedicada ao preenchimento da Plataforma Sucupira que, a despeito disso, não deixa de ser algo desafiador. Todos os professores se envolveram no processo de avaliação, inclusive, mas não somente, na seleção e indicação dos destaques. Também contribuíram nesse trabalho os bolsistas do PPGD em reforço à comissão de autoavaliação.

Em um contexto de autoavaliação, o Programa percebe que, durante o quadriênio 2021/2024, houve um amadurecimento perceptível, sobretudo, nas seguintes vertentes: robustecimento do corpo docente, em termos de diversidade, experiência, qualidade da produção e formação dos mestrandos; fortalecimento de parcerias locais e regionais, mas também internacionais, por meio de convênios; maior interação entre os docentes e seus projetos de pesquisa o que fez, naturalmente, com que as linhas se aproximassem. Para promover ou induzir essa aproximação foram concebidos e implementados Projetos Integradores com caráter de pesquisa e/ou de extensão, que serão depois explicitados, assim como foram realizados eventos e publicados trabalhos que, necessariamente, integraram vários membros da equipe do PPGD, entre docentes, discentes, egressos e participantes externos. Um dos exemplos é a coletânea: Arquivos de Justiça, Processo e Direitos Humanos, publicada no ano de 2024, com recursos da CAPES e da FAPERJ, pela Editora Pembroke Collins (ISBN: 979-8-88670-155-5), fruto de seminário internacional realizado em 2024.

No tocante às políticas de igualdade de gênero e diversidade, é digno de nota que, durante o quadriênio, o PPGD incorporou ao seu corpo docente três mulheres, a saber: a Profa. Dra. Diana Ramos de Oliveira (quadro permanente 2022/2023 quando se retirou por conta de aprovação em concurso público); Profa. Dra. Deise Ferreira Vianna de Castro (colaboradora, vínculo celetista); e a Profa. Dra. Mirel Legrá Fleitas (colaboradora, bolsista de pós-doutorado da FAPERJ/CNPq edital 24/2022). Tal iniciativa foi tomada porque o Programa percebeu uma presença majoritária de mulheres no corpo discente que não se refletia na composição do corpo docente. Segundo a Profa. Flaviane de Moraes, coordenadora da área (CAPES, 2023), o Direito é uma área muito masculina, é necessário refletir sobre isso e promover ações de modo a ampliar a participação feminina nos Programas,

promovendo a igualdade de gênero, ao mesmo tempo um direito humano e uma condição de justiça social. Com efeito, o PPGD assumiu e cumpriu esse compromisso e já vem colhendo frutos, que se refletem, por exemplo, nos produtos técnicos e bibliográficos que vêm resultando, em particular, das pesquisas das Professoras Denise Salles e Deise Castro nessa temática.

No momento, o Programa se percebe mais maduro e organizado do que no último quadriênio. Também percebe que a sua inserção local, regional e nacional, estão mais bem evidenciadas. Também possui um corpo docente mais robusto, experiente e diverso. Avançou no sentido de uma internacionalização. Todos esses elementos e o mais que consta do relatório aponta que o PPGD está em condições de seguir adiante em sua missão e visão, embora esteja consciente e perceba que é preciso seguir avançando em vários sentidos, como apontam os resultados do processo de autoavaliação. Nesse sentido nos reportamos ao planejamento estratégico do PPGD.

4.2 Políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

Em seu PDI (atualizado em 2024 – <https://ucp.br/wp-content/uploads/2024/05/PDI-2021-2025-atualizado.pdf>, p. 59), a UCP afirma que “tem fortemente definidos seus princípios filosóficos que expressam seu posicionamento diante da sociedade. Por meio deles busca-se contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, comprometendo-se com a formação integral do ser humano e o bem da sociedade.” A promoção dessa justiça social passa necessariamente pelas políticas afirmativas de inclusão.

A UCP e o seu PPGD estão comprometidos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e, nessa perspectiva, acreditam ser seu papel contribuir para a redução das desigualdades (ODS 10) e uma educação de qualidade (ODS 4). Por sinal essa foi a temática de muitos dos eventos que realizou durante o quadriênio, como a Jornada de Estudos Sobre Relações Étnico Raciais e Marcadores Sociais

da Diferença (<https://ucp.br/ucp-realiza-quinta-edicao-do-seminario-de-estudos-sobre-relacoes-etnico-raciais-e-outros-marcadores-sociais-da-diferenca/>) e o Seminário Internacional Justiça, Processo e Direitos Humanos (<https://www.youtube.com/watch?v=rnYicG-1GobM>), este último, pautando, juntamente, o tema dos objetivos de desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Logo, por uma questão de coerência institucional e firmeza de propósitos, o PPGD está comprometido com a questão da inclusão, a permanência e a acessibilidade.

O acesso das pessoas com deficiência à educação superior vem crescendo significativamente, em razão da inclusão delas na educação básica e das leis que garantem, a todos, o acesso à educação. Com o intuito de garantir o direito à educação dos estudantes com deficiência, a Universidade Católica de Petrópolis possui, em sua estrutura, o Núcleo de Acessibilidade e Apoio Pedagógico (NAAP).

Além de pessoas com deficiências, tem sido comum recebermos alunos com dificuldades de aprendizagem como Dislexia, TDAH e Discalculia, o que pode ocorrer em todos os cursos de todas as áreas e níveis de formação acadêmica, para os quais é também exigida atenção individualizada. O Núcleo também atende às pessoas com mobilidade reduzida e/ou temporária, idosos, obesos, gestantes e lactantes, com vistas a garantir condições de acesso e utilização dos ambientes da Universidade.

O NAAP tem como finalidade atender alunos com deficiência e déficit de aprendizagem, garantindo a todos o direito à educação, rompendo o paradigma da exclusão, inserindo-os no Ensino Superior e na pós-graduação. Para dar apoio a estes estudantes o Núcleo conta com uma equipe multidisciplinar, inclusive psicólogos, apta a auxiliar a cada um em sua respectiva necessidade, promovendo a UCP como um espaço de inclusão e aprendizagem. Desta forma pretende-se abolir as barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, buscando o ingresso, acesso e permanência do estudante.

Em termos de superação de barreiras arquitetônicas há de se mencionar que a UCP vem investindo continuamente para proporcionar cada vez mais acessibilidade às e nas suas dependências, o que

apresenta um desafio pelo fato de se tratar (o campus que abriga o PPGD) de um prédio tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de modo que toda intervenção precisa ser cuidadosamente estudada e antecedida das autorizações das autoridades competentes.

Mesmo assim, os avanços obtidos no quadriênio 2022/2024 foram muitos, com a instalação ou manutenção de rampas nos prédios para acesso a salas de aula, espaços de convivência e outras dependências; instalação ou manutenção de revestimento de piso com relevos que orienta as pessoas com deficiência visual ou baixa visão; manutenção de elevadores; manutenção e sinalização de vagas destinadas a pessoas com deficiência nos estacionamentos, banheiros adaptados etc. A biblioteca também é dotada de equipamentos com tecnologia assistiva, isto é, conjunto de recursos e serviços que visam promover a autonomia e a inclusão social de pessoas com deficiência. Esses aspectos foram abordados no item “estrutura” e permitem dizer que o PPGD está em boas condições para receber pessoas com deficiência.

Voltando ao NAAP, o atendimento desse núcleo segue um plano de acompanhamento individualizado, voltado para a necessidade e especificidade de cada um. Aos professores oferece um apoio, com orientações que poderão auxiliar/adaptar as práticas pedagógicas, com o objetivo de facilitar o ensino a todos os alunos. Aqueles alunos que já informam, no momento de seu ingresso, possuir alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem são contatados pelo núcleo que oferece todo o suporte e acompanhamento necessário para a sua adaptação e integração no ambiente acadêmico. Conferir em <https://ucp.br/nucleo-de-acessibilidade-e-apoio-pedagogico/>. Atualmente o edital do processo seletivo do PPGD já permite que o candidato se identifique como pessoa com deficiência para que lhe possa ser destinada a devida atenção individualizada.

No tocante à igualdade de gênero e diversidade, é digno de nota que, durante o quadriênio, o PPGD incorporou ao seu corpo docente três mulheres, a saber: a Profa. Dra. Diana Ramos de Oliveira (quadro permanente do PPGD entre 2022 e 2023, quando retirou-se de forma voluntária por conta de aprovação em concurso público federal); Profa. Dra. Deise Ferreira Viana de Castro (colaboradora, com

vínculo celetista com a UCP há mais de duas décadas e recém doutora pela PUC-RJ); e a Profa. Dra. Mirel Legrá Fleitas (colaboradora, bolsista de pós-doutorado da FAPERJ/CNPq no edital FAPERJ/CNPq 24/2022).

Tal iniciativa foi tomada pelo Programa por conta de seu processo de autoavaliação, em que se percebeu uma presença majoritária de mulheres no corpo docente que não se refletia na composição do corpo docente. Segundo a Profa. Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Moraes, coordenadora da área na CAPES, na Reunião de Meio termo (CAPES, 2023), o Direito é uma área muito masculina, e seria necessário refletir sobre isso e promover ações concretas de modo a ampliar a participação feminina nos Programas, promovendo a igualdade de gênero, ao mesmo tempo um direito humano e uma condição de justiça social. Com efeito, o PPGD assumiu e cumpriu esse compromisso e já vem colhendo frutos que se refletem, por exemplo, nos produtos técnicos e bibliográficos que vêm resultando, em particular, das pesquisas das Professoras Denise Salles (<https://ucp.br/pesquisadoras-da-ucp-participam-da-7a-conferencia-municipal-de-politicas-para-as-mulheres/>) e Deise Castro. Pode-se dizer, assim, que a promoção da igualdade de gênero, no PPGD, tem sido método e, também, resultado.

Um dos efeitos gerados por essa política tem sido o crescente envolvimento da equipe do PPGD em eventos e outras iniciativas tomadas no Município de Petrópolis e região em torno da igualdade de gênero e do enfrentamento da violência contra a Mulher. Conferir em: <https://ucp.br/pesquisadoras-da-ucp-participam-da-7a-conferencia-municipal-de-politicas-para-as-mulheres/>. Tais ações guardam estreita relação com o ODS 5 da ONU, em busca da igualdade de gênero.

Nessa medida o PPGD também tem respondido a uma demanda local e regional, lembrando que os eventos da pandemia e da tragédia socioambiental que vitimou Petrópolis em 2022 têm sido associados ao aumento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Foi nesse sentido a fala da secretária de Direitos e Políticas para as Mulheres, Thaís Justen Gomes, mestranda no PPGD/UCP nes-

te quadriênio e que também coordenou o Centro de Referência em Atendimento à Mulher do Município em matéria jornalística de 2024 (<https://diariodepetropolis.com.br/integra/violencia-contr-a-mulher-cresce-em-petropolis-620>), referindo a situação de 2022 e 2023.

Também a mestranda Marcela Freitas Machado, ingressante de 2024, logo se aproximou do projeto de pesquisa da Profa. Denise e hoje é por ela orientada no tema da violência contra a mulher. A discente foi atraída pela produção da referida professora e, antes, já desenvolvia ações correlatas no âmbito do projeto Empoderadas. da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, criado em 2019. Trata-se de uma das iniciativas do Programa Estadual de Enfrentamento ao Femicídio no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com a Lei Estadual nº 9.985 de 7 de novembro de 2022. Ele busca cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 5, promovendo a igualdade de gênero. Em todo o estado do Rio de Janeiro, o Programa oferece treinamento em técnicas de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres, além da identificação dos sinais da violência nas situações do cotidiano. A mestranda ministrou dezenas de palestras e workshops nesse contexto.

Ademais, o PPGD, em consonância com a política institucional de inclusão e ações afirmativas da UCP, incorporou aos seus editais de seleção regras próprias contemplando vagas para serem preenchidas preferencialmente por candidatos negros, indígenas e com algum grau de deficiência (<https://pos.ucp.br/wp-content/uploads/2023/11/Edital-Mestrado-em-Direito-2024.1-alterado.pdf>).

Em termos do estímulo à permanência dos alunos no curso, o Programa enfatiza os seus esforços referentes ao apoio pedagógico já acima referido para os estudantes com dificuldades. E, no aspecto financeiro, por se tratar de uma universidade particular, sem fins lucrativos e comunitária, esclarece que mantém uma política de concessão de bolsas e auxílios, descontos e parcelamentos (por exemplo, Programa Parcele UCP) aptos a auxiliar os alunos com dificuldades na conclusão dos seus estudos de mestrado. Um exemplo disso foi o edital de bolsas de Iniciação Científica e também de Apoio às pesquisas de

Mestrado lançado pela Fundação Dom Cintra em 2024, contemplando os alunos do mestrado com auxílio financeiro. A Fundação Dom Cintra é a fundação de Apoio à Universidade Católica de Petrópolis. (<https://ucp.br/iniciacao-cientifica/>).

O tema da diversidade e o combate a todas as formas de discriminação também se tornou recorrente em muitas de nossas pesquisas, por exemplo, por intermédio da Profa. Deise Castro (<https://www.trabalhoscidhcoimbra.com/ojs/index.php/anaiscidhcoimbra/article/view/4333>). Esse artigo analisa aspectos sobre racismo recreativo e injúria racial presentes nas narrativas e nos discursos violentos e preconceituosos revestidos de comicidade. Toma-se como corpus de análise uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro contrária ao Ministério Público de São Paulo, que pretendia a condenação de um ator de comédia stand-up para retirar do ar, na plataforma YouTube, shows que contivessem “arquivos de vídeo, imagem ou texto, com conteúdo depreciativo ou humilhante em razão de raça, cor, etnia, religião, cultura, origem”, além de outras restrições (RECLAMAÇÃO 60.382, SP). O PPGD vem incorporando esses temas aos seus fazeres e saberes.

Em outro exemplo, com a coordenação dos professores Klever e Diana juntamente à Profa. Debora Breder do PPGE, desde 2018, a UCP realiza um evento integrando grupos de Pesquisa intitulado “Seminário de Estudos sobre “Relações Étnico-Raciais e outros Marcadores Sociais da Diferença: diálogos interdisciplinares”, reunindo pesquisadores de diversos Programas e instituições. A Profa. Diana Ramos, autodeclarada mulher preta, exercitou uma liderança natural na concepção e condução desse evento por seis anos, em parceria com os seus colegas. O evento passou a integrar o calendário anual da instituição tendo sua quinta edição realizada em 2022 (<https://ucp.br/ucp-realiza-quinta-edicao-do-seminario-de-estudos-sobre-relacoes-etnico-raciais-e-outros-marcadores-sociais-da-diferenca/>), com publicação dos resultados na forma de um livro financiado pela FAPERJ: (<https://www.amazon.com.br/Rela%C3%A7%C3%B5es-%C3%A9tnico-raciais-marcadores-sociais-Desigualdade/dp/6588791259>).

Consolidando essa rica trajetória os organizadores do evento produziram uma coletânea de artigos científicos reunindo contribuições de participantes das edições anteriores da jornada oriundos de instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior. A coletânea foi publicada no ano de 2023 com o título: “Relações étnico-raciais e marcadores sociais: desigualdades em foco”, pela editora Lamparina, com financiamento da FAPERJ. ISBN-10: 6588791259. Tal fomento foi obtido por meio da participação da equipe no Edital 02/2020 da FAPERJ – Programa de Auxílio à Editoração. O livro está disponível para aquisição no site da editora e em diversas livrarias físicas e virtuais (<https://www.amazon.com.br/Rela%C3%A7%C3%B5es-%C3%A9tnico-raciais-marcadores-sociais-Desigualdade/dp/6588791259>). Nos anos de 2023 e de 2024, os organizadores tiveram a oportunidade de promover o lançamento do livro dentro e fora da Universidade Católica de Petrópolis, deram seguimento e alargaram as discussões propostas nessa importante iniciativa que envolveu atividades de ensino, pesquisa e extensão.

São evidências concretas de que o PPGD vem buscando incorporar em suas pesquisas e em seus fazeres a premissa de que não basta discutir os Direitos Humanos: é preciso implementá-los, dar-lhes efetividade.

4.3 Impacto da COVID-19 nas ações do Programa

O advento da pandemia de COVID-19 impactou o PPGD, seu corpo docente e discente de variadas formas, como foi bem demonstrado no relato apresentado ao final do quadriênio anterior, em 2021. Naquela oportunidade também apontamos que o período pandêmico foi encarado pelo PPGD e pela instituição que o abriga como uma oportunidade para implementar soluções inovadoras e providências/realizações diversas que viessem ao encontro da comunidade naquele momento de dificuldades, dentro da expertise, área de concentração e linhas de pesquisa do PPGD.

A Organização Mundial da Saúde decretou estado de pandemia, em relação ao coronavírus, em 11 de março de 2020. Pouco mais de dois anos depois, em 22 de maio de 2022, o Ministério da Saúde publicou em seu sítio eletrônico que “Por conta do cenário epidemiológico mais arrefecido e o avanço da Campanha de Vacinação, chegou ao fim, neste domingo (22), o estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), causado pela pandemia da COVID-19 no Brasil. Após dois anos, desde o momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, o Brasil sai da maior emergência sanitária que o mundo enfrentou com o Sistema Único de Saúde (SUS) mais forte.”

Portanto, durante cerca de um ano e meio dentro do quadriênio agora em avaliação (2021 até março de 2022, tendo o quadriênio se estendido até 2024) o Programa precisou lidar com os desdobramentos da pandemia em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como na gestão acadêmica. Este espaço será utilizado para explicar como a pandemia afetou o Programa e de que modo este procurou responder às demandas e dificuldades daquele período.

Já foi explicado, em 2021, que, quando a instituição e seu PPGD tiveram a compreensão de que o período de isolamento social seria longo, e também houve o esclarecimento pela CAPES quanto à possibilidade de levar adiante os cursos de forma remota e síncrona, imediatamente todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão foram retomadas, de forma adaptada ao modelo remoto. Isso ocorreu cerca de 3 semanas após o início do isolamento social decretado pelas autoridades estaduais e locais, em meados do mês de março de 2020 e perdurou nos meses que se seguiram.

Felizmente, a UCP e seu PPGD estavam preparados para implementarem uma rápida transição do modelo presencial para as atividades remotas por conta de investimentos e aquisições que a UCP já vinha realizado há cerca de uma década. Ver o relato referente à infraestrutura do Programa. Trata-se de uma instituição habilitada pelo MEC, inclusive, para o ensino à distância (não é o caso do PPGD, pois o curso é presencial), lançando mão e disponibilizando, ao seu corpo docente e discente, uma série de ferramentas que per-

mitem uma excelente interação remota. A Universidade, inclusive, passou por recente credenciamento e foi considerada apta ao Ensino Superior com qualidade (recebeu nota 4 em 2024 - <https://ucp.br/universidade-catolica-de-petropolis-recebe-nota-4-no-credenciamento-do-mec/#:~:text=Resultado%20da%20importante%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20reconhece,5%20%E2%80%93%20no%20seu%20credenciamento%20institucional.>)

Essa estrutura, que também deve ser entendida como parte da estrutura do próprio PPGD, atendeu bem as demandas do momento pandêmico. Assim, é possível afirmar que, com o advento da Pandemia de COVID-19, e a necessária manutenção das atividades acadêmicas de forma remota (a despeito de ser um curso presencial), foram desenvolvidos esforços institucionais no sentido de aprimorar, ainda mais, os meios tecnológicos do PPGD. Assim, houve consideráveis mudanças no parque de servidores no datacenter da UCP. Nesse sentido, também foi atualizado o Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA), por meio da plataforma Moodle e do sistema de gestão educacional Lyceum, bem como estabelecido convênio com a Google para uso do GSuite, que oferece serviço de drive, sala de aula e reuniões virtuais. Entre 2021 e março de 2022, foi possível o desenvolvimento completo de aulas e outras atividades do PPGD virtualmente, sem perda da qualidade, até que as medidas sanitárias permitam o retorno à presencialidade.

É preciso deixar claro que o curso de mestrado em Direito da UCP é um curso presencial e somente foi adotado o modelo remoto e síncrono para a interação entre alunos e professores nas aulas e seminários durante o período pandêmico. Sob os efeitos da pandemia, passamos a realizar as bancas e eventos de forma remota e síncrona e essas práticas, em parte, foram mantidas no quadriênio 2021/2024, quando privilegiamos eventos híbridos no caso de reuniões, bancas e seminários, por exemplo. Essa pode ser entendida como uma herança positiva da pandemia que nos permite, agora, pelo reforço ao nosso aparato tecnológico, contar com participantes internacionais, ou brasileiros situados em locais longínquos, em nossos eventos e bancas.

Isso não significa que não sejam realizados, também, eventos presenciais, muito pelo contrário.

Vale notar que existem a tecnologia e a estrutura necessárias para isso, como já descrito no item próprio, por exemplo, a sala de videoconferências do PPGD, que foi estabelecida no ano de 2024 com a compra de uma TV e computador agregados a uma câmera de videoconferências em uma sala de bom conforto acústico e etc. Toda a atividade do PPGD está em conformidade com a Instrução Normativa Gab. Nr. 2, de 03 de dezembro de 2024, da CAPES. No caso do mestrado, todos os estudantes possuem um e-mail institucional, gerado no momento da matrícula, que dá acesso às ferramentas Google para a Educação. Logados ao e-mail institucional os mestrandos do PPGD também têm acesso à consulta de acervo das Bibliotecas da UCP, já descritas no item acima, e duas bibliotecas digitais: “Minha Biblioteca” e “Biblioteca Pearson”, o que foi importante aporte para permitir que os estudantes dessem prosseguimento às suas pesquisas bibliográficas, durante o período de isolamento social. A biblioteca central da instituição, onde existe um setor específico com literatura pertinente ao Mestrado funcionou em horários especiais e sob demanda, por motivos sanitários, durante o período de isolamento, mas retornou logo em seguida ao seu funcionamento normal.

As atividades de orientação, as bancas de qualificação e as bancas de defesa de dissertação foram realizadas todas de forma virtual, no período pandêmico, o que trouxe um aspecto positivo pela possibilidade de contar, até mesmo, com professores sediados em outros estados e países nessas bancas. Toda essa atividade remota foi regulamentada, no âmbito da instituição, por Resolução específica do CONSUN, colegiado superior da Universidade a quem compete tomar as decisões finais em temas de ensino, pesquisa e extensão universitárias, dentre outros.

No caso do MINTER, que o PPGD desenvolveu junto à UNIVIÇOSA (2020/2022), as restrições impostas ao convívio em espaços coletivos exigiram uma alteração do planejamento inicial, pois havia aulas presenciais previstas para ocorrerem na sede da UNIVIÇOSA ao longo dos anos de 2020 e 2021, quando professores do PPGD pas-

sariam períodos na cidade Mineira de Viçosa para ofertar atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em vista do cenário pandêmico, ajustes foram implementados de comum acordo, ouvidos os estudantes interessados, e as atividades do MINTER foram levadas adiante igualmente de forma remota. Houve algumas desistências provocadas por diferentes fatores (problemas financeiros e de saúde foram apontados pelos estudantes que deixaram o curso), mas a turma seguiu rumo à conclusão do mestrado interinstitucional, desenvolvendo suas pesquisas, atividades de sala de aula, etc., de forma remota, com as ferramentas disponibilizadas pelas IES Parceiras. Para ilustrar: <https://ucp.br/ucp-e-univicosa-realizam-seminario-de-integracao-para-apresentar-trabalho-desenvolvido-no-mestrado-interinstitucional-oferecido-por-meio-da-parceria-entre-as-instituicoes/>. Hoje, egressos desse MINTER são professores em cursos de Direito, advogados e servidores públicos em Minas Gerais, evidenciando que os objetivos do PPGD foram atingidos de modo satisfatório nessa turma, a despeito de todas as dificuldades impostas pela pandemia.

Ainda em relação ao MINTER, o relatório final dessa turma foi devidamente apresentado pelo PPGD e homologado no ano de 2024. Quatro novos mestres e mestras foram titulados nessa turma de MINTER, animando as instituições a darem prosseguimento à parceria em uma segunda turma, pois parece haver demanda e necessidade de formação de Mestres na região onde está situada a UNIVIÇOSA. Foram titulados nessa turma: ADRIANA CONCEIÇÃO DE SOUZA CARVALHO orientada pelo Prof. Eduardo Klausner, titulou-se em 23/02/22; MARCELO MARANHÃO SIMÕES orientado pelo Prof. Eduardo Klausner, titulou-se em 09/02/2022; FABÍOLA PESSOA DE ALMEIDA orientada pelo Prof. Eduardo Klausner, titulou-se em 18/03/2022; e CAROLINE LACERDA DINIZ VIEIRA orientada pelo Prof. Flávio Mirza, titulou-se em 27/05/2022. A data da última defesa foi assumida como data final do MINTER. Em 2024 as instituições responderam ao edital específico da CAPES com a submissão de uma proposta de Projeto de Cooperação Institucional – MINTER que está sendo avaliado.

A despeito desse rápido e eficaz movimento de mobilização institucional que permitiu o prosseguimento de praticamente todas as atividades do mestrado de forma remota, é digno de registro, pois foi percebido pelo Programa, que a mudança de rotina imposta pelo isolamento social aos professores e estudantes teve alguns efeitos deletérios, no tocante a aspectos sociais, pessoais, psíquicos, familiares, etc., que evidentemente impactaram na produção docente e discente e na habilidade de lidar com as exigências de produção bibliográfica e técnica que estão presentes, seja para o corpo discente, seja para o corpo docente, ou até mesmo para os técnicos que apoiam o PPGD em suas rotinas administrativas. Percebemos que, em parte, essas dificuldades podem ter se estendido durante o quadriênio, em consonância com o que consta do relatório de meio termo da área do direito 2023.

Ciente e consciente dessas dificuldades, foram concedidos aos mestrandos, ao início do quadriênio, prazos adicionais para a entrega final e defesa de suas dissertações, sem nenhum custo adicional e sem qualquer penalidade. Ao mesmo tempo, foi solicitado aos professores que dessem atenção especial aos alunos que se sentiram mais impactados pelos efeitos da pandemia (muitos deles que ficaram doentes ou tiveram familiares afetados pela COVID-19), levando as orientações a bom termo em prazo razoável. De todo modo, em um contexto de autoavaliação, percebeu-se que, após a pandemia, os mestrandos têm encontrado mais dificuldade para concluir as suas dissertações no prazo regulamentar (24 meses prorrogáveis por mais 6 meses, conforme Regimento do PPGD), e o tema vem sendo debatido com frequência no âmbito do colegiado e da comissão de autoavaliação, sendo levado em conta no planejamento estratégico do Programa.

A coordenação recebeu relatos de professores sobre suas dificuldades em lidar com a nova rotina de trabalho a partir do ambiente doméstico-familiar, que passou a ser uma realidade para muitos durante a pandemia. Essa dificuldade foi sendo amenizada com o passar do tempo e, em 2022, todos estavam adaptados e desejosos pelo momento de retornar à normalidade, mas, para isso, era necessário que o estado de pandemia se encerrasse.

A despeito disso, como revelam os dados quantitativos de produção docente e discente informados neste relatório, o impacto não pareceu tão grave, ao menos em um primeiro momento, pois a produção docente e, também, discente, seguiu em padrões bastante plausíveis do ponto de vista qualitativo. Reuniões colegiadas foram mantidas com boa periodicidade. Tudo retornou a uma (pretensa) normalidade após o encerramento do estado de emergência em saúde. Esse retorno coincidiu com um movimento de divulgação, pela CAPES, de que a avaliação passaria a ser menos quantitativa e mais qualitativa.

Por outro lado, o advento da pandemia também se revelou como uma oportunidade para o PPGD. Exemplo disso foi um aumento da procura por candidatos ao mestrado nos processos seletivos realizados para ingresso de discentes em 2020/2 e, já neste quadriênio, em 2021/1 (uma queda foi observada em 2022, após a tragédia ocorrida em Petrópolis naquele ano), na medida em que o público percebeu que poderia cursar um mestrado de qualidade realizando ao menos parte das atividades de forma remota, isto é, enquanto perdurassem as medidas de isolamento social. Assim foi que o PPGD percebeu, com mais força do que nunca, a procura de candidatos sediados em cidades bastante distantes de Petrópolis (Santo Antônio de Pádua-RJ, por exemplo) e, também, em outros estados (Minas Gerais e Goiás, por exemplo). Nesse período o PPGD recebeu ótimos alunos, como por exemplo o servidor Kerston Benevides, que foi orientado pelo Prof. Santoro, vindo a receber prêmio do IBCCRIM, e o mestrando Fabrício Irun, hoje, autor de muitos livros e artigos jurídicos, orientando do Prof. Marcelo Pereira.

Outro aspecto que pode ser ressaltado de forma positiva foi a excepcional mobilização dos professores do PPGD em relação aos desdobramentos da pandemia, sob o prisma de suas respectivas linhas de investigação, oportunizando uma produção muito significativa, dos pontos de vista qualitativo e quantitativo. Esse movimento se iniciou ainda em 2020, mas desdobrou-se durante o quadriênio 2021/2024. Seguem alguns exemplos significativos:

O artigo científico “Restrição de contato social e saúde mental na pandemia: possíveis impactos das condicionantes sociais”, escrito

pelo Prof. Rodrigo Garrido com o Prof. Rafael Rodrigues da UFRB e publicado no *Journal of Health & Biological Sciences*, n. 8, em 2020, recebeu 80 citações dentro do quadriênio 2021/2024, contribuindo para elevar o índice i-10 desse pesquisador para a marca dos 26 pontos. <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/3325>. Certamente uma evidência do impacto desse professor e sua visibilidade no meio acadêmico.

Também no ano de 2021 o Prof. Felipe Asensi organizou uma coletânea enfrentando diretamente o dilema de como dar continuidade à produção do conhecimento durante a pandemia. O trabalho, que contém pesquisas teóricas e empíricas, inclusive o relato de experiências, ISBN: 978-65-89891-54-3, foi publicado pela Pembroke Collins em 2021. <https://www.pembrokecollins.com/loja/producao-de-conhecimento-na-pandemia/>. É resultado do CONIPUB que o professor vem organizando e realizando há anos, um evento consolidado no qual é comum a participação de professores e alunos do PPGD/UCP. Por sinal, os eventos virtuais realizados pelo Prof. Felipe representaram uma importante contribuição para o meio acadêmico na pandemia assegurando que os grupos e redes pudessem continuar interagindo e escoando sua produção com apresentação de trabalhos e inclusão deles em anais, etc.

Outro importante produto publicado pelo Prof. Felipe Asensi, relacionado à pandemia, foi o artigo científico “A pandemia de COVID-19, os conflitos federativos e o Supremo Tribunal Federal: Os casos da ADI 6341 e da ADPF 672”, produzido em coautoria com a egressa e agora doutoranda (UERJ) Larissa Borsato da Silva. O trabalho foi publicado em 2024 na revista *Derecho y Salud*, DOI: <https://revistas.ubp.edu.ar/index.php/rdys/article/view/499>, que está indexada em várias bases internacionais.

No ano de 2022, como fruto de sua colaboração com o LAPPIS/ UERJ, laboratório articulado ao Instituto de Medicina Social da UERJ, o Prof. Klever ministrou, naquela Universidade, a palestra “Soluções Consensuais para as Demandas de Saúde: mediando conflitos na construção de respostas para a judicialização”. A comunicação contribuiu com aquele instituto para pensar em formas de lidar com

a explosão de demandas judiciais versando sobre a saúde pública que se verificou durante e na esteira da pandemia. <https://ucp.br/professor-da-graduacao-e-do-ppgd-ministra-palestra-na-uerj-sobre-solucoes-consensuais-para-as-demandas-de-saude/>. A ligação de Klever com aquela Universidade se deu em função do estágio doutoral realizado no IMS/UERJ, também coincidente com o período pandêmico.

Também a Profa Deise Castro, em sua colaboração com o PPGD, participou com um ex-aluno da graduação do XV Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED) que aconteceu entre os dias 24 e 27 de outubro de 2023, em Bogotá, na Colômbia. De forma conexa com suas pesquisas na análise do discurso, a dupla apresentou o trabalho “Urnas eletrônicas, fake news e negacionismo sob a ótica da Análise Crítica do Discurso”, tema absolutamente relevante naquela quadra histórica especialmente para a área do Direito. O evento teve por tema “Os discursos em tempos de (pós) pandemia: novos horizontes de sentido” – portanto, uma proposta de reflexão sobre a pandemia e suas repercussões para a ciência dentre outros. <https://ucp.br/professora-e-ex-aluno-de-lettras-da-ucp-apresentam-trabalhos-em-congresso-internacional-na-colombia/>.

Em 2021, uma expressiva parcela do corpo docente e discente do PPGD também se envolveu no evento internacional Seminário para a Efetivação dos Direitos Humanos na Contemporaneidade, seja como organizadores, palestrantes, coordenadores de Gts e autores de trabalhos junto aos seus orientandos. Tal evento, então em sua 4ª edição, é uma realização conjunta do PPGD/UCP, por intermédio do Prof. Marcelo Pereira, em parceria com a Unilasalle Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense, a Universidade de Burgos (Espanha), a Universidade de Novo Leon (México), o Programa de Pós-graduação em Direito da UNESA, a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, dentre outras. Naquele ano o tema do evento foi justamente a crise global desencadeada pela pandemia de coronavírus. No ano seguinte (2022) foram publicados, pela Editora UCP, os anais do evento com artigos completos, incluindo trabalhos de muitos alunos e professores do PPGD, tais como Yeda Ferreria e Bruna Vaz del Blanco. Conferir em: <https://ucp.br/wp-content/uploads/2022/10/DIREITOS->

-HUMANOS-EM-DEBATE.pdf. O evento teve seguimento nos anos seguintes, está bastante consolidado e, em 2025, atingiu a sua 7ª edição.

Por fim, à medida que se vislumbrava o possível retorno a uma normalidade, já no início do quadriênio 2021/2022, a equipe do PPGD passou a discutir a necessidade de buscar meios e recursos para que professores e alunos, aos poucos, pudessem retomar a participação em eventos nacionais e internacionais. Um dos aspectos que foram percebidos e de que nos ressentimos dentro desse contexto da pandemia foi a ausência da interação verdadeiramente humana, presencial, e o networking que são parte integrante dos eventos presenciais. A percepção geral era de que os eventos remotos cumpriam bem a finalidade e até apresentavam alguma vantagem em relação aos custos de participação, por exemplo, mas não supriam essa lacuna.

No meio desse debate, já em 2021, a FAPERJ lançou um importante edital de fomento (Nº 29/2021 – Programa de Apoio aos Programas e Cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* do Estado do Rio de Janeiro), em que um professor do PPGD podia solicitar recursos. Assim, após deliberação colegiada, decidiu-se apoiar a participação do Programa por intermédio do Prof. Antônio Santoro, então bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ. Foi então contemplada a proposta construída pelo Programa, intitulada “REFORÇO ÀS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UCP EM UM CENÁRIO DE PANDEMIA”. Foram precisamente os recursos recebidos da FAPERJ nesse edital que permitiram, sob a coordenação do Prof. Santoro, que o PPGD estabelecesse concretamente a parceria internacional e convênio com a Universidade de Buenos Aires, por meio da cátedra do Prof. Raúl Ferreyra, dentre outras iniciativas de internacionalização, dentre elas a palestra do Diretor de Internacionalização da Universidade de Colúmbia (2022) (<https://ucp.br/ucp-recebe-diretor-de-internacionalizacao-da-universidade-de-columbia-nos-eua/>) e as atividades e seminários realizados no convênio com a UBA em 2023 e 2024 (<https://ucp.br/universidade-catolica-de-petropolis-e-universidade-de-buenos-aires-promovem-seminario-de-internacionalizacao/>) e (<https://diariodepetropolis.com.br/integra/lawfare-e-democracia->

-e-tema-de-seminario-internacional-organizado-pela-universidade-catolica-de-petropolis-e-universidade-de-buenos-aires-4840).

Hoje, esse é um projeto extensionista do Programa que articula e abriga várias iniciativas de internacionalização, mas que se originou no período de pandemia quando o Programa percebeu que era o momento de “levantar, sacudir a poeira e seguir em frente” depois do período traumático da pandemia.

Tais produções, dentre outras, além de contribuírem para incrementar a produção docente e discente do PPGD, também trouxeram grande visibilidade ao Programa o qual, de forma destacada, apresentou uma vasta, rica e consistente produção de textos publicados em periódicos e outros produtos pertinentes que contribuíram para pensar o momento da pandemia e de pós-pandemia. Trata-se, portanto, de aproximar a atuação do Programa e a produção de seu corpo docente e discente dos problemas mais candentes da sociedade, em um contexto local, regional e nacional.

Logo, concluímos este item lamentando pelas vidas perdidas durante a pandemia e apontando que as dificuldades foram, em boa parte, superadas, e que a pandemia acabou oportunizando realizações nunca pensadas pelo PPGD, que se considera bem-sucedido, na medida do possível, a despeito de um cenário tão desfavorável.

4.4 Impacto da emergência climática no Rio Grande do Sul e de outros desastres no país

O Programa lamenta imensamente a emergência ocorrida no Rio Grande do Sul, a destruição e a perda de vidas. Respeitosamente presta sua solidariedade e respeito às famílias atingidas. Contudo, neste espaço, aproveitará para fazer um relato de como a tragédia ocorrida em Petrópolis em 2022 impactou a cidade, a universidade e o Programa.

As intensas chuvas que assolaram a cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro em fevereiro e março de 2022, causaram graves transtornos que vão desde a destruição de moradias, estabelecimentos

comerciais e ruas até a perda de vidas humanas. A Defesa Civil informou 11 pontos de alagamentos e 80 deslizamentos, com 233 mortos e 1118 pessoas abrigadas em escolas e instituições e a Prefeitura de Petrópolis declarou estado de calamidade pública no Município de Petrópolis com o decreto 33 em 15 de fevereiro de 2022, e o Governo do Estado do Rio de Janeiro homologou o decreto da Prefeitura de Petrópolis em 15 de fevereiro de 2022, fixando estado de calamidade pública no Município de Petrópolis. Vale ressaltar que o estado de calamidade pública de 180 dias, decretado em Petrópolis foi prorrogado uma vez em outubro de 2022, em face da difícil e trabalhosa recuperação, com implicações no trânsito, reabastecimento de lojas e mercados, funcionamento dos hospitais.

Com o volume de água acima do esperado, diversas áreas foram afetadas por enchentes e deslizamentos de terra, o que deixou parte da população isolada e elevou a necessidade de ações emergenciais do poder público, como resgate de vítimas e reparos estruturais urgentes.

No âmbito universitário, as consequências desses eventos foram igualmente marcantes. Devido aos riscos de deslocamento, ficou inviável a permanência de aulas e pesquisas presenciais em vários campi, obrigando as instituições de ensino a suspenderem temporariamente suas atividades ou a adotarem o regime remoto. Essa mudança repentina exigiu que professores e estudantes se adaptassem em curto espaço de tempo, utilizando plataformas digitais para manter a continuidade dos conteúdos e avaliações. No entanto, não foram poucos os entraves: muitas pessoas tiveram prejuízos com a falta de internet estável, com a perda de materiais acadêmicos danificados pela água ou com o desalojamento provocado pelos deslizamentos. Vale dizer que no ano anterior a Universidade Católica de Petrópolis havia retomado as atividades presenciais, antes interrompidas em função da pandemia de COVID-19.

Logo, o PPG sentiu os desdobramentos da pandemia no primeiro ano do quadriênio e, no segundo ano, 2022, foi impactado por essa nova tragédia cujos efeitos se fizeram sentir por meses e, de certa forma, ainda se fazem sentir até hoje. Um dos exemplos é o fato de que, quando começa a chover forte, as pessoas correm na rua para chegar

às “ilhas de segurança” e outros abrigos, pois ficaram com medo, verdadeiramente traumatizadas pelos eventos do verão de 2022. Pessoas de fora evitam vir a Petrópolis em dias de chuva. Esses efeitos foram sentidos na Universidade inclusive com a queda de matrículas de alunos vindos de fora da cidade de Petrópolis, o que impactou bastante o PPGD, observando-se uma redução do número de matriculados a partir de 2022.

Ainda que os cursos tenham conseguido realocar suas atividades, o prejuízo para o calendário acadêmico foi significativo, demandando ajustes posteriores para cumprir a carga horária e os Programas de pesquisa. Ao mesmo tempo, a mobilização de voluntários – dentre eles, grupos universitários de assistência social, psicologia e engenharia civil, e, no caso do Direito, o atendimento aos idosos e pessoas carentes já assistidas pelo NPJ, dentre outros, destacou a solidariedade típica em situações de calamidade, colaborando tanto na orientação à população quanto na reconstrução de espaços comunitários. Diante desse cenário, torna-se evidente que as chuvas de 2022 em Petrópolis não apenas deixaram marcas profundas na infraestrutura do município, mas também transformaram a dinâmica da vida universitária, reforçando a necessidade de planejamento de contingências e estratégias de ensino que sejam resilientes em momentos de crise.

A Universidade Católica de Petrópolis teve atuação importante junto aos órgãos municipais. Cedeu o campus Bingen, localizado em uma das entradas da cidade, para receber doações externas e assim serem distribuídas para toda a cidade; e o campus Dom Veloso para recebimento e distribuição de doações para os abrigos e residências que estavam isoladas por interdições nos trajetos e impossibilitando a mobilidade urbana.

Junto a essa intensa participação comunitária da universidade, o PPGD com Professores e discentes, colaboradores, alunos e egressos da Graduação atuaram como voluntários na assistência às vítimas e reconstrução da cidade e formas diretas e indiretas.

A UCP, especificamente no campus Dom Veloso, recebeu donativos que precisavam chegar, o quanto antes, em algumas das prin-

cipais áreas atingidas. Inúmeros colaboradores, entre eles todos os membros da Reitoria, atuavam diariamente no serviço de logística para recebimento e entrega de utensílios. Através do recebimento, organização, separação e entrega destes materiais, foi possível prestar socorro emergencial logo nas primeiras horas após a tragédia – até mesmo com o fornecimento de água potável. Cabe ressaltar a grande participação da comunidade de estudantes de graduação da UCP que atuou com seus próprios veículos para buscar e entregar donativos. Esse esforço comunitário foi enriquecedor para o fortalecimento dos laços humanos em prol dos nossos concidadãos atingidos fortemente por aquela terrível tragédia.

4.5 Ações do PPG voltadas para a recuperação no pós-tragédia

Tratando-se de PPGD situado na Região Serrana do Rio de Janeiro, será feito, nesse campo, um relato das ações do PPGD voltadas para auxiliar a cidade de Petrópolis e região na sua recuperação após tragédia e o seu entrelaçamento com as ações de ensino, pesquisa e extensão.

Em face do impacto das enchentes de fevereiro e março de 2022 no Município de Petrópolis, levando em consideração o reconhecimento da situação de emergência e desastres vivenciada pelo Município, Estado e União, a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), reconhecendo a necessidade de recuperação pós-desastre das instituições de Ensino Superior (IES) de Petrópolis e dos alunos afetados/atingidos, lançou em 21/07/2022 o edital FAPERJ 16/2022, intitulado “Programa de Apoio Emergencial aos estudantes de graduação e pós-graduação em instituições de Ensino Superior do município de Petrópolis, que sofreram as consequências das enchentes”, cujo objetivo foi “Apoiar estudantes de graduação e pós-graduação de instituições de Ensino Superior e de pesquisa do Município de Petrópolis cujos rendimentos ou condições de vida ou moradia, próprios ou familiares, tenham sido afetados pe-

las chuvas do dia 15 de fevereiro de 2022 e outras datas subsequentes e suas consequências. Para que possam, dessa forma, sustentar suas atividades acadêmicas, pelo período de recuperação da economia local (período de um ano, prorrogável por mais um)”. Tal iniciativa da FAPERJ reforça a demonstração do quanto as IES Petropolitanas, inclusive o PPGD, e seus alunos foram afetados pelos desastres daquele ano e, submetidos os projetos de pesquisa, alunos das graduações e pós-graduações da UCP foram beneficiados em razão das necessidades de recuperação econômica local apontada pela própria FAPERJ.

Sobre o impacto dos desastres de 2022 em Petrópolis em relação à comunidade científica local, em notícia no site da FAPERJ sobre o lançamento do edital supracitado, foi indicado que: “para o presidente da FAPERJ, Jerson Lima, as chuvas torrenciais que caíram sobre a cidade imperial em fevereiro, foram uma tragédia que atingiu não só toda a economia local e população, mas também a comunidade científica da região. “Esse tipo de apoio disponibilizado pela Fundação é fundamental para que possamos auxiliar os estudantes de Petrópolis cujos rendimentos ou condições de vida ou moradia tenham sido afetados. Infelizmente, eventos extremos de chuva no Estado estão cada vez mais frequentes e intensos. A intenção da FAPERJ é lançar em breve um edital que possa promover estudos sobre prevenção, mitigação e remediação para situações decorrentes de desastres naturais, amplificados por alterações climáticas ou decorrentes de acidentes antrópicos”, afirmou Lima, presidente da FAPERJ”. Tal apoio cooperou para que o PPGD pudesse estreitar as relações entre a UCP e o poder público, em especial oferecendo serviços à comunidade para prevenção e enfrentamento de desastres naturais.

Na oportunidade foi feita uma reunião de colegiado e esse Edital emergencial da FAPERJ foi amplamente analisado e debatido quanto aos seus requisitos e potencialidades para o PPGD. Em resposta a tal edital o Prof. Marcelo de Almeida submeteu o seu projeto que veio a contemplar o mestrando Vinícius Santos Amaral com bolsa de mestrado, e mais três alunos da graduação com bolsas de iniciação científica. O professor Antônio Santoro submeteu o seu projeto que veio a contemplar a mestranda Gabriela Augusto Monteiro de Souza com

uma bolsa de mestrado. A professora Denise Salles submeteu o seu projeto, que veio a contemplar alunas da graduação e do mestrado, inclusive, a hoje egressa Flaviane Assompção. E o Prof. Klever Filpo submeteu o projeto de pesquisa que veio a contemplar três estudantes da graduação. As bolsas contribuíram para que esses estudantes pudessem concluir os seus cursos em um momento delicado para a economia da cidade e das famílias e, também, fortaleceu a atuação dos professores do PPGD na orientação dos bolsistas de iniciação científica em seus respectivos grupos de pesquisa. Ressalte-se que já é comum que os professores do PPGD orientem bolsistas IC tanto do Programa institucional de iniciação científica, como por meio de bolsas obtidas da Fundação Dom Cintra e, no momento pós-tragédia, da FAPERJ.

Outra ação realizada pelo PPGD em resposta à tragédia foi a submissão, pelo Prof. Klever Filpo, de um projeto de pesquisa no edital Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ – 2022, com o título “Estudo de Caso sobre o Benefício do Aluguel Social em Petrópolis após a tragédia climática ocorrida no verão de 2022”. Tal projeto foi contemplado e o professor Klever desenvolve essa pesquisa desde 2023, com Bolsa de Bancada para o projeto. Os valores recebidos vêm sendo utilizados para o desenvolvimento da pesquisa com o escopo de, ao final, permitir uma devolutiva à administração municipal e outras entidades com propostas de aperfeiçoamento dessa política que se destina a abrigar, em um primeiro momento, pessoas deslocadas de suas casas em função de tragédias como essa. Mais informações sobre esse projeto podem ser obtidas em: <https://ucp.br/pesquisaaluguel-social/>. A pesquisa vem resultando em muitos trabalhos, inclusive a participação da equipe em anais publicados pelo LABCIDADE USP (<https://www.labcidade.fau.usp.br/seminario-aluguel-2024/>), e um artigo publicado em revista no estrato A (<https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/25610>).

Todos esses esforços vieram a repercutir na proposta do Programa sob a forma de um projeto guarda-chuva de natureza extensionista, “Resposta às demandas de Justiça e Direitos Humanos em Petrópolis após a tragédia socioambiental ocorrida no verão de 2022”. O projeto

fortalece a inserção local e regional do PPGD aglutinando as ações de pesquisa e extensão desenvolvidas em resposta às demandas de Justiça e Direitos Humanos em Petrópolis após a grave tragédia ocorrida no verão de 2022, em diálogo com outras entidades envolvidas, como a Defensoria Pública e a administração Municipal, por exemplo. Assistência social, moradia digna, eliminação da violência contra a mulher e processos estruturais foram alguns dos temas trabalhados.

O olhar atento para a tragédia e seus desdobramentos levou a Profa. Denise Salles e suas alunas da graduação e do mestrado a perceberem um aumento de casos de violência contra a mulher no pós-tragédia, replicando, em termos, fenômeno que já fora observado durante o período da pandemia. Por conta disso, a professora estreitou suas conexões com a Secretaria da Mulher de Petrópolis, por intermédio da mestranda Thais Justen (<https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/noticias/item/21369-thais-justen-e-a-primeira-secretaria-da-mulher-de-petropolis#:~:text=Formada%20em%20Direito%20na%20UFRJ,atual%20gest%C3%A3o%20at%C3%A9%20o%20momento>.) Essa mestranda é a primeira secretária de Direitos da Mulher de Petrópolis, e solicitou o apoio do PPGD para reforçar as ações de defesa dos direitos das mulheres. Nesse contexto, foram realizados eventos e publicados trabalhos científicos de valor para o meio acadêmico e o desenvolvimento social. Essa aproximação, em 2024, gerou a participação das orientadas da Profa. Denise, na 7ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres. (<https://ucp.br/pesquisadoras-da-ucp-participam-da-7a-conferencia-municipal-de-politicas-para-as-mulheres/>).

Por outro lado, o Prof. Marcelo Pereira e seu orientando Vinícius Amaral, interessados no tema dos Processos Estruturais, passaram a monitorar as ações civis públicas ajuizadas na esteira da tragédia. A partir de uma perspectiva crítica desenvolveram pesquisa e publicaram trabalhos nos quais discutem esses casos, também com o escopo de propor aperfeiçoamentos. Um deles é a necessidade de ampliar a participação popular nessas ações e reforço à consensualidade. Nesse passo, reforçou-se a aptidão do Programa para discutir os usos do consenso no campo do Processo civil, tema que foi problematizado

pelo próprio Prof. Marcelo e o Prof. Klever em artigo de opinião, publicado no Jornal GGN (<https://jornalggn.com.br/cidadania/o-novo-pacto-sobre-a-tragedia-de-mariana-por-filpo-almeida/>).

Também, o Prof. Maurício Guedes e o Prof. Klever Filpo, incluíram na Programação da Semana Jurídica nos anos de 2023 e 2024 o evento Direito e Vulnerabilidades, que tem por proposta oportunizar o diálogo entre a academia, representantes dos entes governamentais, dos tribunais, dos órgãos auxiliares da Justiça e da sociedade civil organizada para discutir temas conexos à tragédia. As discussões têm como eixo a percepção de que os indivíduos e grupos já considerados vulneráveis restam ainda mais fragilizados em seus direitos nesse cenário. Com efeito, as tragédias são palco para o aviltamento dos Direitos Humanos, tanto no Brasil quanto em qualquer lugar do mundo, e o PPGD está atento à necessidade de pensar criticamente sobre isso. Ver um exemplo em: <https://www.youtube.com/watch?v=BT4uWXZM3rQ>.

Inclusive os esforços conjuntos para pensar a tragédia e ajudar a cidade a responder a ela também reverberaram na estrutura curricular do Programa. Em 2024, quando da atualização das disciplinas já acima mencionada, os Profs. Rodrigo Garrido e Klever Filpo fizeram a proposição da Disciplina Direitos Humanos e Desastres, como optativa da linha 2, mas que pode ser cursada por alunos da linha 1. Essa proposta é aqui entendida como uma resposta jurídica necessária para proteger a sociedade diante de eventos catastróficos naturais de grande repercussão, pensando e implementando formas de garantir os direitos humanos mesmo em cenários de risco.

O Núcleo do Idoso, em que atuam alunos do Mestrado e da Graduação, orientados por professores, também fez esforços direcionados para atender a população idosa mais afetada, especialmente junto ao Bairro da Oficina, no Alto da Serra. Uma das ações foi uma palestra ministrada na Igreja de São Antônio para idosos que residem em lugares próximos com orientações jurídicas em torno do superendividamento. <https://ucp.br/nucleo-de-atendimento-ao-idoso-da-ucp-ministra-oficinas-para-idosos-na-paroquia-de-santo-antonio-no-alto-da-serra%EF%BF%BC/>.

Também, no âmbito do Projeto de Extensão Minuto do Direito houve adequações em resposta à tragédia. A equipe se concentrou em organizar e difundir, em tempo oportuno, informações úteis para as famílias e cidadãos afetados, incluindo aquelas necessárias para acessar direitos como o aluguel social, outros auxílios emergenciais e resolver problemas documentais, por exemplo. Também foram veiculadas informações sobre cuidados que podem ser tomados para evitar acidentes em episódios de muita chuva, colaborando, assim, com os esforços da Defesa Civil no esclarecimento da população.

Vale ressaltar que uma característica fundamental desse projeto de extensão Minuto do Direito é que professores do CCJ, incluindo os do PPGD e da Graduação em Direito estão envolvidos em todas as etapas de planejamento e execução, desde a escolha dos temas a serem trabalhados, passando pela pesquisa, discussão dirigida e redação dos textos (spots) que, depois de revisados pelos professores, são gravados na Rádio UCP/FM, tendo esses mesmos alunos como locutores (<https://ucp.br/minuto-do-direito/>). Logo, é um trabalho conjunto que integra todo o Programa de Pós-graduação em Direito da UCP. Assim, o projeto tem mais chance de contemplar demandas reais da população, contribuindo com um esforço de educação em Direitos Humanos e para a cidadania, um dos objetivos do PPGD.

Essas ações se somaram a muitas outras no âmbito da UCP. Em notícias no seu site intituladas “UCP e Mitra Diocesana oferecem cursos à comunidade nas áreas de primeiros socorros, voluntariado e educação” e “Reitor da UCP fala sobre atuação da Instituição no socorro às vítimas das chuvas e agradece a colaboração da comunidade” e no site Sou Petrópolis, apontamos que foram oferecidas atividades para a comunidade pelo Programa UCP Petrópolis Resiliente, com cursos sobre primeiros socorros, voluntariado e educação. Por essas e outras ações durante o ano de 2022, a instituição foi reconhecida pela Prefeitura de Petrópolis e ganhou o Selo Solidário Petrópolis (<https://ucp.br/ucp-recebe-certificado-de-instituicao-solidaria-pe-lo-trabalho-de-acolhimento-e-reconstrucao-da-cidade-apos-as-chuvas-de-fevereiro/#:~:text=O%20Selo%20Solid%C3%A1rio%20>

Petrópolis foi, latim Non Excidet 2C 20n- C3A3o 20esmorecer 3A1s.).

Em suma, o Município de Petrópolis sofreu e ainda sofre com o impacto dos desastres em fevereiro e março de 2022 e a UCP também precisou recuperar-se e cooperar na recuperação de seus funcionários, docentes (das Graduações e dos PPG) e alunos e da própria sociedade civil, a partir de todas as ações listadas aqui, que demonstram prontidão em agir no pós-desastre e, ao mesmo tempo revelam a resiliência na missão da comunidade científica em continuar contribuindo na reflexão/ação, visto que fomos todos afetados e/ ou atingidos pelos desastres em questão e passamos, junto à cidade e seus habitantes, pelo processo de recuperação, não sem prejuízos e sem dificuldades, mas com boa vontade e determinação.

4.6 Outras informações

Em um contexto de autoavaliação, o Programa percebe que houve um amadurecimento perceptível entre 2021 e 2024, sobretudo, nas seguintes vertentes: robustecimento do corpo docente, em termos de diversidade, experiência, qualidade da produção e formação dos mes-trandos; fortalecimento de parcerias locais e regionais, mas também internacionais, por meio de convênios; maior interação entre os do-centes e seus projetos de pesquisa o que fez, naturalmente, com que as linhas se aproximassem. Para promover ou induzir essa aproximação foram concebidos e implementados Projetos Integradores com cará-ter de pesquisa e/ou de extensão, explicitados no item 1.1, assim como foram realizados eventos e publicados trabalhos que, necessariamente, integraram vários membros da equipe do PPGD, entre docentes, discentes, egressos e participantes externos. Um dos exemplos é a co-letânea: Arquivos de Justiça, Processo e Direitos Humanos, publicada no ano de 2024, com recursos da CAPES e da FAPERJ, pela Editora Pembroke Collins (ISBN 979-8-88670-155-5), fruto de seminário in-ternacional e de integração realizado em 2024 em torno da vincula-ção de nossas pesquisas aos ODS da ONU.

No tocante às políticas de igualdade de gênero e diversidade, é digno de nota que, durante o quadriênio, o PPGD incorporou ao seu corpo docente, três mulheres, a saber: a Profa. Dra. Diana Ramos de Oliveira (quadro permanente 2022/2023 quando se retirou por conta de aprovação em concurso público); Profa. Dra. Deise Ferreira Viana de Castro (colaboradora, vínculo celetista); e a Profa. Dra. Mirel Legrá Fleitas (colaboradora, bolsista de pós-doutorado da FAPERJ/CNPq edital 24/2022). Tal iniciativa foi tomada, porque o Programa percebeu uma presença majoritária de mulheres no corpo discente que não se refletia na composição do corpo docente. Segundo a Profa. Flaviane de Moraes, coordenadora da área (CAPES, 2023), o Direito é uma área muito masculina, é necessário refletir sobre isso e promover ações de modo a ampliar a participação feminina nos Programas, promovendo a igualdade de gênero, ao mesmo tempo um direito humano e uma condição de justiça social. Com efeito, o PPGD assumiu e cumpriu esse compromisso e já vem colhendo frutos, que se refletem, por exemplo, nos produtos técnicos e bibliográficos que vêm resultando, em particular, das pesquisas das Professoras Denise Salles e Deise Castro nessa temática.

Ademais, em consonância com a Política Institucional de Inclusão, Diversidade e Ações Afirmativas da UCP, o PPGD incorporou aos seus editais de seleção regras próprias contemplando vagas para serem preenchidas preferencialmente por candidatos negros, indígenas e com algum grau de deficiência. O tema da diversidade também se tornou recorrente em nossas pesquisas, por exemplo, por intermédio das Profa. Deise Castro e Diana Ramos em importantes trabalhos apresentados em eventos sobre racismo e branquitude. Pode-se dizer que o PPGD vem buscando incorporar em suas pesquisas e em seus fazeres a premissa de que não basta discutir os Direitos Humanos: é preciso dar-lhes efetividade.

Grande parte desses aperfeiçoamentos foram e seguem sendo resultado do processo de autoavaliação que o PPGD vem buscando efetivar, e que, durante o quadriênio 2021/2024, foi desenvolvido por meio de alguns instrumentos já descritos, com resultados. Essa autoavaliação privilegiou, inicialmente, o exame detido da ficha de

avaliação de área e dos resultados das avaliações recebidas da CAPES nos últimos quadriênios. Elas representaram para o PPGD/UCP uma importante fonte de aprendizado que procuramos levar em consideração como um norte para as nossas ações cotidianas nas mais diferentes frentes do ensino, pesquisa e extensão em Justiça, Processo e Direitos Humanos. Um exemplo disso foi a incorporação do Prof. Maurício Guedes, Mestre e Doutor em Direito, professor permanente desde fevereiro de 2022, uma forma de responder à CAPES sobre a necessidade de ampliar o número de professores titulados em Direito no PPGD.

Outra resposta à avaliação da CAPES foi a tentativa de fazer com que as duas linhas do PPGD estejam em equilíbrio e que haja um maior diálogo e interação entre elas. Buscamos demonstrar que isso efetivamente ocorreu e que o Programa, hoje, não é o mesmo que encerrou o quadriênio 2017/2020. Não se trata de alteração tão radical da proposta do curso, a ponto de desnaturar o modelo que foi recomendado quando de sua entrada no sistema, mas sim de aperfeiçoamentos naturais e necessários, que buscaram tornar a proposta mais consistente, equilibrada e atualizada.

Para além da maior integração entre as linhas de pesquisa e dos projetos dos docentes, outro aperfeiçoamento bastante sensível foi a sua crescente inserção local e regional. O PPGD envolveu-se em e/ou desenvolveu, inúmeras ações junto à comunidade, sob a forma de projetos de pesquisa e/ou de extensão, e participou de iniciativas diversas promovidas pelo Poder Público ou pela Sociedade Civil Organizada. Parcerias e convênios foram firmados, por exemplo, com o Programa Petrópolis da Paz, com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com a Secretaria de Defesa dos Direitos da Mulher de Petrópolis, Museu Imperial, dentre outros, com os quais o Programa contribuiu com palestras, relatórios e outras ações. Um ponto alto desses esforços foi o forte envolvimento nas ações que sucederam à tragédia socioambiental ocorrida na cidade de Petrópolis no ano de 2022 e a obtenção de fomento em muitos editais. Tudo isso reforça o protagonismo e deixa mais claro o papel que o Programa espera desempenhar

na cidade de Petrópolis, no interior do estado do Rio de Janeiro e em regiões circunvizinhas, o que vem fazendo com algum sucesso.

Esse sucesso se reflete em uma boa procura de alunos oriundos da Região Serrana fluminense e adjacências, mas também de diversos outros estados da federação, sobretudo de Minas Gerais. O Programa concebeu, ofertou e concluiu uma turma de MINTER em parceria com a UNIVIÇOSA, situada em Viçosa, entre 2020 e 2022 com bons resultados. Parceria esta que se pretendeu replicar em novo PCI/MINTER submetido no ano de 2024 em resposta ao edital 25/2024, ora em fase de avaliação pela CAPES. São alguns exemplos que ilustram o já mencionado amadurecimento do Programa.

Por outro lado, também buscamos evidenciar algumas dificuldades identificadas nesse percurso de quatro anos, com especial destaque para a tragédia socioambiental, ocorrida em Petrópolis, no ano de 2022, de conhecimento público e notório, que trouxe várias repercussões para o PPGD. A tragédia impactou o Programa, por exemplo, sob a forma de uma redução do número de candidatos às vagas discentes por alunos de fora da cidade, a partir do segundo semestre de 2022. Foi uma situação desafiadora e mesmo uma ameaça para o Programa e que passou a ser considerada em seu planejamento estratégico.

O evento trágico foi transformado em uma oportunidade de contribuir para o desenvolvimento local e regional, em consonância com os reclamos mais elevados da Justiça, do Processo e dos Direitos Humanos das minorias e grupos vulneráveis, muitas vezes colocados em xeque no contexto das tragédias. Uma nova disciplina foi criada em 2024 para contemplar essa discussão que vem se adensando no PPGD. Foram atualizadas as disciplinas do curso de mestrado e criadas novas, em resposta a esse aprendizado que se deu no encontro com as demandas da sociedade, com a qual o PPGD vem buscando contribuir de diferentes formas, no cenário local, regional e nacional.

Ao reconhecer a sua vocação, introduzida nos parágrafos anteriores, o PPGD também não se esqueceu de investir em um fortalecimento de suas parcerias no plano internacional. Aproveitando a oportunidade de um edital de fomento aos PPGs lançado pela FAPERJ

no ano 2021, o PPGD concebeu e desenvolveu o Projeto Interinstitucional de Pesquisa denominado “Reforço às Ações de Internacionalização do PPGD/UCP em um cenário de pandemia”. Projeto este que resultou em um convênio firmado com a Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires por intermédio da cátedra do Professor Dr. Raúl Gustavo Ferreyra e do Prof. Antonio Santoro.

Essa e outras parcerias internacionais já mencionadas e que estão refletidas nos produtos lançados na plataforma, são evidências desse amadurecimento do Programa que gostaríamos de apresentar à CAPES como uma importante conquista do quadriênio. Houve muitas conquistas na obtenção de fomentos, de bolsas de toda ordem, na pesquisa e publicações de qualidade, formação e incremento de parcerias. Junto a esse amadurecimento, ampliou-se a visibilidade do Programa em vários sentidos, por exemplo, em suas intervenções no Senado Federal e no Conselho da Justiça Federal para sustentar a edição de lei e de enunciados sobre temas caros ao PPGD e que são objeto de suas pesquisas. Essa visibilidade e liderança também se ampliou nos trabalhos de editoração e publicações de alcance nacional e na discussão sobre temas igualmente importantes para o país, como a Democracia, a promoção da igualdade de gênero, a eliminação de todas as formas de discriminação, dentre outros.

Outrossim o PPGD da UCP buscou se aproximar mais da CAPES. Enviou representante à reunião de meio termo de 2023 e esteve na reunião de coordenadores do CONPEDI em Brasília, em 2024, para acompanhar de perto as discussões e deliberações da Área. Participou do edital PCI/MINTER 2024 com uma proposta de nova turma MINTER com a UNIVIÇOSA e, também, do edital Move la America, em que foi contemplado com uma bolsa para a mestranda colombiana Camila Gomez de La Rosa. Também a UCP participou do edital pró-equipamentos para os Programas de pós-graduação tendo por objetivo melhorar, em muito, o seu parque de computadores. Nesse edital a UCP já superou as duas primeiras etapas do processo seletivo com sucesso e está otimista.

O PPGD recebeu, administrou e prestou contas (ou está para prestar contas) referentes a recursos recebidos da CAPES no Progra-

ma de Consolidação de PPGS com notas 3 e 4 e no Programa PROAP, importâncias estas que foram ou são geridas pelos Prof. Daniel Machado, Flávio Mirza e Klever Filpo, nas respectivas gestões junto à coordenação do PPGD. Ademais o PPGD busca se manter inteirado de todas as normativas vindas da CAPES e documentos da Área, bem como cumprir todos os prazos e procedimentos definidos. Em resumo: O PPGD/UCP buscou andar junto à CAPES em seus esforços para promover uma pós-graduação de qualidade no Brasil.

Fechando o quadriênio, ainda em um último fôlego, em dezembro de 2024, o PPGD planejou e executou o seu III Seminário Internacional Justiça, Processo e Direitos Humanos, focalizando e trazendo para o centro da discussão a integração entre as linhas e projetos do Programa, tendo como tema aglutinador os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Foram organizadas mesas compostas por docentes, discentes, egressos e participantes externos, inclusive do exterior (Leandro Martinez, UBA e Camila Gomez, Colômbia) para discutir os impactos e possíveis contribuições do Programa para o atingimento desses ODS. Uma das participantes foi Thais Justen, a primeira secretária de Direitos da Mulher do Município de Petrópolis, marcando a aproximação entre o PPGD e a administração municipal no tocante a tema de interesse comum. O evento está registrado e disponível na TV UCP, o canal da UCP no YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=8Kzlu_HJdjo).

Na sequência, ainda em 2024, foi publicada uma coletânea com o título Arquivos de Justiça, Processo e Direitos Humanos, contendo artigos que resultaram das discussões havidas durante o evento. A coletânea foi publicada pela editora Pembroke Collins com recursos da FAPERJ e da CAPES, com ISBN. A coletânea teve como organizadores os Professores Eduardo Klausner, Denise Salles, Klever Filpo e Mirel Legrá, e como autores professores, alunos, egressos e participantes externos ao Programa (UNESA; UFRRJ; PUC-Rio) que acolheram a chamada pública, alargando nosso diálogo para fora do Programa e fugindo à endogenia.

Tal evento foi uma oportunidade de refletir sobre conquistas e propostas de futuro do Programa no ano em que comemoramos 12

anos de funcionamento, tendo formado mais de 250 mestras e mestres em direito. Esses feitos são aqui relacionados porque se prestaram a uma reflexão sobre a trajetória pregressa do PPGD e o que ainda está por vir, uma estratégia para fazer com que uma verdadeira cultura da autoavaliação (e não apenas a fria aplicação de instrumentos) faça parte de nosso cotidiano nas mais diversas frentes do ensino, pesquisa e extensão em Justiça, Processo e Direitos Humanos, presente, portanto, em cada uma de nossas ações.

Também no final de 2024, com a organização do Prof. Santoro, foram publicadas duas coletâneas que se conectam ao seu projeto de pesquisa “As metarregras dos desenhos processuais desumanizantes” e ao projeto de extensão interinstitucional “reforço às ações de internacionalização do PPGD”, ambas contendo textos de pesquisadores brasileiros (UCP, UnB, UFRJ, UERJ, Outras) e estrangeiros (Universidade de Buenos Aires). Tais publicações, além de fortalecerem nossas redes e interação com outras IES, também foi uma forma de prestar contas às agências de fomento e à CAPES sobre alguns dos resultados obtidos no quadriênio recém-encerrado.

Para o momento o PPGD tem um planejamento de curto, médio e longo prazo que buscará implementar. Sobretudo, precisa ampliar ainda mais sua visibilidade o que deverá fortalecer a atração de discentes. Tem forte expectativa de obter a aprovação para ofertar o curso de doutorado, pedido ainda pendente de decisão final na CAPES. Aguarda a decisão final da CAPES sobre a turma de MINTER que foi solicitada no edital PCI/CAPES 2024.

A UCP é uma instituição de pequeno porte, séria e tradicional (mais de 70 anos de existência, fundada em 1953) é confessional e comunitária, presta importante serviço na cidade de Petrópolis no campo da educação e da ação social e emprega muitas pessoas. Tem necessidade de progredir com os cursos de pós-graduação em sentido estrito e conquistar mais um doutorado, para manter o título de Universidade (possui um mestrado em Psicologia, um mestrado e doutorado em Educação, e um mestrado profissional em Engenharia de Produção, além do mestrado em Direito). Em 2024 a Universida-

de foi recredenciada pelo MEC com nota 4, resultado anunciado em 21/05/2024.

Todo esse trabalho realizado pelo PPGD durante o quadriênio , descrito nas páginas anteriores, buscou corresponder às demandas da CAPES e mostrar que temos seguido as diretrizes da área com muito bons resultados.

Assim, seguimos para mais um quadriênio, desejando sucesso a todos os envolvidos no processo de avaliação dos PPGs, rumo à excelência da pós-graduação no Brasil e ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais na área da Justiça, do Processo e dos Direitos Humanos.

ANEXO: ficha de avaliação da Área 26 – Direito – CAPES

Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
26.dire@capes.gov.br

Fichas de avaliação

Área 26

Direito

Coordenador da Área: Otavio Luiz Rodrigues Jr.
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Felipe Chiarello de Souza Pinto
Coordenadora de Programas Profissionais: Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Moraes

2020

199

RESUMO

Quesitos / Itens	Peso	Peso
1 – PROGRAMA	Acadêmico	Profissional
1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa	40%	40%
1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa	40%	40%
1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística	10%	10%
1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual	10%	10%
2 – FORMAÇÃO	Acadêmico	Profissional
2.1. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa	20%	20%
2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos	20%	20%
2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida	10%	10%
2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa	30%	30%
2.5. Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa	20%	20%
3 – IMPACTO NA SOCIEDADE	Acadêmico	Profissional
3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa	25%	35%
3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa	25%	35%
3.3. Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa	50%	30%

Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
26.dire@capes.gov.br

FICHA DE AVALIAÇÃO – PROGRAMAS ACADÊMICOS		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Programa		
1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível em relação aos objetivos/missão do programa.	40%	<p>1.1.1 Avaliar a articulação entre área de concentração, linha de pesquisa e projetos de pesquisa (20%)</p> <p>a) interação entre a(s) área(s) de concentração e a(s) linha(s) de pesquisa;</p> <p>b) articulação entre a(s) área(s) de concentração, ressalvada a possibilidade de programas com 3 ou mais áreas de concentração, nas quais o contato entre elas não seja preponderante;</p> <p>c) coerência dos projetos de pesquisa vinculados à respectiva linha de pesquisa;</p> <p>d) equilíbrio na distribuição de projetos de pesquisa entre os docentes e entre as diferentes linhas de pesquisa.</p> <p>Mudanças no projeto pedagógico do curso ocorridas no quadriênio devem ser detalhadas e fundamentadas, bem como esclarecidas as estratégias de transição e seu impacto no curso.</p> <p>1.1.2 Consistência e coerência da Proposta do programa com o perfil do egresso que se pretende formar (15%):</p> <p>a) identificação do perfil do egresso e dos objetivos do curso e sua coerência com a proposta;</p> <p>b) coerência entre os objetivos e o perfil do curso em conexão com a vocação do curso (inserção local, regional, nacional ou internacional).</p> <p>1.1.3 Relação entre a estrutura curricular e a formação (15%):</p> <p>a) adequação, coerência e quantidade das disciplinas oferecidas em relação às linhas e Área(s) de concentração;</p> <p>b) consistência e atualização das ementas das disciplinas e sua coerência com o conjunto da proposta, atualização e aderência das respectivas bibliografias;</p> <p>c) qualidade da articulação da proposta com a vocação e a modalidade do programa, quando ela for base para a formação dos egressos.</p> <p>1.1.4 Quanto à infraestrutura (50%): Considerando-se a existência, a adequação, a suficiência e a caracterização dos aspectos abaixo:</p> <p>a) instalações físicas com salas de aulas, salas</p>

		<p>para docentes, salas para discentes, sala para reuniões em grupos e laboratórios para pesquisa conforme a demanda do curso;</p> <p>b) biblioteca com acervo especializado e atualizado na(s) área(s) de concentração e nas linhas de pesquisa do programa, com periódicos nacionais e internacionais disponíveis em bases físicas ou digitais, ligados à(s) área(s) de concentração da proposta do curso, o que exclui a apresentação de bases abertas como prova desse investimento;</p> <p>c) política para aquisição de obras especificadas no curso, das indicações bibliográficas das disciplinas e para atualização do acervo;</p> <p>d) equipamentos e estruturas de acessibilidade na infraestrutura dedicada ao programa;</p> <p>e) estrutura tecnológica com acesso à rede mundial de computadores com qualidade de conexão e acesso, equipamentos multimídia, videoconferência e transmissões screen, que viabilizem atividades e ações conjuntas com outros centros de pesquisa;</p> <p>f) recursos humanos disponíveis para a administração do programa.</p>
<p>1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do programa.</p>	<p>40%</p>	<p>1.2.1 Formação e composição do Corpo Docente (30%): Corpo docente permanente com titulação mínima de Doutor, que deve ter o número mínimo de 10 doutores para o Mestrado e 12 para o Doutorado, evidenciado o atendimento das necessidades gerais do curso quanto aos componentes curriculares, projetos de pesquisa e extensão, e orientação de dissertações e teses, além da não dependência da atuação expressiva de professores colaboradores e/ou visitantes. Admite-se que 30% do corpo docente permanente participe de até 3 programas de pós-graduação vinculados ao SNPG. O programa não poderá ter mais de 30% de docentes colaboradores.</p> <p>1.2.2. Aderência do Corpo Docente (30%): Corpo docente (permanente, colaborador e visitante) com formação e trajetória de pesquisa adequadas e aderentes à respectiva área de concentração e às respectivas linhas de pesquisa, vinculados a projetos de pesquisa coerentes com as respectivas linhas de pesquisa e área(s) de concentração.</p> <p>1.2.3. Regime de trabalho do Corpo Docente (30%): Corpo docente com regime de trabalho adequado e compatível com as atividades desenvolvidas no programa. A carga horária do corpo docente permanente deve ser preferencialmente de, no mínimo, 20h semanais dedicadas exclusivamente ao curso/programa. Admite-se que, até 30% dos docentes permanentes, tenham carga horária no curso/programa inferior a 20h semanais, não podendo, contudo, ter carga horária inferior a</p>

		<p>10h semanais no curso, em se tratando de mestrado, e de 12h semanais, em se tratando de doutorado.</p> <p>1.2.4 Liderança e Reconhecimento Acadêmicos do Corpo Docente (10%): de parte do corpo docente, com reconhecida projeção nacional e internacional (de acordo com a vocação do curso) e a existência de quantitativo expressivo de docentes com:</p> <p>a) estágio pós-doutoral no exterior, bolsa de produtividade ou de pesquisa de agências nacionais ou internacionais de fomento;</p> <p>b) participantes de grupos de pesquisa interinstitucionais, de redes de pesquisa ou com vínculos internacionais organizados com períodos de visitas técnicas, ou como professores visitantes, que tenham capacidade de atração de discentes;</p> <p>c) participação de docentes em cargos de direção e conselhos em sociedades científicas nacionais e internacionais.</p>
<p>1.3 Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística.</p>	10%	<p>1.3.1 Estruturação do Planejamento Estratégico (100%): Serão considerados os seguintes aspectos, com base em uma avaliação qualitativa, a partir da proposta do programa, levando-se em conta o grau de atendimento (total, parcial, inexistente):</p> <p>a) instituição e manutenção de planejamento de curto, médio e longo prazos do programa, com seus objetivos, prioridades, metas e ações, no qual serão considerados: projetos de expansão e de cooperação com outros programas, incremento da qualidade da produção intelectual, da qualidade na formação de recursos humanos, e melhoria da inserção social e/ou internacionalização;</p> <p>b) desenvolvimento de política para fixação ou renovação do corpo docente, definindo-se as estratégias e os critérios prévios, a partir do diagnóstico do curso, que se dará sobre suas necessidades a curto, médio e longo prazos; planejamento e desenvolvimento do processo da qualificação continuada do corpo docente;</p> <p>c) proposta de acompanhamento de egressos com domínio do destino e ambiente de atuação:</p> <p>c.1) plano de acompanhamento de egressos, que deve indicar as metas e estratégias para esse fim;</p> <p>c.2) qualidade e representatividade dos dados coletados (proporção do total de</p>

		<p>egressos) e o percentual de egressos em relação aos quais o programa tem informação sobre os respectivos destinos e atuação profissional;</p> <p>d) planejamento para adequação e melhoria da infraestrutura. O programa deve apresentar avaliação dos principais problemas de infraestrutura, as ações e as estratégias para solucioná-los bem como contemplar um plano de modernização da infraestrutura do programa;</p> <p>e) vinculação entre o planejamento do programa e o da instituição (PDI).</p> <p>f) formulação de políticas de apoio aos discentes visando à inclusão, à permanência e à conclusão do curso, ressalvadas, quanto a esta última, as situações ordinárias de desligamento e de reprovação.</p>
1.4. Processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual.	10%	<p>1.4.1. Definição do processo de autoavaliação (100%): Considerando-se que a autoavaliação deve seguir as seguintes fases: preparação, implementação, divulgação, uso dos resultados e meta-avaliação, ela será avaliada com base nestes critérios:</p> <p>a) preparação de modelo que seja adequado à proposta e aos objetivos do programa, com envolvimento de docentes, discentes e servidores ou empregados técnicos;</p> <p>b) descrição das estratégias e dos métodos que serão aplicados à autoavaliação;</p> <p>c) periodicidade da avaliação;</p> <p>d) descrição da política e dos critérios de credenciamento e descredenciamento;</p> <p>e) existência de interlocutores como avaliadores/mediadores/observadores externos ao programa;</p> <p>f) relação com planejamento do programa e com o PDI da IES;</p> <p>g) formas de disseminação dos resultados;</p> <p>h) formas de incorporação dos resultados para melhoria do programa.</p> <p>OBS 1. As informações sobre autoavaliação a serem avaliadas serão os descritos na plataforma Sucupira no último ano do quadriênio.</p> <p>OBS 2. A avaliação qualitativa far-se-á com base no planejamento do processo de autoavaliação. Para este quadriênio não se procederá à avaliação da implantação e dos resultados do processo de autoavaliação.</p> <p>OBS 3. O não atendimento dos requisitos mínimos de entrada no sistema, previstos no documento orientador de APCN, implicará a atribuição de conceito Fraco ao Quesito 1, independentemente da pontuação nos demais subitens.</p>

2 – Formação		
2.1. Qualidade e adequação das teses e dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.	20%	<p>2.1.1. Avaliação da qualidade das dissertações e teses (100%): Avaliar-se-ão os seguintes aspectos para se aferir a qualidade e a adequação das teses e dissertações, consideradas dentre as produções do quadriênio, indicadas pelo programa na Plataforma Sucupira:</p> <p>a). Programas apenas com Mestrado: 3 dissertações para programas com até 20 docentes permanente e 5 dissertações para programas com mais de 20 docentes permanentes.</p> <p>b. Programas com Mestrado e Doutorado: 3 dissertações e 3 teses (para programas com até 20 docentes permanentes) e 5 dissertações e 5 teses (para programas com mais de 20 docentes permanentes).</p> <p>Para fins da avaliação qualitativa referida neste item:</p> <p>2.1.1.1. Proceder-se-á à análise individual de cada uma das dissertações ou teses indicadas, levando-se em conta os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">a) aderência à respectiva área de concentração e às linhas de pesquisa do curso;b) vinculação do produto com o projeto de pesquisa. <p>2.1.1.2. Proceder-se-á à análise do conjunto de dissertações e teses indicadas, levando-se em consideração estes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">a) diversidade institucional da banca;b) diversidade de área de concentração, linhas de pesquisa e de orientadores das dissertações e teses indicadas. <p>2.1.1.3. Na análise das dissertações e teses referidas nos subitens 2.1.1.1. e 2.1.1.2, considerar-se-á também:</p> <ul style="list-style-type: none">a) o nível de simetria qualitativa entre o nível das dissertações e das teses defendidas, de modo a que não haja assimetria dentro das linhas de pesquisa da(s) área(s) de concentração;b) o nível de diferenciação da qualidade entre teses e dissertações para programas que possuem os dois níveis, de modo que se atendam às exigências peculiares para uma dissertação e aquelas necessárias para a caracterização de uma tese (originalidade, dimensões e qualidade

		da referência).
2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e de egressos.	20%	<p>2.2.1. Volume da produção de discentes e de egressos (60%): a) produção média de discentes em produtos bibliográficos, dividida pelo número de discentes no quadriênio; b) produção média de discentes em trabalhos completos e resumos publicados em anais de congressos no período, dividida pelo número de discentes no quadriênio; c) produção média de egressos (relativa aos últimos 5 anos) em produtos bibliográficos, trabalhos completos e resumos publicados em anais de congresso, dividida pelo total de egressos do quadriênio.</p> <p>2.2.2. Distribuição da produção de discentes e de egressos (40%): a) proporção entre o número de discentes-autores de produtos bibliográficos, produtos de eventos e produtos técnicos e o número de discentes ativos; b) proporção entre egressos-autores em relação ao número total dos titulados no quadriênio.</p> <p>OBS. 1: Considerar-se-ão egressos os titulados no período de até 5 anos após a titulação. OBS. 2: Produção em coautoria com docentes será considerada no item relativo à produção docente. OBS.3. A produção relativa a uma pessoa que se enquadrar simultaneamente na condição de egresso e de discente no quadriênio será contada exclusivamente como produção discente.</p>
2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.	10%	<p>2.3.1. Destino dos egressos (90%): a) atuação em instituição de ensino superior; b) atuação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i>; c) atuação em carreiras jurídicas no serviço público; d) atuação na Administração Pública em outros setores que não o de carreiras jurídicas; e) atuação junto à sociedade civil organizada, na advocacia ou em atividades de outra natureza; e f) atuação na iniciativa privada, na advocacia ou em atividades de outra natureza.</p> <p>2.3.2 Avaliação qualitativa da formação dos egressos (10%): indicar 5 egressos que se destaquem nas atividades acadêmicas e seja aderente com o perfil do egresso.</p> <p>OBS 1: No último ano do quadriênio o programa deve apresentar em anexo específico os dados do destino dos egressos relativos ao item 2.3.1. OBS.2. Para fins de proteção de dados pessoais, recomenda-se aos programas que obtenham a anuência do egresso cujo nome será informado relativamente ao item 2.3.2. OBS.3. O período de avaliação dos egressos será aquele relativo aos titulados entre 2016 e</p>

Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
26.dire@capes.gov.br

		2020.
2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa	30%	<p>2.4.1 Produção bibliográfica total (20%): Análise ponderada global da produção bibliográfica em periódicos; livros e capítulos de livro; e a produção em anais (artigos completos, em eventos na Área do corpo docente permanente).</p> <p>2.4.2 Índices de equilíbrio da produção docente (20%): Produção bibliográfica em periódicos nos estratos (A1 a A4) bem distribuída pelo corpo docente permanente e pelo respectivo ano de publicação.</p> <p>2.4.3. Produção bibliográfica qualificada (60%): Avaliação da produção do corpo docente permanente, destacada pelo programa, por meio de indicação na Plataforma Sucupira, considerando-se:</p> <ul style="list-style-type: none">a.1) aderência à(s) respectiva(s) área(s) de concentração do programa e respectivas linhas de pesquisa;a.2) vinculação com o projeto de pesquisa do docente e sua trajetória de pesquisa. <p>OBS. 1. A ponderação da produção intelectual (item 2.4.1) será calculada da seguinte forma: produto multiplicado pelo peso do estrato (L1 a L4, A1 a B4), dividido pelo total de docentes permanentes/ano. A produção intelectual em coautoria será contabilizada apenas uma vez na produção do corpo docente.</p> <p>OBS. 2. O estrato para livros terá a seguinte pontuação: L1=300, L2=240, L3=180, L4=120 e L5=60. Para capítulos de livros será L1=100, L2=80, L3=60, L4=40, L5=20; para periódicos será A1=200, A2=180, A3= 160 A4=140 B1=80, B2=60, B3=40, B4=20. A produção em anais de eventos será E1=100, E2=80, E3=60, E4=40, E5=20.</p> <p>OBS. 3. Para fins do item 2.4.3., no último ano do quadriênio, cada programa destacará, via Plataforma Sucupira, até 1 produção bibliográfica por ano de atuação do docente permanente, totalizando no máximo 4 produções por docente permanente.</p> <p>OBS.4. Excluir-se-á, por meio de anexo específico, a produção de professoras em licença-maternidade e docentes em licença-médica superior a 30 dias, que usufruíram desse direito entre 2016 e 2020, a partir do ano de início da licença até o final do quadriênio.</p>
2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de	20%	<p>2.5.1 Atuação dos docentes em atividade da pós-graduação (20%): Atuação equilibrada e bem distribuída nas atividades de ensino.</p>

<p>formação no programa.</p>		<p>pesquisa, extensão, orientação e formação. Serão consideradas:</p> <p>a.1) análise da distribuição de orientações de mestrandos/doutorandos por docente permanente no quadriênio, a fim de verificar, dentre outros aspectos, a existência de possíveis concentrações;</p> <p>a.2) análise quantitativa da média de disciplinas ministradas por docente, com a finalidade de se verificar excessiva dependência de docentes colaboradores ou visitantes;</p> <p>a.3) análise do número de projetos de pesquisa e extensão vinculados a cada docente permanente para verificar o equilíbrio e a distribuição por todo o corpo docente.</p> <p>2.5.2 Estabilidade do corpo docente permanente (20%): Estabilidade do corpo docente permanente ao longo do quadriênio, considerando-se o redirecionamento dos discentes e o número de orientações em função das possíveis reduções, contratações e substituições de docentes.</p> <p>2.5.3 Atuação do corpo docente permanente em atividades de graduação (20%): Atuação em atividades de ensino, pesquisa, extensão e orientação de trabalhos de conclusão (trabalhos de conclusão de curso ou teses de láurea) na graduação. No programa que não estiver vinculado à graduação, este percentual direcionar-se-á ao item 2.5.1.</p> <p>2.5.4 Índice quantitativo de formação (20%): Proporção equilibrada do número de orientações concluídas por docente permanente.</p> <p>2.5.5 Capacidade de atração de discentes (20%): capacidade de nucleação do programa na formação de doutores e participantes de estágios pós-doutorais.</p> <p>OBS. Quanto ao item 2.5.4., excluir-se-ão os seguintes casos: (a) de discentes em licença-médica superior a 30 dias; licença-maternidade, licença-/paternidade;(b) desligamento do programa por reprovação por faltas, insuficiência de desempenho nas disciplinas ou reprovação da dissertação ou tese perante banca examinadora; (c) trancamento parcial, justificado nas pelas normas do curso por razões não incluídas neste item; (d) ou de conversão de mestrado em doutorado direto. No último ano do quadriênio, o programa que apresentar número expressivo de discentes nas referidas situações especiais, que impactem o cálculo, deverá inserir anexo específico com indicação de novo cálculo.</p>
<p>3 – Impacto na sociedade</p>		
<p>3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.</p>	<p>25%</p>	<p>3.1.1. Impacto científico da produção bibliográfica (90%): Avaliação qualitativa das 5 (para programas com até 20 docentes</p>

Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
26.dire@capes.gov.br

		<p>permanentes) e 10 (para programas com mais de 20 docentes permanentes) melhores produções indicadas pelo programa, na Plataforma Sucupira, na categoria bibliográfica (periódicos, livros e capítulos de livros) considerando-se:</p> <p>a) análise individual de cada produção indicada:</p> <p>a.1) aderência à respectiva área de concentração do curso e às respectivas linhas de pesquisa do curso;</p> <p>a.2) vinculação ao projeto de pesquisa e à trajetória de pesquisa da equipe vinculada (docentes, discentes, membros externos).</p> <p>b) análise do conjunto de produção indicada:</p> <p>b.1) organicidade da produção indicada com a proposta e vocação (inserção regional, nacional ou internacional) do programa;</p> <p>b.2) diversidade de área(s) de concentração, linhas de pesquisa, projetos e autores das produções indicadas.</p> <p>3.1.2. Formas de reconhecimento do caráter inovador da produção intelectual do programa (10%): prêmios atribuídos a produções do programa (teses, dissertações, livros, artigos etc.) por sociedades científicas internacionais ou nacionais.</p> <p>OBS. No último ano do Quadriênio, o programa indicará, via Plataforma Sucupira, 5 a 10 itens da produção intelectual (bibliográfica), relativos à produção intelectual do corpo docente, do corpo discente e/ou de egressos. É necessário, justificar as vinculações à área de concentração, linha de pesquisa, ao projeto e à trajetória da equipe, dentre as que vierem a ser indicadas.</p>
3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa.	25%	<p>3.2.1. Impacto das ações de transferência de conhecimento do programa (80%): Devem-se indicar até 5 (para programas com até 20 docentes) e até 10 produtos (para programas com mais de 20 docentes), os quais serão avaliados em conformidade com a aderência à respectiva área e às respectivas linhas de pesquisa do programa e à sua vocação:</p> <p>a) atividades de extensão universitária;</p> <p>b) produção técnica ou tecnológica;</p> <p>c) convênios, acordos de cooperação e instrumentos afins, orientados à capacitação de recursos humanos adequados para demandas jurídicas;</p> <p>d) atuação de representação da sociedade civil em audiências públicas, <i>amicí curiae</i>, ou participação em</p>

		<p>conselhos e comissões de assessoramento da sociedade civil;</p> <p>e) atuação na formação continuada de carreiras jurídicas;</p> <p>f) atividades de divulgação de conhecimento por meios jornalísticos, televisivos e outros tipos de mídia;</p> <p>g) qualquer outra forma de transferência de conhecimento jurídico desenvolvido pelo programa com impacto social, econômico, cultural ou jurídico;</p> <p>h) organização de eventos para divulgação de pesquisa científica e difusão de conhecimentos para comunidade jurídica;</p> <p>i) organização de eventos para divulgação da ciência junto à sociedade civil em geral e, em especial, no âmbito da educação básica.</p> <p>3.2.2. Quantitativo da produção técnica (20%): Análise ponderada da produção técnica do corpo docente permanente.</p> <p>OBS.1. No último ano do quadriênio os programas indicarão os produtos apresentando justificativa em um anexo específico.</p> <p>OBS.2. Quanto ao item 3.2.1, o impacto das ações de transferência de conhecimento do programa levará em consideração programas com até 20 docentes e programas com mais de 20 docentes.</p>
<p>3.3. Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa.</p>	<p>50%</p>	<p>O valor das dimensões "internacionalização" e "inserção" será definido de acordo com a vocação do programa. Considerar-se-ão os seguintes aspectos, mediante uma avaliação global da vocação e dos dados informados pelo programa:</p> <p>3.3.1 Internacionalização. Considera-se, tomando-se por base a articulação entre o perfil da proposta e a existência de parte dos indicadores abaixo:</p> <p>a) existência de vínculos de colaboração consolidados com instituições estrangeiras de alto padrão de excelência (conforme os padrões internacionais de qualidade), envolvendo parte relevante do corpo docente;</p> <p>b) desenvolvimento de projetos de pesquisa entre investigadores de instituições estrangeiras e os docentes do programa;</p> <p>c) manutenção de acordos de cooperação, financiados por agências de fomento ou fundos (públicos ou privados) de incentivo à pesquisa e à inovação, com instituições estrangeiras;</p> <p>d) participação do corpo docente em eventos internacionais, de relevância para a Área; em conselhos editoriais ou comitês de revisão por pares de periódicos internacionais Qualis A; e na diretoria de entidades científicas</p>

	<p>internacionais; e) publicação em periódicos internacionais classificados em estratos elevados do Qualis Periódicos; f) mobilidade internacional discente e participação regular de estudantes estrangeiros em seu corpo discente; g) intercâmbio de discentes do programa com universidades estrangeiras por meio de bolsas de doutorado-sanduíche; h) promoção de eventos científicos internacionais.</p> <p>3.3.2 Inserção local, regional e nacional do programa:</p> <p>a) consórcios, redes, convênios e acordos de cooperação com entidades acadêmicas e não-acadêmicas de âmbito local ou regional, orientados à satisfação da demanda vinculada à proposta do programa; b) papel de liderança e de coordenação de projetos e redes nacionais de pesquisa, para atividades de cooperação entre programas de pós-graduação; c) reconhecimento como centro de pesquisa relevante em um tema específico do Direito, consolidado por meio de eventos nacionais, edição de periódico temático específico, atração de profissionais e discentes de diversas Regiões do Brasil; d) atuação nacional comprovável pela celebração de convênios e acordos de cooperação com organismos governamentais ou não governamentais, orientados às atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Pós-graduação; e) participação em iniciativas como Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior e assemelhados; f) participação de docentes do programa em atividades de outros programas do exterior ou de outras unidades da federação, como bancas examinadoras, bancas de concursos públicos, comitês de avaliação externa, visitas técnicas, conferências e atividades afins.</p> <p>OBS..A distribuição do valor proporcional do item 3.3.1 e 3.3.2 terá como parâmetro o valor de 60% para o item relativo à vocação do programa e 40% para o outro item. Nestes itens utilizar-se-á a seguinte equação: 3.3.1 +3.3.2= 70%</p> <p>3.3.3 Visibilidade do programa (30%):</p>
--	---

	<p>a) capacidade de difusão de conhecimento e estímulo à solidariedade, com o auxílio na redução das assimetrias regionais na pós-graduação em Direito no Brasil;</p> <p>b) Manutenção de página Web para a divulgação atualizada e transparente dos dados de interesse da comunidade acadêmica, tais como: seleção de discentes, concessão de bolsas de estudos, recebimento de recursos de agências públicas de fomento (especialmente CAPES e CNPq), corpo docente permanente, colaboradores e visitantes, estrutura curricular, enlaces para regulamentos e normativos da IES, enlace para o currículo lattes dos docentes, informações de eventos organizados e de bancas de defesa de dissertação e teses, acesso ao banco digital de dissertações e teses, com versões em vernáculo e inglês, além de outros elementos informativos necessários à identificação de dados fornecidos para o processo de avaliação.</p>
--	--

Este livro foi composto em Crimson
Text pela Editora Autografia e
impresso em papel offset 75g/m².